

ÁSKESIS

Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos



VOLUME 3 | NÚMERO 1
[JANEIRO/JUNHO - 2014]
ISSN 2238-3069

Áskesis: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 3 | Número 1

Janeiro/Julho de 2014

ISSN 2238-3069

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Foto de Capa

Gabriel Moreira Monteiro Bocchi

Universidade Federal de São Carlos

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira

Projeto Gráfico

Frederico Floeter

fredericofloeter.org

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)

Diretora

Prof^a. Dr^a. Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Vice-Diretor

Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Sinhoretto

Vice-Coordenador

Prof. Dr. Richard Miskolci

Coordenação do Dossiê

Alexsandro Arbarotti, Felipe Padilha, Henrique de Linica dos Santos Macedo, Letícia Canonico de Souza

Conselho Editorial

Alexsandro Arbarotti, Cauê Gomes Flor, Carla Fernandes Mesquita, Charles dos Santos, Clarissa Perci de Andrade, Cleiton Ferreira Maciel, David Marques da Silva, Evelyn Louyse Godoy Postigo, Felipe Padilha, Felipe Rangel Martins, Jeanne Mariel Brito de Moura, João Paulo da Silva, Henrique de Linica dos Santos Macedo, Henrique Yagui Takahashi, Keith Diego Kurashige, Lara Roberta Rodrigues Facioli, Letícia Canonico de Souza, Luana Dias Motta, Luiz Fernando Costa de Andrade, Luiz Henrique Miguel, Marconi Tabosa de Andrade, Mariana Bombo Perozzi Gameiro, Roselene de Lima Breda, Sarah Celestini.

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior, Alice Anabuki Plancherel, Anibal Quijano, Aristoteles Barcelos Neto, Berenice Bento, Bernard Lahire, Daniel Cefaï, Ethel Volfzon Kosminsky, Gisele Rocha Cortes, Jacob Carlos Lima, John Comerford, José Lindomar Coelho Albuquerque, Jose Maria Valcuende del Rio, Lucas Cid Gigante, Lucila Scavone, Lucio Oliver, Luiz Antonio Machado da Silva, Márcia Ochoa, Maria da Gloria Bonelli, Michel Misse, Miriam Adelman, Miriam Cristina Marcellio Ribeiro, Odaci Luiz Coradini, Paulo Sergio Peres, Paulo Tavares, Simone Bateman, Ricardo Mayer, Sílvia Portugal, Vera Telles, Veronica Gimenez Béliveau

Apoio

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Endereço Áskesis

<http://revistaaskesis.wordpress.com/> | email: revista.askesis@gmail.com

— Editorial

Alexsandro Arbarotti, Felipe Padilha, Mariana Perozzi Gameiro |p. 5|

— Dossiê

Apresentação do Dossiê: De vãos à vitrines: olhares sobre as cidades

Felipe Athayde Lins de Melo |p. 6 - 8|

A Cidade Como Narrativa – análises e reflexões sobre um bairro de Madrid.

Renata Montechiare s |p. 9 - 22|

Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil – A construção de uma ilusão

Tiago Vieira Rodrigues Dumont |p. 23 - 44|

Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado

Tarcísio Perdigão Araújo Filho |p. 45 - 57|

As particularidades do campo do controle do crime brasileiro

Ana Claudia Cifali |p. 58 - 71|

Fumando pasta base de cocaína en “la zona”: ansiedad, adicción y violencia en las calles de quito-ecuador

William Alvarez |p. 72 - 84|

— Artigos

[ARTIGO REVOGADO] A Sociologia Militar aplicada à Sociologia das Profissões: A carreira militar e a sua profissionalização.

Rodrigo Cassio Marinho da Silva |p. 85 - 100|

Sobre el derecho a trabajar de los feriantes en la sociedad de libre mercado. Distribución espacial y poder político en la Feria Pinto, Chile

Hernán Joaquín Riquelme Brevis |p. 101 - 119|

Una Primera Persona Que Es Colectiva Y Subalterna: La Importancia de las Epistemologías Feministas y Los estudios Postcoloniales para Pensar la Investigación Social.

Gabriela Bard Wigdor |p. 120 - 135|

Hibridação: Um Conceito e Vários Discursos

Luciéle Bernardi de Souza |p. 136 - 158|

Diálogo Teórico das Migrações Internacionais: Desafios Eminentes a uma Compreensão Holística

Moara Ferreira Lacerda |p. 159 - 169|

— Ensaaios

Considerações Acerca de Alguns Aspectos Teóricos e Conceitos-chave Presentes na Obra de Michel Foucault

Daniel Maurício Viana de Souza |p. 170 - 180|

Pensando sobre a constituição do binário normal-abjeto: do perverso polimorfo na psicanálise freudiana ao gênero performativo de Judith Butler

Érica Aparecida Kawakami |p. 181 - 192|

Um Breve Debate Sobre o Poder em Pierre Bourdieu e Norbert Elias

Daniel Costa Farias |p. 193 - 201|

De Pareto a Borges: Realidade e Ficção na Construção do Conhecimento em Sociologia

Carolina Pimentel Corrêa; Fabrício Monteiro Neves; Fabricio Teló;
Giovanna Nicoloso da Rocha; Jéssica Maria Rosa Lucion; Julio Souto;
Reginaldo Teixeira Perez |p. 202 - 233|

— Resenha

Resenha de Leite Júnior, Jorge. Nossos Corpos Também Mudam - A Invenção Das Categorias “Travesti” E “Transexual” No Discurso Científico. São Paulo, Annablume, 2011.

Marco Antônio Gavério |p. 234 - 238|

— Relato de pesquisa

“Deixe o campo te levar”: sobre a importância da realização de etnografia para a construção de um objeto de pesquisa.

Gabriel Moreira Monteiro |p. 239 - 249|

— Entrevista

A questão das drogas em perspectiva: uma entrevista com Taniele Rui, Maurício Fiore, Heitor Frúgoli Jr. e Bruno Ramos Gomes.

Evelyn Louyse Godoy Postigo; Letícia Canonico de Souza;
Natália Maximo e Melo; Roselene Breda |p. 250 - 263|

É com grande prazer que a comissão editorial da *Áskesis* – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar – apresenta sua terceira edição (volume 3, número 1, janeiro-junho de 2014). Trazemos a partir deste número uma novidade no formato da revista, que passa a ser organizada com uma sessão de Dossiê.

O dossiê dessa edição, apresentado por Felipe Melo, intitulado, “*De vãos a vitrines: olhares sobre as cidades*”, versa sobre problemas da sociologia urbana, administração de conflito e marginalidades, com artigos de pesquisadores de diferentes instituições do país e da América Latina. Também nesse número, os leitores e leitoras, encontrarão uma coletânea de artigos e ensaios, um relato de pesquisa e uma entrevista.

Os artigos privilegiam enfoques teórico-conceituais variados, que vão da sociologia militar à epistemologia feminista e aos estudos pós-coloniais, passando pelas teorias sociológicas das migrações internacionais e por uma discussão acerca do conceito de hibridação. Vale destacar nessa sessão o artigo de Gabriela Bard Wigdor, da Universidade Nacional de Córdoba da Argentina, uma vez que o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar é a instituição promotora de um acordo de cooperação institucional com a referida universidade. A presença desse artigo é importante para reforçar os laços, a troca de experiências e de saberes entre as duas instituições.

Chegando a sessão de ensaios, o leitor e a leitora, irá encontrar a proposta dos autores de dialogar com teóricos como Foucault, Butler, Elias, Bourdieu de uma forma mais livre e criativa. Seguindo essa esteia, essa sessão é encerrada com uma proposta ousada, de um grupo de pesquisadores, que buscam fazer o questionamento “de Pareto a Borges” sobre a construção do conhecimento da sociologia.

No relato de campo, o foco recai sobre a etnografia de uma torcida organizada paulista e o processo do “fazer” a pesquisa etnográfica “deixando o campo te levar”. Por fim, a entrevista, encerra esse número fazendo a retomada da proposta do dossiê, ao trazer a perspectiva de quatro pesquisadores brasileiros sobre dependência química dentro das cidades.

O resultado dessa edição nos permite afirmar que a revista *Áskesis* mantém a proposta etimológica da palavra que dá nome à revista e o compromisso intelectual de ser um espaço de exercício: exercício de vincular ideias plurais e pesquisas sofisticadas que articulam diferentes correntes teórico-metodológicas, vindas de diversas regiões do Brasil e da América Latina.

Dito isso, cabe pontuar que a *Áskesis* é um projeto conduzido exclusivamente pelo corpo discente do PPGS-UFSCar, desde o desenho de suas linhas editoriais até à dimensão mais prática do trabalho que envolve produzir uma revista. Julgamos que esse é um espaço singular para os alunos e as alunas, pois permite o aprimoramento do processo de formação através de experiências que extrapolam as atividades de ensino e de pesquisa.

Nesse sentido, é fundamental assinalar a confiança e a colaboração, sempre atenta, do corpo docente e técnico-administrativo do Programa, que nos garante o apoio necessário para o exercício autônomo de conduzir a revista. Também é importante agradecer os recursos financeiros viabilizados pelo PPGS, sem os quais a realização desse trabalho seria impossível.

Aproveitamos, assim, para convidar a todas e a todos para que enviem seus trabalhos para a revista, que os recebe em fluxo contínuo e em chamadas periódicas. A chamada para o próximo número, julho-dezembro de 2014, encontra-se aberta e a seção temática do dossiê será: “Ruralidades e Questões Ambientais na Contemporaneidade”.

Boa leitura!

Conselho Editorial: Alexsandro Arbarotti; Felipe Padilha; Mariana Perozzi Gameiro

De vãos à vitrines: olhares sobre as cidades

Felipe Athayde Lins de Melo¹

Receber de colegas de pós-graduação o convite para escrever a apresentação do Dossiê “Olhares sobre as cidades” é, por si só, motivo pessoal de alegria. Um convite pode decorrer de diversos motivos, seja o reconhecimento, a simpatia, o interesse ou a mera casualidade de um encontro. E afora suas causalidades, um convite é sempre uma oportunidade. Oportunidade esta que, no meu caso, tornou-se ainda mais feliz quando me deparei com os textos que integram o presente Dossiê. Construiu-se uma ponte, cujos trajetos, tangenciais, buscarei descrever adiante.

De antemão, porém, importa informar o lugar – esta palavra comum, este conceito dispare! - que o Dossiê ocupa neste novo número da Revista *Áskesis*. Iniciativa dos discentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, a *Áskesis*, ao chegar a sua terceira edição, se alinha à perspectiva adotada por inúmeras revistas acadêmicas e científicas e incorpora a produção de dossiês temáticos como estratégia para a reflexão aprofundada sobre questões centrais de seu campo de investigação. Nesse sentido, a organização de artigos em torno do tema “cidades” permite à *Áskesis* oferecer aos seus leitores diferentes facetas das sociabilidades urbanas, tendo como fio condutor os diferentes processos de (des)organização do espaço público.

O dossiê inicia essa reflexão com o artigo de Renata Montechiare, doutoranda em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Intitulado “A cidade como narrativa – análises e reflexões sobre um bairro de Madrid”, o texto discute a construção de diferentes discursos sobre a paisagem urbana de Moncloa, histórico bairro madrileno onde se encontra um importante conjunto arquitetônico monumental, composto, dentre outras construções, pela Cidade Universitária de Madrid, pelo Palácio de La Moncloa – residência oficial do Primeiro-Ministro de Espanha – e pelo Cuartel General Del Aire – sede da “aeronáutica” espanhola. Mas é a partir de outra construção que a autora se propõe a discutir como os edifícios contam uma determinada história, história que é, em suas palavras, traduzida e interpretada por quem deles se apropria: trata-se do Museo de America, local de abrigo e exposição do discurso espanhol acerca da colonização da América.

Se, como descreveu o filósofo paraense Benedito Nunes, é a narrativa que preenche o vazio do tempo, dando-lhe substância por meio da matéria dos acontecimentos², a narrativa interpretada por Montechiare parece apontar, sobre o conjunto arquitetônico monumental de Moncloa, uma pluralidade de experiências, evocando sentidos que ultrapassam os objetivos originais para os quais cada construção foi erguida e indicando aquilo que o filósofo compreenderia como uma distensão da experiência espaço-temporal kantiana.

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, autor do livro “As prisões de São Paulo: Estado e mundo do crime na gestão da ‘reintegração social’”. felipealmelo@yahoo.com.br

² NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

Por outro lado, se a narrativa dá ao tempo uma característica multidimensional, tomá-lo numa perspectiva histórica é também uma forma de atribuir sentido e método à investigação sociológica. É nesse caminho que se desdobra a análise das políticas habitacionais do Brasil recente, tema discutido pelo mestrando em ciências sociais da UNESP/Marília, Tiago Dumont. No artigo “Uma análise da política urbana e habitacional no Brasil – a construção de uma ilusão”, a cidade é tomada em sua materialidade, enquanto lócus de produção do discurso capitalista do progresso, que cria uma distinção com o caráter supostamente atrasado da sociedade rural e, ao mesmo tempo, mantém intacta a base estrutural das desigualdades socioeconômicas, a saber, a propriedade privada e sua acumulação. Assim, se Montecchiare apontara o espaço urbano como um “lugar praticado” e que se constrói a partir dos percursos de seus habitantes, Dumont sinalizará que as cidades brasileiras foram construídas como espaços por onde “nem todos os cidadãos podem fluir”, instaurando-se, desde suas origens, as condições para uma crise permanente de habitação.

Ao retomar um percurso das diferentes políticas habitacionais gestadas e operadas no Brasil republicano, Dumont enfatiza as recentes propostas de desenvolvimento de “uma nova política urbana e habitacional” por meio da criação do Ministério das Cidades (2003), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2007) e da implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009), concluindo que, apesar dos “avanços do período (...) há um conjunto de dilemas e impasses (...) que apontam para a construção de uma permanente estrutura de produção e reprodução das desigualdades na sociedade brasileira”, motivo pelo qual, mais do que uma política destinada a superar a crise da habitação, tais iniciativas configurariam um novo componente da ilusão permanente que caracteriza o modo de produção capitalista.

A ação política do Estado é tomada n’outra perspectiva por Tarcísio Perdigão, mestrando em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e autor do artigo “Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado”. Argumentando que as interfaces entre cidadãos e burocratas do nível de rua – categoria de agentes estatais que lidam diretamente com a implantação/implementação das políticas públicas junto aos seus destinatários – abrem espaços para práticas de negociação ou barganha, em oposição à suposta racionalidade e funcionalidade da burocracia clássica weberiana, Perdigão aproxima sua análise aos estudos interacionistas acerca das condutas morais e dos desvios, nos quais tanto os agentes estatais como os cidadãos afetados pelas políticas públicas interagem como forças de influências mútuas, sendo capazes de ressignificar e alterar estas políticas, o que, em suas palavras, torna possível problematizar os “modelos teóricos sobre cidadania e governança”.

Para além dos sentidos das interações entre agentes estatais e cidadãos nos processos de ressignificação das políticas, as reflexões de Perdigão ressaltam outro importante alerta: a discricionariedade dos burocratas de nível de rua informa diferentes modos de gerenciar as irregularidades do cotidiano, por meio de formas difusas de controle e vigilância.

Esse é o tema retomado no artigo de Ana Cláudia Cifali, detendo-se agora na abordagem das políticas de controle do crime e vigilância penal. Mestranda em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e bolsista do programa CAPES/CNJ Acadêmico, a autora argumenta que, em que pesem as transformações e as diferentes fases observadas no processo de constituição de um pensamento criminológico brasileiro, alguns traços de continuidade e permanência podem ser encontrados nos processos de configuração das políticas públicas relacionadas ao controle do crime e à punição no Brasil, especialmente as marcas

de construção de um Estado patrimonialista e personalista, no bojo do qual se desenvolvem práticas de seletividade penal, de violência institucional e de hierarquização punitiva.

Nesse sentido, argumenta Cifali, o Direito Penal assume papel de centralidade na formulação e na aplicação da política penal brasileira, fortemente marcada pela coexistência de diferentes princípios de justiça, pela produção de normas e de práticas de criminalização dos setores populares, por uma rígida estrutura corporativa composta pelos membros do poder judiciário e por práticas de clientelismo entre as diversas esferas estatais de controle do crime e as diferentes instâncias do poder político e econômico. Tais aspectos, segundo a interpretação da autora, apontam para uma incompletude do Estado, fazendo das dificuldades de acesso à justiça e da crescente reprodução da violência uma marca central da sociedade brasileira contemporânea.

A violência permanece como tema de reflexão do Dossiê, sendo retomada no artigo de William Alvarez, “Fumando pasta base de cocaína en ‘La Zona’: ansiedad, adicción y violencia en las calles de Quito-Ecuador”.

Aqui, mais uma vez o espaço urbano surge como algo dinâmico, para além de sua localização geográfica ou identificação física. “La Zona”, adverte Alvarez,

nos ofrece un territorio amplio; concurrido, controversial, desigual, marginal y opulento, el cual atraviesa la vida cotidiana de jóvenes de clase media y alta de la ciudad. Este espacio también escenifica construcciones dualista que contraponen lo: diurno/nocturno, legal/ilegal, inclusión/exclusión.

Dessa forma, aquela distensão espaço-temporal que já aparecera no artigo de Renata Montechiare ressurgiu em novo cenário: Alvarez nos descreve como, em “La Zona”, signos e pessoas, arquitetura e percursos, movimentam-se e se interpenetram cotidiana e permanentemente, em dinâmicas que ultrapassam olhares e interpretações binários acerca da vida nas cidades. A abordagem do autor, entretanto, se distingue das reflexões anteriores: com base em observação participante e no estabelecimento de vínculos diretos com sujeitos que transitam por seu campo de pesquisa, Álvarez nos oferece uma análise marcante das relações que se desdobram pelo uso da pasta base de cocaína, tomando para isso a trajetória de Rosario, usuária que durante o período pesquisado somava 12 anos de experiência pelas ruas de “La Zona”.

O artigo de Alvarez fecha, sem encerrar, este primeiro Dossiê temático da Revista *Áskesis*, apontando as inúmeras possibilidades, objetos, sujeitos e caminhos para a produção sociológica sobre as cidades. Trata-se, nesse sentido, de um caminho que se faz pela criatividade, pelas trocas e interpenetrações entre autores, pesquisadores, sujeitos e fatos, objetos e imaginação, o que, em si mesmo, sinaliza um processo de fortalecimento da Revista *Áskesis* junto aos discentes que a organizam, àqueles que nela publicam e ao conjunto mais amplo de seus leitores.

E aqui ressurgiu aquela ponte que mencionara no início desta apresentação. A oportunidade de escrever este texto me trouxe a oportunidade de conhecer novas fontes bibliográficas, novas possibilidades metodológicas, novas abordagens para meu tema de pesquisa. Esta é, penso eu, a grande contribuição que uma revista de discentes pode promover: o diálogo de estudos, de perspectivas, a passagem, diria o velho Chico, dos vãos às vitrines.

Boa leitura!

A Cidade Como Narrativa: análises e reflexões sobre um bairro de Madrid.

Renata Montechiare¹.

Resumo

A presente proposta trata de patrimônios culturais e sua localização na cidade, trazendo como estudo de caso o bairro Moncloa, localizado em Madrid, Espanha, que possibilita pensar seu conjunto arquitetônico monumental como discurso, levantando pistas para a leitura sobre passado, presente e futuro e as relações com os “outros”. Pensar numa cidade que fala através de seu patrimônio implica uma análise sobre suas proposições de espaços, bem como o uso que moradores e visitantes fazem dela. Propõe-se um olhar etnográfico a partir do Museo de America, passando por uma série de monumentos, ruas e edifícios que juntos escrevem uma narrativa. Parte da aproximação e do distanciamento da antropologia em relação à cultura material ao longo do século XX, e atravessa os recentes debates sobre museus antropológicos, patrimônios e espaços.

Palavras-chave: Espaço. Paisagem. Museu antropológico. Monumento. Espanha.

Abstract

This paper presents questions about cultural heritages in relationship with the city, taking Madrid's neighborhood called Moncloa as a study case, and also think about architecture becoming a discourse about past, present and future. It's a proposition to think about a city speech through its monuments and landscape, considering how locals and visitors make a use of them. That's an ethnographic view from Museo de America and Moncloa neighborhood, going through their buildings, monuments, streets and other spatial references like a narrative.

Key words: Space. Landscape. Anthropological museum. Monument. Spain.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ.

De cima da colina, às portas do Museo de America, é possível observar uma paisagem constituída por edifícios, monumentos, avenidas e um parque. As placas e sinalizações das ruas indicam importantes referências para os motoristas e pedestres que chegam a Madrid: a cidade universitária, o palácio do governo, a entrada da cidade. Dalí ainda se vê ao longe o movimento das pessoas que caminham para tomar os transportes públicos numa grande estação que leva o nome do bairro.

Moncloa reúne um interessante complexo urbanístico: o principal eixo geográfico da região se dá no entorno da Calle Princesa, uma das ruas mais movimentadas da cidade. Esta rua pode ser descrita como a continuação ao norte da Gran Vía, avenida central de Madrid que corta o centro da cidade e vem sendo palco de seus principais acontecimentos. Funciona como se ao final da Gran Vía terminasse a “Madrid turística”, na Plaza España. Este desenho está presente em mapas e guias turísticos disponíveis e parece significativo para indicar o que, num passado recente, seria um dos limites da cidade: o distrito de Moncloa-Aravaca era considerado “afueras de Madrid”, ou seja, região e povoado que cercava a cidade mas que ainda não se encontrava exatamente dentro dela.

Se ao sul a Calle Princesa começa no fim da Gran Vía, ao norte termina próximo a estação de metrô e ônibus conhecida como Intercambiador de Moncloa, que por sua vez se localiza no subsolo da referida rua. No nível da rua, ao subir por uma das saídas desta estação, é possível enxergar um conjunto patrimonial: à frente um monumento de 40 metros de altura, o Arco de la Victoria; atrás dele à esquerda, a vista da Ciudad Universitaria, que abriga entre seus vários edifícios, o Palacio de la Moncloa e o Museo del Traje; também atrás do Arco, mas à direita estão a enorme torre do Faro de la Moncloa e o Museo de America; à direita da estação está um antigo mausoléu onde atualmente funciona a Junta Municipal del Distrito; à esquerda o Parque del Oeste e a seu lado esquerdo o palácio do Cuartel General del Aire.

Esta paisagem que se observa ao caminhar pelo bairro, cheia de monumentos e intervenções que parecem cuidadosamente planejadas, suscita algum estranhamento pelo fato de estar localizada numa zona distante dos principais pontos turísticos da cidade. Um visitante desavisado poderia lamentar seu próprio descuido na leitura dos guias e informações gerais sobre Madrid, e questionar-se sobre o porquê de não reconhecer os diversos grupos de turistas que caminham pela cidade neste espaço que parece tão significativo. De fato, os turistas não são muitos em Moncloa.

No entanto, para muitos espanhóis e latino-americanos que mantêm uma relação de interação permanente com este espaço, e com as várias possibilidades de entendimento sobre o que ele pode representar, Moncloa não é um cenário construído e engessado pelo tempo. É parte de uma narrativa que é constantemente reelaborada e que se mantém como geradora de sentidos às ações no tempo presente.

Estas duas formas de entendimento sobre uma paisagem, a que olha, descreve e traduz uma “imagem” para os que não a conhecem, e outra que é profundamente marcada pelas experiências locais, são descritas por Eric Hirsch ao tratar do conceito de paisagem e seus usos pela antropologia. Desde sua perspectiva, a visão objetiva de quem é “de fora” aos poucos vai dando lugar ao “ponto de vista nativo” (HIRSCH, 1985, p. 1), e a paisagem torna-se assim uma espécie de mediador entre relações sociais e visões de mundo.

Entendendo que cada um desses elementos arquitetônicos foi construído e modificado em momentos diferentes, como a percepção sobre esse espaço pode ser alterada ao longo do tempo? Porque pensá-lo como uma unidade? Quais as referências imediatas trazidas por estas construções? O que este arranjo pretende comunicar? São as condições mais objetivas

que parecem conduzir a reflexão sobre o que está para além da representação, da materialidade e da funcionalidade.

Espaço e lugar

Para introduzir uma descrição sobre estes monumentos e seu entorno, Michel de Certeau (2008) pode ajudar a elucidar o que se propõe a compreender como “espaço” e “lugar”:

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham um ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e variáveis de tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...]

Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. (De Certeau, 2008, p. 202)

E a distinção que o autor faz entre “mapas” e “percursos”, citando C. Linde e W. Labov na pesquisa sobre moradores da cidade de Nova Iorque, aponta uma direção para pensar neste conjunto de patrimônios madrilenhos:

O primeiro [mapas] segue o modelo: ‘Ao lado da cozinha fica o quarto das meninas’. O segundo [percursos]: ‘Você dobra à direita e entra na sala de estar’.

[...]

Segundo essa maneira de ver, pode-se comparar a combinação dos ‘percursos’ e dos ‘mapas’ nos relatos cotidianos com a maneira como são, há quinhentos anos, imbricados, e depois lentamente dissociados nas representações literárias e científicas do espaço. (Ibidem, p. 204)

De Certeau traça um interessante paralelo que envolve estabilidade e movimento: por um lado, “lugar” está associado a um “próprio”, e a descrição através de “mapas” parece preencher o rigor de controle que esta demanda de determinação geográfica pressupõe; por outro lado, “espaço” requer movimento e inter-relação, que pode ser dada pela descrição através do “percurso”. O autor destaca ainda a possibilidade de combinação de ambas as formas de descrição, em que uma pode condicionar ou supor a outra, o que significa pensar suas estratégias sem tomá-las tipologicamente.

Nesta linha, talvez seja rentável pensar numa ambivalência aproximada entre os discursos do patrimônio, ou melhor, entre o que se propõem a narrar através de um patrimônio cultural, e o que este mesmo patrimônio proporciona em termos de apropriação quando em

conexão com elementos temporais e contextuais. Trazendo para o universo do conjunto de edifícios e monumentos do bairro Moncloa, há um lugar físico e localizado no mapa da cidade onde se encontram fixados. Este lugar é dado, no momento da proposição de sua construção e/ou de seu uso, e é “próprio” no sentido de que cada um dos prédios ocupa um lugar específico: uma sobreposição de “lugares” seria impossível do ponto de vista das ciências exatas, uma vez que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço. Já as possíveis leituras feitas a partir do agrupamento destes “lugares” patrimoniais, quando transformados em “espaço”, traçam-se através de “percursos” porque são observados na relação de uns edifícios com os outros, do observador com o monumento, do prédio com a memória sobre o bairro, etc. Neste momento a sobreposição de leituras e interpretações torna-se evidente, como camadas de entendimento e apropriação sobre um mesmo bem patrimonial. Assim expõe-se a redução do poder de controle de um significado determinado quando posto em relação: o espaço passa a ser apropriado.

Este trabalho busca observar as possibilidades de entendimentos a partir de conceitos como espaço, memória e patrimônio, a partir do trabalho de campo realizado no bairro Moncloa, em Madrid, na Espanha. Utilizando um recorte específico que pretende dar conta de alguns monumentos, avenidas, ruas e instituições ali localizadas, estamos cientes de que muito mais fica de fora desta análise: uma série de obras de arte pública, placas comemorativas, praças, igrejas e demais elementos materiais desta paisagem também poderiam ser lidos desde a chave de entendimento aqui proposta, e que por questões metodológicas serão postos em segundo plano. Isto ratifica, a meu ver, o objetivo central deste trabalho que é analisar de que forma a ação objetiva de proposição, construção, manutenção e destruição de determinados elementos arquitetônicos e urbanísticos podem revelar interpretações variadas ao longo do tempo.

O olhar para o bairro aqui se dá a partir dos habitantes daquela região. Por tratar-se de uma área de grande circulação de pessoas, a apropriação do espaço acontece em diferentes graus de intensidade, e o habitar pode ser observado a partir da convivência com o lugar. Uma grande parte dos passantes circulam por Moncloa visualizando o bairro desde seus transportes: cruzam o Arco de la Victoria de ônibus ou de carro, chegam ao Intercambiador pelo metrô. Já os moradores parecem experimentar ruas, praças e monumentos como pontos de referência cotidiana e conhecimento especializado, uma vez que o bairro não atrai tantos turistas ou visitantes esporádicos. É neste percurso diário que se utilizam edifícios e monumentos concebidos objetiva e materialmente de forma apropriada, o que possibilita observar e refletir sobre os diferentes aspectos e significados que tomam quando postos em relação com o mundo dos habitantes de Moncloa.

Não por acaso, o olhar para este bairro parte de um ponto específico, o Museo de America, que traz consigo um emaranhado de disputas e reivindicações a partir da apresentação de suas coleções aos diferentes públicos. Por tratar-se de um museu, o que implica todos os debates contemporâneos entorno de sua atualização enquanto instituição; com temática latino-americana por excelência, trazendo grandes questões coloniais e migratórias; localizado numa região que foi palco de uma das importantes batalhas da Guerra Civil Espanhola, que por si só já agrega pontos de vista e disputas de narrativas variadas; cada elemento material que se apresenta no seu entorno compõe com ele uma paisagem que passa a ser lida a partir de diferentes possibilidades de interpretações. Mais do que mapear estes possíveis e diversos entendimentos, este trabalho busca compreender justo a possibilidade das leituras sobre um mesmo “espaço” comportarem tantas variações.

Paisagem como “processo cultural” (HIRSCH, 1985) talvez seja mote para o esforço que aqui se faz para desnaturalizar a noção de espaço, seja através da percepção de Tim Ingold (2011), que toma espaço como categoria demasiado abstrata, se contrapondo a ela e especificando-a, seja do ponto de vista de Augustin Berque (1994), que relativiza a noção de paisagem para tomá-la contextualmente.

Retornando às duas formas de descrição apresentadas no início deste trabalho, Hirsch afirma que paisagem vem sendo tomada como um conceito analítico que por sua vez organiza conceitos correspondentes como espaço e lugar, dentro e fora, representação e imagem. Para o autor, estas correspondências estariam agrupadas a partir de uma relação mais ampla, justamente a que se traduz nas duas formas de descrição da paisagem: a primeira que parte de um enquadramento objetivo, dos que olham a paisagem “de fora”, em correlação à segunda, do enquadramento subjetivo marcado pelo ponto de vista de quem habita a paisagem. Hirsch conclui: “What is being defined as landscape here is the relationship seen to exist between these two poles of experience in any cultural context. Landscape thus emerges as a cultural process” (1985, p. 5).

Neste sentido, pensar Moncloa como paisagem seria algo como reter sua imagem planejada, ou seja, aquela que foi desenhada como um determinado discurso, e situá-la ao lado da experiência dos que convivem com este ambiente. A paisagem estaria não na oposição entre estes pontos de vista, projeto político-ideológico de um lado, e leitura cotidiana e “apropriada” de outro lado, mas no que emerge a partir destes dois grandes campos de análise.

Esta perspectiva parece fazer sentido quando pensada a partir da leitura de Tim Ingold (2011). Para este autor, espaço é uma categoria excessivamente abstrata, vazia e alijada da vida e da experiência, sendo substituída por especificações por todos que com ela se relacionam de maneira íntima, como no caso das relações trabalhador/terra, pintor/paisagem, animais/pasto, viajantes/países. Assim como Hirsch, argumenta sobre a realidade objetificada em relação à subjetividade e amplitude de entendimentos que as categorias podem oferecer, sugerindo que são parte de noções abertas e sem regras rigidamente estabelecidas:

Life, according to this logic, is reduced to an internal property of things that occupy the world but do not, strictly speaking, inhabit it. A world that is occupied but not inhabited, that is filled with existing things rather than woven from the strands of their coming- into-being, is a world of space. (Ingold, 2011, p. 145)

De que maneira a análise de Ingold contribui para pensar o “espaço” Moncloa? Se para ele “espaço” não existe, e “lugar” se dá na experiência, no habitar e no movimento, ainda que haja um objetivo político definido para um espaço, é no momento em que ele se torna caminho percorrido ou lugar habitado que interpretações são produzidas. Da mesma forma que um discurso é direcionado a alguém que de alguma forma responde a algo anteriormente dito (GONÇALVES, 2007), ainda que a celebração de Moncloa responda diretamente à vitória da guerra projetada simbolicamente sobre aquele espaço, as novas e possíveis interpretações sobre o mesmo “lugar” também são discursos que por sua vez respondem à proposição objetiva anterior. Trata-se do movimento não circunscrito a horizontes delimitados de que fala Ingold:

Places, in short, are delineated by movement, not by the outer limits to movement. Indeed it is for just this reason that I have chosen to refer to people who frequent places as ‘inhabitants’ rather than ‘locals’. For it

would be quite wrong to suppose that such people are confined within a particular place, or that their experience is circumscribed by the restricted horizons of a life lived only there. (Ibidem, 2011, p. 149)

Com isso, aponta-se a perspectiva de efetivar a reflexão desta paisagem como um “processo cultural” que aproxima “lugar” e “discursos” para pensar que o percurso do movimento tanto de habitar como de ler o bairro, oferece a possibilidade de interpretação, para além da objetividade da paisagem planejada, construída e projetada sobre uma determinada área. É notório que uma ação não exclui a outra, e é daí que começam a surgir entendimentos e apropriações que fogem ao controle dos discursos estabelecidos, independente de responder a um ou a outro ponto de vista.

Já para Augustin Berque (1994), a paisagem é contextual. Sua pesquisa com grupos orientais mostra que o conceito de paisagem é inscrito em uma determinada época, o que condiciona o modo de ver. Uma paisagem bela, agradável, familiar traz imagens e experiências bastante diferentes de acordo com quem com ela se relaciona: “Il m’a fallu vivre dans cette île et étudier son histoire pour le comprendre: un paysage amène, un paysage où l’on se sent bien, pour un Japonais, c’est un paysage avec des rizières”. (Ibidem, 1994, p. 13)

Dá especial destaque para a reflexão sobre como a análise científica projeta seu modo de ver sobre o outro, perdendo a dimensão de que a paisagem é uma elaboração cultural, em suas palavras, algo que se aprende. A forma de olhar, de falar sobre e de identificar particularidades, para o autor seria parte desta aprendizagem: “Le paysage n’existe pas en dehors de nous, qui non plus n’existons pas hors de notre paysage. C’est pourquoi parler du paysage est toujours quelque peu une autoréférence” (Ibidem, 1994 p. 27).

Neste sentido, Berque traz uma dimensão que parece tornar mais claro os argumentos de Hirsch, Ingold e De Certeau: de certa forma, se o espaço se torna quando praticado, se ele é processo e experiência, esta aprendizagem significa que aprende-se a ler o mundo de acordo com suas referências, e essas referências, ainda que impostas ou massivamente compartilhadas, são ultrapassadas pelas experiências individuais e coletivas que, por sua vez, não estão delimitadas por um desenho prévio. Como diz Ingold, o conhecimento se dá no percurso:

For the things the inhabitant knows are not facts. A fact simply exists. But for inhabitants, things do not so much exist as occur. Lying at the confluence of actions and responses, they are identified not by their intrinsic attributes but by the memories they call up. Thus things are not classified like facts, or tabulated like data, but narrated like stories. And every place, as a gathering of things, is a knot of stories. (Ingold, 2011, p. 154)

Por hora, seria possível então pensar que, na medida em que muda a época – os acontecimentos, as referências, as experiências, etc., as percepções sobre a paisagem, ou sobre o ambiente também mudam. Mudaria então a percepção sobre Moncloa como paisagem ao longo do tempo, de área de campo de cultivo fora da cidade a campo de batalha, de campo de batalha a paisagem celebrativa da vitória na guerra, e assim sucessivamente. Construção e destruição produzem experiências e interpretações variadas no decorrer do tempo.

O museu

Este trabalho tenta refletir sobre espaços e discursos a partir das interpretações correntes sobre alguns dos monumentos e instituições significativos de Moncloa. O Museo de America é um deles por parecer contribuir com a construção objetiva desta paisagem de uma maneira bem distinta dos demais elementos.

Começamos pela forma como o museu se apresenta:

En 1943 se encargó el proyecto de la actual sede del Museo a los arquitectos Luis Moya y Luis Martínez Feduchi, empezándose la obra el mismo año y acabándose en 1954.

El nuevo edificio, siguiendo la ideología del decreto fundacional, pretendía sugerir la idea de la labor misionera y civilizadora de España en America. Por esta razón se concibió en un estilo historicista y neocolonial con un arco en la fachada, una torre que sugiere las de las iglesias barrocas americanas y una disposición conventual. Dicha disposición se observa tanto en las salas de exposición, que giran en torno a un claustro central ajardinado, como en el edificio anejo de servicios, que se estructura alrededor de un patio hoy convertido en sala de lectura. No obstante, no se llegaron a construir algunas partes proyectadas, como los actuales claustros y la esquina noroeste que fue concebida como iglesia. (www.museodeamerica.mcu.es/historia_edificio.html²)

O mito de origem deste museu passa por duas datas aparentemente contraditórias: o decreto republicano de criação do museu em 1937³, em plena guerra civil, com o objetivo de reunir coleções e objetos “americanos” espalhados pelas demais instituições na Espanha, e que se chamaria Museo Arqueológico de Índias; e o decreto de 1941, já durante o governo do General Francisco Franco, e com o nome de Museo de America (GONZÁLEZ, 2010). Ambos previam sua construção na Ciudad Universitaria, região no entorno de Moncloa, e tomavam como premissa dar ênfase ao passado colonial espanhol e suas relações com as ex-colônias americanas. Pelo lado dos republicanos, o objetivo era “enfatizar la labor colonizadora de España en América”, e pelo lado franquista, “visibilizar y enfatizar la ‘gesta’ española del descubrimiento y la colonización de América” (Ibidem, 2010, p. 116).

Um dado curioso que se observa na leitura de ambos os decretos é a decisão sobre a localização do museu na mesma região. Ainda que somente em 1965 o Museo de America abra definitivamente suas portas ao público para exibição das coleções, depois de uma série de acontecimentos relacionados à abertura do museu (obras de construção; agrupamento das coleções em outro museu da cidade, o Museo Arqueológico Nacional; conclusão das obras em 1954; e transporte das coleções para o edifício definitivo em 1962), desde o primeiro momento esta região foi pensada como local de abrigo dos artefatos de cultura material oriundos da “America”, existentes na capital espanhola⁴.

² Página visitada em 24 de julho de 2013.

³ A partir de uma petição organizada pelo Congresso Internacional de Americanistas de 1935, realizado em Sevilla. Ver JIMENEZ, Felix. *Museo de America, mucho más que un museo*. Artigramma, núm. 24, 2009, pp. 83-118. ISSN: 0213-1498

⁴ No início da década de 1980 o Museo de America fecharia suas portas mais uma vez para dar continuidade às obras não concluídas e promover um novo desenho da exposição permanente. Apesar dos planos de reabertura na ocasião do V Centenario del Descubrimiento de America, em 1992, o museu reabre apenas em 1994 (Gonzalez, 2010).

Algo en esta tozuda semántica espacial nos dice que el lugar del emplazamiento del Museo no ha sido casual, sino que se ha seleccionado ese sitio por considerar su significación apropiada para la institución. El edificio, un convento colonial con iglesia y torre, y todas las asociaciones que se establecen con el entorno, con los nombres de las calles, con los significados de otros conjuntos edilicios, hacen pensar en una decisión deliberada. A poco que se conozcan las líneas básicas de la política exterior del franquismo todo ello resulta coherente con los propósitos del régimen: utilizar la relación presuntamente privilegiada de España con los países americanos – en virtud de la lengua, la religión y la historia – como moneda de cambio con las potencias rectoras del orden internacional – Alemania en los primeros años de la Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos, después. (González, 2001)

Se há uma leitura corrente de que a escolha do local de construção do Museo de America dialoga proximamente com o discurso oficial de celebração da vitória franquista, compondo objetivamente a paisagem com a ênfase no passado glorioso da Espanha imperialista na America, pensar o decreto dos republicanos orientando a construção do museu neste mesmo “espaço” talvez leve a supor que o discurso do qual o museu foi referência serviria a ambos, republicanos e franquistas. E se servia a dois pontos de vista opostos num contexto de guerra civil, talvez venha servindo a muitos outros. Trata-se da paisagem sendo elaborada de maneira relacional e projetada sobre um espaço idealizado.

A partir de 1994 a coleção permanente do Museo de America ganha uma renovação nas suas formas de exibição, dialogando com outros modelos de exposições em museus de antropologia na Europa. Atualmente, é o desenho projetado em 1994 que se apresenta ao público, tendo havido neste período a substituição de alguns objetos, sem contudo alterar significativamente a narrativa que desde então se propõe a comunicar. De acordo com Félix Jiménez, subdiretor no Ministerio de Cultura de España, em uma palestra ministrada no Museo de America⁵, a nova montagem adotou inspirações das teorias neo-evolucionistas norte-americanas depois de um grande debate interno sobre que tipo de museu conceber, e a opção teria sido pelo fim do caráter etnocêntrico atribuído a instituição.

Até aqui, entendemos que, de certa forma, a paisagem externa ao museu se complementa através de sua existência material. O Museo de America compõe junto a outros elementos a paisagem narrativa objetiva de Moncloa no pós guerra. Entretanto, não parece ser apenas externamente que se pretende compor uma paisagem a partir do Museo. O desenho e composição da exposição foi significativamente alterado num dado momento em que parece ter havido uma necessidade de se recontar a história a partir de um novo ponto de vista. Desde esta lógica, uma nova paisagem interna se compõe sem, no entanto, interromper o diálogo com a paisagem externa. Em outras palavras, parece haver um esforço de continuidade entre o que se narra fora e o que se narra dentro do museu. Curiosamente, esta narrativa também se dá a partir da visualidade que a paisagem permite dar a observar, neste caso através de objetos, fotografias, imagens e especialmente através do espaço, que se renova e se reconfigura através da cenografia utilizada pelo museu.

O museu organiza a exposição permanente em cinco grandes áreas, divididas em dois

5 em 30 de junho de 2011.

andares de exibição: “El conocimiento” e “La realidad de América”, no primeiro andar e “La sociedad”, “La religión” y “La comunicación” no segundo andar. Enfatiza o saber científico como grande organizador das interpretações das “culturas” ali expostas através de sua produção material. Cada uma destas grandes áreas se desdobra em subdivisões, visando dar conta de diferentes contextos culturais, mas também da funcionalidade de objetos, materiais com os quais são feitos, estilos, tecnologias empregadas, etc.

Este primeiro andar apresenta um conjunto discursivo linear, cronológico e evolutivo, exibindo objetos supostamente capazes de demonstrar os conceitos apresentados. Desta forma, enquanto plumárias indígenas amazônicas e artefatos domésticos de cerâmica compõem a sala que apresenta o descobrimento da América pelos espanhóis, cartografias e pinturas com a temática da mestiçagem são exibidas na parte destinada à “realidade da América”. Este bloco da exposição traz ainda uma série de painéis que marcam a presença demográfica e a variedade étnica e lingüística do continente, do norte do Canadá ao sul da Argentina. É curioso o título da informação que o museu traz sobre a presença africana no continente, chamada de “Emigración Africana” pela exposição.

“La sociedad” corresponde à parte final da exposição do primeiro andar e tem seqüência na parte inicial do segundo andar, sendo dividida em “ciclos vitais”, onde são expostos objetos ilustrativos de ritos de passagem, e “sociedades igualitarias y complejas” já no segundo andar, exibindo reproduções de moradias de diferentes partes da “América” em tamanho real, além de objetos que buscam demonstrar relações de poder e governança:

[...] las sociedades igualitarias, en las que se exponen las organizaciones más primitivas de bandas y tribus, incluyendo, a través de reconstrucciones de sus viviendas, las formas de su vida cotidiana; y las sociedades complejas, en las que se muestran las sociedades de jefaturas y los estados, bien de época precolombina o colonial o bien actuales, y exponiendo al visitante sus diversas formas de vida. (Jimenez, 2009, p. 92)

As duas últimas grandes áreas da exposição permanente, “La religión” e “La comunicación” tratam de expor o que se considera a mescla entre culturas do “velho e novo mundo”. São apresentados os objetos tomados como representativos do catolicismo “americano” na seqüência de artefatos de diferentes “crenças” existentes no passado do continente. Esta parte da exposição abriga uma das salas consideradas mais valiosas do museu, e que também concentra grandes polêmicas relativas à repatriação de patrimônios. O chamado Tesouro dos Quimbayas⁶ é apresentado numa sala bastante distinta das demais, de pequenas dimensões, circular e com luz reduzida, ao lado de uma múmia de Paracas⁷ e seus objetos funerários. Em uma visita guiada oferecida pelo museu, tive a oportunidade de ouvir de uma de suas funcionárias a explicação detalhada, antes de nossa entrada na referida sala, sobre a doação daqueles artefatos pelos governos dos respectivos países, isentando assim o museu de qualquer responsabilidade nos debates sobre a requisição tanto dos artefatos em ouro quanto dos restos funerários.

Por fim, “La comunicación” traz o que o museu considera sua “obra prima”, o Códice Tro-

6 Há um projeto de repatriação conduzido por um grupo colombiano. Ver <http://www.tesoro.quimbaya.com/>, visitado em 24 de julho de 2013.

7 Ver inventário 70311 em www.ceres.mcu.es, visitado em 23 de julho de 2013.

-Cortesiano ou Códice de Madrid⁸, ao lado da apresentação audiovisual de duas peças: uma que traz personagens indígenas do continente e suas línguas – guarani, quechua, aymara, navajo, maya -, e grandes nomes da literatura latino-americana de língua espanhola, como Julio Cortazar, Mario Vargas Llosa e Pablo Neruda.

A partir desta aproximação ao Museo de America, diversos temas relativos à relação entre metrópole e ex-colônias emergem quando tomadas num contexto de revisão dos modos de representação evocados pelos museus (JORDANOVA, 1989; CLIFFORD, 1999). Se vínhamos analisando Moncloa como território de significados e interpretações variadas, objetivamente planejadas num diálogo entre forças ideológicas marcadas prioritariamente pelo contexto da Guerra Civil Espanhola, a presença de um museu com referências coloniais estende o debate a outros campos não considerados.

Pensar neste “museu do outro” (DUARTE, 1998; L’ESTOILE, 2007), no caso em questão parece remeter a um “museu de si mesmo”: funciona como se o Museo de America, apesar de reunir, classificar, tratar e exibir artefatos oriundos do continente americano, contasse através destes objetos uma história relativa à Espanha, e contribuísse intencionalmente na construção de um imaginário glorioso e unificador desta nação. Por outro lado, aciona uma série de questionamentos relativos à hierarquia herdada das relações coloniais que se manifestam nos modos de reprodução das representações, em que a voz é atribuída à metrópole/ciência que fala em nome das colônias, destituídas de conhecimentos pertinentes à composição de uma narrativa museal.

Ainda que se entenda serem estas as duas maiores questões para análise sobre este museu de uma maneira geral, sua existência, localização, seus objetos e especialmente a forma de organizá-los produz entendimentos que ultrapassam estas dimensões. Aqui novamente os autores citados no início deste trabalho são recuperados: trazer as referências de espaço, paisagem e experiência pode contribuir para pensar no “habitar” um museu, ou seja, torná-lo lugar de construção de sentidos particulares na medida em que é apropriado e vivido por quem com ele se relaciona. A gradação de tons de discursos que o museu é capaz de emitir foge aos parâmetros circunscritos por quaisquer grandes temas que o atravesse, ainda que eles não possam ser postos de lado. O museu não é portanto um lugar neutro e vazio, à espera de preenchimento. Ao contrário, parece ser a vivência (o habitar) que organiza estruturalmente entendimentos e interpretações projetados sobre ele.

O bairro

O recorte aqui pensado abriga parte do distrito de Moncloa-Aravaca, e ali se destacam três importantes marcos referenciais para o deslocamento e identificação geográfica dos moradores da cidade: o Intercambiador de Moncloa, o Palacio de la Moncloa e a Ciudad Universitaria. Cada um deles confirma um ponto de referência por características e usos distintos: o Intercambiador de Moncloa por ser estação de metro, trem e ônibus: localizado numa das saídas da cidade, é local de trânsito de muitos moradores e visitantes que circulam por Madrid; o Palacio de la Moncloa por ser o complexo de edifícios que abriga a sede oficial do Governo Espanhol; e a Ciudad Universitaria que traz consigo estudantes e professores moradores e frequentadores da região.

⁸ Cultura maya, período Pós-clássico (900-1550 d.C.). Ver inventário 70300 – Catálogo del Museo de America: <http://museodeamerica.mcu.es/>, visitado em 23 de julho de 2013.

O Arco de la Victoria talvez seja o mais emblemático dos monumentos deste circuito. Ilustra a conquista de Madrid pelo General Francisco Franco, entrando na cidade com suas tropas por esta região, pondo fim à Guerra Civil Espanhola em 1939. Sendo possível vê-lo desde algumas das grandes ruas e avenidas do entorno, ergue-se de forma monumental relembrando aos passantes a presença física da vitória de um grupo. Imponente, o Arco pode parecer uma das diferentes “portas” de Madrid, como a Puerta de Alcalá ou a Puerta de Toledo, e de certa forma talvez também possa ser lido desta maneira, uma vez que no momento da “conquista” esta região não se localizava dentro da cidade.

Do Arco de la Victoria se vê ao longe a Ciudad Universitaria, enorme área plana com diversos prédios administrativos e centros de pesquisa, que abriga além da Universidad Complutense, o Museo del Traje e o Palacio de la Moncloa. Por ser a sede atual do Governo Espanhol e residência oficial do Presidente e sua família, o Palacio é mantido fora do campo de visão dos que cruzam a Ciudad Universitaria, sendo possível apenas ver alguns dos demais prédios do governo. Trata-se de um conjunto de edifícios chamado “complejo de la Moncloa”.

O Museo del Traje, localizado entre o Arco de la Victoria e o Palacio de la Moncloa, reúne o que se poderia considerar coleção de objetos etnográficos espanhóis em exposição. Abrigado num edifício modernista bastante distinto dos demais prédios deste conjunto patrimonial, o museu trata cronologicamente da história da indumentária na Espanha, apresentando de peças de acervos arqueológicos às de grandes marcas do mercado de moda contemporâneo. É interessante pensar que, na divisão das coleções etnográficas pertencentes ao Estado, o que se refere aos “modos de vida” espanhol passou por uma curadoria que privilegiou apenas a vestimenta como fio condutor.

Saindo deste museu de volta em direção ao Arco está o Museo de America e o Faro de la Moncloa, nome popular dado à Torre de Iluminación y Comunicaciones del Ayuntamiento de Madrid. O Faro é uma estrutura metálica, com projeto arquitetônico também bastante diferente dos demais, de cerca de 100 metros de altura, localizado na lateral do Museo de America. Seu plano inicial de construção e utilização passa por características interessantes pra pensar seu entorno: a proposta mais utilitária de servir às centrais de comunicação da cidade foi rapidamente adaptada à função de mirante para a visitação do público. Também fez parte do plano criar um elemento visual identificador que, junto aos demais edifícios e torres espalhados pela cidade contribuíssem para a imagem da vida moderna de uma grande cidade européia.

O Museo de America, como acima descrito, está localizado junto ao Faro, encima de uma colina e possui uma torre bastante alta como a de uma igreja, o que faz com que seja identificado desde grande distância. Situado fora da zona turística e em especial dos percursos de museus⁹, o Museo de America recebe visitantes de escolas e pesquisadores das universidades.

A Junta Municipal del Distrito de Moncloa-Aravaca seria o próximo edifício no percurso estabelecido a partir do Museo de America. Este é mais um monumento com referência direta à Guerra Civil Espanhola. Sua localização forma um triângulo com o Arco de la Victoria, à direita, e com o Cuartel General del Aire, à esquerda, e foi construído como um mausoléu aos mortos da “Batalla de Madrid” ao final da guerra, na grande planície onde está situado. Seu uso foi posteriormente adaptado a uma instância administrativa do distrito.

Por fim, o Cuartel General del Aire faz parte do que se denominava “plaza de los caídos por Madrid”, que encerra o triângulo de monumentos construídos no período de governo fran-

9 Arredores do Museo Nacional del Prado.

quista. O prédio prolongou as estruturas de um antigo presídio, um panóptico, e abriga as dependências do que seria a Aeronáutica espanhola. Seu estilo arquitetônico lembra o Monasterio del Escorial, construído no século XIV nos arredores de Madrid.

Tratar cada um destes elementos patrimoniais dentro da discussão sobre espaço e paisagem consiste em considerá-los sob novos arranjos e compreensões, entendendo que todo o processo objetivo e subjetivo de leituras opera no sentido de compor referências e narrativas sobre a cidade, e formular concepções de alteridade. Daí a hipótese aqui levantada de que estes edifícios contam uma determinada história, que são imediatamente traduzidas e interpretadas por quem deles se apropria. O esforço de análise que aqui é proposto passa por considerar algumas das atuais interpretações que estes monumentos proporcionam quando pensados na relação de uns com os outros, depois de conhecer seus propósitos mais objetivos.

No caso do Museo del Traje e do Faro de la Moncloa parece haver uma “imaginação no sentido da produção de uma imagem do patrimônio”, nas palavras de Jean-Louis Tornatore (2010). Ambos parecem pensados como encaixes de uma produção de entendimento sobre a nação, por um lado, e a cidade, por outro. Em contraponto com as demais coleções etnográficas expostas em Madrid, o museu traz o que institucionalmente se apresenta como Espanha, e destaca-se tanto pela proposta arquitetônica modernista quanto pela exclusão de leituras sobre a coleção que a aproximaria de “culturas” de todo o mundo. E talvez seja nesse sentido que a proposta deste museu o aproxima de seu monumento patrimonial vizinho, o Faro, que também através da arquitetura pretende recolocar a cidade numa plataforma de “modernidade” e atualização em relação às demais capitais da Europa¹⁰.

Desta forma, ainda que se possa atribuir as mesmas características de “imaginação” para os demais edifícios deste entorno, estes dois bens patrimoniais narram uma idéia contemporânea do país, tanto internamente quanto externamente, seja pela maneira como apresenta o “modo de vida” espanhol através da indumentária num edifício modernista, seja através de um “arranha-céu” possível de ser reconhecido em diferentes pontos. Estes bens de certa forma inscrevem a nação num circuito específico, que ao contrário de evocar o passado, como os demais edifícios, promovem uma imagem que dita o presente construído, ou o futuro. Já o triângulo desenhado pelo Arco de la Victoria, Cuartel General del Aire e Junta Municipal del Distrito celebra objetivamente, e cada edifício a seu modo, a conquista de Madrid pelas tropas franquistas, dando início a um período histórico na Espanha que produz diferentes interpretações desde então. Este conjunto parece remeter à temporalidade de um passado recente que mobiliza os pontos de vista e propõe uma imagem simbólica unificada de um espaço geograficamente delimitado na cidade. Daí retomamos a hipótese sobre o Museo de America analisada acima, que anunciaria uma terceira temporalidade, a de um passado antigo, acesando o canal que traz “America” como elemento de composição da identidade espanhola.

Nesse sentido, percebe-se a sobreposição de temporalidades e camadas de entendimentos, mesmo que não houvesse disputas explícitas reivindicando cada um destes monumentos individualmente ou em conjunto. Parece haver um processo de elaboração que não está fundado na materialidade do objeto que celebra, e nem no que essa celebração tenta dar conta. Funda-se numa pluralidade de experiências traduzidas em leituras e interpretações que podem aparecer ao longo do tempo sobre um determinado espaço, paisagem ou lugar. Para além da representação, estes monumentos parecem evocar sentidos, uma vez que ul-

10 O Faro de la Moncloa foi construído no contexto da celebração de Madrid como Capital Cultural Européia, em 1992, coincidentemente ano do V Centenario del Descubrimiento de America. Para este ano também estava programada a reabertura do Museo de America após uma grande reforma, projeto concluído apenas dois anos depois.

trapassam seus objetivos originais e ganham novas vidas quando sobrepostos aos sentidos e usos dos demais. Se a história espanhola pode dizer muito sobre cada um destes edifícios, o olhar dos passantes pelas ruas do bairro atribui a eles outros significados. Ainda que não contraditórios, acontece como se os pontos de vista se acumulassem nestes monumentos e acabassem por construir entendimentos individuais e coletivos para explicar a presença e permanência de cada um deles no lugar onde se encontram.

Entendendo que algo se torna patrimônio a partir da reivindicação de memória, pertencimento ou identidade de um ou mais grupos, pretende-se aqui abrir um espaço para refletir sobre o que este conjunto pode evocar em termos de narrativas históricas e identitárias aos “habitantes” de Moncloa. Refletir sobre o que estes monumentos destacam pode contribuir para remontar alguns encaixes que possibilitaram sua composição da forma como se apresenta.

Bibliografia

BERQUE, A. 1994. Paysage, milieu, histoire. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris, Champs Vallon.

CLIFFORD, J. 1999. Cuatro museos de la costa noroccidental: reflexiones de viaje. *Itinerarios transculturales*. Barcelona, Gedisa.

DE CERTEAU, M. 1994. Relatos de espaço. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

DUARTE, A. 1998. *O museu como lugar de representação do outro*. Porto, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <http://ceaa.ufp.pt/museus2.htm> [Acessado em 15 de julho de 2013].

GONÇALVES, J. R. S. 2007. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro, IPHAN.

GONZALEZ, M. 2001. *El doble juego de la hispanidad*. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia.

_____; Bohoslavsky, E.; Di Liscia, M. S. 2010. Entre el desafío y el signo Identidad y diferencia en el Museo de América de Madrid. *Alteridades*, 21 (41), 113-127.

_____; Monge, F. 2007. El Museo de America, modelo para armar. *Historia y Política*, 18. Disponível em: <http://www.cepc.gob.es/en/publications/journals/electronicjournals?IDR=9&IDN=647&IDA=26846> [Acessado em 15 de julho de 2013].

HIRSCH, E. 1985. Landscape: between place and space. *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*. Oxford: Clarendon.

INGOLD, T. 2011. Against the notion of space: place, movement, knowledge. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London and New York, Routledge.

JIMENEZ, F. 2009. *Museo de America, mucho más que un museo*. Artigrama, 24, 83-118.

JORDANOVA, L. 1989. Objects of knowledge: a historical perspective on museums. *The New Museology*. London, Reaktion Books.

L'ESTOILE, B. 2007. À qui appartiennent les objets des Autres? Un patrimoine disputé. *Le Goût des autres: de l'exposition colonial aux arts premiers*. Paris, Flammarion.

MUSEO de America: *Historia del Edificio*, Museo de America. Madrid. Disponível em: www.museodeamerica.mcu.es/historia_edificio.html [Acessado em 23 de julho de 2013].

TORNATORE, JL. 2010. *Patrimônio, memória, tradição, etc.: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado*. Revista Memória em Rede, 1. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/52/51> [Acessado em 15 de julho de 2013].

Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil – A construção de uma ilusão

Tiago Vieira Rodrigues Dumont¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo evidenciar as limitações da recente expansão urbana brasileira e, mais especificamente, a política habitacional para a população de baixa renda, focada no Programa Minha Casa, Minha Vida. Entende-se que esse Programa objetiva democratizar o acesso à moradia para as populações excluídas do mercado imobiliário, resultando num direito a cidade. Com isso, buscaremos pensar como as ações realizadas entre o final do século XX e início do século XXI, em diferentes governos, vislumbram a constituição de uma insuficiente política urbana e habitacional voltada para população de baixa renda. Desse modo, a gênese da habitação popular como resultante da estrutura de classes e da distribuição de renda no modo de produção capitalista constitui-se numa proposta ilusória.

Palavras-chave: expansão urbana, política habitacional, segregação sócio-espacial e preços no mercado imobiliário.

An Analysis of Urban Policy and Housing in Brazil – The construction of an illusion

Abstract

This article aims to highlight the limitations of recent Brazilian urban sprawl and, more specifically, the housing policies for low-income population, focused on Program My House, My Life. It is understood that this Program aims to democratize access to housing for the populations excluded from the housing market, resulting in a right to the city. With that, we will consider how the actions taken between the late 20th century and 21st century, in different governments, see the constitution of a insufficient urban and housing policy geared towards low-income population. Thereby, the genesis of housing as a result of class structure and income distribution in the capitalist mode of production constitutes a deceptive proposal.

Keywords: urban sprawl, housing policy, socio-spatial segregation and prices in the housing market.

¹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília.

Introdução

O presente artigo busca apresentar, em dois momentos, um breve histórico da recente política urbana e habitacional no Brasil. Tal perspectiva tem como objetivo demonstrar como o Estado (capitalista)² se consolidou como mediador de uma política urbana e habitacional no país. Para isso buscaremos demonstrar o processo de acontecimentos que possibilitaram a esse Estado, em diferentes conjunturas, tornar-se o mediador desta política. Ao discorrer sobre fatos e acontecimentos relacionados a esse tema, buscaremos explorar as matrizes discursivas e os correspondentes fundamentos de agentes envolvidos no processo de produção de motivações reformistas do espaço urbano, onde se verifica um descontentamento e críticas às concepções predominantes.

Neste sentido, analisaremos num primeiro momento, como a importação de um discurso, mas também, de uma prática, foi capaz de moldar a construção da política urbana e habitacional no Brasil, assim como, um possível rompimento com esta perspectiva, à medida que, se buscou propor e produzir uma visão (própria) de política urbana e habitacional. O ponto de partida foi analisar como o contexto capitalista produziu o espaço da cidade e a necessidade de uma fragmentação e/ou ruptura com o espaço rural. Evento esse marcado pela disputa entre os que se consideram desenvolvido e atrasado, pela tensão entre o formal e o ilegal e, por fim pela hegemonia do que é moderno em detrimento do passado. É a partir da necessidade de se produzir um progresso que o espaço urbano se tornará central na contemporaneidade. Construindo assim, um mundo e, o Brasil esta nele inserido.

O segundo momento, ira focar na particularidade da política urbana e habitacional do Brasil, destacando (brevemente) as ações do Estado brasileiro entre, os anos de 1880 e 2010, oscilando, neste período, entre o “absenteísmo” e, depois, com a chamada “era LULA” no fomentador de uma política urbana e habitacional. Para isso, buscaremos demonstrar como, a constituição e consolidação, da República Federativa (em 1889) será definidora de uma política urbana e habitacional. No entanto, esta política irá, entre 1930 e 1988, oscilar entre ações macroeconômicas e uma Ditadura Militar. Após um intenso processo de debate e disputas em torno dos possíveis, o Estado brasileiro, irá, pós-1988, passar a recuperar e incorporar novas diretrizes que possam nortear a política urbana e habitacional conduzida pelo, agora, Estado Democrático de Direito, produzindo assim um conjunto de ações e programas que visam construir novas diretrizes para política urbana e habitacional do país.

Algumas características do planejamento urbano brasileiro

Ao analisar o processo de urbanização do Brasil, entre os séculos XX e XXI, podemos perceber que ele resultou da intensificação do processo de industrialização, na qual, o país deixou de ser predominantemente organizado a partir do meio rural para ser estruturado a partir das cidades. Tal contexto orientou a ação do Estado para uma lógica que subordina a política urbana e habitacional aos interesses de reprodução das relações capitalistas de produção,

² E diante do avanço e da consolidação do modo de produção capitalista que o Estado se tornar o mediador de políticas urbanas e habitacionais, pois a terra urbana é tratada como capital. Será, portanto, através do processo de produção de capital que o Estado irá mediar uma relação social, na qual, a renda fundiária urbana sustenta o processo de acumulação da indústria.

resultado de um processo colonial, que privilegiou a consolidação da propriedade fundiária.³ Ou seja, o modelo urbano-industrial se constituiu como modelo hegemônico sem alterar as estruturas do modelo anterior, mantendo uma estrutura agrária sustentada no latifúndio e na concentração de renda. Essa estrutura foi determinante na organização sócio-espacial brasileira, pois segundo Leonardo Botega (2008, p. 2):

No Brasil o processo de industrialização-urbanização, teve início na passagem do Império para a República, quando o país vinha substituindo a mão de obra escrava pelo trabalho livre, a partir do primeiro surto apreciável de industrialização que ocorre no último decênio do Império.

A ordem da política urbana na República Velha era o embelezamento do espaço urbano com a finalidade de atrair os investimentos estrangeiros. Cidades, como o Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG, passaram, no início do século XX, por um intenso processo de modernização, o que para elite da época significava fazer com que as cidades brasileiras se alinhassem às grandes cidades européias, passando uma visão de progresso. Foi, deste modo, que um conjunto de leis, decretos e editais foram produzidos com a finalidade de organizar e promover o espaço urbano, à medida que, eram aplicados parâmetros de uso e ocupação do solo.⁴

A partir do ano de 1930, o governo de Getúlio Vargas, vai incentivar e aprofundar as modificações que vinham ocorrendo na estrutura das cidades brasileira, pois ao produzir um modelo de desenvolvimento sustentado pela substituição de importações, gerou uma industrialização e urbanização do país. O Brasil vivenciou, desde então, um intenso processo de urbanização, como podemos verificar, abaixo, no Quadro 1:

Quadro 1 - Distribuição da População Brasileira de 1940 a 2010.

Ano	População Urbana	População Rural
1940	31,2%	68,8%
1950	36,2%	63,3%
1960	44,7%	55,3%
1970	55,9%	44,1%
1980	67,6%	32,4%
1990	73,9%	26,1%
2000	79,0%	21,0%
2010	82,6%	17,4%

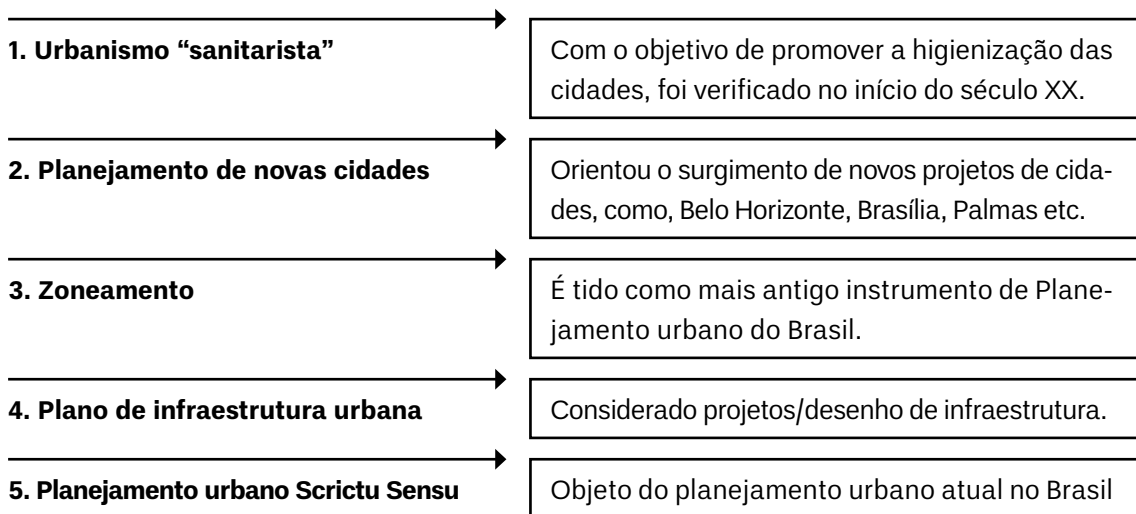
Fonte de dados: IBGE, censos demográficos.

3 É importante ressaltar que até meados do século XIX a concessão de terras, no Brasil, era função da coroa – em forma de sesmarias. Com a aprovação da Lei de Terras, em 1850, o solo passou a ter um caráter de propriedade privada, pois era necessário pagar por ela. Tal processo resultou na ocupação indiscriminada das terras e na expulsão de pequenos posseiros por grandes proprietários rurais. Estava, a partir desse momento, se consolidando o latifúndio brasileiro.

4 Neste momento, podemos dizer, que um conjunto de instrumentos disputam ocupar um lugar de hegemonia na política de planejamento urbano no Brasil. Estes instrumentos tinham como objetivo possibilitar a abertura de vias para melhorar o trânsito, o embelezamento e a higienização das cidades no Brasil.

Esse processo de urbanização foi, segundo Flavio Villaça (1999), constituído por cinco principais correntes, como demonstrado, abaixo, na Figura 1:

Figura 1 – Correntes do urbanismo no Brasil



Essas correntes são para, Benny Schavsberg (2013, p 7-8), divididas nos seguintes períodos: No planejamento urbano brasileiro essas cinco correntes ocorrem por períodos que podem ser classificados em: Planejamento urbano no período do Séc. XIX a 1930, de 1930 a 1990 e do período de 1990 aos dias atuais. No período entre o Séc. XIX e o início da década de 1930, são atuantes as correntes do zoneamento, o planejamento de novas cidades (O Plano de Belo Horizonte de 1898), dos planos de embelezamento e melhoramento, do urbanismo “sanitarista” e dos planos de infraestrutura. No período subsequente, de 1930 até início de 1990, são atuantes as correntes dos Planos de infraestrutura urbana, o Planejamento *Scriptu Sensu* e o planejamento de novas cidades, com destaque para o Plano de Brasília de 1957. No período de 1990 aos dias atuais, que passam por novos marcos jurídicos é atuante o chamado Planejamento *Scriptu Sensu*.

No Brasil algumas cidades, como São Paulo, tiveram, a partir desse modelo, o desenvolvimento econômico, político e social do seu território. O que promoveu uma concentração espacial das instalações e atividades da indústria na região metropolitana de São Paulo, formando assim, um crescimento regional no país. Esse crescimento desigual gerou redes territoriais e de cidades também de forma concentrada e irregular. Enquanto numa região do país cresce a população, os investimentos e o desenvolvimento urbano e tecnológico, noutras, todos esses elementos vão se desenvolvendo num ritmo bastante lento, muitas vezes repleto de desproporções. Voltada à reprodução do capital internacional, as grandes cidades para onde convergem as principais atividades econômicas e políticas dos países em desenvolvimento - geraram ambientes que abrigam todas as classes sociais, de modo a reproduzir a intensa desigualdade sócio-espacial construída em seu processo de modernização.

Será, portanto, diante desse intenso processo de urbanização que uma “crise de habitação” vai emergir na sociedade brasileira, pois temos a aplicação ou consolidação de políticas

conservadoras, como, por exemplo, o Estatuto do trabalhador rural, em 1963, onde pessoas eram expulsas do campo, com o objetivo de baratear a mão de obra nos grandes centros urbanos, afetando principalmente as classes populares. Assim, se desenvolveram as cidades brasileiras, onde a valorização extremamente desigual das áreas da cidade instaura a segregação espacial, ou seja, nem todos os cidadãos podem fruir por todas as áreas urbanas. Isso é facilmente observável: o preço da terra e de imóveis semelhantes varia conforme a localização, função e uso. Isso determina diversos tipos de acesso e de condições de habitação.

A política urbana e habitacional do final do Séc. XIX a 1930

No fim do século XIX, no Brasil, há uma conjunção de acontecimentos⁵ que influenciaram a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. É nesse momento que verificamos a ampliação e consolidação da chamada “cidade ilegal”, onde se encontram as favelas, os cortiços, os loteamentos clandestinos etc. São regiões constituídas por uma população segregada a partir da especulação imobiliária, da segregação espacial e social. Observa-se no final dos anos de 1930 a oferta de crédito do governo às empresas privadas para construção de habitações, tal medida, buscava conciliar as reivindicações básicas com as reivindicações de ordem jurídica, como o planejamento da cidade. Segundo Álvaro Moisés: “O protesto que emerge, então, nesse contexto, tem um claro objetivo de identificar no Estado o alvo do conflito” (1985, p. 22). Dessa forma, a luta pela terra na cidade assume duas dinâmicas. Uma primeira, gira em torno da omissão do Estado e da especulação imobiliária e/ou espoliação urbana. A segunda, refere-se aos movimentos de favelados, na luta pela posse da terra e, mais recentemente, as ocupações massivas que infringem a legislação e colocam-se à margem da ordem jurídica dominante, exigindo do Estado respostas e soluções que variam de acordo com a perspectiva política, ideológica do movimento. A violação da lei legitima a ação estatal e a garantia legal depende do favor estatal, ou de uma ação conciliadora. É uma estreita relação entre terra e poder, segundo Maricato (2000), onde a lei se aplica conforme as circunstâncias numa sociedade marcada pelas relações de favor e privilégios.

Nesse contexto, diversas cidades brasileiras tiveram, entre o final do século XIX e início dos anos de 1930, o problema da habitação agravado, pois o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente, dava as empresas privadas o direito de produzir e gerir as habitações individuais e coletivas para população de baixa renda, no entanto, essa não gerava lucro. Além disso, o poder público via nessa forma de habitação uma ameaça à ordem pública, como algo imoral e degradante ao espaço urbano. Como resposta à ineficiência do setor privado e a política segregacionista de diferentes governos⁶, foi proposto por meio Estado brasileiro, o financiamento de alugueis por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Tal medida se mostrou ineficiente, à medida que, se verificavam os desafios a serem enfrentados na política habitacional do país, além do acesso restrito, dessa política, aos associados do instituto.

5 O fim da escravidão, a chegada de imigrantes e a migração interna, produziu a partir do processo de industrialização do país, um o aumento da população nas cidades, o que provocou uma demanda de acesso aos serviços urbanos, como, por exemplo, moradia, transporte, etc.

6 Aqui faço referência a produção de reformas urbanas no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, na qual buscava-se determinar quais espaços poderiam ser ocupados por determinado grupo sociais. Desse modo, o Estado, passa a tratar as demandas e questões das populações segregadas como “caso de polícia”, o que levou a diversas remoções e, a adoção de uma política de regulamentação, erradicação, higienização e segregação de parte dos espaços da cidade.

A política urbana e habitacional entre 1930 e 1988

Como resultado das disputas políticas do período populista, iniciado nos anos de 1930⁷, temos em 1946 a Fundação da Casa Popular (FCP), como marca da política habitacional desse período. No entanto, devido ao acúmulo de funções, à falta de recurso e de força política, essa fundação, que tinha como objetivo prover uma política pública para habitação popular teve, em 1952, suas atribuições reduzidas, pois era necessária a criação de uma regulamentação ou normatização para os diferentes usos do espaço da cidade. Sua extinção de seu em 1964, com a chegada do Golpe Militar⁸ e a criação do Plano Nacional de Habitação, cujo objetivo era possibilitar o desenvolvimento do país, à medida que, deveria gerar emprego, fortalecer o setor da construção civil, além de manter uma estabilidade social, com o controle do crescimento das favelas e ocupações irregulares. Com isso tivemos, entre 1964 e 1966, a criação e regulamentação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)⁹, além da fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Desse modo, o governo militar produzia uma ideia de que a solução para política urbana e habitacional se daria a partir do planejamento das cidades brasileiras. No entanto, a elaboração desse sistema não levava em consideração os diferentes elementos norteadores da “cidade formal” e da “cidade ilegal”. Portanto, a política de habitação desse período centrou-se na produção de moradias e obras de infra-estrutura na cidade legal (formal), como nos afirma, Ermínia Maricato (2000) e, tratava como caso de polícia as demandas dos movimentos sociais.

Não por acaso, será nesse período e por meio dessa política e/ou sistema, que teremos um expressivo investimento em recursos e de construção de moradias. Pois como nos aponta, Nabil Bonduki (2008, p. 73):

[...] nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. Se for considerado o período até 2.000, pois o SFH continuou funcionando após a extinção do BNH em 1986, foram financiadas cerca de 6,5 unidades habitacionais. Além disto, foi notável o papel no SFH no

7 Entre 1930 e 1964 o país irá vivenciar uma instabilidade política, pois seus governantes iram expressar a ténue experiência de serem considerados democráticos ou ditatoriais. Entre 1930 e 1945, o Brasil será governado por Getúlio Vargas; entre 1946 e 1950 é eleito Eurico Gaspar Dutra; entre 1950 e 1954 Vargas retoma a presidência do país; entre 1956 e 1960, teremos Juscelino Kubistchek; em 1961 é eleito Jânio Quadros que logo renuncia dando lugar a João Goulart, que irá governar o país de 1961 a 1964, quando é deposto pelo Golpe Militar.

8 A instabilidade política do período de 1930 e 1964 terá como conseqüência a instauração entre 1964 e 1985 de uma Ditadura Militar no Brasil. Teremos, nesse período, governando o país o general Castello Branco (1964-1967); general Arthur da Costa e Silva (1967-1969); general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); general Ernesto Geisel (1974-1979); general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Por fim, temos como marca da transição entre o período da Ditadura Militar e a (re)democratização do país, a eleição indireta de Tancredo Neves e a sua sucessão por José Sarney, no período de 1985-1989.

9 Este serviço também foi nomeado de Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou Sistema Brasileiro de Habitação (SBH), pela qual, recebia recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1967, e mantido pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que juntamente com os recursos da poupança voluntária, formou, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Com isso, o Estado brasileiro, através de um governo militar, produzia uma estratégia e forma de intervir na política urbana e habitacional do país, pois tínhamos uma estrutura de âmbito nacional, que paralelamente a administração direta do BNH e a rede de promoção e financiamento (estatal e privado) era capaz de gerar recursos “estáveis, permanentes e independentes das variações política” (Bonduki, 2008, p. 73).

saneamento, com destaque para o Plano Nacional de Saneamento (Planaasa), que foi decisivo na extraordinária expansão das redes de água e esgoto que ocorreu nas principais cidades brasileiras. Em 2000, mais de 90% da população urbana estava abastecida por rede de água.

Assim, Bonduki (2008), nos alerta que os governos militares, davam uma resposta à “crise habitacional” acentuada pelo acelerado crescimento urbano do país e, criava uma “política permanente de financiamento capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional”. Com isso, os governos militares ganhavam o apoio (social, político e econômico) das massas populares urbanas, à medida que, possibilitava o acesso ao sonho da casa própria. Bonduki (2008, p. 72) reforça essa ideia ao dizer que:

A famosa frase – ‘a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade’ – atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, expressa a preocupação de fazer da política habitacional baseada na casa própria um instrumento de combate às idéias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente. No entanto, foi o papel econômico desta política habitacional – que dinamizou a economia, através da geração de empregos e fortalecimento do setor da construção civil –, que a transformou num dos elementos centrais da estratégia dos governos militares.

A partir da criação de instituições como, o BNH e o SERFHAU, o Estado brasileiro, teve com os governos militares, a possibilidade de planejar e organizar as cidades brasileiras, pois se tinha criado uma forma de financiar materiais de construção, empresas de transportes, programas de saneamento, intervenção e organização do espaço urbano. Com isso, entre os anos de 1964 e 1965 são criadas, em diversas cidades do país, as Companhias de Habitação Popular (COHABs). No entanto, a produção desse planejamento e organização do espaço urbano se constituiu a partir de um conjunto de obstáculos ou distorções, como aponta, Luana Motta (2011, p. 5):

A trajetória do SFH e do BNH não foi linear e pode ser dividida em três fases. A primeira delas, de 1964 a 1969, foi a de implantação e expansão do BNH e das COHABs, com um considerável financiamento de moradias para o “mercado popular” (40% dos investimentos), convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas. A segunda fase, de 1970 a 1974, consistiu em um esvaziamento e uma crise do SFH, sobretudo devido à perda do dinamismo das COHABs, que se tornavam financeiramente frágeis devido à inadimplência causada, principalmente, pela perda do poder de compra do salário mínimo, situação que atingia seus principais mutuários, oriundos das camadas pobres. Isso fez com que os financiamentos passassem a ser, cada vez mais, destinados às famílias de classe média, uma vez que os juros para essa camada eram mais altos e o índice de inadimplência, se comparado com o das classes mais pobres, era menor. Inicia-se, então, a terceira fase do SFH (1975 a 1980), caracterizada pela reestruturação e pelo revigoramento das COHABs, com aumento do número de moradias produzidas, a grande maioria destinada à classe média.

Como tentativa de conter as distorções das COHABs foi criado, em 1975, o Programa de Financiamento de Lotes Urbanos (PROFILURB), cujo o objetivo era “fornecer condições de saneamento e infra-estrutura básica, reservando ao mutuário a responsabilidade de construir sua habitação de acordo com suas disponibilidades financeiras e prioridades pessoais” (AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p. 104). No entanto, o Programa teve pouca aceitação, pois o acesso aos serviços urbanos ficava prejudicado devido aos afastados locais de implementação do Programa. Juntou-se a isso a crise econômica de 1980, a inflação e o desemprego, além da queda nos valores dos salários. Esse processo repercutiu, em 1983, no Sistema Financeiro de Habitação, pois houve a redução na capacidade de investimentos, devido à diminuição dos saldos do FGTS e da poupança e, do aumento da inadimplência, como se observa, no Quadro 2:

Quadro 2 - Evolução da Taxa de Inadimplentes do SFH no Período 1980/1984

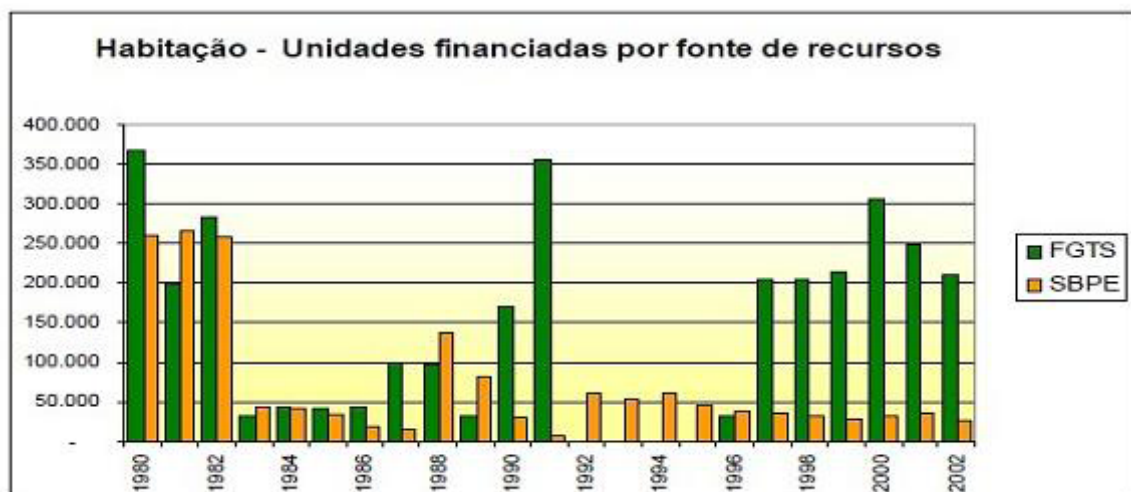
(Em porcentagem dos financiamentos)

Ano	Até três prestações em atraso	Mais de três prestações em atraso	Total
1980	21,8	4,6	26,1
1981	24,1	3,7	27,8
1982	28,7	4,8	33,5
1983	34,1	12,3	46,4
1984	31,5	23,1	54,6

Fonte de dados: SANTOS (1999)

A instabilidade política e econômica desse período fizeram com que, em 1986, fosse decretada a extinção do BNH, pois tínhamos além da incerteza sobre os rumos político do país, o aumento da inadimplência e diminuição dos financiamentos com recursos do FGTS e do SBPE, como podemos verificar na Figura 2:

Figura 2 - Unidades financiadas – SBPE – FGTS (1980/2002)



Fonte de dados: BONDUKI (2008).

Neste momento o país vivenciava a luta por realização de eleições diretas para Presidente, assim como, um conjunto de debates e disputas para elaboração de uma nova Constituição. Neste sentido, “a conjuntura criou um clima favorável para o acirramento das críticas ao BNH, que se articulava com a luta pela democracia contra o regime autoritário, ao qual a instituição estava profundamente associada” (BONDUKI, 2008, p. 75). Esta associação só poderia ser compreendida, se entendermos que, o Programa habitacional, produzido pelos e/ou durante os governos militares buscava na verdade ser um dinamizador da economia nacional junto ao capital nacional, deixando assim, de atender seu objetivo central de superação do déficit habitacional, em particular da população com menor renda ou popular. Com isso, o BNH reorientava seus investimentos para as camadas sociais com maior poder aquisitivo. Pois, segundo, Lúcio Kowaric (1979, p. 50), em torno de:

[...] 80% dos empréstimos do Banco Nacional de Habitação foram ca

Neste momento o país vivenciava a luta por realização de eleições diretas para Presidente, assim como, um conjunto de debates e disputas para elaboração de uma nova Constituição. Neste sentido, “a conjuntura criou um clima favorável para o acirramento das críticas ao BNH, que se articulava com a luta pela democracia contra o regime autoritário, ao qual a instituição estava profundamente associada” (BONDUKI, 2008, p. 75). Esta associação só poderia ser compreendida, se entendermos que, o Programa habitacional, produzido pelos e/ou durante os governos militares buscava na verdade ser um dinamizador da economia nacional junto ao capital nacional, deixando assim, de atender seu objetivo central de superação do déficit habitacional, em particular da população com menor renda ou popular. Com isso, o BNH reorientava seus investimentos para as camadas sociais com maior poder aquisitivo. Pois, segundo, Lúcio Kowaric (1979, p. 50), em torno de:

[...] 80% dos empréstimos do Banco Nacional de Habitação foram canalizados para os estratos de renda média e alta, ao mesmo tempo, que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. É contrastante neste sentido que as pessoas com até 4 salários mínimos constituam 55% da demanda habitacional ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação raramente incluíam famílias com rendimento inferior a 12 salários.

Ainda segundo ele (KOWARICK, 1979, p. 69):

(...) o Banco Nacional de Habitação (BNH) não só se tornou um poderoso instrumento da acumulação, pois drenou uma enorme parcela de recursos para ativar o setor da construção civil – recursos por sinal advindos em grande parte de um fundo retirado dos próprios assalariados (FGTS) -como também voltou-se para a confecção de moradias destinadas às faixas de renda mais elevadas.

Diante desse contexto o BNH passou juntamente com regime militar a ser uma das instituições mais renegadas do período, o que possibilitou ou facilitou o seu processo de extinção. Após a extinção do BHN, houve, em 1987, uma última tentativa de conter a drástica queda dos recursos destinados as políticas habitacionais com a criação do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria especial de Ação Comunitária (SEAC). Tinha-se a esperança que com fim do regime militar, em 1985, todos os agentes ou sistema público (BNH, SFH e

Cohab's) fossem reestruturado e uma nova política habitacional para o país fosse formulada. Tendo em vista que o financiamento estava concentrado na classe média, essa política ou sistema, buscou financiar habitações para famílias com renda inferior a três salários mínimos. No entanto, o Programa não avançou, pois o país encontrava-se diante de algumas incertezas, tanto, no âmbito político, como no econômico. Além disso, havia-se perdido todo acúmulo de experiência na área, com a formação de técnicos e o financiamento de uma quantidade de habitações até então nunca produzidas no país. A partir desse momento a política urbana e habitacional brasileira seria conduzida por um conjunto de órgãos, caracterizada assim, uma confusão institucional, que resultaria por fim, numa ação setorial em que instituições sem experiência ou tradição, como, Caixa Econômica Federal, seriam responsáveis pela elaboração e condução da política urbana e habitacional do país. Ideia apresentada e ressaltada por Cláudio Santos (1999, p. 19), ao demonstrar que:

Em um período de apenas quatro anos, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), criado em 1985, transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MHU), em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) e, finalmente, foi extinto em 1989, quando a questão urbana voltou a ser atribuição do Ministério do Interior (ao qual o BNH era formalmente ligado). As atribuições na área habitacional do governo, antes praticamente concentradas no BNH, foram pulverizadas por vários órgãos federais, como o Banco Central (que passou a ser o órgão normativo e fiscalizador do SBPE), a Caixa Econômica Federal (gestora do FGTS e agente financeiro do SFH), o ministério urbano do momento (formalmente responsável pela política habitacional) e a então Secretaria Especial de Ação Comunitária, a responsável pela gestão dos programas habitacionais alternativos.

Como resultado do processo de mobilização do movimento pela reforma urbana por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, tivemos a consolidação do processo de descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, tendo os municípios como responsáveis por sua condução. Com isso perdemos a articulação e coerência que a política urbana, no regime militar, por bem ou mal, buscou produzir. E como bem ressalta, Bonduki (2008, p. 75-76):

Na redemocratização, ao invés de uma transformação, ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação. Entre a extinção do BNH (1986) e a criação do Ministério das Cidades (2003), o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema.

A política urbana e habitacional entre 1990 e 2003

As ações adotadas a partir da década de 1990¹⁰ estavam condicionadas a adoção de uma agenda internacional, pois o país estaria diante do contexto de expansão das políticas neoliberais. Deste modo, a política urbana e habitacional do país, iniciou o período de redemocratização com a extinção do Ministério do Interior e, os programas habitacionais, passam para a responsabilidade do Ministério da Ação Social, que por sua vez, elabora em caráter emergencial, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), cujo objetivo era construir a partir da contratação de empreiteiras privadas, em torno de 245 mil casas, em 180 dias. Embora dados do IBGE de 1990 revelassem que 60 milhões de pessoas fossem moradores de rua e, que 55,2% das famílias no país recebiam até dois salários mínimos, dificultando a realização do sonho da casa própria, tal ação se fazia urgente. No entanto, o plano não conseguiu os recursos necessários para sua realização e nem atingiu os percentuais almejados devido a falta de articulação nacional.

Entre 1992 e 1994 temos a implantação do Programa Habitar Brasil e Morar Município com a finalidade de financiar a construção de habitação para população de baixa renda, mas devido à existência de uma regulamentação os municípios não conseguiam os recursos necessários para implementação do programa. Desse modo, o período denominado pós-BNH foi caracterizado por uma transição, na qual, se verificou um esvaziamento, nas estratégias e formulações, da política urbana e habitacional em âmbito nacional, embora houvesse uma ocupação fragmentada e criativa, de municípios e Estados, na tentativa de solucionar a crise urbana e habitacional existente no país.

Uma nova postura emergia a partir das disputas políticas desse momento para o enfretamento dessa conjuntura, em particular, a partir de gestões municipais (tidas como vanguardas). Bonduki (2008, p. 77-78) aponta que:

Nesta fase, surgem, ao lado de intervenções tradicionais, programas que adotam pressupostos inovadores como desenvolvimento sustentável, diversidade de tipologias, estímulo a processos participativos e autogestionários, parceria com a sociedade organizada, reconhecimento da cidade real, projetos integrados e a articulação com a política urbana. Esta postura diferenciava-se claramente do modelo que orientou a ação do BNH e com estes pressupostos emergem programas alternativos, como urbanização de favelas e assentamentos precários, construção de moradias novas por mutirão e autogestão, apoio à autoconstrução e intervenções em cortiços e em habitações nas áreas centrais.

10 Em 1990 chega a presidência do Brasil, Fernando Collor de Mello, então filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no entanto seu governo seria interrompido por um impeachment, pois havia um conjunto de fatores, de natureza econômica, mas também político, que assolavam seu governo, respectivamente, como a inflação e as denúncias de corrupção. No final de 1992, assume a presidência, Itamar Franco, filado ao Partido Popular Socialista (PPS), que apesar da instabilidade política e economia do país conseguiu governar até 1994. Em 1995, chega a presidência do país, Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), foi responsável por conduzir o país à estabilidade política e econômica, com a implantação do Plano Real. No entanto, para alcançar isso seu governo adotado e/ou aprofundado as políticas neoliberais, como por exemplo, a privatização de importantes empresas estatais. Apesar da mobilização e enfrentamento de uma parte da sociedade brasileira para que essas políticas não fossem colocadas em praticas, elas possibilitaram, em 1998, a reeleição de FHC, para mais um mandato.

Após um período de centralização das políticas urbanas e habitacionais, surge um período marcado pela diversidade e heterogeneidade, mas pouco produtiva por falta de uma política nacional. A partir de 1995, a política urbana e habitacional voltava ser financiada com recursos do FGTS, com isso, se colocava a necessidade de construção de uma estratégia e/ou de programas que pudesse nortear essa política. Nesse contexto, são elaborados alguns programas com financiamento do setor público, como a Carta de Crédito (individual e associativa), o Pró-Moradia, cuja finalidade, seria a urbanização de áreas precárias. A partir de 1998, o financiamento público praticamente foi extinto e o programa (Apoio à Produção), cujo financiamento era derivado do setor privado, não tem o desempenho esperado. Ainda em 1999, buscou-se uma nova forma de financiamento, o chamado Programa de Arrendamento Residencial (PAR), constituído por recursos de ordem fiscal e pelo FGTS.

A adoção desse conjunto de medidas, em diferentes governos, não possibilitou solucionar o problema urbano e habitacional enfrentado por boa parte da sua população, em particular, a de baixa renda. Bonduki (2008, p. 79) aponta que:

As alterações promovidas, embora à primeira vista pudessem expressar uma renovação na maneira como a questão da habitação passou a ser tratada pelo governo federal, rompendo a rígida concepção herdada dos tempos do BNH, de fato não conseguiram alavancar uma nova política e acabaram por gerar um conjunto de efeitos perversos, do ponto de vista social, econômico e urbano. O financiamento para aquisição de imóvel usado, que absorveu 42% do total de recursos destinados à habitação (cerca de 9,3 bilhões), é um programa com escasso impacto, não gerando empregos e atividade econômica. O financiamento para material de construção, embora tenha o mérito de apoiar o enorme conjunto de famílias de baixa renda que auto-empreeende a construção da casa própria e de gerar um atendimento massivo (567 mil beneficiados no período, a de maior alcance quantitativo), tende a estimular a produção informal da moradia, agravando os problemas urbanos. Ademais, o baixo valor do financiamento e a ausência de assessoria técnica não permitem que as famílias beneficiadas alcancem condições adequadas de habitabilidade.

Neste sentido, podemos entender, que a adoção das políticas neoliberais (com restrições de ordem econômica, política e social) impossibilitou a construção de uma agenda capaz de enfrentar os desafios urbano e habitacional do país entre o final do século XX e início do século XXI. Como ressalta, Luana Motta (2011, p.8-9), os diferentes governos, desse período, só foram capazes de produzir ações vinculadas com a agenda de organismos internacionais. Segundo ela:

No Governo Collor (1990-1992), o mais importante programa habitacional lançado foi o PAIH (Plano de Ação Imediata para a Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas. O governo Itamar (1992 a 1994) criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de “ajuda mútua”. Todavia, esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais,

o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. Porém, nesse mesmo governo, temos dois avanços: o primeiro (ainda que associado às exigências das agências internacionais) foi uma mudança conceitual, com incentivo à formação de conselhos e à criação de fundos para habitação; o segundo foi a constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia. O período FHC (1995-2002) avançou no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, da ampliação da participação e de uma visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o FMI.

Mesmo diante do contexto acima apresentado, foi possível observar, em 2001, após 13 anos de discussão e aprovado pelo congresso e promulgação pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Estatuto da Cidade. Ao regulamentar os diferentes usos do espaço urbano, o Estatuto marcou em um, primeiro momento, a possibilidade de regulamentação da função social da propriedade, após um período de interrupção na formulação de propostas para política urbana e habitacional do Brasil e, em um segundo momento, ao tornar-se num marco importante na passagem do governo de FHC para o governo Lula¹¹, à medida que, utilizava-se de uma proposta do Projeto Moradia e traçava os desafios que deveriam ser colocados em prática pelo novo governo, solucionando assim, problemas histórico, mas indispensáveis no enfrentamento da política urbana e habitacional no país.

Foi a partir da necessidade de solucionar os problemas das cidades brasileiras, como a habitação, que o Projeto Moradia surgiu. Tratava-se de uma estratégia que buscava uma mobilização dos diversos setores da sociedade brasileira, como, movimentos sociais, universidade, ONG's, setor privado, governo, etc. Segundo Bonduki (2008, p. 90-1):

[...] o Projeto foi conduzido de modo a ouvir especialistas, administradores públicos e militantes relacionados com o tema da moradia e desenvolvimento urbano e recolher todas as propostas existentes no país que buscassem, sob diferentes pontos de vista, dar um encaminhamento para a questão. Mais do que uma proposta original, o que se buscou foi sintetizar o pensamento existente e estabelecer um marco que pudesse dar conta dos diferentes pontos de vista. Além de reunir as propostas, foi elaborada uma análise da gestão pública na área da habitação e da disponibilidade de recursos existentes e passíveis de mobilização na área da habitação.

Como resultado dessa estratégia foram diagnosticadas e definidas, três propostas, para o enfrentamento do problema urbano e habitacional do país, com isso, buscou-se produzir um desenho institucional, desenvolvimento urbano e projeto financeiro. Numa tentativa de arti-

11 Com a eleição, em 2002, para presidência do Brasil, de Luis Inácio Lula da Silva, através do Partido dos Trabalhadores (PT), vivenciou-se uma euforia com os possíveis rumos da política urbana e habitacional de país. A partir das discussões e experiências das administrações municipais do PT, uma nova expectativa ocorreu quanto a ocupação institucional do governo federal na discussão e criação de política urbana e habitacional a ser implementada no país.

cular essa política, tanto do ponto de vista institucional, como financeiro, foi criado o Sistema Nacional de Habitação, nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal); os Conselhos de Habitação (também nos três níveis de governo), além da Agência Nacional de Regulação do Financiamento Habitacional. Desse modo, uma nova estratégia para a política urbana e habitacional foi produzida entre o final do segundo mandato do governo FHC e início do governo Lula. Como resultado dessa estratégia, temos, em 2003, a criação do Ministério das Cidades, demonstrando assim, a centralidade que a questão urbana e habitacional deveria assumir. Teríamos, segundo Bonduki (2008, p 93), em um único ministério:

[...] as áreas de habitação, saneamento, transportes urbanos e política de ordenação territorial, de modo a criar, pela primeira vez no país, a possibilidade de se planejar e articular a ação urbana. O Ministério, segundo a proposta, não deveria ter uma função executiva, mas de coordenação de toda a política urbana e habitacional no país, estruturando e implementando o Sistema Nacional de Habitação, elaborando o Plano Nacional de Habitação e estabelecendo as regras gerais do financiamento habitacional. Da mesma forma, Estados e Municípios deveriam criar, caso já não tivessem, secretarias de desenvolvimento urbano e habitacional, órgãos de gestão regional e local da política habitacional.

Além de produzir um desenho institucional, desenvolvimento urbano e projeto financeiro, o Projeto Moradia, ainda tinha como desafio, a produção do barateamento dos custos habitacionais, pois era necessário atender a população (de renda mais baixa) assolada (historicamente) pelo problema urbano e habitacional no Brasil. Ao desenhar uma nova estratégia o Projeto marcou a passagem do governo FHC para o governo Lula, além da saída de um esvaziamento institucional para a retomada de construção de uma política urbana e habitacional¹² do país, embora mantenha algumas contradições¹³ a serem superadas.

A política urbana e habitacional entre 2003 e 2010

Numa tentativa de criar condições institucionais, financeiras e técnicas, o governo Lula, buscou, a partir do que foi possibilitado pelo Projeto Moradia, desenvolver de uma nova política urbana e habitacional no Brasil. Como marca desse momento temos a criação do Ministério das Cidades. Sua criação é considerada histórica, pois desde a extinção do BNH, seria o órgão mais importante criado para tratar de modo integrado a questão urbana do país. O Ministério foi estruturado, inicialmente, a partir de três eixos setoriais: moradia, mobilidade urbana e saneamento, mais tarde, foram incorporados, duas novas (velhas) demandas: planejamento territorial e regulação fundiária. Como mecanismo de apoio ao Ministério das Cidades foram criadas quatro secretarias: Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte e Mobilidade Urbana, e Programas Urbanos. Desse modo, temos a partir, da criação do Minis-

12 Em 2009, temos o lançamento ou a criação do "Programa Minha Casa, Minha Vida", considerado um dos elementos centrais do novo paradigma da política urbana e habitacional brasileira, desde o fim do BNH.

13 A saída de Olívio Dutra e do PT, em 2005, da condução do Ministério das Cidades e a centralidade do financiamento habitacional que a Caixa Econômica Federal, a partir de 2005, assume, marcam o redirecionamento do governo Lula e a possibilidade da adoção de uma política mais progressista em relação aos elementos norteadores da nova política urbana e habitacional brasileira, colocando assim, uma contradição a ser debatida e solucionada pelos diferentes segmentos da sociedade.

tério das Cidades, uma tentativa de reorganização da área de política urbana e habitacional (em âmbito nacional), pela qual buscou-se produzir novos marcos regulatórios para as políticas que incidem diretamente no planejamento urbano e territorial e na regulamentação fundiária, como por exemplo:

- A Lei Federal 11.124/2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e cria os Planos Municipais de Habitação e os Conselhos Municipais de Habitação de Interesse Social, como condição para os municípios se habilitarem a receber os recursos do FNHIS;
- A Lei Federal 11.445/2007, que estabeleceu o novo marco regulatório do Saneamento Básico, que estabelece o papel de estados e municípios na prestação e gestão destes serviços, e prevê que, cada município deve possuir um Plano Municipal de Saneamento Básico;
- A Lei Federal 11.977/2009, que institui o Programa Minha Casa Minha Vida e a Regularização Fundiária de Assentamentos em Áreas Urbanas, posteriormente modificada pela Lei Federal 12.424/2011 conhecida como Minha Casa Minha Vida II;
- Plano Nacional de Habitação – PlanHab é um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação. Previsto na Lei 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;
- Mais recentemente, a Lei Federal 12.587/2012, que estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde fica clara a prioridade à veículos não motorizados, à calçadas, ciclovias e ciclofaixas, ao transporte público e à integração do automóvel a um sistema de mobilidade sustentável.

Na década de 2000, após a aprovação e colocação em prática do Estatuto da Cidade, observamos no Planejamento Urbano no Brasil, uma modificação na utilização de conteúdos e práticas com o objetivo de dinamizar os diferentes usos do espaço urbano do país. Desde o período militar, com a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que o país necessitava de uma nova política nacional que formulasse, coordenasse e efetivasse as modificações necessárias para os diferentes usos e ocupações do espaço da cidade. Neste sentido, é importante destacar o processo de gestão democrática da cidade, promovido pelo Ministério das Cidades e, pela realização das Conferências das Cidades (em 2003, 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013), à medida que, possibilitava o acesso de diferentes segmentos da sociedade brasileira ao debate e, formulação dos princípios norteadores da nova política urbana e habitacional do país. Desse modo, pode-se dizer que houve um avanço na participação da sociedade brasileira nos assuntos de interesses público. Segundo, Benny Schavsberg (2013, p. 15):

Este avanço manifesta-se: nas diversas experiências desenvolvidas; na criação do Ministério das Cidades; no desenvolvimento de cerca de 1.600 Planos Diretores novos ou revisados à luz do Estatuto da Cidade; na criação dos novos marcos regulatórios nacionais para a habitação, o saneamento e a mobilidade urbana; no esforço de capacitação de

prefeituras, entidades e movimentos sociais que, nas cidades e municípios, se engajam no planejamento urbano na escala local. E, sobretudo, pode-se falar em avanço na retomada dos investimentos e recursos disponibilizados para o desenvolvimento urbano no Brasil. Evidentemente, o conjunto de aspectos aqui destacados não pode desconhecer as limitações, problemas e desafios, novos e velhos que persistem para o planejamento urbano brasileiro em todas as suas escalas [...].

Entre os problemas e desafios que persistiam neste momento estavam as restrições econômicas que limitavam as formas de financiamento da nova política urbana, pois tínhamos, entre o período de 2003 e 2005, superado, de modo geral, os obstáculos institucionais e de gestão participativa. Como exemplo, podemos citar as limitações colocadas pela equipe econômica a aprovação de uma antiga reivindicação do movimento de habitação no Projeto Moradia de se criar um Fundo Nacional de Moradia. Esta recusa se dava pela necessidade de se alocar significativas parcelas do orçamento para subsídios, da política de criação de superávit primário e da falta de liberdade da equipe gestora de utilização dos recursos do orçamento. Como solução para este impasse foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que eliminava a possibilidade de um mix de recursos onerosos (FGTS) e não onerosos (fiscais) e, tornava o fundo constituído apenas com recursos orçamentários (BONDUKI, 2008).

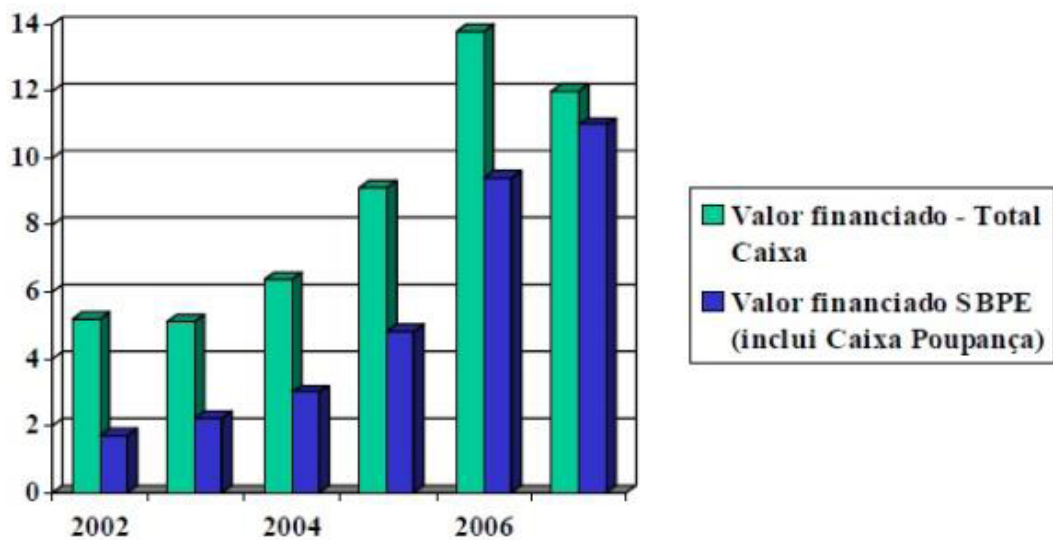
Devido a uma continuidade da política econômica do período FHC, em que se mantinha altas taxas de juros e a necessidade de geração de superávit primário, limitou-se a possibilidade de utilização dos recursos orçamentários e, a implementação de um Fundo que atendesse a população de baixa renda. A criação em 2004, de programas emergenciais, mas com dotação orçamentária reduzida, como o PEHP (Programa Especial de Habitação Popular) e PSH (Programa de Subsídio Habitacional), buscavam criar mecanismos que possibilitasse o atendimento dessa população, no entanto, se manteve o restrito número de atendimentos e de famílias de baixa renda atendida. Este quadro só foi possível ser modificado no período de 2005-2010, quando se redireciona o financiamento com recursos do FGTS, através do resgate dos recursos de um antigo fundo desativado, Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e a criação de um programa voltado a associações e movimentos – o Crédito Solidário. Entretanto, trata-se “de um programa de fôlego curto, pois estes recursos são finitos, não dispondo de uma fonte sustentável a médio prazo para viabilizar sua continuidade” (Bonduki, 2008, p. 99).

A expansão de recursos, a partir de 2005, reorientou e produziu o chamado *boom imobiliário* em diferentes cidades do Brasil. Tanto o setor público quanto o privado passaram a financiar Projetos Urbanos, em particular, de habitação, focada na população de baixa renda. A Lei Federal 10.391, aprovada em 2004, possibilitou um crescimento significativo do crédito para produção de habitação, à medida que dava maior segurança jurídica ao financiamento e à produção de mercado. Em 2005, O Conselho Monetário Nacional publicou uma Resolução em que obrigava os bancos através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) a investirem uma porcentagem desse recurso em financiamento habitacional. É importante ressaltar que, regulamentações anteriores, já obrigavam os bancos a investirem em financiamento habitacional, no entanto, desde a crise dos anos 80, os bancos estavam liberados dessa obrigação, permitindo assim, que esses recursos fossem aplicados em títulos da dívida pública, onde se obtinha maior rendimento.

A criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2006, e a publicação da Resolução 460 do Conselho Curador do FGTS, possibilitaram ao FGTS tornar-se o

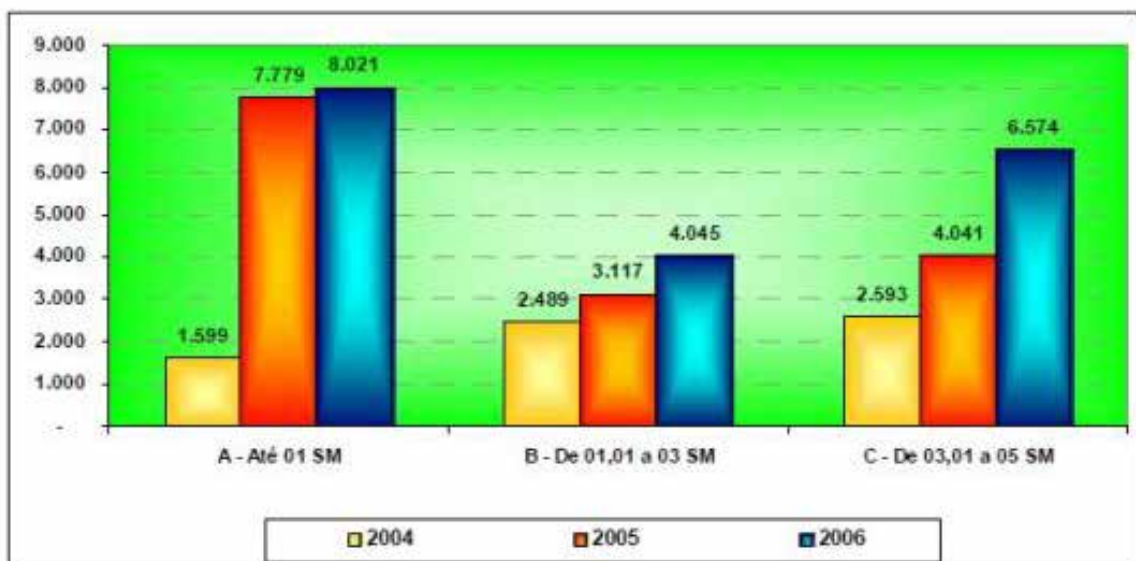
principal fundo fomentador da política habitacional do país. Efetivando definitivamente aquilo que era, desde 2004, observado: o aumento na participação desse fundo no financiamento habitacional. Segundo Bonduki, o montante investido anualmente, em 2006 e 2007, a partir desse fundo foi da ordem de 1,8 bilhões de reais. Ainda segundo ele, em 2007, foi totalizado uma estimativa em investimento da ordem de 14 bilhões de reais. Com isso, o governo aumenta consideravelmente os subsídios com objetivo de possibilitar o acesso e atendimento da população a infra-estrutura urbana, em particular, a de baixa renda. Como podemos verificar, respectivamente, nas Figuras 3 e 4:

Figura 3 – Financiamento para habitação em R\$ bilhões (2002-2007)



Fonte de dados: BONDUKI (2008)

Figura 4 – Subsídios – por faixa de renda (2004-2007)



Fonte de dados: BONDUKI (2008)

Numa tentativa de concretizar os desafios para a formulação, implementação e consolidação de política urbana e habitacional no Brasil, o governo Lula, lança em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando articular os investimentos privados com os investimentos públicos. Para isso o PAC foi organizado em cinco blocos:

1. Investimento em Infraestrutura;
2. Estímulo ao Crédito e ao Financiamento;
3. Melhora do Ambiente de Investimento;
4. Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário;
5. Medidas Fiscais de Longo Prazo.

Os investimentos estavam distribuídos em três eixos:

- Logística;
- Energia elétrica;
- Infraestrutura Social e Urbana.

Esta política tem continuidade com a eleição, em 2010, da candidata (da situação), Dilma Rousseff. Numa tentativa de aprimorar os elementos norteadores da política urbana e habitacional do governo Lula, é lançado o PAC II. Que passar a ser estruturado em seis eixos:

1. Cidade Melhor (Saneamento, Prevenção em Áreas de Risco, Mobilidade Urbana e Pavimentação);
2. Comunidade Cidadã (Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, Creches e Pré-escolas, Quadras Esportivas nas Escolas e Centro de Artes e Esportes Unificados);
3. Minha Casa, Minha Vida (Urbanização de Assentamentos Precários e Financiamento Habitacional – através da Carta de Crédito ou do SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo);
4. Água e Luz para Todos (Luz para todos, Água em Áreas Urbanas e Recursos Hídricos);
5. Transportes (Rodovias, Ferrovias, Portos, Hidrovias, Aeroportos e Equipamentos para Estradas Vicinais);
6. Energia (Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás Natural, Refino e Petroquímica, Fertilizantes e Gás Natural, Revitalização da Indústria Naval e Combustíveis Renovados).

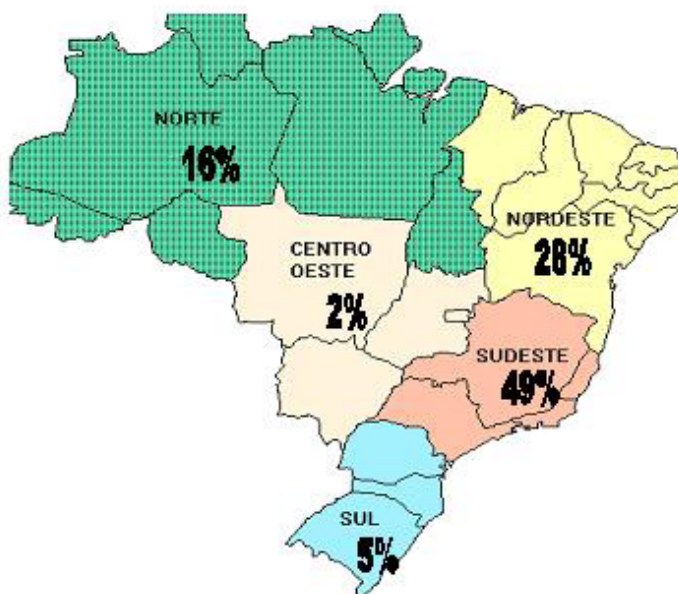
Apesar dos avanços do período acima apontados, há um conjunto de dilemas e impasses a serem atualizados na política urbana e habitacional brasileira. Neste sentido, podemos entender que os eixos norteadores do PAC apontam para a existência e/ou para construção de uma permanente estrutura de produção e reprodução de desigualdades na sociedade brasileira, cabe destacar cinco temas estruturantes (SCHAVSBERG, 2013):

1. A crise do *transporte público* aponta para a necessidade de se pensar e solucionar as questões relacionadas com a mobilidade urbana. Temos um território organizado para atender o modelo urbanístico rodoviarista que privilegia o transporte sobre pneus a partir do incremento da produção da indústria automobilística nacional;
2. O *saneamento básico*, que não se universalizou. Acentuando os problemas, em particular da população urbana, que contempla cerca de 82% da população total;

3. A *demanda habitacional* e do *boom* imobiliário que tem alcançado as cidades brasileiras com a maior disponibilidade de crédito imobiliário, de um lado e, os problemas derivados do padrão de implementação dos empreendimentos do Programa federal, Minha Casa Minha Vida e PAC, de outro;
4. A questão fundiária, que dificulta o *acesso a terra* urbanizada, assim como, a infraestrutura urbana, em particular, para a população de baixa renda, que é mais atingida pela normatização excludente dos Planos Diretores, Leis de Uso e Ocupação do Solo, Leis de Parcelamento e Códigos de Obras e Edificações;
5. O modelo de *expansão urbana* caudatário de problemas fundiários, predatório do ponto de vista ambiental e caro do ponto de vista da precariedade das redes de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Neste modelo, se perpetua, o crescimento dos *condomínios fechados* (tornando as cidades ainda mais segregadas do ponto de vista social); dos *centros degradados* (com ações de revitalização na lógica de mercado, resultando, via de regra, em espaços elitizados); na *pobreza urbana* concentrada nas regiões periféricas ou faveladas (sob a justificativa da falta de terra disponível para os programas habitacionais, pois predomina a especulação imobiliária oportunizada pelos investimentos oficiais e até mesmo pelos impactos dos grandes eventos, como a Copa do Mundo e Olimpíadas); os *vazios urbanos* são mantidos como estoque pelo mercado imobiliário (pois se valoriza mais mantendo uma infraestrutura desocupada, parcialmente ocupada ou subtilizada) sem cumprir a função social da propriedade, pública e privada.

Nesse sentido podemos compreender que parte considerável da população brasileira vive em espaços segregados ou aglomerados precários ou “subnormais”, conforme designa o IBGE. O último censo 2010 (IBGE, 2010) mostrou um número maior de aglomerados subnormais nas regiões Sudeste e Nordeste, como mostra a Figura 5, as duas regiões que concentram quase 74% da população (urbana e rural) do país.

Figura 5 - Aglomerados subnormais por regiões



Fonte: IBGE, 2010.

Nesta perspectiva renova-se o desafio (estruturante) de se construir e implantar em quase todo o território brasileiro um modelo que rompa com a lógica de ocupação desigual e fragmentada. Para enfrentar esse quadro, um conjunto de ações, são implementadas, a partir da produção de Planos Diretores que possam delimitar e informar a oferta de áreas para HIS - Habitação de Interesse Social, com a demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). No entanto, trata-se de áreas ocupadas a serem regularizadas. No caso de novas áreas vazias, não obstante a sensibilidade das equipes técnicas e a pressão dos movimentos sociais, é comum a disponibilização de terras em bairros e periferias às margens do perímetro urbano, raramente se logra a destinação de áreas boas do ponto de vista urbanístico e bem localizadas. Outro desafio refere-se à busca pelo desenvolvimento urbano e territorial sustentável e socialmente inclusivo, quando o discurso pela competitividade urbana ou pela “sustentabilidade” econômica das cidades continua permeando boa parte dos planos diretores produzidos recentemente (SCHAUSBERG, 2013).

Considerações finais

Finalmente, esse último aspecto do planejamento urbano aponta à implantação de ações a partir da política habitacional para população de baixa renda, focado no PMCMV, produziu uma idéia de solução da questão habitacional no país, ao buscar democratizar o acesso à moradia para populações excluídas do mercado imobiliário. O que permanece sugerido com essa possibilidade de acesso é a inalcançável solução para a questão habitacional. Não pela profundidade (conceitual) do planejamento urbano, mas pela busca de soluções relativas as demandas políticas e técnicas colocadas a partir do arcabouço jurídico implementado tanto pela nova Constituição em 1988, como pelo Estatuto da Cidade, 2003.

Nesse sentido, Programas como o “Minha Casa, Minha Vida” busca do ponto de vista da gestão democrática (conceito central no novo arcabouço jurídico urbanístico brasileiro) avançar nos métodos, técnicas e processos de planejamento urbano que viabilizem a “participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento” das decisões no processo do planejamento urbano, a partir da aplicação dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Com a mínima instrumentalização dos municípios neste aspecto, como a gestão democrática participativa e o controle social das políticas urbanas, cria-se o ambiente propício a uma nova cultura urbana e consciência urbanística, o entendimento da dinâmica da cidade, principalmente a partir de uma publicização mais intensa das regras urbanísticas onde se joga o jogo (SANTOS, 1988) da disputa pela valorização imobiliária, correndo-se o risco de reedição, a partir de novos modelos, de uma política urbana e habitacional onde se mantenha uma ocupação e fragmentação do território brasileiro.

Desse modo, a questão fundiária e imobiliária se constitui em um elemento definidor do processo de urbanização no Brasil, como obstáculo ao acesso aos direitos sociais, a exemplo, o direito à habitação. É a configuração de uma cidade segmentada em espaços para cidadãos e não cidadãos, onde se materializa um processo de segregação e exclusão sendo, como aponta Souza (1999), a segregação produto da separação da população por classe de renda no espaço, em localizações distintas, com características físico-ambientais diferenciadas, e de exclusão como privação dos direitos aos benefícios urbanos individuais e coletivos. Seria como nos aponta SANTOS (2006), o jogo “dual” e “polarizado” da política habitacional

aplicado pelo Estado brasileiro para atender os diferentes modos de produção do capital, do mercado do solo e da moradia. Isso é facilmente observável, pois o preço da terra e de imóveis semelhantes varia conforme a localização, função e uso.

Portanto, como nos alerta, Bonduki (1998), a crença neoliberal de que o mercado seja capaz de garantir uma melhoria das condições urbanas, não será a melhor saída, pois a ação do Estado na formulação e financiamento de políticas habitacionais ou urbanas tem atendido as necessidades de mercado. O planejamento urbano é usado para praticar o direito do capital ou privado, ao invés de assegurar justiça social e reposição dos pressupostos ambientais para o assentamento humano. E como nos lembra, Harvey (2010, p. 1), a luta pelo o direito à cidade esta no centro da luta contra o capital. Assim, devemos buscar construir uma cidade em que se possa considerar o morador não como objeto, mas como sujeito, que produz ou modifica a cidade.

Referências

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Sérgio. **A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90**. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

_____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. In: *Arq.urb – Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo*. Nº 1, 2008. Disponível em: <http://www.usj.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL (1930-1990). IN: **Pe-riódico de Divulgação Científica da FALS**. Ano I - Nº 02- Março de 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela14/politicahabitacional.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. O Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 11. jul. 2001.

HARVERY, David. **“A crise mundial é uma crise da urbanização”**. Disponível em: http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma. Acesso em: 20 fev. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_atlas.shtm>. Acesso em 20 nov. 2013.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

_____. **Brasil 2000**: qual planejamento urbano?. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidade, Povo e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOTTA, Luana. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos, urbanos e o direito à cidade. 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_A_questão_da_habitação_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, julho de 1999.

SANTOS, Cynthia de Souza. **A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990**. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à FAU/USP, 2006.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. **Limites do Habitar**: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à FAU/USP, 1999.

SCHAUSBERG, Benny. **Introdução ao planejamento urbano**. In: Curso: Instrumentos do Estatuto da Cidade; Parte 1 - planejamento urbano e plano diretor; Modulo I – Introdução ao Planejamento Urbano. Ministério das cidades: 2013. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br>> Acessado em: 10 nov. 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo. FUPAM/EDUSP, 1999, p. 1999, p. 167-244.

Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado

Tarcísio Perdigão Araújo Filho¹

Resumo:

Este artigo contém reflexões sobre as principais características e peculiaridades da chamada “burocracia do nível de rua”. Policiais, assistentes sociais, agentes de fiscalização são exemplos de integrantes dessa categoria analítica por se constituírem como uma das principais interfaces do Estado perante os cidadãos. Estes trabalhadores vivenciam limitações, dificuldades e pressões semelhantes para desempenharem suas funções, principalmente porque, estão em constante relacionamento direto com os cidadãos. Por isso, busco neste artigo lançar mão da literatura da sociologia interacionista como um aprofundamento teórico que suporte novas reflexões acerca dos efeitos e do valor dos momentos de interação entre burocratas do nível de rua e seu público para a implementação dos serviços públicos.

Palavras-chave: Burocracia do nível de rua; discricionariedade; interacionismo; empreendedorismo moral; impositores de regras.

Abstract:

This paper contains reflections on the main characteristics and peculiarities of the “street-level bureaucracy”. Police officers, social workers, enforcement agents are examples of members of this analytical group as long as they represent one of the main interfaces of State for the citizens. These workers experience similar limitations, difficulties and pressures while they perform their functions mainly because they are in constant and direct relationship with citizens. Therefore, I take hold of interactionist sociology as a theoretical support for new reflections on the impact and value of the interaction between the street-level bureaucrats and their clients for the implementation of public services.

Keywords: Street-level bureaucracy; discretion; interacionism; moral entrepreneur, rule enforcers.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Introdução

Há cerca de um ano e meio venho me empenhando em uma pesquisa sobre o trabalho de funcionários nas “linhas de frente” da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), os auxiliares de fiscalização². Trata-se de uma categoria de trabalhadores responsáveis por variadas demandas associadas ao controle de práticas ditas irregulares/ilegais em espaços públicos da cidade. O trabalho dos auxiliares de fiscalização chama a atenção por se tratar de uma função alocada concretamente nas pontas do controle sobre irregularidades no espaço público, estes agentes lidam com a rotina da operacionalização das regras de conduta nas ruas da cidade, em contato direto com os cidadãos.

Por meio dos dados de pesquisa gerados até então por meio de entrevistas em profundidade e observação direta do trabalho realizado pelos agentes da Prefeitura no Centro de Belo Horizonte, foi possível caracterizar, ainda que preliminarmente, sua ocupação: estes trabalhadores estão alocados na base da cadeia hierárquica da burocracia municipal; sua função predominante é a da vigilância ostensiva em espaços públicos onde há grande movimentação de pessoas, cujo objetivo central é o controle do comércio ambulante irregular; os auxiliares, atualmente, não recebem capacitações técnicas ou teóricas sobre como atuar e conhecem pouco sobre o conteúdo das legislações que operacionalizam atualmente³, reconhecem que o que sabem foi aprendido “na prática”, “nas ruas”, “na tora”; o objetivo anunciado de sua atuação é o da “manter as ruas limpas”, referindo-se às irregularidades no geral, mas principalmente o comércio ambulante.

Ponto crucial de minhas impressões iniciais foi que, especialmente no contexto de sua atribuição principal, o da vigilância ostensiva nas ruas, estes agentes possuem relativo poder de decisão sobre quais irregularidades serão de fato controladas⁴, em nome da manutenção desta “limpeza”. Devido a condições situacionais diversas (e quase sempre adversas, pelo ponto de vista dos entrevistados) para sua atuação como agente de controle, formas diversas de “resolução” dos problemas rotineiros podem ser tomadas por eles, uma vez que existem poucas possibilidades para que sigam procedimentos de atuação rígidos e disciplinados. Em outras palavras, como observado, o trabalho desempenhado por estes trabalhadores é fortemente marcado pelo relativo poder discricionário que dispõem e por condições de atuação que não os enrijece em protocolos concretos e bem definidos.

Segundo a fala dos entrevistados, compreende-se que estes trabalhadores são ordenados a cumprirem funções significativamente complexas, difíceis de serem postas em prática,

2 Há de se esclarecer que estes trabalhadores não são propriamente funcionários da PBH, são terceirizados por contrato de mão de obra. Ainda assim, sabe-se que eles prestam serviços unicamente para a gestão municipal e são gerenciados exclusivamente pelo corpo de funcionários públicos.

3 Desde o início dos anos 2000, existe uma única peça jurídica que demarca legalmente práticas em espaço público na cidade, o Código de Posturas de Belo Horizonte (2003) – cunhado como Lei. 8.616. Este marco regulatório das “posturas” conta com mais de 300 normas, criadas ao longo dos anos desde 1930. Há uma variada gama de normas relacionadas aos usos e práticas nos espaços públicos: utilização das calçadas, instalação de faixas, instalação de publicidade, regularização de obras privadas, incluindo direcionamentos sobre solicitações de alvarás, e etc.

4 A saber, a atividade padrão envolvida nesse tipo de modalidade de trabalho é, basicamente, a de permanecer num ponto fixo (podendo às vezes se movimentar por alguns quarteirões próximos) para coibir que pessoas venham a realizar algum tipo de irregularidade naquelas mediações e, assim, realizar uma espécie de controle imediato das práticas naquele espaço. Ao constatar alguma irregularidade sendo realizada, o agente deve conversar com o infrator para deixá-lo ciente de que está irregular e, assim, convencê-lo a não insistir. Caso não haja sucesso, o agente se comunica com os fiscais dos escritórios (este sim com legitimidade para assinar a atuação) que se deslocam para tomar as medidas legais apropriadas, como a apreensão de mercadorias, emissão de multas e etc.

em espaços de trabalho conturbados e inseguros, diante de muita pressão por eficiência, ainda que recebam poucas orientações e capacitações normativas para a sua prática pela instituição. Todas estas dificuldades apresentadas ao longo de meu contato com o campo estão somadas às idiosincrasias de uma rotina fortemente marcada pelo relacionamento face-a-face e constante com as pessoas que transitam pela cidade, e especialmente com seu público alvo: comerciantes ambulantes, moradores de rua, artistas de rua. Os auxiliares de fiscalização da PBH podem ser encarados, portanto, como exemplos de burocratas do nível de rua, como conceituado por Michael Lipsky (1969, 1980), atores que cotidianamente lidam com performances comunicativas que envolvem a conciliação de variadas demandas, necessidades e constrangimentos (LOTTA, 2010), em contextos de implementação de políticas ou serviços públicos.

Diante deste quadro geral, meu objetivo principal na pesquisa é o de analisar a atuação social dos auxiliares de fiscalização da PBH para compreender qual o real impacto de suas atividades para o controle de práticas no cenário urbano da cidade implementado pela gestão municipal e previsto no Código de Posturas. Tomo a perspectiva microssociológica como possibilidade de entender os dilemas que se deparam estes sujeitos em seu fazer laboral diário. Recorro, como base, a autores como Michael Lipsky - para dar conta das especificidades da realidade de um burocrata do nível de rua - e Howard Becker - que oferece conceitos valiosos que servem como possibilidade de uma análise pelo viés interacionista e construcionista sobre o *desvio* e o controle social.

A proposta deste artigo é o de discutir, primeiramente, as principais dimensões do conceito de “burocracia do nível de rua” como parte central do arcabouço teórico que sustenta a investigação empírica, além de localizar a obra de Lipsky na tradição sociológica. Em um segundo momento, busco expandir o debate teórico-metodológico lançando mão dos conceitos típicos da sociologia interacionista do desvio para analisar a “regra” e sua execução como fatores sempre relacionais e explorar, assim, os efeitos desses processos numa pesquisa que aborde a relação entre agentes de controle e o público.

Burocracia do nível de rua e suas dimensões

“Street-Level Bureaucracy”, ou “burocracia do nível de rua”, como foi literalmente traduzido pela literatura brasileira, foi o termo designado pioneiramente por Michael Lipsky para denominar uma classe específica da estrutura burocrática dos governos contemporâneos. Estas burocracias possuem características específicas que os distinguem e os fazem, assim, um grupo analiticamente coeso para os estudos sobre práticas burocráticas, governança e políticas públicas. Alguns exemplos são: policiais, professores, agentes de saúde, assistentes sociais, agentes de fiscalização, entre outros. Michael Lipsky (1976) elucida que estes profissionais são uma espécie de representantes do Estado contemporâneo perante as pessoas, e por isso, são atores considerados estratégicos para a compreensão da realidade das políticas públicas atualmente.

A teoria do *Street-level Bureaucracy* traz como perspectiva central os dilemas individuais dos funcionários que trabalham diariamente com as políticas em seu nível operacional, que lidam diretamente com o público dessas políticas e também com os conflitos decorrentes dessas interações. Por meio de sua abordagem aproximada da realidade dos indivíduos que operacionalizam as políticas públicas, os estudos de burocracia do nível de rua tem um ponto de vista privilegiado do processo de conhecimento dos serviços governamentais. Para Evelyn

Z. Brodtkin (2011), estudos que têm o olhar sobre o trabalho dos burocratas do nível de rua lançam luz sobre uma parte opaca do serviço público que está entre seu aspecto formal, o que ela se propõe, e seus resultados finais. Ademais, diz que ao empenharmos nossos olhares para o que acontece dentro das organizações, enquanto realizam cada uma de suas operações básicas, podemos compreender a maneira com que se relacionam às práticas populares - ao “nível de rua” - com as políticas que se lançam nesse nível.

Segundo Lipsky, três premissas básicas definem o trabalho desses funcionários públicos alocados nas linhas de frente do Estado.

1. Eles trabalham, em um curso regular de rotina, em interação constante com os cidadãos;
2. Embora faça parte de uma estrutura burocrática, estes funcionários atuam com certa independência dessa estrutura. Um elemento dessa independência é o poder que lhe foi concebido em tomar decisões, ou seja, o poder discricionário inerente a sua função na organização;
3. O impacto potencial de suas decisões para os cidadãos com que lida é significativo. (LIPSKY, 1976)

Segundo o ponto de vista de Lipsky (1980), basicamente, a grande relevância do trabalho desses funcionários está na responsabilidade de transmitir os esforços de uma política de governo para os cidadãos, isto é, mediando aspectos do relacionamento entre estes e o Estado. De certa forma, demonstram por meio de seu trabalho “do que se trata a política pública” em questão, e mais do que isso diz sobre “como estará atuando o governo” em determinada função pública, seja ela relacionada à promoção de bem-estar social ou ao controle social, como é o caso dos meus sujeitos de pesquisa.

A burocracia do nível de rua está alocada num nível essencialmente problemático da burocracia. Isso ocorre porque são cobrados intensamente tanto da organização pela qual trabalham - uma vez que estão no último nível de execução das políticas e carregam consigo grandes responsabilidades sobre o sucesso destas -, quanto pelos cidadãos alvo dessas políticas - uma vez que representam uma das principais interfaces do Estado. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que sofrem pressão institucional para aumentarem a efetividade e responsividade, por um lado; por outro, sofrem pressões face-a-face por parte dos cidadãos para que direcionem as ações do Estado segundo seus interesses pessoais ou de grupo (LIPSKY, 1980). No caso dos auxiliares de fiscalização, fica evidente que ocupam esse espaço conflituoso: são frequentemente cobrados por manterem as “ruas limpas” (expressão nativa) e por manterem-se fiéis às leis, enquanto aplicadores destas; enquanto isso, são pressionados (individualmente, em sua rotina) pelos camelôs e outros potenciais infratores para abrir exceções: “aliviarem o lado deles”, para “darem uma chance”, para “fazerem vista grossa”.

Ainda que se seja possível distinguir quais conflitos são internos à organização ou externos a ela, todas as dificuldades descritas são inter-dependentes, juntas têm sentido para que se compreenda as particularidades dos serviços públicos “ao nível de rua” como práticas *marginais* do Estado. Neste caso, entende-se por *marginem* os espaços sociais onde as leis e os marcos referenciais do Estado são recriados em suas formas de ordenamento social (DAS & POOLE, 2004), como é o caso de políticas públicas que dependem da atuação de burocratas para coordenarem a interação entre cidadãos e os aparatos de governo. Todas as características dos burocratas do nível de rua descritas anteriormente são direta ou indiretamente

associadas ao fato de que estes burocratas estão nas pontas, e estão em contato direto com a realidade social concreta, onde ficam evidentes as práticas e estratégias típicas das *margins*. Das e Poole enfatizam que as práticas de governo nas bordas são tão importantes para a constituição do Estado, como as exceções são importantes para a regra.

Entre a discricionariedade e o *client processing*

Em sua tese de doutorado, Gabriela Spanghero Lotta (2010) reconhece que existe na literatura sobre políticas públicas uma lacuna de análise sobre a implementação de políticas referente principalmente às interações e valores dos atores envolvidos nestes processos. A autora esclarece que:

... os agentes de implementação lidam, em sua prática, com processos de interação que envolvem diferentes valores, referenciais e identidades. Nesses processos de interação, portanto, entram no contexto as mais variadas identidades, demandas, necessidades e referenciais, além de constrangimentos e normas institucionais, que devem ser negociados para a construção das práticas de implementação. Esses processos requerem negociações entre os diversos fatores que aparecem na interação, para que se possa, efetivamente, implementar as políticas públicas. (LOTTA, 2010, p.53)

A atuação da burocracia nas linhas de frente do Estado deve ser referenciada, em grande medida, por ocuparem uma posição de decisão em última instância na implementação de políticas públicas, por possuírem relativo poder discricionário dentro das agências públicas. Essa característica apresenta relevância, num determinado sentido, porque demonstra certa volatilidade das regras formais. Assim, abre-se possibilidade, por exemplo, para que suas aplicações das leis possam ser rebatidas, discutidas e interpeladas pelos cidadãos. A percepção do público acerca do trabalho desses profissionais os leva a crer que as decisões que tomam não são totalmente definitivas, enxergam no papel individual deste burocrata uma possibilidade para fazerem as regras um pouco mais flexíveis (LIPSKY, 1980). A maneira com que exercem a discricionariedade, sempre em cenários de interação com o público envolvido nessas decisões, realmente cria condições favoráveis para práticas de negociação ou barganha.

Lipsky deixa claro que a discricionariedade dos burocratas nas linhas de frente do Estado está em poder determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios ou sanções planejadas por suas organizações estatais. Um dos motivos para que estes agentes exerçam considerável poder discricionário é que, muitas vezes, são submetidos a demandas institucionais extremamente contraditórias e volumosas, não passivas de serem programatizadas no cotidiano. Seu poder de agir seletivamente e criar critérios de prioridades sobre “quem” e “como” recebe os benefícios ou sanções do Poder Público tem importância estrutural para a transformação desses objetivos institucionais em trabalho prático.

As características desse grupo demonstram que a burocracia do nível de rua (como objeto de pesquisa) se distingue da ideia de burocracia presente nos modelos de análise clássicos sobre o Estado Moderno. A obra de Michael Lipsky apresenta-se como uma problematização das teorias clássicas sobre burocracia.

Certamente o maior referencial teórico que há sobre burocracia nas ciências humanas é Max Weber. Seus textos foram base para uma tradição de estudos genuinamente sociológicos sobre o fenômeno burocrático. Para este autor, a burocracia é um fenômeno inerente ao surgimento do Estado, e tendo ela atingido seu ponto máximo de racionalidade na Modernidade.

A burocracia caracterizada por Weber – como tipo ideal - é tida como altamente funcional, operante como uma organização altamente racional e pautada em regras racionais-legais, predominando preceitos como a hierarquia, a disciplina e a especialização. (WEBER, 2002)

A burocracia, como descreveu Weber (2002), pensada como o modelo ideal de funcionalidade para o contexto do Estado Moderno, deve ser associada a duas características fundamentais para que se compreenda sua manutenção e legitimidade: a *impessoalidade* nas relações sociais e a *universalidade*. A burocracia é impessoal e universalista porque, uma vez que deve operar pela lógica racional-legal para se legitimar, é obrigada a reconhecer os cidadãos de modo formal e normativo, como se fossem iguais. Tal como se situa a burocracia ideal de Weber, a discricionariedade de seus membros é considerada uma espécie de “brecha” para sua funcionalidade, como bem explicaram Fernando Filgueiras e Ana Luiza Melo Aranha na passagem que segue:

A partir do conceito weberiano de burocracia, configurou-se uma relação direta entre as formas organizacionais e administrativas, tanto privadas quanto públicas, e a política, propriamente dita. Na chave weberiana do conceito de burocracia, ela é uma forma de socialização do poder, sendo, por conseguinte, um instrumento de poder de primeira ordem. Ou seja, quem controla a burocracia tem poder. E o elementar dessa relação entre as organizações burocráticas e a política é o fato da discricionariedade. Uma vez que se baseia na existência de uma legalidade posta pelo Estado e fundamentada racionalmente, bem como parte do princípio da impessoalidade e da hierarquia, os burocratas não devem ter margem de discricionariedade em sua ação cotidiana em um tipo ideal de burocracia. (FILGUEIRAS & MELO ARANHA, 2011, p. 352)

Alguns dos sociólogos posteriores a Weber que se interessaram pelo tema da burocracia desenvolveram pontos cruciais sobre a estrutura burocrática formalizada pelo autor clássico. Merton (1978), por exemplo, identifica a possibilidade de disfunções ou de efeitos não previstos no funcionamento normal de uma rotina burocrática, uma vez que as funções, por mais que sejam técnicas, formalizadas e mecanizadas, são executadas por pessoas potencialmente imperfeitas. Outro autor importante para a discussão pós-weberiana sobre o tema foi Etzioni (1976) que, por sua vez, tinha um olhar estruturalista sobre a burocracia, reconheceu certa fragilidade na normatividade funcional garantidora da “ordem burocrática”, como o enfraquecimento do compromisso dos empregados com os objetivos da organização e a interferência de fatores externos à estrutura burocrática.

Com o passar dos anos, surgiram variados modelos teóricos e pesquisas empíricas dedicadas a uma compreensão das burocracias como fenômeno moderno de grande importância para as sociedades e Estados modernos, mas também um rico campo de pesquisa em relações humanas em organizações. Mesmo que, muitos desses trabalhos tenham se debruçado nos textos de Weber como um princípio teórico, estas se preocupavam, quase sempre, em empreender críticas ao seu modelo, trazendo a burocracia mais próxima da realidade social e a afastando de um modelo normativo.

Autores como Simon & March, por exemplo, foram uns dos principais expoentes da sociologia das organizações, foram autores que trouxeram novas abordagens sobre a ação e a racionalidade dentro de organizações modernas. Estes autores foram grandes críticos das teorias econômicas clássicas sobre a ação, ligadas aos *rational choice*, dominantes até então em estudos de curto alcance em organizações. Simon & March (1972) negavam a noção nor-

mativa sobre os indivíduos de que logram otimizar suas decisões, uma vez que atuam em ambientes com regras e opções minuciosamente especificadas e nitidamente definidas. Estes autores, de certa forma, “humanizam” as burocracias, já que reconhecem que os indivíduos possuem *racionalidade limitada*, isto é, são incapazes de conhecer todas as alternativas possíveis para suas escolhas, e tampouco sabem perfeitamente qual delas é “a escolha ótima”. Como a noção de “opção ótima” é puramente normativa e inaplicável à realidade prática, reconhece-se que os indivíduos não buscam resultados ótimos, mas apenas soluções satisfatórias aos dilemas do dia-a-dia (SIMON & MARCH, 1972).

De modo geral, uma das grandes contribuições de Simon & March para o estudo das organizações burocráticas é a de que se deve substituir a visão administrativa-econômica na qual os funcionários são vistos como meros instrumentos, reconhecendo que estes têm necessidades, motivações e impulsos próprios, mesmo enquanto integrantes de alguma organização fechada (SIMON & MARCH, 1972).

Certamente, as teorias críticas da burocracia weberiana foram muito importantes para as ciências sociais e administrativas uma vez que se atentam para as organizações e as funções burocráticas como realidades humanas mais complexas do que se espera (levando-se em conta um modelo normativo), uma vez que estão repletas de diversidades, incertezas e disputas (CROZIER, 1963). É neste mesmo sentido, com o desenvolvimento de estudos menos formalistas sobre a burocracia, que Lipsky busca desenvolver sua teoria do *street-level bureaucracy*. Lipsky possibilita que enxerguemos o indivíduo burocrata e seus dilemas de nível pessoal, e não mais a burocracia, como uma massa humana coesa e homogênea.

Um dos pontos fortes da obra deste autor, *Street-level Bureaucracy* (1980), é a caracterização dos burocratas do nível de rua como *policy makers*, indivíduos cuja função é o de literalmente realizar as políticas, ou seja, quem lida rotineiramente com a realidade da função pública, em considerável medida interferindo em seu formato. A condição de estar ao “nível da rua”, em interação com o público das políticas, permite ao indivíduo que a ocupa esta posição significativa amplitude de escolhas como “realizador das políticas públicas”. Esta função dos burocratas do nível de rua está pautada em duas facetas de sua posição: (1) seu relativo poder discricionário; (2) e a relativa autonomia das autoridades organizacionais. Estas duas características estão inter-relacionadas para a constituição dos burocratas das pontas como um “entregador” ou um “executor” dos serviços públicos.

Michael Lipsky esclarece que na tentativa diária dos burocratas do nível de rua em construir uma rotina de trabalho, realizam o que o autor chama de *client processing*, uma expressão que explica que a construção tácita dessas rotinas remete à tendência de um envolvimento técnico com o público daquele serviço público. Lipsky explica que a relação com o público por processamento é resultado de uma série de simplificações acerca dos elementos que compõem o ambiente de trabalho. Estas são necessárias porque os burocratas das pontas, normalmente, dispõem de recursos limitados para realizar seu trabalho. Por efeito disso, os burocratas do nível de rua readaptam, cotidianamente, suas concepções (1) sobre o próprio trabalho e também (2) sobre seu público, para sobreviver naquela função. (LIPSKY, 1980). Por exemplo, um agente de fiscalização provavelmente precisa reformular suas concepções sobre práticas irregulares, assim como sobre os seus praticantes para que, assim, possa lidar (na medida do possível) com estes de maneira tecnicamente satisfatória no dia-a-dia.

As ideias de Simon & March confluem para este mesmo sentido que aponta Lipsky. Eles esclarecem que os indivíduos dentro de uma organização têm a necessidade de elencar prioridades quando elaboram (consciente e inconscientemente) em suas mentes seus objetivos

dentro do grupo. A realidade complexa de uma organização é (racionalmente) substituída por um modelo satisfatório, realista e simples que possa ser manejado em dadas situações de resoluções de problemas (SIMON & MARCH, 1972). Uma tarefa grande e complexa, como a de policiais, professores e fiscais é transfigurada em parceladas e pequenas tarefas, plausíveis de serem executadas. Uma das maneiras identificáveis dessa “recodificação” dos elementos envolvidos nos objetivos organizacionais é o *client processing*.

Como já foi dito, a discricionariedade característica do trabalho dos burocratas em questão é um ponto importante para que se entenda a relativa liberdade dos burocratas do nível de rua de “reconstruírem” seu próprio trabalho. Gabriela Spanghero Lotta (2008) explicita que estes burocratas não somente atuam como “policy makers” porque estão executando em última instância as políticas públicas, mas também devido ao seu exercício de discricionariedade, que os permite alterar as políticas públicas com certa frequência.

O ponto de vista de Lipsky é de que a discricionariedade é uma característica central e, sobretudo, estrutural para a função como funcionário de ponta em uma organização pública. O autor aponta que os atalhos, simplificações e, por vezes, distorções que estes atores fazem das demandas oficiais são de fato uma necessidade para seu papel. Pelas palavras do autor:

The fact that street-level bureaucrats must exercise discretion in processing large amount of work with inadequate resources means that they must develop shortcuts and simplifications to cope with the press of responsibilities. (LIPSKY, 1980, p. 18)

Gabriela Spanghero Lotta faz uma reflexão interessante para entendermos os alcances e as bases do poder discricionário do burocrata do nível de rua:

A discricionariedade exercida pelos burocratas é, portanto, resultado da interação que exercem entre seus próprios valores, valores de outros atores envolvidos, os procedimentos, restrições, estruturas, incentivos, encorajamentos e proibições. Assim, é necessário examinar os padrões de interação para compreender por que as ações foram feitas daquela forma. A questão, portanto, é olhar para o ambiente institucional e relacional dentro do qual a burocracia opera. (LOTTA, 2010, p. 4)

A associação entre os alcances de ação desses atores, suas interações cotidianas e suas próprias concepções de mundo resultam em construções sociais tanto sobre seu trabalho - seu papel como servidor público - como sobre seu público específico (LIPSKY, 1980).

A perspectiva da sociologia interacionista: empreendedorismo moral e controle social

Oportunamente, invoco os conceitos desenvolvidos por Howard Becker em *The Outsiders* (1963). Nesta obra, o autor identifica atores na vida social que têm relevante importância para a construção ou manutenção de noções de desvios e da criação de novos grupos *outsiders*, estes são os chamados *empreendedores morais*, subdivididos em dois tipos: os *criadores de regras* e os *impositores das regras*. Os *criadores de regras* são aqueles que lutam por novas imposições e regulamentos morais e/ou legais na sociedade. Suas justificativas são baseadas em referências essencialmente morais do que seja certo ou errado, e costumam se utilizar de argumentos de autoridades ou de especialistas como alicerces legitimadores de seus discursos.

sos e contestações. Estes indivíduos são motivados pela crença radical em preceitos morais circunstanciais e por isso são determinados a lutar ferrenhamente contra o que concebem como “errado”. Por mais que estes indivíduos não sejam completamente eficazes em suas “cruzadas morais” (aludindo às missões sagradas medievais), de forma geral, Becker exalta que eles desempenham um papel bastante importante para os processos de construção social do desvio. O sucesso da criação de uma nova regra culmina na criação (ou adaptação) de algum aparato (normalmente formal) de regulamentação, voltado para a aplicação dessas regras. O outro grupo de *empreendedores morais* são os *impositores de regras*, que se trata de pessoas que aplicam aos cidadãos as regras já criadas e institucionalizadas na esfera pública. (BECKER, 1963).

Os *impositores de regras* são atores que interessam muito para as discussões realizadas neste trabalho, uma vez que identifico que estes, segundo a caracterização de Howard Becker, podem ser facilmente associados aos burocratas do nível de rua, como conceituou Michael Lipsky, especialmente quando tratou dos burocratas que trabalham para agências de controle e regulação. Embora Lipsky tenha analisado a burocracia por um viés micro sociológico, debatendo os “*Dilemmas of the individual in public services*” (subtítulo do livro), não explorou incessantemente a perspectiva interacionista, própria das relações sociais que constituem seu trabalho.

Para que se possa compreender a importância dos *empreendedores morais* para a teoria de Becker, deve-se atentar sobre sua perspectiva sobre o desvio, uma vez que o aborda como um produto de interações sociais, subvertendo o valor naturalizado que as regras muitas vezes carregam em si. O sociólogo desconstrói o valor dos atos como sendo simplesmente naturais reconceituando o desvio como uma categoria em constante disputa social e política. Diferentes noções do que seja desviante e de quem seja desviante se dão, nos diversos contextos sociais, por processos de tensão, entre grupos e/ou indivíduos.

Para Becker, o desvio não é uma qualidade alocada no ato em si, mas um fruto da interação entre o indivíduo supostamente desviante e aqueles que respondem ao ato supostamente desviante. A valoração moral de determinado ato está expressa na construção de expectativas de comportamento dos atores em resposta ao mesmo, assim, determinado ato só se transforma em desvio (e determinado indivíduo só transforma em desviante) uma vez que são amplamente rotulados pelos atores envolvidos (BECKER, 1963). Partindo disso, é necessário que o desvio seja compreendido como uma categoria não rígida, passível, portanto, de transformações, variando, inclusive, nos diferentes contextos sócio-históricos.

De forma a complementar, ao explicar a visão metodológica de Howard Becker, Richard Miskolsci (2005) diz que:

Para compreender tal situação, é necessário levar em conta o conjunto das partes que são implicadas. Assim, para estudar os comportamentos desviantes não bastam dados oficiais e estatísticos. É necessário levar em consideração aqueles que impõem as normas ou formulam as acusações ao mostrar como tal indivíduo ou grupo vem a transgredir essa norma ou foi rotulado como desviante. Quem acusa quem e de quê. Esta é a questão que se deve impor ao pesquisador diante de um comportamento ou identidade socialmente proscritos. (MISKOLSCI, 2005, P.27)

Deste modo, ressalto a importância dos *empreendedores morais*, especificamente os *impositores das regras* (que, afinal, não deixam de ser um tipo de burocrata do nível de rua), como atores

importantes nos rituais de interação para a operacionalização das noções de comportamentos desviantes e de regras de controle, e na conseqüente conformação situacional das regras. Becker explica que antes que qualquer rótulo de desvio seja empregado, qualquer grupo possa ser reconhecido como *outsider*, alguém deve ter criado a regra que definirá estas referências; por outro lado, a regra não se transforma em prática de controle por ela mesma, necessita, pois, dos *impositores de regras* para que seja lançada ao público como regra de fato (BECKER, 1963).

Tomando por perspectiva a atuação dos executores das regras, Howard Becker considera que estes não estão necessariamente preocupados com o conteúdo das regras que aplicam, mas entende a existência da regra como justificativa suficiente para motivá-lo a exercer o papel de autoridade proveniente de sua função institucional. Isso significa que, especificamente, este *empreendedor moral* não precisa, expressivamente, concordar com o teor da regra (BECKER, 1963). Segundo a visão de Becker, a grande missão destes indivíduos é lidar com a *exequibilidade* dessas regras, isto é, lidar cotidianamente com dilemas relacionados com sua forma prática, e para isso ressalta, assim como Lipsky, a discricionariedade como aspecto central para seu trabalho:

Ordinarily, the rule enforcer has a great deal of discretion in many areas, if only because his resources are not sufficient to cope with the volume of rule-breaking he is supposed to deal with. This means that he cannot tackle everything at once and to this extent must temporize with evil. He cannot do the whole job and knows it. He takes his time, on the assumption that the problems he deals with will be around for a long while. He establishes priorities, dealing with things in their turn, handling the most pressing problems immediately and leaving others for later. His attitude toward his work, in short, is professional. He lacks the naive moral fervor characteristic of the rule creator. (BECKER, 1966, p.159)

Além disso, o sociólogo analisa os *impositores de regras* como agentes que variam sua aplicação da lei segundo a reação daqueles com quem interage, o que reforça a ideia de que o cenário da aplicação prática da lei não pode ser meramente normativo, apoiado somente nos regulamentos formais de trabalho. Pelas palavras do autor: “*If the offender is properly respectful, the enforcer may smooth the situation over. If the offender is disrespectful, the sanctions may be visited on him.*” (BECKER, 1966, 159)

Certamente como Becker, em seu capítulo sobre os *empreendedores morais*, Michael Lipsky também toma como perspectiva os esforços, conflitos e motivações individuais de policiais, fiscais e outros agentes de controle. Michael Lipsky trata em sua obra *Street-Level Bureacracy* sobre o tema desses personagens como interlocutores diretos de seu público, sobre como constroem a ideia de quem, afinal, são seus “clientes”⁵. Os indivíduos e grupos que são públicos de determinados serviços governamentais (como os criminosos são da polícia, como os vendedores ambulantes são dos fiscais, etc) se transformam em “clientes” durante a prática do trabalho. Esta é uma categoria própria da prática daquele burocrata que, sobretudo, serve como recurso, relativamente, homogenizador do potencial grupo de cidadãos com quem ele

5 Neste trabalho, opto por evitar o termo “cliente” para designar o público alvo dos serviços públicos. Apesar de ser a tradução literal deste termo na obra original - “*client*” - este foi utilizado de forma genérica por Lipsky, se referindo ao contexto norte-americano, sobre contextos de instituições tanto públicas como privadas. Utilizo, portanto, expressões como “público”, “público alvo” ou mesmo “cidadãos” para referenciar-me aos interlocutores diários dos burocratas do nível de rua, com a intenção de não pressupor passividade (o “governado”, o beneficiário) por partes destes indivíduos com relação ao governo; e tampouco designar que exista, a priori, relação mercantil, de clientela (ou clientelismo) entre trabalhadores do Estado e cidadãos em contextos de prestação de serviços públicos.

possa vir a interagir. Desta maneira é possível realizar o trabalho, preferencialmente, como um “processamento de pessoas”.

Por outro lado, a maneira com que os burocratas do nível de rua tratam este público alvo e como eles, individualmente ou coletivamente, criam estereótipos para este é contextual. Assim, os cidadãos tendem a expressar seus interesses, problemas e necessidades pessoais, frente aos servidores públicos de forma individualizada, fazendo com que a relação entre os burocratas do nível de rua e seu público alvo seja drasticamente desigual (LIPSKY, 1980), e potencialmente conflituosa. O autor explica que: “*Clients seek services and benefits; street-level bureaucrats seek control over the process of providing them.*” (LIPSKY, 1980 p. 60)

Em estudo sobre poder discricionário de policiais, um dos exemplos clássicos de burocratas do nível de rua, do tipo *impositores das regras*, Janqueline Muniz (2008) percebe que, ao passo que o jogo interativo entre policiais e cidadãos é constante e muito importante para a conformação do trabalho policial, é preciso, portanto, voltar-se para a atitude dos cidadãos perante os policiais, a fim de compreendermos melhor a discricionariedade que estes exercem. A autora coloca que, paralelamente, ao poder discricionário do policial, existe também o poder discricionário do cidadão. Sobre a agência do cidadão, Muniz explica:

Por um lado, ela se manifesta na decisão de acionar ou não a polícia e dar preferência a certos tipos de condução policial em detrimento de outros. Por outro, ela expressa a priorização de determinadas normas legais que devem, segundo os cidadãos, ser fiscalizadas e impostas. De fato, o arbítrio dos cidadãos, assentado em um determinado imaginário social sobre a construção da ordem, suas formas de transgressão, seus mecanismos de controle e punição, impõe vários níveis de filtragem que impactam as decisões discricionárias policiais. (MUNIZ, 2008, p.10)

Levando-se em conta que a relação entre cidadão e burocrata do nível de rua (aqui tomando-se o exemplo dos policiais) pode ser lida como uma ordem de interação social construída, portanto, por uma cadeia de expectativas mútuas entre os atores (GOFFMAN, 1986), a maneira com que as pessoas reagem às ações dos burocratas, certamente influenciarão toda a atuação procedente daquela burocracia. O mesmo ocorre no sentido inverso. Ainda que estes jogos interativos sejam fortemente demarcados por uma desigualdade insuperável de forças (afinal de contas trata-se de agentes do Estado), as formas de resposta dos cidadãos afetam “a decisão policial de aplicar, como aplicar ou não aplicar a lei.” (MUNIZ, 2008, p.11). Neste mesmo sentido, no caso de outros profissionais do nível de rua, os cidadãos que são seus interlocutores diretos também possuem agência relevante para co-produzirem o “resultado” dos serviços públicos.

Conclusão

Julgo pertinente a discussão sobre a burocracia do nível de rua porque, assim, trazemos à tona os dilemas a nível microsociológico desses personagens, deflagrando o cotidiano multifacetado da governança. Em pesquisas com este direcionamento, podemos enxergar uma dimensão da política pública e do governo que é comumente invisibilizada – suas *margens*. É necessário um olhar apurado para se que conheça não somente questões relacionadas ao “produto final” das políticas públicas, mas também o impactos dos processos de implementação destas para o relacionamento entre os governos - por meio dos aparatos públicos - e

os cidadãos. É possível pensar, assim, o momento de implementação das políticas públicas como uma situação real de mediação entre os agentes implementadores, os cidadãos e o Poder Público (LOTTA & PAVEZ, 2009), um contexto real de encontros face-a-face.

Além disso, pesquisas e discussões teóricas que trazem à tona a perspectiva da burocracia do nível de rua, desmascaram burocratas do nível de rua como meros aplicadores das leis, como se fossem pontes infalíveis e plenas que conectam as instituições públicas e o corpo de cidadãos. Da mesma forma, perspectivas como a que trago neste texto também são indicativas para uma desconstrução da figura passiva do cidadão com relação ao seu posicionamento quanto ao governo e as políticas públicas, o que abre como um possível caminho para problematizar, por exemplo, modelos teóricos sobre cidadania e governança. No contexto da pesquisa que desenvolvo, desnaturalizar a burocracia e o controle estatal significa pôr em questão “como” as atuações dos auxiliares de fiscalização – individualmente e como um grupo – afetam, concretamente, o controle sobre práticas sociais nos espaços urbanos, uma vez que participam ativamente da construção diária dos referenciais regulatórios e das próprias circunstâncias dessa gestão municipal.

Bibliografia

BECKER, Howard S. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Free Press Paperback, New York, 1963.

BRODKIN, Evelyn Z. *Putting Street-level Organization First: New Directions for Social Policy and Management Research*. University of Chicago, 2011.

CROZIER, Michel. *O Fenômeno Burocrático*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1963.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford: School of American Research Press/ James Currey, Santa Fé. 2004.

ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. Pioneiras, São Paulo, 1976.

FILGUEIRAS, Fernando, MELO ARANHA, Ana Luiza. *Controle da Corrupção e Burocracia da Linha de Frente: Regras, Discricionariedade e Reformas no Brasil*. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 54, núm. 2, 2011, pp. 349-387.

GOFFMAN, Ervin. *Frame Analysis: Na essay on organization of experience*. Northeastern University Press, Boston, 1986.

LIPSKY, Michael. *Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation, New York, 1980.

_____. *Toward a Theory of Street-level Bureaucracy*, in W. Hawley & M. Lipsky (eds) *Theoretical Perspectives on Urban Politics*, Eaglewood Cliffs, NJ, Prantice Hall, 1976.

LOTTA, Gabriela. S.. *Estilos de Implementação: ampliando o olhar para análise de políticas pú-*

blicas. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008, Salvador. Anais do 3o Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008

_____. Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre os Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOTTA, Gabriela S. & PAVEZ, Thais. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. In. Congresso LASA, São Paulo, 2009.

MARCH, J.G. e SIMON, H.A., Teoria das organizações, Rio de Janeiro, FGV, 1972.

MERTON, R. K. Estrutura burocrática e personalidade. In: CAMPOS, Edmundo (Org.). Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MISKOLSCI, Richard. Do Desvio às Diferenças. Teoria & Pesquisa, São Carlos, v. 47, n.01, p. 9-42, 2005.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira . Discricionariade Policial e a Aplicação Seletiva da Lei na Democracia. In: Leonardo Sica. (Org.). Revista Ultima Ratio. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, v. 2, p. 97-122.

WEBER, Max. "Burocracia", in C. Wright-Mills e H. Gerth (eds.), Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, LTC, 2002, pp. 138-170.

As particularidades do campo do controle do crime brasileiro

Ana Claudia Cifali¹

Resumo:

Com o presente artigo, busca-se refletir sobre o pensamento criminológico brasileiro e seu reflexo no campo do controle do crime, marcado pela perpetuação da seletividade penal, da flexibilização de garantias processuais e pela violência institucional. Pretende-se analisar como tais circunstâncias são derivadas, em grande medida, de cicatrizes históricas que remontam à herança da colonização portuguesa e à racionalidade das elites brasileiras (formadas em Portugal) no momento da construção do Estado Nacional, que, influenciadas pelo pensamento liberal, ditaram os rumos de nosso país. Sem olvidar das transfigurações de tal pensamento ao ser introduzido no Brasil, é dizer, a metamorfose das ideias europeias ao se inscreverem nas particularidades do contexto brasileiro.

Palavras-chave: Criminologia; Sociologia do Castigo; Controle Penal

Abstract:

This article seek to reflect on the Brazilian criminological thought and its impacts in the field of crime control, marked by the perpetuation of the penal selectivity, flexibility of procedural safeguards, and institutional violence. We intend to analyze how such circumstances are derived from historical scars, dating back to the legacy of Portuguese colonization and the rationality of the Brazilian elites (formed in Portugal) at the time of construction of the National State, whitch, influenced by liberal thinking, dictated the direction of our country. Without forgetting the transfiguration of such rationality when introduced in Brazil, it means, the metamorphosis of European ideas when introduced in the particularities of the Brazilian context.

Keywords: Criminology; Sociology of Control; Penal Control

¹ Mestre em Cultura de Paz, Conflitos, Educação e Direitos Humanos pela Universidade de Granada, Espanha; Especialista e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista CAPES/CNJ Acadêmico. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa em Políticas de Segurança Pública e Administração da Justiça Penal - GPESC/PUCRS. Pesquisadora vinculada ao projeto "Giro à esquerda e políticas de segurança no Brasil e na América do Sul - uma abordagem comparativa", financiado pela Universidad Experimental de la Seguridad da Venezuela. Advogada do Grupo 10 - Grupo de Assessoria a Adolescentes Selecionados pelo Sistema de Justiça Penal Juvenil do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - G10/SAJU/UFRGS. Contato: anaclaudiacifali@gmail.com

Introdução

Ao final do século XX, os sentimentos de medo, insegurança e ansiedade ganharam lugar como alguns dos principais problemas sociais dos Estados ocidentais, tanto pelo crescimento objetivo das taxas de crime², dos percentuais de vitimização e pelo surgimento de novas formas delitivas, como pelo caráter anômico das sociedades pós-modernas. Nesse momento, já não existem certezas absolutas, nem quanto às necessidades básicas, nem quanto à possibilidade de vitimização, propagando-se a visão da criminalidade como risco cotidiano, o que, por sua vez, conduziu a mudanças nas relações sociais e à remodelação do espaço urbano. A forma de ver o crime e o criminoso também se modificou e a morte do ideal ressocializador (devido, em grande parte, à descrença em relação a sua funcionalidade) possibilitou o surgimento de um novo tipo de *gerencialismo*, muitas vezes discriminatório.

Na ânsia de solucionar os problemas da criminalidade de forma veloz, demonstrando eficiência (já que a sociedade pós-moderna também demanda respostas imediatas), são elaboradas políticas de segurança pública mais abrangentes e ampliações legislativas, com a criação de leis mais rígidas e severas, possibilitando a flexibilização de direitos fundamentais em nome da ordem social e da segurança pública. Nesse contexto, houve uma expansão do controle social para diversas áreas, causando efeitos perversos, demonstrados pelas crescentes taxas de pessoas privadas de liberdade, muitas em caráter preventivo, geralmente encarceradas em instituições penitenciárias precárias e insalubres³.

O Brasil, além de acompanhar o fenômeno global de racionalidade punitiva, é marcado por um processo de redemocratização inacabado, bem como possui profundas cicatrizes históricas de uma sociedade hierarquizada, baseada em relações de clientelismo e patrimonialismo. Por vezes, a política criminal brasileira parece guiada por interesses privados e eleitores que tendem a sobrepor-se à genuína vontade de resolver os problemas de ordem pública. Assim, vemos o desenvolvimento e a implementação de políticas criminais marcadas por tensões, conflitos e lutas políticas, o que dificulta um profundo debate público e político em torno das questões sociais.

Ademais, a desigualdade extrema e os vestígios do autoritarismo são problemas que persistem no cenário brasileiro e que trazem inúmeros empecilhos para um funcionamento igualitário das instituições públicas e do sistema de administração de justiça como um todo, pilares fundamentais de um Estado democrático de direito. A seletividade, a discricionariedade e a aplicação discriminatória dos instrumentos de controle penal são resultados de uma complexa rede de obstáculos, que passam por mentalidades, sensibilidades sociais e interesses de diversas razões, além de problemas de ordem material, como a ausência de recursos humanos e financeiros.

Assim, os governos atuais deparam-se com o desafio de equacionar liberdades individuais e segurança pública, assim como administrar a perda de confiança nos atores tradicio-

2 Ver a esse respeito: <www.latinamerica.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDH-AL%20Informe%20completo.pdf> Acesso em 9 maio 2014.

3 Verificando as taxas de encarceramento no Brasil, observa-se o enorme crescimento ocorrido na última década, que faz com que tenhamos em nossas prisões mais de 500 mil presos (no final dos anos 90, a população carcerária estava em torno de 150 mil presos). Importante ressaltar que 38% são presos provisórios, sem uma sentença condenatória. Dados INFOPEN: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em 15 maio 2014.

nalmente ligados ao controle do crime e na confiança das próprias instituições estatais de administração da justiça. Atualmente, a segurança pública tornou-se uma das maiores preocupações da população e um dos objetivos principais do Estado. Agindo através da política criminal e de segurança pública, os governos devem enfrentar os desafios trazidos pela complexidade contemporânea, pelas mudanças nas formas de sociabilidade, pela fragmentação das certezas e, ainda, pelas heranças autoritárias que persistem e impõe diversas barreiras ao enfrentamento democrático da questão criminal. A seguir, analisaremos algumas circunstâncias que fazem parte do passado brasileiro e que, em grande medida, foram determinantes para chegarmos ao estado atual de violação sistemática de direitos e desigualdade na aplicação dos mesmos, bem como para que a população aceitasse tais condições de maneira relativamente pacífica.

1. Pensamento criminológico brasileiro: institucionalizando a desigualdade

Há hoje uma consciência crescente de que a lei e os direitos ainda desempenham um papel menor na determinação do comportamento dos indivíduos e instituições no Brasil e, inclusive, na América Latina como um todo. De acordo com o Relatório do Latinobarômetro 2011, há uma grande desconfiança na capacidade do Estado para implementar sua legislação imparcialmente e apenas 37% dos brasileiros afirmaram respeitar as leis. Ainda, 55% dos brasileiros pensam que pessoas ricas cumprem menos a lei (Corporación Latinobarómetro, 2011). Nesse sentido, O'donnell (1998) analisa que na América Latina existe uma longa tradição de ignorar a lei ou de conseguir “dribla-la”, principalmente entre os setores privilegiados da população, os quais demonstram uma recusa obstinada em submeter-se a procedimentos administrativos e judiciais regulares.⁴ Logo:

A aplicação, e amiúde excessivamente severa, da lei aos fracos pode ser um eficiente meio de opressão. O lado oposto disso são as múltiplas maneiras pelas quais os privilegiados, seja diretamente, seja por meio ligações pessoais apropriadas, se isentam de cumprir a lei. (O'DONNELL, 1998, p. 45)

Para O'donnell (1998, p. 57), a maioria dos países da América Latina não foi capaz de consolidar sistemas verdadeiramente democráticos no período de transição. A elevada desigualdade na região é um dos maiores empecilhos para uma implementação mais imparcial do Estado Democrático de Direito, pois as distâncias sociais “*alimentam múltiplos padrões de relações autoritárias em todos os tipos de contato entre os privilegiados e os outros*”. Nessa senda, Adorno (1996, p. 67) refere que, no Brasil, “*há uma sorte de autoritarismo socialmente implantado*”, sendo o autoritarismo político apenas uma de suas manifestações. Assim, os direitos e garantias não existem simplesmente, mas precisam ser constantemente defendidos contra “*tentativas autoritárias persistentes*” (O'DONNELL, 1998, p. 54). O Brasil, como um dos países mais desiguais do continente, pode ser caracterizado como um país não democrático ou com uma democracia muito incompleta.

⁴ Embora tenha crescido nos últimos anos o número de processos contra criminosos de colarinho branco, o perfil da população carcerária segue sendo caracterizada por indivíduos com baixo grau de instrução e renda, tendo sido encarcerados em sua grande maioria (74,4%) pela prática de crimes contra o patrimônio ou por tráfico de drogas, e que no interior do sistema penitenciário vão ser integrados de forma permanente às redes de gerenciamento das ilegalidades.

Apesar da reconstrução democrática e o desenvolvimento de um novo regime político, o que permitiu a consolidação de mudanças substantivas⁵ que visaram munir a sociedade de instrumentos de defesa contra o arbítrio do poder de Estado, a instauração efetiva de um Estado Democrático de Direito não foi alcançada. De acordo com o autor, o controle legal da violência permaneceu abaixo do nível desejado e os obstáculos enfrentados encontram-se, geralmente, em circunstâncias sócio-políticas. Nesse contexto:

Persistiram graves violações de direitos humanos, produto de uma violência endêmica, radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem pública. (ADORNO, 1996, p. 65-66)

A violência privada e a desigualdade social, econômica e jurídica são marcas importantes da sociedade brasileira, que persistem ao passar do tempo e são constantemente transformadas (ZALUAR, 2007). Soares (2006, p. 271) aponta que a condição de submissão foi historicamente naturalizada e mostra-se indispensável para a manutenção da ordem social desigual e hierárquica, caso contrário, “*a única estabilidade possível seria aquela espetada na ponta do fuzil.*”.

Analisando a história brasileira, percebe-se que a lógica dos interesses oligárquicos sempre foi colocada à frente das necessidades sociais. Em tempos de coronelismo, o compadrio era muito importante para selar a unidade nacional. A confiança de que os senhores dariam proteção em troca de obediência representava um acordo tácito, a lealdade era a lei. Visando a proteção, o trabalhador guardava uma posição passiva, de aceitação de uma ordem tradicionalmente desigual. Prometendo um mínimo de proteção, neutralizava-se a resistência e prevenia-se a sociedade dos perigos da sublevação. Assim, o domínio político e econômico era preservado⁶ (ADORNO, 1988).

Para as elites brasileiras, a moderação, a prudência e o apaziguamento seriam os atributos que levariam à unificação do país. Segundo Adorno (1988), a instituição do poder moderador foi a peça estratégica para a concretização de um modelo liberal combinado com o Estado patrimonial. Nesse sentido, de acordo com Soares (2006, p. 272):

a ordem estamental é um sistema de categorias sociais escalonadas em torno de um eixo vertical, que as hierarquiza e as amarra umas às outras, tornando-as interdependentes, estabilizando expectativas, fixando-lhe cotas exclusivas de ambição, espremendo a mobilidade quase até a última gota e sedimentando a unidade da nação. Não é o mundo dos cidadãos, dos indivíduos livres, iguais perante a lei.

O Brasil da primeira República, ainda apoiado sobre a escravidão, pretendia-se liberal, prometendo à população liberdade e igualdade. Na obra “*Os aprendizes do poder*”, Sérgio Adorno analisa o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis em direito de São Paulo

5 Entre as quais: “*ampliação dos canais de participação e representação políticas; alargamento do elenco dos direitos (civis, sociais e políticos); desbloqueio da comunicação entre sociedade civil e Estado; reconhecimento das liberdades civis e públicas; abolição das organizações para-militares ou organismos paralelos à segurança pública; maior transparência nas decisões e procedimentos políticos; sujeição do poder público ao império da lei democraticamente votada; existência de eleições livres.*”. ADORNO, 1996, p. 65.

6 “*recebemos os escravos que pagamos, tiramos deles o trabalho que dos homens livres também tiramos, damos-lhes o sustento e a proteção compatível com o seu estado; está fechado o contrato*”. Citação de Maciel da Costa, em debate parlamentar sobre nacionalidade, apud ADORNO, 1988, p. 270.

no séc. XIX, bem como a relação dos mesmos com a organização jurídico-política do aparato Estatal, é dizer, a construção dos alicerces do Estado Nacional brasileiro. De acordo com Adorno, a presença de bacharéis na vida pública tornou-os mediadores da representação jurídico-política da ordem social competitiva na sociedade brasileira. O autor aponta a rotina cotidiana, os círculos sociais fora das salas de aula, como o *locus* de aprendizagem do bacharelado paulista (ADORNO, 1988).

A militância política e a publicidade acadêmica são características que constituíram o terreno em que se produziu um tipo de intelectual educado para a atividade política, disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo do século XIX percebia as relações sociais. A tarefa que os bacharéis deveriam enfrentar residia na conciliação entre uma ordem patrimonial e o modelo jurídico liberal. Todavia, as bases autoritárias representavam um empecilho para a introdução e a implementação de práticas e princípios liberais, marcadamente no que tange à igualdade. A liberdade e o indivíduo eram os fatores fundamentais para esta classe intelectual, relegando a segundo plano a noção de igualdade e de coletividade, questões centrais para a formação de uma verdadeira democracia. Enquanto as liberdades civis deviam ser resguardadas pela lei, os direitos políticos eram privilégio de poucos, de grupos sociais proprietários e dominantes, tornando a participação política dos estratos populares praticamente inexistente, institucionalizando a desigualdade social na esfera pública (ADORNO, 1988).

Verifica-se que a conciliação entre as elites e a exclusão daqueles considerados “subalternos” sempre foi uma marca de nossa sociedade. Durante quase todo o século XIX, o modo concreto de realizar a dominação foi marcado pela indeterminação das fronteiras entre o público e o particular. O aparelho governamental era comumente empregado com fins privados, utilizado como propriedade particular das elites locais dominantes. De acordo com Adorno (1988), por volta de 1840, por força da diversificação da estrutura social, houve um progressivo esforço em retirar das mãos dos grandes proprietários os instrumentos políticos de governo local. Com a instituição do Código de Processo Criminal de 1841 lançaram-se as bases que possibilitaram romper com o monopólio local da máquina judiciária e policial, assentando definitivamente o aparato burocrático e centralizado de poder patrimonial. Porém, o autor ressalva que alguns fatores obstaculizaram a total despatrimonialização e a instauração de um efetivo sistema burocrático, as quais: a orientação militarizante da herança patrimonial do Estado, a prebendalização dos cargos públicos e os antagonismos entre autoridade pública e privada.

No mesmo período, o publicismo acadêmico constituiu-se em instrumento de educação cívico-intelectual do bacharel. Os redatores buscavam combater os vícios que julgavam promover as deficiências na anatomia do Estado Nacional. Estratégias políticas foram esboçadas para educar e moralizar o povo brasileiro. Imbuídas de um tom emocional, convocavam os bacharéis a amar a pátria, a cumprirem seus deveres cívicos e obrigações jurídicas, bem como deixar de lado interesses puramente particulares. Ao lado de sua face repressiva, o Estado deveria permanentemente vigiar a vida privada dos cidadãos, como mais eficaz instrumento de controle social, com vistas à criação de uma identidade nacional ordeira e pacífica (ADORNO, 1988).

Assim, os redatores funcionavam como “*verdadeiros arquitetos urbanos do novo modelo de exercício do poder*” (ADORNO, 1988, p. 182). As matérias publicadas visavam o direcionamento da política, editadas visando sua possível transposição em lei. As atenções voltavam-se para hábitos, costumes, modos de pensar e relações interpessoais, na tentativa de moldar um novo cidadão, buscando constituir um caráter nacional. O papel dos redatores foi de extrema importância para estabelecer a governança da população através da lei. Diversos assuntos relacionados à administração pública e à moralidade foram abordados. Nesse mo-

mento, começam as reclamações por uma cidade “limpa”, livre de figuras que comprometessem o avanço civilizatório da nação, é dizer, qualquer um que não se adequasse ao modelo de cidadão idealizado pelas elites. Assim, vaticinavam: “*não resta outra alternativa senão banir-los do cenário urbano, mediante uma ação higienizadora eficaz.*” (ADORNO, 1988, p. 185).⁷

Nesse momento, a medicina social ganha espaço no cenário brasileiro, mostrando-se ao Estado como fundamento de uma política social racional, já que científica e orientada tecnicamente. Além da higiene através de programas de saúde, a medicina social também prescrevia hábitos “civilizados” e prometia combater a desordem, relacionando-a com a enfermidade.

Em seu trabalho, Cristina Rauter buscou analisar a constituição histórica da criminologia no Brasil, assim como a história das transformações dos dispositivos de poder que o saber criminológico foi capaz de instrumentar. A autora aponta que a criminologia era excessivamente vinculada ao Estado e a seus interesses e, compreendida enquanto parte das estratégias de poder, juntamente com outras ciências (psicologia, psiquiatria, etc.), a criminologia surge “*como ponto de apoio para novas técnicas de gestão das massas humanas, capazes de controlá-las*” (RAUTER, 2003, p. 15-16). No caso brasileiro, produzir indivíduos que se encaixassem no novo modelo ideal de cidadão. Dessa forma, a constituição histórica da criminologia no Brasil relaciona-se à implementação de novas estratégias de controle social e repressão, e corresponde ao processo de tentativa de “normalização” da sociedade brasileira.

Com a expansão do discurso criminológico, o judiciário brasileiro incorporou o que Rauter (2003, p. 19) chama de “*tecnologia penal normalizadora*”. Todavia, nas práticas institucionais, a violência ainda cumpria seu papel repressivo, sendo esta combinação entre norma e repressão uma das particularidades do caso brasileiro. Nesse sentido, “*a coexistência, no Brasil, de uma legislação liberal, com dispositivos autoritários que são como seu pano de fundo, tem sido uma constante no direito brasileiro*” (RAUTER, 2003, p. 22). Até hoje vemos a edição de normas vagas, abstratas, que permitem uma ampla discricionariedade dos atores estatais.⁸

Com o Código Penal de 1890, o modelo liberal é questionado pelos juristas, que sustentavam a inadequação da legislação liberal à realidade brasileira, considerada ineficaz para o combate ao crime. Porém, a discussão não se dá mais apenas no plano político, a crítica é articulada a partir da considerada neutra observação da natureza humana, pela nova ciência criminológica. A crítica residia no fato de que os antigos juristas não tinham o conhecimento técnico e a neutralidade dos métodos científicos para conhecer a condição de anormalidade dos criminosos. O criminoso não era apenas um indivíduo que transgrediu a lei. Assim, cria-se a figura do criminoso anormal, patológico, cujos meios de intimidação tradicionais não se mostrariam suficientes, pois tal sujeito seria insensível à pena (RAUTER, 2003).

Dessa forma, Rauter aponta que a criminologia inaugurou a noção de que as penas devem ser úteis e eficazes, pensamento base do *gerencialismo* contemporâneo. Por tais motivos, justificava-se a necessidade de leis especiais para pessoas especiais, uma noção que atualmente está em debate em relação às penas alternativas, destinadas àqueles considerados “recuperáveis”, enquanto a prisão apenas destinava-se aos sujeitos considerados peri-

7 Ressalta-se a atualidade do discurso em tempos de retirada forçada de moradores de rua e internação compulsória de usuários de drogas.

8 Veja-se, por exemplo, a Lei de Drogas de 2006 (Lei 11.343) que, por um lado, despenalizou o usuário, mas por outro, aumentou a pena para o crime de tráfico. Causando efeitos imprevistos, ao invés de reduzir o número de condenados, aumentou o número de pessoas presas por tráfico (também por mais tempo), em parte, diante da ausência de elementos objetivos para diferenciação entre usuários e traficantes, o que deixa espaço para a discricionariedade seletiva dos agentes da justiça criminal.

gosos e “irrecuperáveis”. Além disso, segundo a autora, o direito penal deveria atentar para as condições psico-sociológicas daquele que comete o delito. Nesse sentido, as considerações sobre as maneiras de corrigir a anormalidade ganharam cada vez mais espaço, tanto no que tange às formas de punição adequadas às características da personalidade do sujeito, quanto a maneiras de defender a sociedade contra os novos inimigos anormais. Atualmente, a neurociência e a psiquiatria ainda buscam traços biológicos que influenciariam na prática criminosa, bem como ainda paira sobre o imaginário social a condição de anormalidade dos sujeitos que cometem delitos (RAUTER, 2003).

Adorno (1988) sustenta a natureza iminente instrumental do liberalismo brasileiro, condição que assegurou a cisão entre princípios liberais e princípios democráticos, entre liberdade e igualdade. A suposta igualdade nunca foi profundamente debatida na construção do Estado brasileiro. A condição de cidadão de todos os brasileiros nunca se realizou, na prática, uns são mais cidadãos do que outros, não há um caráter verdadeiramente nacional, o qual consiste na uniformidade de interesses, sempre prevalecendo os interesses dominantes. De acordo com o autor, os construtores do Estado Nacional acreditavam que primeiro era preciso ser livre, para depois ser democrático. A vida acadêmica dos bacharéis não comportou o aprendizado de uma militância voltada para a democratização da sociedade, primando o jus-naturalismo e os princípios básicos do liberalismo econômico e político, ideologia capaz de moderar os interesses dos homens brancos, livres e proprietários. Assim, a democracia brasileira está sempre para ser construída, renovada, mas, ao que parece, a condição para a constituição de uma verdadeira democracia nunca se consolidou.

De acordo com Soares (2006), essa sobrevida da ordem patrimonial relaciona-se com a conciliação entre as elites. Em todos os momentos os trabalhadores, ou as chamadas classes subalternas, foram deixados de fora do debate. Renovam-se os pactos das elites e harmonizam-se interesses opostos, unificando politicamente as classes dominantes. Segundo o autor, a transição do império econômico das oligarquias rurais para a hegemonia da burguesia foi marcada pela acomodação. No máximo, à dita classe subalterna foi-lhes permitido o direito de votar, para cancelar a autoridade dos novos poderes, que não trocaram de mãos. A mistura entre a antiga ordem e a nova, o moderno e o tradicional, entre o individualismo e a hierarquia, garantiu um hibridismo que facilitou a naturalização das inequidades e injustiças na sociedade brasileira.

Dessa forma, a originalidade brasileira não reside na desigualdade, mas na capacidade das elites em naturalizar tais condições, numa manobra adaptativa que compatibiliza o incompatível e justifica o injustificável, garantindo a sobrevida da ordem hierárquica. Assim, o hibridismo hierárquico-individualista permitiu a naturalização das divisões sócio-econômicas, impostas pela linguagem hierárquica, isentando-se de cumprir sua função protetora invocando a meritocracia individualista, responsabilizando o indivíduo pelo seu sucesso ou sua derrota, “*afinal, não se deve ser paternalista no universo igualitário da competição interindividual*” (SOARES, 2003, p. 277). Assim, o individualismo capitalista justifica o descompromisso com a responsabilidade social, há muito deixada em segundo plano no cenário brasileiro.

2. Política Criminal e o campo do controle do crime brasileiro

Zaluar (2007, p. 40) afirma que “*o país é agora uma democracia eleitoral*”, referindo-se a constatação de que foram concedidos direitos políticos aos cidadãos, mas as instituições políticas e jurídicas não foram democratizadas e não acompanharam a “modernização”. Conforme

verifica a autora: “as eleições são muito caras e os candidatos recebem contribuições, nem sempre admitidas publicamente, de muitas fontes, incluindo a dos negócios ilegais.” (ZALUAR, 2007, p. 36). Em troca, a esses negócios são concedidos privilégios e contratos sem licitação, obrigatória pela lei brasileira. Vivemos em uma democracia formal, mas que não se realiza nas relações sociais. O simples fato de termos procedimentos eleitorais não significa que vivamos em um país democrático. No campo prático, principalmente nas questões relacionadas à segurança pública, ainda vivemos em um Estado autoritário e hierárquico (ZALUAR, 2007).

Pode-se dizer que essa dupla mensagem também é o que justifica a corrupção e a impunidade dos chamados crimes de colarinho branco. O Relatório Latinobarômetro 2011 aponta que, entre as coisas que faltam às democracias latinoamericanas estão: reduzir a corrupção, garantir a justiça social, aumentar a participação cidadã e a transparência do Estado. Apenas 13% dos cidadãos afirmam que não falta nada à democracia de seu país. Além de tais deficiências, os brasileiros ressaltaram que ainda necessita-se consolidar os partidos políticos no país. No momento de avaliar o quão democrático era o país, em uma escala de 1 a 10, sendo 10 um país totalmente democrático, a média das percepções do grau de democracia no Brasil é de 6,4 (Corporación Latinobarómetro, 2013, p. 44).

Segundo Zaluvar (2007), após a deterioração do poder pessoal do coronel, uma nova clientela se impôs usando os benefícios obtidos junto ao governo, ou seja, com o dinheiro dos impostos, qual seja: a organizada pelos partidos políticos. Refere ainda que este novo tipo de clientelismo tinha no jogo do bicho e nas escolas de samba seus pontos de inflexão. Ainda, afirma que o sistema tornou-se menos estável para os políticos, mas, mesmo assim, o padrão clientelista persistiu como uma manipulação autoritária, com a finalidade de angariar votos, obstaculizando o compromisso com as demandas dos eleitores. Da mesma forma, a manipulação encontra-se no Congresso, como meio de obter maioria no plenário para aprovação de ações do governo. De acordo com a autora: “esse modo de negociar os votos dos parlamentares abriu o caminho à corrupção a que assistimos até hoje.” (ZALUAR, 2007, p. 38).

Na época do regime militar, o governo continuou a utilizar a corrupção combinada ao clientelismo como estratégia para controlar os parlamentares, manipulando-os principalmente através da concessão e de contratos privilegiados para as empresas e governos estaduais e municipais indicados pelos que corroboravam as decisões dos militares. Zaluvar (2007, p. 39) afirma que a democratização “não modificou o jogo entre Executivo e Legislativo”. A abertura do regime foi reduzida aos direitos políticos e ao sistema eleitoral, não contemplando os direitos civis e sociais dos cidadãos. Assim, durante o processo de democratização, “houve uma recuperação progressiva de práticas democráticas nas eleições e na liberdade de imprensa, mas não em outras práticas sociais” (ZALUAR, 2007, p. 40).

Tampouco se discutiu a reforma das polícias. Não ocorreram reformas profundas no sistema de justiça e, principalmente, não houve quase nenhuma mudança nas práticas policiais. Verifica-se que os efeitos da militarização ainda estão presentes no funcionamento das instituições policiais que, muitas vezes, não respeitam os direitos civis dos cidadãos. Cumpre ressaltar que a formação policial brasileira ainda é marcada por uma concepção autoritária do emprego da polícia, bem como que os policiais não são imunes aos valores culturais que permeiam nossa sociedade, altamente hierarquizada e preconceituosa. Ainda, Zaluvar (2007, p. 32) afirma que “a inércia institucional que explica as violações persistentes dos direitos civis, bem como a ineficácia do sistema de justiça tem raízes históricas profundas e se articula com o campo político.”. Sobre a percepção da população em relação à ação da polícia, ao mesmo tempo em que as pessoas aprovam as ações policiais contra supostos criminosos, a maioria

têm medo da violência policial, bem como reconhece que a polícia pratica atos de discriminação contra pobres e minorias. Ainda que garantidos pela Constituição Federal de 88, uma grande parte da população ainda não consegue ter pleno acesso e valer-se de seus direitos civis, sobretudo no que diz respeito às relações com a justiça e com a polícia.

Até o início dos anos 80, as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro caracterizavam-se pela centralidade das decisões na esfera federal, pelo caráter setorial, pela fragmentação institucional e pela exclusão da sociedade civil no processo de formulação das políticas públicas, de sua implementação e do controle da ação governamental. Adorno (1996, p. 182) afirma que o aumento da criminalidade urbana violenta, ao longo da década de 1980, “*seguramente provocou impacto nas agências de contenção e controle da ordem pública.*”

Souza (2012) aponta que, a partir de 1984, a política criminal brasileira desenvolveu-se em diversas direções distintas. Para lidar com o aumento da criminalidade, reforçou-se a perspectiva da necessidade da pena como castigo e de punições mais severas, suprimindo-se diversos direitos e garantias individuais e intensificando-se o uso da prisão. Assim, constituiu-se um processo penal de emergência ou de exceção, destinado a certas condutas, especialmente aquelas identificadas como merecedoras de maior rigor dentro das possibilidades de resposta estatal, entre elas, as figuras dos “crimes hediondos” e das “organizações criminosas” (SOUZA, 2012).

Analisando o contexto latino-americano, Máximo Sozzo (2012) afirma que esse viés da transformação das estratégias de controle do delito na América do Sul constituiu a tendência predominante. A insistência no endurecimento penal, a criminalização de novas condutas, o incremento do uso da força por parte das polícias, aumento das penas para certos tipos de delitos, redução legal e prática das possibilidades de livramento de imputados durante o processo penal, aumento da população carcerária, e as consequentes situações de superlotação, insalubridade e a prisão utilizada como depósito; são apenas alguns exemplos das formas de ação e decisões que se inscrevem em tal tendência, muito familiares ao contexto brasileiro, veja-se a Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/90), a Lei Contra o Crime Organizado (Lei n. 9.034/95), o Regime Disciplinar Diferenciado (Lei n. 10.792/03), as inúmeras prisões preventivas decretadas como garantia da ordem pública, etc.

Além da produção de leis mais punitivas, ocorre também a expansão do campo de ação do Direito Penal, caracterizada pela elaboração de normas penais que passaram a intervir em espaços da vida antes não regulados. No contexto brasileiro, temos alguns exemplos dessa expansão, tais como a tipificação de condutas relacionadas a questões econômicas e financeiras, meio ambiente, discriminação racial e relações de consumo. Sobre tal expansão, Matthews (2013) ressalva que no período pós-guerra houve uma mudança pública no que diz respeito à tolerância com as diversas formas de violência interpessoal. Por isso, violências como a de gênero, o racismo, o assédio sexual, a homofobia e o *bullying*, temas antes ignorados, tornam-se motivos de indignação e, assim, foram paulatinamente tornando-se foco da intervenção estatal. Além disso, a atuação de movimentos sociais buscando a proteção de tais segmentos também impulsionou o debate e a criminalização de algumas condutas⁹.

Por outro lado, Zaluar (2007) aponta a alta inflação que atingiu o país até 1994 como um fato social material e simbólico, e não apenas econômico. Afirma que “*foram notáveis os efei-*

9 Nesse sentido, importante destacar o papel simbólico do direito penal. Por exemplo, considera-se a Lei 11.343/06 um avanço no que se refere ao papel simbólico do direito penal, enquanto um instrumento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Muito embora a Lei traga punições e amplie o controle do crime, a parte criminalizante da lei é infinitamente inferior à demanda por criação de políticas públicas que resguardem a mulher.

tos perversos sobre atitudes e valores da população, especialmente a que vivia de salários que se desvalorizaram em 60% a 80% por mês, ainda não desfeitos.” (ZALUAR, 2007, p. 41). Ainda, ressalta que esse quadro monetário ajudou a criar o ideário de “dinheiro fácil”, assim como a lavagem de dinheiro em razão da volatilidade e da rapidez do fluxo de capital financeiro. A dificuldade em controlar os orçamentos, contas públicas e registros bancários facilitou a prática de crimes econômicos cada vez mais audaciosos.

Assim, mesmo quando controlada a inflação com a implementação do Plano Real em 1994 e a estabilização da moeda brasileira, a volatilidade do fluxo financeiro e os novos arranjos elaborados nos anos anteriores seguiram operando, facilitando a lavagem de dinheiro ilegal através de sistemas internacionais. Desde então, os crimes financeiros começaram a despertar a atenção dos atores envolvidos com o controle do crime e, apenas a partir deste momento, foram presos alguns envolvidos com os chamados crimes de colarinho branco, praticados por sujeitos pertencentes às altas camadas sociais (ZALUAR, 2007).

Porém, ainda que tenham aumentado o número de processos contra criminosos de colarinho branco, a expansão penal nesse sentido não produziu grandes mudanças no perfil da população carcerária, que segue composta, majoritariamente, por indivíduos com baixo grau de instrução e renda. Assim, pode-se dizer que inclusive os crimes hierarquizam-se, bem como que a seletividade penal cumpre seu papel de excluir da sociedade somente aqueles indivíduos considerados “descartáveis”, enquanto os que detêm algum poder aquisitivo, de alguma forma ou de outra, se esquivam do cumprimento da lei e de suas consequências. Além disso, mesmo quando condenados, não são sujeitos à exclusão, pois a eles se aplicam outras formas de punição, como mencionado anteriormente, em relação a sujeitos “recuperáveis” e “irrecuperáveis”. Ademais, figuras como a da prisão especial e o foro privilegiado também demonstram a sobreposição de uma parcela da população sobre outra, inculcando a noção de que alguns merecerem um tratamento especial. De acordo com Adorno (1996, p. 211):

Os ilegalismos populares diferenciam-se com clareza dos ilegalismos das classes médias e altas da sociedade, estes classificados como crimes do colarinho branco e sujeitos a uma série infundável de imunidades que torna mais difícil a aplicação universal das leis penais. Se o crime não é privilégio de classe, a punição parece sê-lo.

Por outro lado, também se desenvolveu uma política criminal alternativa, “*seja por meio da despenalização, seja por ampliarem as hipóteses de aplicação de alternativas penais à prisão*” (SOUZA, 2012, p. 8). Nesse sentido, Campos (2010) aponta que o Congresso Nacional também elaborou algumas leis que visaram a ampliação de direitos e garantias fundamentais dos acusados, a instauração de penas restritivas de direitos e a informalização do processo penal. Como exemplos dessa tendência política criminal alternativa estão: as leis dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e a Lei nº 10.259/01), a inclusão das penas restritivas de direitos (Lei 7.209/84) e a ampliação das suas hipóteses de aplicação (Lei nº 9.714/98). Todavia, especialmente sobre os Juizados Especiais Criminais, acabaram aumentando o campo de ação do direito penal, já que possibilitou uma atenção especial a condutas que antes não chegavam ao sistema de justiça criminal. Nesse sentido:

É preciso relativizar essa vinculação, contudo, pois, no caso dos Juizados Especiais Criminais, voltados aos delitos ditos de menor potencial ofensivo, esperava-se que a sua implementação tivesse o efeito de permitir que as varas criminais pudessem dar prioridade para os

“crimes de maior potencial ofensivo”. Não estava em questão uma ampliação da tolerância ou uma renúncia do Estado ao controle de certas condutas, mas sim a procura por meios mais eficazes e menos onerosos para o controle. (SOUZA, 2012, p. 8)

Verifica-se, assim, uma tendência dual, tanto à expansão, quanto à desformalização do direito penal. Estes dois modelos presentes na ordem social brasileira abrigam duas lógicas distintas: igualdade e hierarquia. Tal dualidade aponta para as contradições existentes na própria sociedade, refletindo a seletividade e a discricionariedade na elaboração e na aplicação da justiça penal, o que, à sua vez, impede a demanda de universalização de uma cidadania igualitária. De qualquer modo, o Direito Penal torna-se o meio preferencial de resolução dos conflitos sociais e de gerenciamento de condutas no espaço público. Para Campos (2010, p. 175), *“a política repressiva e a resposta penal são vistas como modo de resolução de conflitos em uma sociedade altamente hierarquizada e profundamente desigual como a brasileira.”*

Campos (2010) identificou a legislação penal em, basicamente, três direções: do recrudescimento dos tipos penais existentes em relação à legislação anterior; leis que visaram novos tipos penais e a criminalização de condutas não tipificadas anteriormente; e leis que visaram medidas alternativas ou a ampliação de direitos dos acusados. Ainda, em menor número, identificou o que denominou de leis “mistas”, que ampliaram direitos ao passo que criminalizaram determinadas condutas; assim como leis que estabeleceram privilégios para determinado grupo da população, como, por exemplo, o foro privilegiado e a prisão especial (representando a institucionalização da hierarquia). Campos conclui que, ainda que se busque efetivar direitos e garantias fundamentais, prioritariamente são apresentadas normas que visam à criminalização ou o agravamento de penas.

Ainda, Campos (2010) aponta para a coexistência entre princípios diferentes de justiça na política criminal, com iniciativas legais reativas e repressivas, e iniciativas garantistas e (ou) preventivas. Assim, haveria a combinação entre normas produzidas sob um viés mais igualitário e garantidor de direitos a todos os cidadãos, e a produção de normas de caráter punitivo e hierarquizante, nas quais a criminalização leva em consideração o status do criminoso, influenciada por estereótipos sociais. Assim, a dinâmica da política criminal brasileira pós 88 exibe um processo de criminalização que resulta de múltiplas iniciativas, tanto de reações da opinião pública, do aparato de segurança pública e de políticos, como da reivindicação de movimentos sociais e pela garantia de direitos de alguns grupos da população. Portanto, lógicas distintas entrelaçam-se na configuração da política criminal brasileira.

Importante ressaltar que o autor também verifica que o Executivo *“detém um considerável poder de decisão da agenda no que diz respeito à produção legal em segurança pública e justiça criminal”* (CAMPOS, 2010, p. 138), bem como as leis propostas por esta esfera tramitam mais rapidamente do que as de iniciativa de outras casas legislativas. Ainda, aponta que o Executivo tende a atuar mais diretamente em relação a iniciativas mais reativas em segurança pública do que no tocante a normas que visam ampliar direitos e garantias dos acusados, segundo o Campos (2010, p. 164): *“leis mais punitivas são majoritariamente de origem do Executivo”*. Conclui-se que da perspectiva do Executivo, a resolução civil de conflitos e problemas sociais ainda se ancora sob uma perspectiva penalizadora, bem com o Direito Penal ainda constituiu-se um espaço importante para o governo da população, principalmente da parcela “indesejada” pela sociedade.

Com relação à atuação do Ministério Público como titular da ação penal, são poucos os estudos. Em pesquisa sobre as concepções de política criminal dos promotores e procuradores do Estado do Rio Grande do Sul, coordenado por Azevedo, perguntados sobre com qual corrente de política criminal tinham mais afinidade, 54% dos respondentes identificaram-se com a corrente da Tolerância Zero como forma de combater as altas taxas de criminalidade. A corrente garantista, orientada pela ideia de que a persecução penal não pode violar as garantias constitucionais do acusado, teve somente 8% de adeptos (AZEVEDO, 2005).

Os juízes, encarregados de aplicar a lei e julgar os casos concretos, são atores centrais do sistema de justiça. Atualmente, os magistrados têm sido objeto de pesquisas a respeito do conteúdo e motivação de suas decisões. Estudos sobre o comportamento profissional, a racionalidade e a origem social dos magistrados, colocaram a prova o mito da neutralidade, indicando que as decisões judiciais são influenciadas por uma série de fatores que vão além do fato praticado e da legislação penal (AZEVEDO, 2005).

Para Adorno (1996), nas regiões mais desenvolvidas do país, foi encaminhando-se um processo, ora a passos lentos ora a passos acelerados, de modernização do aparato estatal do governo, que logrou alcançar certo êxito no projeto de instituição de um poder judiciário autônomo, enquanto estabeleceram-se certos controles internos, buscando a neutralização das influências externas. Porém, ressalta que esse cenário não chegou a consolidar-se nas regiões menos desenvolvidas do país, *“onde o peso do ‘coronelismo’, mesmo em sua faceta ‘moderna’, se faz ainda presente.”* (ADORNO, 1996, p. 200). Nesse sentido:

(...) não é de somenos importância o profundo hiato entre o mundo das formalidades legais e o mundo da cultura judicial, entre a moralidade pública e a moralidade privada que parece servir como uma espécie de guia silencioso que rege os julgamentos e disciplina as sentenças por detrás dos estatutos legais. (ADORNO, 1996, p. 201)

Segundo o autor, os principais obstáculos do sistema de justiça penal baseiam-se *“no conservadorismo que caracteriza a ação de não poucos agentes judiciários, entre os quais expressivos segmentos da magistratura, a par da rígida estrutura corporativa que o sustém bem assim do estilo patrimonial de administração pública”* (ADORNO, 1996, p. 164), que ainda marcam o cotidiano das agências estatais. Ainda, afirma que apesar das profundas mudanças no sentido da modernização a que nossa sociedade vem sendo submetida há mais de cinquenta anos, existe um amplo hiato entre o enunciado legal e as situações fáticas de discriminação e exclusão que ainda se sustentam. Para o autor, esse hiato *“acaba contribuindo para diluir critérios universais de juízo destinados a solucionar litígios e pendências nas relações intersubjetivas”* (ADORNO, 1996, p. 206). Por razões de diversas ordens, o acesso da população a justiça é dificultado e a distribuição da justiça acaba sendo desigual, alcançando alguns cidadãos em detrimento de outros.

Considerações Finais

Como se pode perceber, no pano de fundo do contexto brasileiro são recorrentes as interconexões entre o poder político, as ideologias e as instituições públicas. O chefe do executivo designa membros do judiciário, ministros e outros cargos que, por fim, constituem fontes de corrupção, tendo em vista que os que ocupam tais cargos, muitas vezes, não possuem auto-

nomia suficiente para atuar eficazmente no combate às violações da lei (ZALUAR, 2007, p. 41). Segundo O'donnell (1998), os problemas mencionados indicam uma grave incompletude do Estado, especialmente no que tange à sua dimensão legal (de produção e aplicabilidade). Importante ressaltar que se deve levar em consideração que “a lei, em seu conteúdo e em sua aplicação, é basicamente (como é o Estado do qual ela faz parte) uma condensação dinâmica de relações de poder, não apenas uma técnica racionalizada para ordenar as relações sociais.” (O'DONELL, 1998, p. 54).

Além do fator econômico, o funcionamento seletivo do sistema de administração da justiça brasileiro é outro elemento fundamental para a manutenção da criminalidade no Brasil e para a manutenção de uma sociedade desigual. Para Adorno (1996, p. 48), “sob a perspectiva de uma ‘história sempre por fazer’, a história da sociedade brasileira pode ser contada como uma história social e política da violência.”. Nessa sociedade hierarquizada e marcada por abismais desigualdades, na qual as relações sociais são muitas vezes pautadas não pelo princípio da igualdade, mas por relações de clientelismo, a lei nem sempre tem os seus ditames cumpridos. Nesse sentido, o autor afirma que “a sociedade brasileira parece estar introduzida profunda fenda no corporativismo, base sob o qual se sustêm um estilo patrimonial de lidar com a coisa pública bem assim práticas clientelistas mediando as relações políticas entre governantes e governados.” (ADORNO, 1996, p. 101).

A legalidade não representa, necessariamente, garantia de obediência e cumprimento, da mesma forma que garantias formais não garantem a efetividade material, é dizer, o contexto brasileiro é marcado por uma constante tensão entre facticidade e validade. A lei nunca é geral, sempre tem sua vigência e aplicabilidade particularmente definidas. A própria elaboração de leis diferentes para sujeitos considerados diferentes (recuperáveis e irre recuperáveis) demonstra a institucionalização da desigualdade. Em uma sociedade que se pretenda democrática, aberta e plural o controle da violência não pode ser marcado pela divisão entre os “cidadãos de bem” e os supostos inimigos, ou seja, pela inequidade.

O desafio da sociedade brasileira reside em desconstruir os paradigmas de ação e racionalidade historicamente dicotômicos, para que seja possível formar uma nova concepção de cidadão, independente de sua utilidade social e econômica, cidadãos que sejam vistos como sujeitos de direitos e merecedores de respeito. Ainda, estabelecer a noção de que todos estão submetidos às mesmas leis, as quais devem ser obedecidas igualmente. Ou seja, ainda é necessário que se estabeleça uma noção de cidadania e coletividade. Dessa maneira, reafirma-se a necessidade de um debate profundo, abordando-se diversos ângulos da nossa complexa realidade social, sobre o tipo de justiça penal que almejamos e quais estratégias de controle do delito devem ser adotadas pelos governos para enfrentar a questão criminal de maneira efetiva e sem violar os direitos fundamentais dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea*. São Paulo, Tese (Livre-docência em Ciências Humanas), Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. *Ministério Público Gaúcho: Quem são e o que pensam os Promotores e Procuradores de Justiça sobre os desafios da Política Criminal*. Porto Alegre: Ministério Público do RS, 2005 (Separata).

_____. Direito e Controle Social: elementos para uma abordagem sociológica do campo do controle do crime. *Revista de Estudos Criminais*, n. 35, Sapucaia do Sul, Notadez ITEC, outubro, 2009, p. 49-68.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional no Brasil pós-1988: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. Campinas, Dissertação (mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010, p. 99.

Corporación Latinobarómetro. *Relatório Latinobarómetro 2011*. Santiago, Chile, 2011, Anual, p. 53. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MATTHEWS, Roger. *O mito da punitividade*. Reino Unido: London Southbank University. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/126574765/Matthews-Roger-O-Mito-Da-Punitividade>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

O'DONNELL, Guillermo. *Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina*. Nunes, Otacílio (trad.). In: São Paulo: Novos Estudos - Cebrap, n. 51, jul. 1998, p. 45. Disponível em: <http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/85/20080627_poliarquias_e_a_inefetividade.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

RAUTER, Cristina. *Criminologia e Subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 15-16.

SOARES, Luiz Eduardo. *Legalidade Libertária*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 271.

SOUZA, Guilherme Augusto Dornelles. *Alternativas penais à prisão no Brasil: entre a ruptura e a articulação com o cárcere*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Anais do Congresso Internacional de Ciências Criminais. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2012. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/III/11.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2013.

SOZZO, Máximo. *Los retos de la izquierda en las políticas públicas de seguridad ciudadana*. Venezuela: Universidad Nacional Experimental de la Seguridad (UNES), 2012.

ZALUAR, Alba. *Democratização inacabada: fracasso da segurança pública*. Revista Estudos Avançados, n. 61, São Paulo, IEA, 2007, p. 36.

Fumando pasta base de cocaína en “La Zona”: ansiedad, adicción y violencia en las calles de Quito-Ecuador

William Alvarez¹

Resumen

El propósito principal de este ensayo, es el de abordar las dinámicas de consumo de drogas en un espacio concurrido y multicultural de la ciudad de Quito, este espacio se conoce como *La Zona*, un lugar donde el consumo de sustancias legales e ilegales es visible y reconocible a primera vista. Por medio del relato de vida de una mujer adicta a la pasta base de cocaína, y una descripción etnográfica de su cotidianidad, este trabajo explora: las prácticas de consumo de drogas, estrategias de supervivencia y violencia urbana en la ciudad de Quito.

Palabras claves: Pasta Base/polvo, La zona, Pipa, Calle, Gomelos, Ansiedad

Abstract

The main purpose of this essay is to address the dynamics of drug use in a busy and multicultural area of the city of Quito, this area is known as The Zone, a place where the use of legal and illegal substances is visible and recognizable at first glance. Through the life story of a woman addicted to cocaine base, and an ethnographic description of everyday life, this paper explores: the practices of drug use, survival strategies and urban violence in city of Quito.

Keywords: Pasta Base/Polvo, The Zone, Pipe, Street, Gomelos, Anxiety

¹ Sociólogo de la Universidad del Atlántico (Barranquilla-Colombia), Magister en Antropología FLACSO- Quito-Ecuador, doctorante en la Universidad Federal de São Carlos (UFSCAR) del Estado de São Paulo (Brasil).

Introducción

Esta investigación se sitúa en un área urbana de la ciudad de Quito; cultural, simbólica y económicamente conocida como la calle, Mariscal Foch. Sin embargo, en el imaginario urbano y la representación colectiva de la cultura juvenil quiteña, la calle Mariscal es mejor re-conocida con el nombre de: “La Zona”². El espacio de la Zona desborda los límites geográficos de la calle Mariscal Foch, pues ésta nos ofrece un territorio amplio; concurrido, controversial, desigual, marginal y opulento, el cual atraviesa la vida cotidiana de jóvenes de clase media y alta de la ciudad. Este espacio también escenifica construcciones dualistas que contraponen categorías y temporalidades como: diurno/nocturno, legal/ilegal, inclusión/exclusión.

El objetivo de esta etnografía es el de describir reflexivamente la cultura callejera de individuos consumidores de *pasta base de cocaína* (en adelante pasta base/polvo³) en la ciudad de Quito, o como se conoce en Colombia: *bazuco*, o en la Argentina: *paco*. La venta de esta sustancia es la de mayor circulación y fácil acceso en las calles de Quito, lo que hace de la misma tener una fuerte demanda en todo tipo de consumidor, no importa la clase social, el género y la condición étnica. Sin embargo, para hacer más precisa esta etnografía, voy a situarme solamente en un tipo de consumidor de pasta base/polvo, el cual denomino: *consumidor consumado*⁴. Estos consumidores son aquellas personas que trabajan diariamente en la calle para rebuscarse legal/ilegal, formal/informalmente, el dinero o los medios de subsistencia necesarios para sostener su adicción.

La Zona es un escenario de consumo de drogas como otros que existen en la ciudad de Quito, pero para nuestra investigación este espacio se configura como una muestra espacial y representativa de las acciones no normativas ni hegemónicas de la cultura diurna en la ciudad. Para el conocimiento de los lectores, la totalidad de los diálogos que se expondrán a continuación, fueron el resultado de siete meses⁵ de vínculo y confianza que me permitieron entrar al mundo callejero de Rosario (interlocutora), permitiendo registrar y grabar abiertamente todo lo que ella hiciera en la Zona buscando dinero para sobrevivir y consumir pasta base/polvo. Analizando a profundidad su discurso e inquiriéndola con preguntas relacionadas al tráfico de drogas y la violencia, junto con la observación participante, he logrado desentrañar aspectos de suma importancia en la vida íntima y las prácticas urbanas que produce la relación del consumo de drogas, la noche y la calle para la clase media en Quito.

2 La Zona es un espacio imaginado que sobrepasa de la delimitación planificada inicialmente del proyecto de mejoramiento urbano sobre la calle Mariscal Foch, compuesto e integrado por 4 esquinas homogeneizadas para el comercio y el ocio.

3 En las calles de la ciudad de Quito, como en la totalidad de Ecuador, a la pasta base de cocaína se le reconoce como “polvo” o “amarillo”.

4 Para un entendimiento a profundidad sobre esta categoría, véase la tesis de maestría en antropología de: Alvarez, William (2014). “Sobreviviendo con la Pipa”, Drogas, Violencia y conflictos Inter-Etnicos en el Barrio El Paraíso. Quito: FLACSO-Ecuador. En resumen, esta categoría describe a un tipo de usuario de drogas, especialmente habitante de calle. Por lo general, este tipo de consumidores desarrollan un hábito cotidiano exclusivo para sostener su alto consumo de drogas. De tal modo, empleo la categoría consumidores consumados para describir sujetos y prácticas de consumo de pasta base/polvo.

5 Esta pesquisa se desarrolló a comienzos del año 2012 y terminó en el mes agosto del mismo año. Se decidió suspender la pesquisa porque la protagonista fue recluida a la fuerza por su familia, en un centro privado de desintoxicación.



Fuente: <http://in-lan.com/viajes-es/cae-la-noche/>, la plaza Mariscal Foch durante la noche.

Re-tomando la adicción, volviendo al debate de las drogas en el Ecuador del siglo XXI

Desde mi llegada a Ecuador a finales del 2011, uno de los hechos principales que más me ha sorprendido, es el visible y alto consumo de pasta base/polvo y la familiaridad de su uso en jóvenes de diferentes clases sociales en la ciudad de Quito. En un principio supuse que al estar tan cerca de Colombia, la preferencia por el consumo de cocaína tendría la misma relevancia, sin embargo, esto no sería algo que observara en los jóvenes que habitúan espacio de diversión y ocio nocturno donde el consumo de sustancias lícitas e ilícitas es frecuente.

Como antropólogo urbano, el recurrir a la calle sería la puerta de entrada para conocer qué es lo que realmente pasaba alrededor del consumo de esta droga. En tal sentido recurrí a los vendedores callejeros para indagar por el tipo de drogas y precio de venta de la misma en las calles. El resultado fue sorprendente, la única sustancia comercializada era la pasta base/polvo y su precio rondaba entre 1 (mínimo) y 5 (promedio) dólares americanos (USD). Además, como un dato etnográfico, al observar quiénes eran los que comercializaban la venta de pasta base/polvo, la gran mayoría eran afroecuatorianos (negros), especialmente mujeres.

Sin embargo, en el debate contemporáneo sobre drogas en Ecuador este tipo inquietudes es precario, en contraste al interesante debate teórico y político que se dio en los años noventa desde diferentes posiciones y disciplinas sociales (sociología, ciencias políticas, relaciones internacionales). Los aportes de Paéz (1991), Bonilla (1993), Rivera (1991) y Bruce Bagley (1991), fueron muy significantes para comprender el impacto de la política internacional sobre el tráfico y distribución de drogas ilícitas en Ecuador y Sur América. Desde la antropología, el

trabajo de Xavier Andrade⁶ (1993) contribuyó abrir el debate implicando a los consumidores, y a diferencias de los autores anteriores, Andrade centró su análisis en una escala menor, es decir, el microtráfico. Además, debemos resaltar que dicho debate se centraba principalmente en una sola sustancia: la cocaína.

La economía política que hay detrás de cada sustancia difiere una de otra. Por lo tanto no se puede tener una misma apreciación a sabiendas que el impacto de una puede tener peores implicaciones para la seguridad o la salud pública que otras. La epidemia del crack (Bourgois: 2010) a fines de los años 80 en los Estados Unidos y la heroína en los 90 (Bourgois, 2009), según Bourgois, ha tenido una estrecha relación con los cambios estructurales del modelo económico y la desregularización del estado de bienestar norteamericano. Para el caso de Ecuador se sabe muy poco sobre el impacto físico y psicológico que produce la pasta base/polvo en los consumidores⁷. De hecho, hay muy pocos trabajos en la región andina que aborden el tema⁸. Es entonces que dichas ausencias discursivas y científicas, son razones suficientes para retomar el debate sobre de drogas, pero agregando a esto un análisis que descentralice la hegemonía discursiva y política que ha existido sobre la cocaína, abriendo la discusión a comprender el mundo y ascenso del consumo de pasta base/polvo en el Ecuador del siglo XXI.

La Zona

La configuración espacial de la plaza Mariscal Foch tiene una trayectoria reciente. Para el año 2004⁹ la administración local e inversionistas privados propusieron modernizar y cambiar el uso del suelo de residencial a comercial, con la finalidad de impulsar un lugar común donde la economía de servicios (hotelería, restaurante, lavandería, agencias de viajes, etc.) y el ocio (discotecas y bares) se anclaran en un lugar estratégico y central para el desarrollo de la ciudad.

De este modo, la concurrencia social en la Zona devino en aumento a razón del éxito logrado con este proyecto de renovación urbana¹⁰. La dolarización de la economía ecuatoriana, la estabilidad política y el auge del turismo también se sumaron al éxito del mismo. Esto produjo que el mencionado lugar mutara de un espacio residencial a uno comercial, satisfaciendo así la creciente demanda hotelera y turística.

6 Para la antropología ecuatoriana, su trabajo ha sido pionero en el tema de drogas, como también en la rama de la antropología urbana. Su trabajo, además, es una ruptura respecto a la antropología rural, campesina e indígena que hegemonizaba el discurso antropológico en la academia ecuatoriana de los años 90.

7 Véase la página del CONSEP: <http://www.consep.gob.ec/>. En esta página, máxima autoridad en el tema, no hay nada relacionado, ni ninguna información cualitativa sobre la pasta base. En el informe sobre los CAI-Ecuador 2011, las estadísticas muestran que la pasta base es una de las drogas que más se consumen en Ecuador, incluso más que la cocaína.

8 En cambio, los trabajos sobre el consumo de cursiva, violencia urbana y sufrimiento humano en la Argentina son muy relevantes por su cercanía a los efectos sociales y corporales que produce la pasta base/polvo en Ecuador, véase los trabajos etnográficos de Maria Epele (2010)

9 Según el trabajo de investigación, revisión de archivo y entrevistas a propietarios de locales en la Zona que viene haciendo Valeria Andrade para obtener el título de maestría en antropología visual. La remodelación urbana tuvo inicios en el año 2004. Su tesis la cual aborda el tema del cuerpo, la espacialidad y lo público, propone una interesante mirada sobre la Zona. Aún está sin publicar.

10 Desde mediados de los años noventa al presente, la ciudad de Quito ha vivido un proceso de expansión urbana liderada por la clase media-alta hacia los valles aledaños a la ciudad. La gentrificación que se vivía en las calles que conformaban la Zona, y todo el proceso de comercialización y patrimonialización, además de las prácticas de distinción étnica/raciales, forzó dicho proceso.

Cuando se observa de cerca la dinámica de la Zona, podemos establecer dos aspectos que la representan; 1) uno es a nivel semiótico y arquitectónico, y el otro, 2) etario y multicultural. En cuanto al eje simbólico, los signos más visibles que se observan al transitar por este espacio son las estructuras físicas que recrean y reproducen estéticamente un no-lugar (Augé, 1993) transgrediendo la arquitectura¹¹ local. Por otro lado, la población que habita y circula el mencionado espacio varía según el día y la noche, hay diversidad etaria (jóvenes, adultos, tercera edad), de clase social, género y étnica.

La Zona se mueve en dos tiempos, una marcada dinámicas diurna y otra nocturna, además de un alto flujo migratorio ilegal (cubanos, colombianos) y legal (norteamericanos y europeos). Durante el día el movimiento de personas es calmado y mas ligado a asuntos formales, empresariales y turísticos, pero en la noche adquiere otra dinámica, el volumen de gente aumenta, el lugar es tomado por jóvenes y la socialización se transforma en acciones más informales donde el ocio y el consumo de bebidas alcohólicas y sustancias ilegales ejercen mayor participación en la calle.



Fuente: www.quito.com.ec/blog/index.php/entry/sabados-de-verano-en-la-mariscal, la plaza Mariscal Foch durante en el día.

La Noche y el Rebusque

La pasta base/polvo es una sustancia derivada de la cocaína que se puede mezclar con otros componentes entre los cuales sobresale la cursiva, es decir, el polvo de ladrillo, raspado de pared y otros derivados que agregan los expendedores urbanos para aumentar su cantidad y con ello su ganancia. Aunque la venta de drogas en la Zona se suele relacionar con marihua-

¹¹ Sobre este punto hay que hacer una distinción estilística. La estética arquitectónica de la ciudad de Quito se consolida por periodos históricos y tendencias internacionales. Las tendencias más representativas son: la arquitectura clásica, el Barroco y la neoclásica. Para mediados del siglo XX, el Art Deco predominaba. Dichos estilos eran importados, pero se adecuaban a las condiciones topográficas y urbanas de la ciudad.

na y cocaína, la demanda de esta última es mayor en los turistas extranjeros, pero el mercado de pasta base/polvo es comparable, inclusive, analizando mis registros etnográficos¹² y las estadísticas nacionales¹³, mucho mayor al consumo de cocaína. Su excesivo consumo y popularidad se produce por dos vías; 1) módico precio, 2) y acceso diferenciado por condición de clase social. Lo anterior lo podremos contrastar en el relato de vida de Rosario¹⁴.

La experiencia callejera de Rosario difiere de cualquier otra, pues ella rompe con los paradigmas socioculturales que legitiman el argumento y el imaginario sostenido que los consumidores suelen ser parte de la población más pobre, analfabeta y violenta, además de otros adjetivos discriminantes y estigmatizantes. Físicamente ella es una mujer blanca/mestiza, tiene estudios secundarios y habla fluidamente el idioma inglés. A simple vista no cumple con los requisitos estéticos de los consumidores consumados que habitan en las calles. Sin embargo, a pesar de no tener una estética no callejizada, ella tiene 12 años¹⁵ deambulando las calles de la Zona, las conoce a la perfección y a ella también la conocen, dado que comparte su adicción a la pasta base/polvo con su pareja de nombre Esteban¹⁶(y otros consumidores callejizados). Ambos son ejemplo antagónicos de las diferencias de clase entre consumidores/usuarios de droga y habitante de calle.

“A la Pipa se le Hace el Amor”

Una de las principales características que comparten los consumidores de pasta base/polvo, es su estrecha relación con el objeto empleado para consumir. La pipa o “*la nave*”, como los consumidores prefieren llamarle en su jerga urbana; son para ellos un bienpreciado/privado, un símbolo de distinción, de estilo, incluso de gusto. La forma de la pipa, el material de la madera, su uso prologado y la calidad de la droga, provoca reacciones diversas cuando se fuma en ella o *carbura*¹⁷. De este modo, el cuidado celoso de la pipa deviene de un profundo vínculo emocional y gustativo del usuario con el objeto. Y no hay peor violencia que pueda agredir y herir a un consumidor consumado que la violencia simbólica que ejerce la policía cuando les quitan sus pipas. Al preguntarle a Rosario sobre cómo es su relación cotidiana con la policía y si alguna vez había estado detenida por posesión ilícita, ella contestó lo siguiente:

William: ¿Qué hay de tu relación con la policía?

Rosario: Me conocen, pero...

William: ¿Te dejan quieta?

12 No hago referencias explícitas de otras entrevistas o registros escritos por su naturaleza extensa. Solo he querido centrarme como ejercicio metódico, en el relato de vida de la protagonista, al ser ella un personaje de calle paradigmático.

13 Véase; Adolescentes Infractores, territorialidad y libertad. Informe sobre los CAI-Ecuador 2011. CONCEP: Quito, 2011

14 De quien reservo su nombre original por sugerencia personal.

15 La edad actual de ella es de 27 años.

16 El nombre original de la persona se omitió por respeto y privacidad de la misma. Esteban es un personaje notable en la Zona, un consumidor consumado, pero a diferencia de otros habitantes de la calle que suele robar o cuidar automóviles para ganarse la vida, él hace ceniceros y figuras decorativas como: palmeras, colibrís, ángeles y aviones, todo esto a partir de latas de cerveza recicladas. De ese modo consigue dinero con el cual comprar las cantidades de pasta base/polvo diario que requiere para suplir su ansiedad.

17 Así es como muchos consumidores de polvo nombran al acto de absorber la pipa cuando se va a fumar de la misma.

Rosario: ¡No... tampoco es que me dejen quieta!; es que saben que no ando robando: pero si hay una mujer chapa me puedo cagar.

William: ¿Por qué?

Rosario: Porque me requisan y encuentran la nave.

William: ¿Y tienes algo ahora mismo?

Rosario: ¡No!... solo la pipa, ¡Pero lo que más me emputa es que me quiten la nave!

La pipa se convierte en otra extremidad del cuerpo, un objeto infaltable en el ritual de consumo de la vida callejera y en la cotidianidad de los adictos, a tal punto que cuando la policía las incauta o las extravían en los momentos que se va a fumar pasta base/polvo, se despierta en ellos un grado altivo de violencia que se suele desfogar contra sus parejas o amigos de consumo: irritación, insulto, golpes y agresiones contra sí mismos.

Rosario: Verás, cuando le analizas a alguien ansioso vas a ver que no le fuma la pipa; solo ve la pipa y le raspa a la pipa y le manipula a la pipa, solo para...

William: ¿Para pasar la ansiedad?

Rosario: Solo... ¡aja!, o le huele; es la pipa: ¡es la pipa lo que te engancha!

Muchos de los consumidores de pasta base/polvo que han compartido su experiencia de vida conmigo, han manifestado al unísono su malestar al encontrarse con la policía, dado que ellos requisan y los persiguen para quitarles su dosis personal, además de destruir las pipas y pertenencias. De modo que conservar sus pipas se torna fundamental. Para lograr este propósito recurren a argucias como esconder las pipas en lugares estratégicos: marcos de ventana, huecos en veredas o matorrales, además de las partes íntimas del cuerpo. Sobre esto Rosario nos dirá, "generalmente a mí las pipas me duran de 6 a 7 meses". Es entonces que la pipa se convierte en un símbolo de poder que distingue y jerarquiza a los consumidores. Y valores como la intrepidez de durar con una pipa durante mucho tiempo, hacen parte de los honores simbólicos recreados dentro de la cultura callejera en los consumidores consumados.

Pero para el consumidor consumado conservar la pipa también tiene otro propósito dentro de la economía moral del consumidor. Cuando a la pipa se le emplea durante mucho tiempo los residuos de la pasta base/polvo se acumula al fondo de la misma y en sus paredes. Su textura es pegajosa (de color negro) y se le reconoce con el nombre de *Hachís*¹⁸. La mayoría de los consumidores consumados de pasta base/polvo son conscientes del placer que produce fumar hachís, lo que hace que su acumulación obtenga un valor simbólico entre ellos y pueda ser empleado para manipular intercambios de otra índole; prendas de vestir o más pasta base debido a su escases, tal y como Rosario dirá.

Rosario: Es que verás, el *hacho* (hachís) que saca Esteban, yo soy capaz de darle todas las *Quinas*¹⁹ que me hago en la noche para darle a él, ¡si él me da todo su hacho!; él saca un hacho que solo con verle me duele la barriga, osea... una cosa deliciosa.

Y luego:

Rosario: (Vacía su pipa, agrega tabaco y polvo: carbura tres veces) Ponte... Esteban tuvo como un mes así, que sí yo llegaba con la pipa raspada (lo que voy hacer ahorita) ¡me pegaba!, porque yo llegaba a pedirle a él su hacho ¡cachas!; es él que tiene unas

18 En este punto hay un malentendido conceptual. El hachís es una sustancia derivada de la planta de marihuana. Cuando se fuma pasta base/polvo en pipa se produce una sustancia color ocre/negro similar al hachís, Los consumidores consumados suelen llamar a esto hachís, aunque en verdad éste no sea su verdadero nombre.

19 La *quina* es a una bolsita o papeleta de pasta base que tiene un valor 5 dólares.

naves que le salen ¡cuatro veces de lo que me sale a mí!, osea... más de cuatro veces.

William: ¿Me dejas ver tú nave?... ¿qué material es?... ¿caoba?

Rosario: Taguar²⁰, yo solo fumo en taguar, nada que aluminio, nada que tubitos, nada que naa, la taguar le da un saborcito... ¡La drug de gomelo loco! Solo los gomelos caminan con taguar. Nunca vas a ver un gamín con taguar loco, menos a mi marido porque yo a mi marido ya le enseñé a cargar con taguar, pero él carga dos naves.

El Mundo de la Gomelería²¹ y sus Diferencias con los consumidores habitantes de Calle

En el mundo de la calle hay diferencia de clase muy marcadas en cuando a consumidores de pasta base/polvo y otras drogas, pero es en especial la pasta base la que visibiliza las segregaciones y diferencias de clase alrededor de las prácticas del consumo de drogas en Ecuador. Rosario tiene un rol mediador entre *el mundo de la gomelería*, como ella así lo define, refiriéndose a los jóvenes usuarios de clase media y alta, espacio social del cual ella proviene, y el sórdido territorio de la calle y todas sus contradicciones y diferencias mutuas.

Como verán en próximos fragmentos de su narración, el modo con que ella se balancea entre ambos mundos escenifica los abismos clasistas que existen sobre el consumo de polvo. Es muy interesante observar cómo Rosario a pesar de tanto tiempo en la calle acompañada de sujetos en extremo auto-marginados, ella sigue considerándose una gomela. Lo que significa que al reconocerse como un consumidor consumado de pasta base/polvo y habitar la calle, esto no de-construye totalmente los orígenes de clase ni obliga al consumidor consumado encarnar habitus opuestos a su condición social, que en el caso de Rosario son evidentes al no compartir y a su vez criticar el entorno violento de asaltos, robos y violaciones practicadas por sus homólogos hombres.

20 El nombre original al que ella hace referencia es *Tagua*. La tagua es una palmera originaria del pacífico andino, la semilla que da este árbol lo emplean frecuentemente los artesanos para realizar objetos de toda clase por la maleabilidad de la madera. Las pipas son uno de tantos objetos que se producen con este material y que al parecer de Rosario; da un sabor único y una clara diferencia del resto de pipas artesanales, con frecuencias construidas de forma improvisada.

21 La gomelería o lo gomelo es una palabra poco empleada en el vocabulario quiteño o ecuatoriano, es una expresión colombiana, pero tiene el mismo significado que el de pelucón. Hace referencia a personas con un poder adquisitivo por encima de la media.



Fuente: fotos personales de William Alvarez, (hombre habitante de calle fumando pipa)

La relación amorosa que sostiene Rosario con Esteban le ha llevado a sumergirse aún más en la cultura de la calle. Como la mayoría de sus gastos están destinados a la compra de pasta base/polvo, los gastos de vivienda están en un segundo plano, lo que les obliga a ellos buscar opciones muy baratas, compartiendo o invadiendo casas abandonadas.

William: ¿Esteban es peluquero?

Rosario: Por eso me come a verga, el pudiera trabajar la lata de noche y en la mañana trabajar en una peluquería, entonces ya tuviera sueldo fijo para nuestro cuarto, con agua, con luz, y lo que sale de noche para farrear.

William: Claro, con eso te queda tiempo pasar por ahí, estar relajada.

Rosario: Aja, tener nuestro cuarto, no de una casa abandonada con un montón de drogadictos.

William: ¿Y cuántos viven ahí?

Rosario: El Ricardo, el Chuk Morris, el Cuba. Es que no es que vivan ahí, sino es que caen, le pagan la mitad de una quina al Esteban de arriendo por estar ahí.

William: ¿Pero la casa lo cogió quién?

Rosario: Nosotros la cogimos, el Esteban ya se metía antes de estar conmigo, primero teníamos que entrar por el techo. Para entrar por la reja, yo no podía subirme, entonces el Esteban tenía que pedir escalera, ahí teníamos que pasar un muro, ahí él tenía que hacerme patita de gallo pa' subir otro muro, y de ahí meternos por el techo, era todo un trámite, hasta que le dije ¡No No!; me rompes la cadena de la puerta que yo traigo un candado... pero perdimos la llave del candado.

William: (Risas) ¿Cómo así?

Rosario: ¡Hello! Yo vengo de buena casa loco, yo no estoy en estos mundos, ¡qué más quieres pues loco! Ponte, todos los burreros de esta zona de allá le tienen envidia a él porque esta con la nena que fuma igual que ellos, que se sienta en el lugar en que ellos se sienta, pero que está bien bañada, bien vestida, que retaca en inglés, osea, no soy la típica drogadicta de la calle. El saca pecho de eso, como yo saco pecho que es el único que trabaja las latas.

En la anterior descripción Rosario dejó en claro su distinción de estatus, un habitus diferenciado, es decir, una condición de clase que contrasta con la condición de los habitantes y consumidores de droga en la calle. Cuando ella dice, “no soy la típica drogadicta de la calle”, está delimita su condición, subordinando a los otros a una menor categoría muy a pesar de la contradicción que esto suele llevar implícito cuando se comparten los mismos gustos por el consumo de pasta base/polvo.

Cuando se analizan las diferencias estructurales de los gomelos y los gamines, la concepción con que cada uno ve y emplea la droga es contundente. Por un lado, los primeros la usan como parte de su diversión nocturna, sin que esto signifique que se desprendan de su condición social, incluso, tratan al máximo de no irse al límite de su opuesto. Muy al contrario de quienes asumen en la pasta base/polvo una fuerte dependencia casi voluntaria de vivir el día a día pensando en hacerse una pipa. Según Rosario, en ambos mundos hay reglas implícitas al consumir, “reglas de gomelo” dice ella, y en las cuales se valora la reciprocidad, la solidaridad y el respeto en cuanto roles de género, tal y como ella nos dice:

Rosario: Los que fuman base en el mundo de gomelos, son más... honrados hasta en eso, no es como en la calle que si yo te doy, tu mañana tienes y yo no tengo, y vos por fumarte solo me dices que no; los gomelos por más que quieran hacerse solo, te dicen simón, tú me diste ayer. Coge.

William: ¡Oye!, pero acá en Quito los pelucones fuman mucho polvo, ¿por qué fuman tanto, qué crees?

Rosario: Porque es más barato... la base es más barata, y la coke (cocaína), para drogarte con la coke tienes que jalar y jalar para sentir, en cambio con la base te haces un hit, y umm.

William: ¿Y cuál es la diferencia con los otros?

Rosario: Ponte, para mi yo soy gomela, ahorita que me está dando la gana de basurrearme en casas abandonadas es por mi trip, por el buen huevo que tengo con el man (Esteban) y ya, pero en el mundo de los gomelos los que fuman base siempre acolitan al otro, osea, no hay esa mezquinería que hay ahorita en la calle

Y continúa:

Rosario: Pero el mundo de la gomelería en la base fuman más rico, se sientan, conversan, y si hay una casa para presentarse se van a la casa, se toman un guaro, conversan, no son de los que se sientan a esconderse en los carros.

Como se habrá visto, el contraste entre ambos mundos es marcado y tienen como discurso hegemónico las diferencias que significan fumar en espacios confortables y amenos, donde las relaciones sociales están mediadas por la armonía y el goce, y no la deliberada preocupación de fumar en la calle escondido en la oscuridad o con la histeria de ser atrapado por la policía. Además, mientras que en el mundo de la calle, la individualidad sobrepasa al colectivismo de los gomelos, las diferencias de género no tienen ninguna preferencia como sí la

hay en el grupo denominado gomelo. El que una mujer fume entre hombres les da igual a los gamines, incluso ellas son tratadas como hombres. Todo lo contrario sucede con los gomelos.

Rosario: Los gomelos siempre se preocupan primero en la nena ¿¡cachas!?. Por eso a la nena le encargan las pipas, las fosforeras, las fundas, porque la nena puede esconderse en el sostén. ¡Los gamines no te dan a que les cuides nada!, en cambio los gomelos saben que si le dan a la nena, y a la nena la requisan, a las nenas no nos pueden requisar.

Y si bien hay un respeto por la mujer, el modo como se manejan las relaciones de género tiene que ver con una estratégica división sexual del trabajo, que en el mundo de la droga se instrumentaliza aprovechando las ventajas legales y morales que el cuerpo de la mujer puede garantizar para la seguridad del grupo masculino. Este aprovechamiento estratégico de su cuerpo cosifica la presencia de la mujer en el espacio de consumo ilícito, pero al que ellas son conscientes y aceptan por los lazos emotivos generados al interior del grupo.

Rosario: Es que los gamines, verás, tienen más como te digo, más *sapesa*, ¡son más sapos!, siempre piensan en como bajarte o en como quedarse con lo último de la funda. En cambio los gomelos no verás, ponte; todos mis panas gomelos como soy la única nena, el último hit de la funda... A la nena. La nena administra la funda porque mano de nena, osea. En cambio los gamines no; ellos no respetan que uno usa toalla sanitaria, tampón y condón ¡pues loco!, los gomelos sí respetan eso: los gomelos respetan más a las mamás... ¿Me entiendes?

“La Ansiedad es la Ansiedad”

En el diario vivir de la ciudad es frecuente escuchar fuertes discursos alarmistas hacia otredades no hegemónicas. Dichos discurso polimórficos son los catalizadores en la ciudadanía de acciones de desconfianza, distancia, repudio o temor frente a los consumidores de droga en la calle. Temor que infunden los medios de comunicación (escrito, visual), pero sobre todo, las experiencias hiperbolizadas de quienes han sido robados y reproducen los prejuicios en comentarios, advertencias o consejos de cómo transitar en el espacio público.

Esto ha logrado calar hondamente en el inconsciente colectivo, predisponiendo y creando una cultura urbana de pánico hacia todos aquellos que cumplen estética y performáticamente con los estigmas negativos sobre lo otro que está en los límites de la cultura convencional de habitar el espacio, esto es lo que Teresa Caldeiro determina como el *habla del miedo*²².

Esta es la razón por la cual Rosario dice que el “vicio es solo para inteligentes”, pero este tipo de inteligencia va en doble sentido: 1) por un lado saber hasta donde poner límites al consumo, y por el otro, 2) tener la inteligencia útil para sobrevivir en la calle y a todo tipo de violencia, desde cómo conseguir dinero para comer, seguir fumando polvo o controlar la ansiedad que se produce a falta de la misma.

22 Para un mejor entendimiento sobre la obra de Caldeiro y su categoría *habla del miedo*, véase el primer capítulo de su libro, *Ciudad de Muros* (2007)..



Fuente: fotografía personal William Alvarez, (mujer, habitante de calle preparando pipa)

La ansiedad es un problema que se vuelve crónico a medida que el consumidor se hunde más y más en la calle. La pasta base/polvo tiene esa facilidad de absorber al usuario, dado que sus efectos son muy placenteros, pero reducidos en el tiempo. Esto provoca en el consumidor consumido la necesidad de seguir, no obstante se haya fumado 10, 15 o 20 dólares en una sola hora, de continuar buscando la manera de suplir la ansiedad. Este tipo de ansiedad genera en el cuerpo del consumidor una dependencia tal que cuando la ansiedad es muy alta y los recursos son nulos, salir a la calle a realizar asaltos, o como le sucedió a Rosario, prostituirse, son estrategias alternas de supervivencia.

William: Cuando están así, digamos, ansiosos, ¿tú crees que eso los lleva hacer daño?

Rosario: Verás que desde que yo estoy con el Esteban, osea... sí he tenido esas ansiedades, pero por lo que estoy con el Esteban, la gente no me pides cosas así verás... como el cuerpo. Pero antes de estar con el Esteban, yo sí llegue a venderme, por la ansiedad.

William: ¿Acá en la Mariscal?

Rosario: Sí, pero llegue a cobrar 80 (USD), osea bien vestidita y... *Es que esta droga es una droga teza, yo creo que es el peor vicio al lado con el hache²³ (la cursiva es mía), ¿me entiendes?*

William: ¿Más que la cocaína?

Rosario: Sí, es que ya no es el hecho de fumar, es el hecho de sacar la pipa.

William: ¿La pipa?

Rosario: ¡Solo la pipa!

²³ Se refiere a la heroína (H).

Reflexiones finales

Los aportes que la antropología urbana pueden develar a la sociedad en materia de producción etnográfica en Ecuador, contribuyen científica y académicamente a comprender las complejidades y rápidas transformaciones que en múltiples sentidos se dan en la ciudad de Quito.

Este trabajo ha servido como punta de lanza para retomar y explorar el debate sobre el problema de las drogas ilícitas en el Ecuador del Siglo XXI, iniciado en la década de los noventa. Ante la ausencia de investigaciones rigurosas y el aumento de estudios cuantitativo, los estudios sobre drogas se han reducido a simples informes y estadísticas de consumo sin ningún valor crítico, limitando de este modo profundizar en el ascenso y aceptación que esta droga tiene en la población joven.

Con esta etnografía he querido detenerme en cinco momentos, para introducirnos y arrojar nuevas pistas que nos permitan comprender las dinámicas individuales y sociales que produce el consumo de pasta base/polvo. 1) Las diferencias de apropiación sobre el espacio que se producen en la noche constituyendo relaciones e interacciones sociales relacionadas con el consumo legal e ilegal. 2) El valor simbólico representado en la pipa como centro de los consumidores en su construcción cotidiana: social, económica y urbana. 3) Las diferencias de clase y percepción sobre el consumo de pasta base entre “gomelos” y “gamines”. 4) La aguda dependencia psicosomática que genera el consumo de pasta base y los altos grados de ansiedad que la ausencia de ésta produce. 5) Y la relación semi-directa entre ansiedad, crimen e ilegalidad.

Bibliografía

Andrade, Xavier (1993). *Historias de riesgo e identidades en tensión: Hablan un traficante y un etnógrafo*. Quito: FLACSO-Sede Ecuador.

Bonilla, Adrián (1993). *Las sorprendentes virtudes de lo perverso: Ecuador y narcotráfico en los 90*. Quito: FLACSO-Sede Ecuador.

Bourgois, Philippe (2009). *Righteous Dopefiend*. Berkeley: University of California Press.

Bourgois, Philippe (2010). *En busca de respeto, vendiendo crack en el Harlem*. Buenos Aires: siglo XXI editores.

Epele, María (2010). *Sujetar por la herida, una etnografía sobre drogas, pobreza y salud*. Buenos Aires: Paidós

La economía política del narcotráfico: el caso ecuatoriano (1991). Quito: FLACSO; North-South Center.

Paéz Cordero, Alexei (1991). *Narcotráfico y violencia en los países andinos*. Quito: FLACSO-Sede Ecuador.

Rio Caldeiro, Teresa Pires do (2007). *Ciudad de muros*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Rivera Vélez, Fredy (1991). *Campesinado y narcotráfico*. Quito: Caap.

ARTIGO REVOGADO

A Sociologia Militar aplicada à Sociologia das Profissões: A carreira militar e a sua profissionalização

The Military Sociology applied to the Sociology of the Professions: The military career and his professionalism

Rodrigo Cassio Marinho da Silva¹

O Comitê Editorial da Revista *Askesis* decidiu, após análise, **proceder à retirada formal do seguinte trabalho**: SILVA, Rodrigo Cassio Marinho. A Sociologia Militar aplicada à sociologia das profissões: a carreira militar e a sua profissionalização, publicado originalmente no número *Askesis*, v. 3, n. 1, janeiro/junho – 2014, p. 85 – 100. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/126>. Acesso em: 09 jul. 2020,

uma vez que parte substancial deste é cópia das seguintes obras:

COSTA, Manuel Vasques Brazda. **Forças Armadas e Sociologia**. Editora Instituto Nacional de Defesa, Ano IX, n.31; BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 13-14; IANNI, Octavio. **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2a Ed, 1976; WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979; CARRILHO, MARIA. Principais tendências na Sociologia Militar, Literatura e Seleção Bibliográfica, **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, Editora Instituto Nacional de Defesa, Ano III; No 7 (Ago-Out 1978).

Atenciosamente,
Me. Thalles Vichiato Breda
Editor-gerente da Revista *Askesis*
São Carlos, 09 de julho de 2020

¹ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Sociologia, Filosofia e História da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

O presente artigo busca analisar a profissionalização das Forças Armadas através da Sociologia Militar e da Sociologia das Profissões como forma de compreender o processo que resultou no perfil do profissional dedicado a carreira das armas no que diz respeito aos princípios delineadores de uma dada profissão: suas credenciais, o conhecimento adquirido para o exercício da carreira, e o seu código de ética. A Sociologia Militar aplicada à Sociologia das Profissões pode definir o modelo profissional do militar enquanto membro de uma instituição com valores e códigos próprios?

Abordando uma perspectiva teórica baseada no modelo estruturalista de Samuel P. Huntington e Morris Janowitz desenvolvidos na década de sessenta do século passado, no pós-guerra, em resposta as diversas transformações no seio das Forças Armadas no tocante a sua profissionalização, tal como o modelo pluralista idealizado por Jordan e Taylor em resposta as transformações ocorridas no pós-Guerra do Vietnã.

A metodologia empregada com base no método dedutivo, uma vez que a Sociologia Militar aplicada à Sociologia das Profissões leva a uma compreensão da profissão militar no tocante a sua profissionalização dos seus membros na instituição militar.

Palavras-chave: Carreira Militar, Militar, Profissionalização, Sociologia Militar, Sociologia das Profissões.

Abstract

This paper analyzes the professionalization of the Armed Forces through Military Sociology and Sociology of the Professions as a way to understand the process that resulted in the professional profile dedicated to the profession of arms in regards to eyeliners profession principles: as your credentials, knowledge and code of ethics. The Military Sociology applied to the Sociology of Professions can set the professional model of the military as a member of an institution with values and own codes?

Addressing a structuralist model based on Samuel P. Huntington and Morris Janowitz developed in the sixties of the last century, post-war, in response to several transformations within the Armed Forces with regard to their professionalisation theoretical perspective, as the model pluralist designed by Jordan and Taylor in response to changes occurring in the post-Vietnam War.

The methodology based on deductive method, since the Military Sociology applied to the Sociology of Professions leads to an understanding of the military profession in regard to their professionalisation of its members in the military.

Key-words: Military Career, Military, Professionalization, Military Sociology, Sociology of Professions.

O surgimento da Sociologia como Ciência Social

Entre as várias formas de saber e de expressão do homem, a ciência ocupa um lugar de especial relevância. Os motivos dessa relevância são muitos, mas, alguns deles merecem destaque particular. São eles: a) maior rigor e, pois, certeza de suas afirmações e b) consequentemente, maior eficácia na denominação da realidade que se propõe estudar. Desse segundo caráter da investigação científica decorre que toda ciência acabe por derivar em uma ou mais técnicas ou aplicações práticas. Ao conjunto dessas aplicações práticas ou técnicas,

quando sistematizado, denomina-se tecnologia.

Há que assinalar, entretanto, que essas especiais qualidades do pensamento científico, se lhe dão essa superioridade em matéria de rigor e eficácia, não devem ser entendidas como uma superioridade da ciência sobre os outros meios de expressão e conhecimento da realidade: a arte, a religião, a filosofia ou, mesmo, o senso comum. (MACHADONETO, 1978, p.1-2)

Durante milhares de anos, os homens observaram e refletiram sobre as sociedades e grupos nos quais vivem. Não obstante, a Sociologia é uma ciência moderna, que não tem muito mais de um século. Augusto Comte, em sua classificação das ciências, considerou-a, lógica e cronologicamente, posterior, às demais ciências, como a menos geral e a mais complexa de todas. E um dos maiores antropólogos modernos observou que “a ciência da sociedade humana está ainda em sua primeira infância”².

É certo que podemos encontrar, nos escritos dos filósofos, pregadores religiosos e legisladores de todas as civilizações e épocas, observações e idéias relevantes para a Sociologia moderna. A *Arthashastra*, de Kautilya, e a *Política*, de Aristóteles, analisam sistemas políticos de forma que ainda interessam ao sociólogo. Não obstante, há um sentido real no qual uma nova ciência da sociedade, e não apenas um nome novo foi criado no século XIX. Vale a pena notar as circunstâncias em que isso ocorreu e examinar as características que distinguem a Sociologia do pensamento social anterior. (BOTTOMORE, 1970, p, 13)

Aparecendo pela primeira vez pela mão de Augusto Comte, para designar com um nome especializado o estudo científico das leis dos fenômenos sociais, a Sociologia desenvolve-se em resposta às evoluções que a Europa sofre após a Revolução Francesa.

O sociólogo quer compreender e explicar cientificamente a nova sociedade. Comte, Tocqueville, Spencer e Marx, entre outros, defendem critérios diferentes: o político (a democracia) para Tocqueville, o tecnológico (a indústria) para Saint-Simon e Spencer, o socioeconômico (relações capitalistas de produção) para Marx e Proudhon, Durkheim, Max Weber e Pareto conseguem, através das suas obras, cimentar o tempo da renovação. Instala-se o debate metodológico e epistemológico.

Durkheim aproxima a Sociologia das ciências exactas e naturais ao considerar que “os factos sociais são como as coisas”, enquanto Weber diferencia as ciências da natureza das ciências *históricas*, as primeiras por exigirem à explicação e as segundas a compreensão, ou seja, a procura de significações. Por outro lado, Pareto, no seguimento de Maquiavel, privilegia o político, mas opõe-se à ideologia democrática e à teoria marxista através da sua explicação da dinâmica política pela luta das élites.

Mas o curioso é verificar-se como os maiores autores apontam nas suas obras os mesmos princípios epistemológicos. Em relação aos princípios que norteiam a epistemologia é importante salientar a similaridade entre os clássicos da Sociologia no que diz respeito à produção e difusão do conhecimento na disciplina.

O político, o económico, o militar, o religioso, o urbano, o rural, as relações de trabalho e todos os outros aspectos que formam a sociedade não são mundos fechados e isolados, antes realidades sociais que se interligam numa teia emaranhada de relações. Alguns destes aspectos da sociedade são actualmente objecto de estudo de ramificações, especializações da Sociologia.

Esta fornece àquelas os seus fundamentos, os seus métodos e técnicas, enriquecendo o seu *corpus* com os conhecimentos que individualmente cada uma delas vai adquirindo.

² A.R Radcliffe-Brown, *Structure and Function in primitive Society* (1952).

Mas a sociologia não é a ciência dos *grandes feiticeiros*, dos terapeutas dos inconvenientes provocados pelo progresso, nem a dos *retóricos*, que tudo explicam e tudo justificam e, muito menos, a dos herdeiros dos sufistas e da técnica de ensinar ao demagogo a arte de persuadir o povo.

A Sociologia é, antes de mais, a ciência que procura compreender uma dada situação social no seu todo, utilizando o criticismo e a acção desmistificadora para *ver* para além das estruturas sociais e dos *problemas* que lhe são presentes. E é precisamente esta capacidade interpretativa que toma relevante a sua função como ciência social. (COSTA, 1984, p. 121)

Esta concepção da atividade sociológica está implícita no enunciado clássico de Max Weber, um dos vultos mais importantes do desenvolvimento da Sociologia, no sentido de que esta disciplina seja “isenta de valores”. Como será necessário voltar a este ponto ainda várias vezes, talvez seja conveniente elucidá-lo melhor neste momento. É evidente que a afirmação não pretende dizer que o sociólogo não tenha o que não deva ter valores. De qualquer forma, é quase impossível a um ser humano existir sem valores, ainda que, naturalmente, possa haver uma fantástica variação naquilo que se consideram valores. Normalmente o sociólogo defenderá muitos valores como cidadão, pessoa, membro de um grupo religioso ou como adepto de alguma corrente de pensamento. Entretanto, dentro dos limites de suas atividades como sociólogo só existirá um valor fundamental – a da integridade científica. E claro que, mesmo aí, como ser humano, o sociólogo terá de levar em conta suas convicções, emoções e seus preconceitos. Mas faz parte de seu treinamento intelectual tentar compreender e controlar essas coisas, como *prevenções* a serem eliminadas, na medida do possível, de seu trabalho. E escusado dizer que isso nem sempre é fácil, mas que não é impossível. (BERGER, 1978, p. 13-14)

As circunstâncias nas quais a Sociologia surgiu podem ser distinguidas como intelectuais e materiais, e examinarei separadamente cada uma delas. Naturalmente, estavam interligadas, e qualquer história sociológica da Sociologia – que ainda não foi escrita – teria de levar em conta essas ligações. Nesta rápida introdução, só posso mencionar alguns dos fatores mais importantes.

Os principais antecedentes intelectuais da Sociologia não são difíceis de identificar. “De modo geral, podemos dizer que a Sociologia tem uma quádrupla origem, na Filosofia Política, na Filosofia da História, nas teorias biológicas da evolução e nos movimentos para a reforma social e política, que julgaram necessário empreender levantamentos das condições sociais.”

Duas dessas fontes, a Filosofia da História e o levantamento social, foram particularmente importantes, de início. Também eles haviam chegado tarde à história intelectual do homem. (BOTTOMORE, 1970, p, 14)

Quem fala em ciência, por oposição à filosofia, arte ou religião, menciona um dos grandes campos do saber, mas de forma genérica ou abstrata. O que existe realmente são as várias ciências, cada uma das quais com as suas específicas características. Da variedade das ciências surgiu a necessidade de classificá-las. Foram muitos os autores, cientistas e filósofos, que se ocuparam de classificar as ciências. Entretanto, não vem ao caso, aqui, carregamos uma erudição mais ou menos inútil, análise de cada um dos principais sistemas de classificação das ciências. Basta-nos utilizar a classificação usual que divide em três campos o mundo da cientificidade: a) ciências lógico - matemáticas ou de objetos ideais; b) ciências naturais e c) ciências sociais ou humanas, também chamadas culturais.

As ciências sociais, humanas ou culturais são mais recentes e tem em comum como objeto o homem e suas várias atividades e produtos na vida social. Esse poderemos dizer é o objeto material das várias ciências humanas, que entre si se distinguem pelo objeto formal,

ou seja: a forma pela qual investigam ou analisam esse mesmo e comum objeto material. Assim, por exemplo, a história e a sociologia estudam o mesmo objeto material que pode indiferentemente ser rotulado como vida histórica ou vida social. Entretanto, divergem em seu objeto formal ou metodologia, já que a história analisa os fatos humanos individualmente, isto é, cada um de por si, na riqueza de sua individualidade, enquanto a sociologia, de posse dos mesmos fatos, vai buscar o que há neles de comum, para proceder à generalização. Num exemplo que já se está tornando clássico, poderemos dizer que enquanto a caracterização da figura de Caio Júlio César é um tema de história, a construção típico-ideal do regime político chamado cesarismo ou absolutismo é uma tarefa do sociólogo. Ali, a figura individual em toda a sua riqueza de caracteres; aqui, a generalização do típico-ideal que se há de poder aplicar a todo tipo de cesarismo com essa ou aquela adaptação (MACHADO NETO, 1978, p. 3)

Em princípios do século XIX a Filosofia da História exerceu uma importante influência intelectual, através dos escritos de Hegel e Saint Simon. Desses dois pensadores brotam as obras de Marx e Comte, e, portanto algumas das correntes importantes da Sociologia moderna. Podemos avaliar rapidamente as contribuições da Filosofia da História à Sociologia considerando-as como tendo sido, no aspecto filosófico, as noções de desenvolvimento e progresso, e, no aspecto filosófico, os conceitos dos períodos históricos e tipos sociais. Foram os historiadores filosóficos que tiveram, em grande parte, a responsabilidade pela nova concepção da sociedade como algo mais do que a “sociedade política” ou o Estado. Ocupavam-se de toda a gama das instituições sociais e estabeleceram uma cuidadosa distinção entre o Estado e o que chamavam de “sociedade civil”. O *Essay on the History of Civil Society*, (1767) de Adam Ferguson, talvez seja o melhor exemplo dessa abordagem; em tradução alemã, essa obra parece ter proporcionado a Hegel a sua terminologia, e influenciado sua abordagem, nos primeiros trabalhos que escreveu sobre a sociedade. Ferguson, nesse ensaio e outros posteriores, discutem a natureza da sociedade, população, família e parentesco, as distinções de posição hierárquica, propriedade, governo, costumes, moralidade e direito – ou seja, trata a sociedade como um sistema de instituições correlatas. Além disso, procura classificar as sociedades em tipos e distinguir as fases do desenvolvimento social. Característica semelhante encontra-se em muitos dos trabalhos dos autores a que chamei de historiadores filósofos. Eles representam uma unanimidade notável e uma modificação abrupta do interesse dos homens pelos estudos da sociedade humana. Essas características reaparecem no século XIX, no trabalho dos primeiros sociólogos, Comte, Marx e Spencer. (BOTTOMORE, 1970, p. 15-16)

Se for verdade que existe reciprocidade entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida, esse princípio é especialmente válido para as ciências sociais. Em particular, é verdadeira para a sociologia, a economia política e a ciência política. Seja quanto à problemática, seja com referência à visão do mundo subjacente às contribuições dessas disciplinas neste ou naquele país, é óbvio que existe sempre certa correspondência entre o pensamento sociológico, por exemplo, e as condições de existência social. (IANNI, 1976, p. 7)

A relevância que a ciência possui como forma de saber e expressão para o homem é bastante importante, à medida que as razões de tal importância se devem justamente ao fato relacionado ao rigor metodológico exigido, e pela questão que diz respeito àquilo que se propõem estudar exatamente.

A reflexão feita pelo homem sobre suas sociedades e grupos em que vivem, faz com que a Sociologia surja como uma “ciência nova”, a fim de explicar certos “fenômenos sociais” advindos da sociedade em constante transformação que não podia ser explicada com base no pensamento social que data de Aristóteles, e outros antigos.

O surgimento da Sociologia como disciplina data do século XIX pela definição de Auguste

Comte, tendo por necessidade dar respostas às diversas questões oriundas não somente devido a Revolução Francesa, mas, a Revolução Industrial e ao mundo que mudara em um processo rápido deixando para trás o que restara da sociedade feudal e teológica.

Teoria e Método aplicados à Sociologia.

Ao nascer, as ciências sociais – este é bem o caso da sociologia, fundada por Augusto Comte no século XIX – pretenderam repetir em tudo a metodologia utilizada pelas ciências naturais, em particular a física, que é a mais exata e rigorosa das ciências naturais. A essa tendência de copiar a metodologia das ciências naturais no âmbito das ciências humanas, chama-se, em epistemologia sociológica, de naturalismo. Ao nascer, a Sociologia foi concebida como uma ciência natural a mais, uma *física social*, como a denominou originalmente Augusto Comte. Mais recentemente, em particular, após a obra de Dilthey, filósofo alemão que faleceu no começo do século passado, e de seus discípulos nas ciências humanas Max Weber, Freyer, Ortega, Recaséns, Cossio e tantos mais, passaram a verificar que o conhecimento dos temas humanos ou culturais envolve uma peculiar intimidade que o homem jamais poderia desfrutar com o objeto mais segura e exata ciência natural. (MACHADO NETO, 1978, p, 25)

Não há, no momento, nenhum corpo geral da teoria sociológica que tenha sido comprovado ou aceito de forma generalizada. Os primeiros sociólogos acreditavam ter descoberto certo número de “leis sociais” fundamentais, principalmente leis de evolução social, que construíam um corpo de teoria capaz de guiar tanto o pensamento como ação. Os sociólogos modernos foram, no todo, mais modestos em suas pretensões. Dedicaram-se, principalmente, à elucidação do caráter da interpretação sociológica (isto é, mais a metodologia do que à teoria) e ao desenvolvimento de conceitos mais precisos e classificações mais adequadas. Nessa última atividade, formularam principalmente aquele tipo de generalização limitada que a própria atividade de classificação envolve. R.B Braithwaite estabelece uma distinção entre as ciências, em fases diferentes de desenvolvimento, e diz: “Se uma ciência estiver numa fase altamente desenvolvida, como a Física, as leis estabelecidas formarão uma hierarquia nas quais muitas leis especiais surgirão como consequências lógicas de um pequeno número de leis altamente gerais, expressas de forma muito sofisticada; se a ciência estiver na fase inicial de desenvolvimento – por vezes chamada de estágio de “história natural” – as leis devem ser meramente as generalizações provocadas pela classificação das coisas em várias classes”. (BOTTOMORE, 1970, p, 25)

Os desenvolvimentos alcançados pelas ciências humanas nas nações “ocidentais” indicam, ao mesmo tempo, as possibilidades oferecidas pela herança intelectual dos clássicos das ciências do homem e as vicissitudes da incorporação do pensamento científico na sociedade de classes. Todos os progressos, crises e refluxos do pensamento social somente se tornam inteligíveis quando encarados à luz dessas condições. A crise do pensamento sociológico, manifesta em diversos países – em especial nos Estados Unidos -, é a expressão mais nítida das potencialidades dos sistemas clássicos da sociologia, em conexão com as tradições nacionais do pensamento social e com as condições econômicas sociais do pensamento social e com as condições econômico-sociais da organização da vida. Formulações como estas, entretanto, esclarecem apenas a natureza e os significados gerais do fenômeno, deixando na obscuridade os seus caracteres reais, os seus mecanismos e as suas significações concretas. E não precisamente as manifestações particulares do fenômeno que pretendemos abordar neste estudo. Mas não tomaremos senão os seus aspectos negativos, que indicam seria crise

do pensamento sociológico. Por esta via, também, um estudo como este pode ser construtivo. (IANNI, 1976, p. 143-144)

A questão fundamental de toda a sociologia histórica poderia ser formulada do seguinte modo: o sociólogo estaria condenado a observar a diversidade das instituições sem formular um juízo de valor sobre elas?

Em outras palavras, ele deve explicar a escravidão, assim como as instituições liberais, sem ter possibilidade de estabelecer uma discriminação e uma hierarquia entre os méritos, morais ou humanos, de uma ou de outra instituição? Em segundo lugar, na medida em que constata uma diversidade de instituições, estaria ele obrigado a passar em revista essa diversidade sem integrá-la num sistema ou, ao contrário, ele poderia, para além dessa variedade, encontrar elementos comuns? Essas duas antíteses não se sobrepõem exatamente. Contudo, sem serem equivalentes, podem aproximar-se, desde que os critérios que determinam nossos juízos de valor, sejam também, critérios universalmente válidos. (ARON, 2008, p. 43)

Por *compreensão* nesse especial sentido de uma forma de conhecimento, há que entender, segundo Dilthey, um conhecer sentidos. Isto porque somente o humano faz sentido para o homem. O mesmo não ocorre com a natureza. Somente em uma instituição, um valor social, uma obra de arte, enfim, num qualquer produto cultural, podemos encontrar uma concatenação de significados, uma conexão de sentidos. E esse conhecer sentidos em que a compreensão consiste foi caracterizado por Dilthey e seus modernos seguidores como um *reviver* – um reviver sentidos. É realmente assim que se dá o conhecimento por compreensão que cabe nas ciências humanas: como que temos a experiência de reviver uma situação humana ainda que seja bastante estranha de nossa experiência pessoal. (MACHADO NETO, 1978, p. 4-5)

Quanto às chamadas leis da evolução social, tornou-se duvidoso se devem ser consideradas realmente como leis. K.R. Popper, em sua análise do “historicismo”, observa: “A evolução da vida na Terra, ou de sociedade humana, é um processo histórico singular. Tal processo pode supor, se faz de acordo com todos os tipos das leis causais, por exemplo, as leis da mecânica, da química, da hereditariedade e segregação, da seleção natural, etc. Sua descrição, porém, não é uma lei, mas apenas uma exposição histórica singular. As leis universais afirmam coisas sobre ordens invariáveis ou seja, sobre todos os processos de determinado tipo. Mas não podemos esperar comprovar uma hipótese universal, nem encontrar uma lei natural aceitável à ciência, se estivermos para sempre confinados à observação de um processo único”. Isso não significa, naturalmente, que o esquema evolucionário não tenha valor.

Na Biologia, ele levou em última análise à Ciência da Genética e a formulação de leis universais da hereditariedade. Na Sociologia, o conceito de evolução provocou muita confusão (entre evolução, desenvolvimento e progresso), e com frequência constituiu uma base para o pensamento filosófico, e não científico. (BOTTMORE, 1970, p.26)

Tomando a si a distinção entre o método generalizante e o método individualizante, Weber não aceita as conclusões de Wildelband e de Rickert, particularmente a divisão das ciências que eles fundamentam sobre tal diferença metodológica. A seu ver não existe, por exemplo, nenhuma razão para se classificar a psicologia entre as ciências da natureza e não entre as da cultura. Nada mais contestável do que reservar um desses métodos a uma série de ciências e o outro a outra série. Ao contrário, qualquer ciência utiliza, ao saber das circunstâncias, um e outro desses caminhos. Segundo as necessidades e a orientação da pesquisa, a sociologia ou a psicologia empregam o método generalizante ou o método individualizante; da mesma forma, a biologia ou a astronomia procuram estabelecer leis ou estudar um fenômeno em sua singularidade. Por conseguinte, mesmo sendo justificadas do ponto de vista lógico, a distinção entre o

geral e o singular e as duas espécies de processos dela resultantes, é falso dizer que na prática as ciências da natureza utilizam exclusivamente o processo naturalístico ou generalizante, e as da cultura o processo histórico ou individualizante. (FREUND, 1980, p. 33)

Todos aqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por “sócio-econômicos” vinculam-se ao fato básico de que a nossa existência física, assim como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens. Por sua vez, o caráter de fenômeno “sócio-econômico” de um evento não é algo que lhe seja “objetivamente” inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular. Sempre que um evento da vida cultural vincula-se direta ou indiretamente àquele fato básico, através daqueles elementos da sua especificidade nos quais repousa para nós o seu significado próprio, ele contém ou pelo menos pode conter, conforme o caso um problema de ciência social; ou seja, envolve uma tarefa para uma disciplina que toma por objeto a pesquisa do alcance do fato apontado acima. (CONH, 1982, p. 79)

Para poder comparar coisas humanas, é preciso que se aprendam os fatos mediante conceitos que os encontrem enquanto sentido: como o sentido que eles têm para os agentes; ou como sentido possível, em termos da importância para outra coisa; ou como sentido objetivo, enquanto algo corretamente significado (como numa operação matemática). A realidade é uma tessitura infinita de coisas dotadas de sentidos e alheias a ele. Para captá-la são necessários conceitos construídos que, desenvolvidos de maneira mais consequente quanto ao seu sentido, apenas servem como instrumentos de medida para a realidade, ao permitirem ver o quanto ela corresponde a eles. Esses conceitos construídos são chamados por Weber de *tipos ideais*. Para ele, esses tipos são o instrumento metodológico para se chegar à realidade, e não a própria realidade.

Eles não são conceitos referentes a espécies, sob os quais o real seja o real é medido para na medida precisa e para trazer à luz com nitidez àquilo em que não haja correspondência entre o tipo e o real. Eles são não alvo do conhecimento, nem leis do devir, mas instrumentos para elevar à máxima consciência aquilo que é específico da realidade humana em cada caso. A riqueza das visões weberianas repousa sobre a construção desses tipos ideais, que se revelam fecundos para o conhecimento concreto do real; por exemplo, os tipos de dominação como tradicional, carismática e burocrática, os tipos de igreja e seita, os tipos de cidade, etc. Os conceitos típico-ideais devem ser claramente delineados, entre eles há saltos; mas a realidade é um fluxo, nela tudo parece se entremear difusamente. (CONH, 1977, p. 129)

A pretensão inicial de que as Ciências Humanas e Culturais em especial a Sociologia, tinha como objetivo fazer uso da metodologia empregada nas Ciências Naturais, em especial a Física, a fim de torna-la exata nas suas avaliações de acordo com a perspectiva de Augusto Comte, que denominava a disciplina inicialmente como *física social* em seus primórdios, o que de acordo com a epistemologia aplicada à Sociologia, denomina-se como naturalismo.

O alcance e o destaque das Ciências Humanas em termos teóricos se devem ao fato que a herança deixada pelos “clássicos da Sociologia” e a sua dinâmica voltada para questões que envolvem o surgimento da “sociedade de classes” ou da “sociedade industrial” na linguagem de Comte e Marx por exemplo.

E por fim a distinção entre os diversos métodos se faz necessário, à medida que o método empírico-dedutivo tem como fundamento a distinção entre as ciências humanas e as ciências naturais, enquanto o método empírico tem por base a experiência e a compreensão de um

dado conhecimento adquirido, e o método empírico-dialético implica na compreensão de um dado fenómeno.

O surgimento e o ensino da Sociologia Militar.

As novas potencialidades da sociologia, derivadas essencialmente da combinação das análises qualitativa e quantitativa, levam uns a interrogarem-se sobre os objectivos dos seus trabalhos e métodos, enquanto noutros despertam inquietações por verem as Forças Armadas como objecto de uma ciência vocacionada para a crítica social que, noutros campos, produziu algumas alterações de vulto.

Apesar das problemáticas da guerra e da moral dos militares terem inquietado os mais brilhantes pensadores, o estudo da instituição militar segundo a perspectiva sociológica só começa a adquirir algum sentido a partir dos anos trinta com os trabalhos de Quincy Wright e Harold Lasswell, bem como de Pitirim Sorokine (sociólogo americano de origem russa) e, durante a Segunda Guerra Mundial, com as investigações da equipa chefiada pelo sociólogo Samuel Stouffer.

Mas é a partir dos anos sessenta que o estudo da *res militaris* se modifica de maneira sensível. Com efeito, a iniciativa do sociólogo Morris Janowitz em criar o Seminário Inter-Universitário sobre as Forças Armadas e a sociedade (I. U. S.), vem contribuir para a institucionalização da Sociologia Militar.

Reunindo investigadores de vários países o I. U. S. desenvolve a partir de então uma acção segundo três vectores:

- delimita o seu domínio temático que engloba as relações entre civis e militares, as instituições, organização e profissão e os conflitos armados (razão de escolha do vocábulo Forças Armadas e Sociedade);
- procede à organização da temática definida, à criação de uma infra-estrutura conceptual de carácter interdisciplinar, bem assim ao ordenamento metodológico e de convenções de análise científica, tendo como objectivo dotar a nova disciplina de legitimidade científica;
- promove reuniões científicas (conferências bianuais), participando igualmente nas actividades das principais Associações de Ciências Sociais.

Decorrente destas actividades, o I. U. S. promove a produção e a disseminação e de obras sobre o facto militar; principalmente através da revista "Armed Forces and Society", procurando de este modo desenvolver a legitimidade científica da disciplina segundo a óptica de Morris Janowitz.

Sem negligenciar os investigadores europeus, principalmente franceses, ingleses e italianos, que nos últimos anos se dedicaram ao estudo da instituição militar, mas com a consciência de a sua contribuição, apesar de importante, ser minoritária no seio do *corpus* desta disciplina, pode afirmar-se que muito do que hoje existe neste novo campo se deve a investigadores americanos ou radicados nos Estados Unidos. (COSTA, 1984, p. 122-123)

A área de conhecimento compreendida pela expressão "Sociologia Militar" é afectada pelo menos por dois tipos de problemas: um que decorre do seu próprio objecto específico - a instituição *militar* - outro, resultante da matriz *sociológica*.

É significativo que se encontre tão atrasado o estudo de uma instituição - presente em

todas as sociedades com Estado - que tem sido instrumento determinante no moldar político da História e que hoje detém, *de facto*, os meios para a destruição da humanidade. Paradoxalmente a situação é de atribuir à enorme importância do objecto Forças Armadas. Temos por um lado, não só as razões de o próprio segredo militar, como também o isolamento funcional (ao Poder) em que tem sido mantida a instituição militar no seio da sociedade; por outro lado o temor, consciente ou inconsciente, de enfrentar a questão da violência e da sua “administração”, temática que investe os valores fundamentais, ou dominantes, da sociedade.

Esta espécie de “remoção cultural”, ou de “ideologia civil”, segundo a expressão de Janowitz, tem muitas vezes conduzido a uma apreciação superficial, emotiva, ou de qualquer modo distorcido da instituição militar e à acentuação de características que afinal são comuns a outras instituições e organizações.

Tem a instituição militar encontrado na sociologia a disciplina mais atenta, talvez por parecer a mais adequada a uma análise que, no entanto é necessariamente interdisciplinar. Com a sociologia, contudo, ocorre por vezes a tentação que existia em tempos com a filosofia: que o que não se enquadre claramente numa área da competência de um dos outros ramos das ciências (sociais) lhe acabe por ser remetido.

É constante, portanto, a necessidade de averiguar que não se esteja a descarregar para o campo da sociologia um conjunto de problemas só porque a sua análise política, por exemplo, resultaria incomoda. Não deve, assim, a sociologia limitar a sua análise aos aspectos “técnicos”, em vista de uma utilização apenas “administrativa” dos resultados. Parece-nos residir aqui a distinção fundamental entre a perspectivização de uma grande parte dos sociólogos da instituição militar norte-americana e a de certos sociólogos europeus, principalmente franceses e italianos, que ultimamente se têm dedicado ao estudo dessa problemática que preferem alargar criticamente denominando-a “sociologia da defesa” e que merecera uma selecção bibliográfica própria.

As tendências que sublinhamos, e correspondente bibliografia seleccionada, referem-se, na quase totalidade, à produção norte-americana. Isso se deve ao facto de se ter a “sociologia militar” desenvolvido principalmente nos Estados Unidos, onde historicamente o sistema exigia o seu papel racionalizador, de que as autoridades conseguiram desde logo aperceber-se. (CARRILHO, 1978, p. 157-158)

O surgimento da Sociologia Militar como subcampo da Sociologia, surgiu nos Estados Unidos visando aliar a racionalidade da disciplina, seus métodos e teorias, ao estudo e ensino sobre a instituição castrense, tendo como seus principais expoentes em sua maioria académicos norte-americanos como Quincy Wright, Harold Lasswell, Pitirim Sorokine e Samuel Stouffer que se dedicaram entre os anos do período “Entre Guerras” e a Segunda Guerra Mundial aos seus primeiros estudos, enquanto no Brasil um dos seus maiores expoentes é o General Golbery do Couto e Silva e Celso de Castro.

Mas, é durante os anos do pós-guerra, seu maior difusor e expoente foi Morris Janowitz que criou um seminário para o subcampo da disciplina definindo suas principais questões a serem discutidas sobre as Forças Armadas em seminários com temas delimitados sobre assuntos relacionados a um grupo com ação coletiva de coerção.

O desenvolvimento da “Sociologia Militar” a partir do surgimento da própria Sociologia deu-se de forma tardia, uma vez que os militares aos olhos dos “Sociólogos Clássicos”, sempre foram considerados objetos de estudo, mas, no que diz respeito ao sigilo que exige a profissão na forma do “segredo militar” e por ser uma instituição com “contato restrito” com o resto da sociedade criou-se diversos elementos impeditivos para que fosse aprofundada as pesquisas sobre a temática em questão.

Por fim, as Forças Armadas tem na Sociologia uma disciplina que se encontra com atenção as suas questões, o que faz com que ganhe um caráter mais interdisciplinar tanto para a compreensão, quanto para o seu conhecimento enquanto instituição, tornando assim o ensino e a pesquisa viáveis em seu seio.\

O surgimento da Sociologia das Profissões.

Há cerca de 50 anos a sociologia produz conhecimento sobre profissões, permitindo sistematizar uma disciplina especial denominada: *Sociologia das Profissões*. Esta é “[...] sustentada teoricamente por alguns modelos analíticos com concepções distintas sobre os processos de profissionalização” (BONELLI, 1993, p.31).

A Sociologia das Profissões teve origem na Inglaterra, em 1933, com o trabalho *The Professions* de Carr-Saunders e Wilson (1933), o qual faz um amplo levantamento da história de grupos profissionais que poderiam ser classificados como profissões. Assim, “A base da classificação era a existência de um corpo organizado que dominasse um conhecimento baseado num sistema de ensino e treinamento, com seleção prévia através de exame, e possuísse códigos de ética e de conduta” (BONELLI, 1993 p. 32). De fato, estes eram os critérios utilizados para classificar as profissões naquele momento, predominando como principal definição de profissão nos debates travados na sociologia das profissões por algumas décadas posteriores.

A Sociologia das Profissões assenta-se em dois eixos analíticos: (1) “a delimitação e posicionamento dos grupos profissionais e” (2) “a coesão ou unicidade interna das profissões” (BARBOSA, 1993, p. 32). Consideram-se as profissões como grupos sociais, dando ênfase aos serviços prestados por estes e ao profissionalismo. Entre as grandes preocupações dos sociólogos das profissões está a questão: “que grupos têm e quais não têm esse ou aquele pré-requisito para ser uma profissão realmente genuína?” (BONELLI, 1993, p 32).

Em *Unemployment in the Learned Professions* (1937), Kotschnig destacou conseqüências políticas do processo de expansão do sistema educacional sobre as profissões superiores na Europa. Constatou que a insatisfação do grande contingente de pessoas não absorvidas pelo mercado de trabalho levou estas a apoiarem o nazismo.

Parsons (1959 e 1969) enfatizou a tendência altruísta das profissões nos Estados Unidos. Esta perspectiva, diferentemente da visão marxista que percebe um egoísmo exagerado nas profissões capitalistas, garante que [...]

as profissões são concebidas como o reinado da preocupação com a qualidade do serviço prestado ao cliente, com a autoridade adquirida com base no conhecimento. A motivação para o trabalho não se resume apenas aos interesses de obtenção de um rendimento. Profissão é do mundo dos serviços dignos, morais, das relações de igualdade entre os pares. Requer que o cliente confie no saber do profissional e que este respeite seus colegas e seus clientes. Ela era a novidade dessa sociedade e legitimava o altruísmo nessa ordem social (Bonelli, 1993, p. 32).

A análise da literatura produzida na Sociologia das Profissões revela que as mudanças estruturais ao longo do século XX alteraram o conteúdo dos estudos a cerca dos grupos profissionais, eliminando parte de sua dimensão ideológica. Um conjunto de mudanças importantes aconteceu na década de 1960, quando o capitalismo industrial inicia um processo de reestruturação, especialmente com as crises do fordismo, petróleo, keynesianismo, ensejando o advento do regime de acumulação *flexível* (HARVEY, 1992).

A profissão vista como relação entre profissional e cliente cede lugar a uma visão da profissão como modelos e formas de controle e poder. Os profissionais de uma dada área monopolizam saberes. Em seu estudo sobre o profissionalismo, intitulado *Professions and Power* (1972), Johnson afirma “[...] o cerne da questão não é mais o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e dos formatos dos serviços prestados” (BONELLI, 1993 p. 32).

Os princípios definidores de uma profissão: (1) colegialidade; (2) cognitivo; e (3) moral. Os quais podem ser entendidos como: “credenciais, conhecimento e código de ética” (BARBOSA, 1993, p. 22 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 3-4)

O recente surgimento da sociologia aplicada ao campo das mais variadas profissões, permite a sustentação de uma teoria fundamentada em modelos de carácter analítico sobre os diferentes processos que envolvem a profissionalização de dada carreira na sociedade.

A disciplina denominada Sociologia das Profissões tem sua origem na década de trinta do século passado, a exemplo da Sociologia Militar que data do mesmo período, com a principal temática em torno dos fatores que definem dada uma profissão na sociedade do período “Entre Guerras”, com um tripé baseado no ensino de uma dada carreira, um processo seletivo que antecede o ingresso em um centro de capacitação e formação, a exemplo uma universidade, e por fim, um código de ética e conduta que norteasse a profissão.

Por fim, o que delimita uma determinada carreira ou profissão relacionada ao posicionamento de um determinado grupo profissional, tal como sua coesão e unidade interna dos seus pares quanto ao seu exercício.

O que define a profissionalização do militar?

Apesar de ser a guerra uma actividade tão antiga como as sociedades humanas, a profissionalização do militar, no sentido sociológico, é um facto relativamente recente, tornado necessário pela complexificação tecnológica e organizacional. Os modelos conceptuais a considerar quanto à profissão militar são análogos aos modelos conceptuais para as profissões civis: estruturalista, processual e pluralista.

O modelo estruturalista, (também designado por *attribute approach*) é representado por Huntington e Janowitz, que consideram cada profissão distinguível das outras através de «*core attributes*» específicos. Algumas divergências surgem quanto aos atributos considerados específicos, mas é em relação ao papel dos militares na política civil que os dois especialistas apresentam perspectivas nitidamente diferentes. Huntington propõe a neutralidade política das Forças Armadas, que deveriam isolar-se da Sociedade e concentrarem-se apenas nos valores da eficiência, afastando considerações de carácter não militar.

Janowitz por seu lado defende a integração da profissão militar na sociedade, (com aceitação de valores e instituições civis), relacionada com um uso comedido da força.

O profissionalismo de Huntington é considerado reflexo da tradição radical do profissionalismo militar norte-americano, politicamente conservador, e que resulta da reacção dos militares (corpo de oficiais) contra o controlo civil, contra a penetração de ideologias e valores civis – “controlo subjectivo”, como diria o próprio Huntington.

O profissionalismo pragmático de Janowitz é tido pelos especialistas como o mais adequado para enfrentar as dificuldades surgidas a nível das relações civil-militares no período do após-guerra do Vietnam. Os mesmos especialistas norte-americanos consideram que as transformações institucionais a operar devem ser cuidadosamente conduzidas de modo a evitar que a sensibilização às problemáticas sociais e políticas, resultante da integração na

sociedade, não encoraje o activismo político.

O modelo processual adopta uma abordagem histórica, descrevendo processo de desenvolvimento da profissão. Embora este tipo de abordagem seja referido principalmente à “Escola de Chicago”, pelo que respeita as profissões civis, mais recentemente alguns especialistas têm-no adoptado no estudo da profissão militar.

Van Doorn descreve o processo de profissionalização do corpo de oficiais como resultado da fusão de dois factores: profissional e organizacional. Abrahamsson considera, no desenvolvimento da profissão militar, a presença de dois subprocessos: um referido à transformação histórica, às forças tecnológicas, económicas e sociais; outro, referido aos modos e processos de socialização profissional dos oficiais.

O modelo pluralista é o mais recente, uma vez que abrange a relação entre o civil e o militar no tocante a questões como: emprego de civis, o papel das mulheres e a admissão de homossexuais, podendo mesmo ser considerado como resultante dos problemas levantados no período posterior à guerra do Vietnam. Tentando conciliar teorias de Huntington e de Janowitz, insere-se na tradição estruturalista. Jordan e Taylor consideram que a formulação lasswelliana da profissão militar como “administração da violência organizada” já não é adequada actualmente, pois os papéis de dissuasão, conservação de atividades desenvolvidas pelos militares. Moskos dá como exemplo o papel dos *peace-corps* das Nações Unidas em Chipre.

Recentemente alguns especialistas desta corrente têm defendido que a instrução superior dos oficiais em universidades civis constitua um pré-requisito para a promoção a postos de nível superior ao médio. (CARRILHO, 1978, p. 161-162)

Na verdade, a arte de comandar tornou-se cada vez mais difícil, não porque os meios, homens e materiais, tivessem fundamentalmente mudado de natureza, mas porque a convencionalizada *crise da civilização* não deixou de afectar os exércitos. As mentalidades e as atitudes dos homens sofreram rápidas transformações e ao desenvolvimento do individualismo, que afectou as comunicações entre comandantes e subordinados, vem juntar-se a tecnicidade crescente dos materiais, a divisão do trabalho, as especializações cada vez mais variadas dos homens e das unidades. E os comandantes que dirigem estes conjuntos não só não podem estar presentes por todo o lado, como também sua competência não se estende a todas as ramificações das atividades que coordenam. Apesar da sua experiência e aptidão, apesar da tradicional preocupação pelo factor humano, o contacto hierárquico é agora um meio mais difícil e menos profundo do que há 20 ou 30 anos.

O mundo militar é dilatado, complexo e, além do mais, processa a *administração da violência organizada*. Nele coexistem homens (em alguns exércitos também mulheres, o que naturalmente colocará outra espécie de questões) das mais diversas proveniências, com diversos estatutos, desempenhando papéis rigidamente diferenciados, obedecendo a rituais e ao culto de um conjunto de valores específicos ou de virtudes militares, com materiais dos mais simples aos tecnologicamente mais avançados.

É uma instituição que vive com militares profissionais, com jovens recrutados e com elementos civis. Cada um destes grupos de seres sociais coloca tipos diferentes de questões a serem equacionadas, além das inerentes ao inter-relacionamento entre si. São, por exemplo, as relações de poder desenvolvidas pelos profissionais e pelas suasélites, os estabelecimentos de estratégias para o desenvolvimento das suas carreiras, as motivações que os levam a escolher a carreira das armas ou, mais tarde, a abandoná-la, as “zonas de incerteza” que percorrem o universo das carreiras ao nível dos diferentes extractos profissionais, os estatutos e regalias diferenciados para os profissionais *técnicos de combate* e *técnicos industriais*; as

diversas questões camufladas pela uniformidade exterior dos protótipos de *homens socializados* que são os jovens alistados que passaram a sua vida no mundo civil e que, a partir de dado momento, se vêem integrados numa organização que os vai talhar e modificar tendo em vista a harmonia do conjunto. São igualmente as mudanças estruturais da própria instituição, com reflexos principalmente a nível das mentalidades dos “novos militares” e do conteúdo das novas tarefas, ambas decorrentes do declínio do “exército de massas”, das mudanças de formas de guerra, da rápida transformação e obsolescência tecnológica dos materiais, da evolução das técnicas de gestão e dos processos do sistema educativo e dos conhecimentos, bem como de um estado de “não-guerra que é também de não-paz”. (COSTA, 1984, p. 124-125)

Os modelos apresentados que definem o que conceitua a profissão militar são elencados da seguinte maneira: o estruturalista que tem como premissa dar um significado ao exercício da profissão no que diz respeito a sua atuação neutra e isolada do resto da sociedade como fator que lhe confere um estatuto de profissão em seu termo mais estrito, enquanto a outra visão tem como proposta a integração do militar a sociedade civil, a fim de não tornar este membro de uma casta intransponível, com regras e valores próprios.

Os modelos preconizados pelo estruturalismo se dividem em uma visão de mundo com espectros ideológicos delineados de acordo com pontos defendidos pelos seus principais expoentes que ditam o que caracteriza o militar, enquanto profissional: o caráter conservador defendido por Huntington e o caráter liberal e pragmático defendido por Janowitz.

Por fim, a abordagem com o caráter sócio-histórico levando em consideração o desenvolvimento e a consolidação recente da profissão militar no que diz respeito ao caráter tanto profissional quanto organizacional, levando em consideração os fatores que implicam aspectos tecnológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais em uma perspectiva que deixa clara uma influência que tem por certa o caráter de socialização do próprio militar.

Conclusão

A Sociologia Militar é um subcampo da Sociologia surgido recentemente e que ainda se encontra embrionário em alguns países da Europa, por exemplo, e até mesmo no Brasil e América Latina devido ao seu passado recente de regimes militares, o que torna a produção na área precária ou até mesmo inexistente, e em alguns casos com poucos expoentes, salvo aqueles dedicados a estudar a relação entre civis e militares nos períodos que sucederam o fim da Guerra Fria e com ela os regimes surgidos depois das chamadas “sublevações” militares.

O seu ensino e pesquisa voltados para o tripé elencado, relações entre civis e militares, as instituições, sua organização enquanto instituição e a profissão, e os conflitos armados, colocam a subcampo da disciplina em um patamar delimitado, conferindo-a um caráter de cientificidade alcançado em tão pouco tempo de surgimento.

O interesse surgido no subcampo de Sociologia Militar, devido à projeção de países emergentes nesse início de século, pode alavancar a disciplina de forma a tornar indispensável às parcerias entre instituições de ensino militares e civis, como forma de complemento à própria dinâmica da própria disciplina: a interação entre grupos tão distintos que se complementam.

A Sociologia das Profissões é outro subcampo da Sociologia surgido recentemente, de forma que coincide com o desenvolvimento da Sociologia Militar, uma vez que seus primeiros estudos começaram na década de trinta do século passado, se aprofundando na década de sessenta, no pós-guerra.

O seu objeto de estudo voltado para uma análise dos mais variados grupos profissionais

existentes na sociedade, ajudam de alguma maneira a ter um foco mais claro e conciso do que é a profissão militar, uma vez que sua consolidação profissional por meio de estatutos, códigos e conduta própria de um “profissional” deu-se muito recentemente, fato que demonstra a necessidade de uma análise mais acurada através da Sociologia aplicada as mais variadas profissões, em especial no tocante ao militar, enquanto profissional.

Por fim, a análise de um subcampo da Sociologia por outro subcampo, torna o debate metodológico, epistemológico e teórico muito rico, à medida que diversos aspectos inerentes à própria disciplina passam a ser considerados mais pertinentes, já que deixa o tema dotado da cientificidade necessária a qualquer tema discutido que mereça uma análise Sociológica.

Referências Bibliográfica

ARON, Raymond, *As etapas do pensamento sociológico*, Rio de Janeiro, Editora Martins Fontes, 2008

BARBOSA, M. L. O. “A Sociologia das Profissões: em Torno da Legitimidade de um Objeto”. *BIB*, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 36, 1993, pp. 3-30.

BERGER, Peter I. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*, Editora Vozes, Petrópolis, 1978, 4ª Edição.

BONELLI, M. G. “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”. *BIB*, Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 36, 1993, pp. 31-61.

BOTTOMORE, T.B. *Introdução à Sociologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1970, 3ª Edição

CARR-SAUNDERS, A. P. e WILSON, P. A. *The Professions*. Oxford: Oxford University Press, 1933.

CARRILHO, MARIA, *Principais tendências na Sociologia Militar, Literatura e Seleção Bibliográfica*, Revista Nação e Defesa, Lisboa, Editora Instituto Nacional de Defesa, Ano III; Nº 7 (Ago-Out 1978) ISSN 870-757X

CONH, Gabriel, *Sociologia: Para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1977

COSTA, Manuel Vasques Brazda, *Forças Armadas e Sociologia*, Editora Instituto Nacional de Defesa, Ano IX; Nº 31 (Jul-Set 1984)

FREUND, Julien, *Sociologia de Max Weber*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980, 3ª Edição

IANNI, Octavio, *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976, 2ª Edição.

CONH, Gabriel, *Sociologia: Para ler os clássicos*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1977

JOHNSON, P. *Professions and Power*. Londres: MacMillan, 1972.

MACHADO NETO, A.L & MACHADO NETO, Zahidé, *Sociologia Básica*, São Paulo, Editora Saraiva, 4º Edição, 1978

PARSONS, T. "Some Problems Confronting Sociology as a Profession". *American Sociological Review*, n. 29, 1959, pp. 547-59.

RODRIGUES, F.X.F, A Sociologia das Profissões e a Sociologia do Esporte: Profissionalização e Mercado de Trabalho no Futebol Gaúcho. In: RODRIGUES, F.X.F. *A Formação do Jogador de Futebol no Sport Club Internacional (1997-2002): um estudo de caso*. Projeto de Pesquisa. PPGS/UFRGS, 2002

WEBER, Max, A "Objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais. In: CONH, Gabriel, *Max Weber*, (org) São Paulo, Editora Ática, 1982, Coleção Grandes Cientistas Sociais

Sites consultados

Repositório Comum.

Disponível: <<http://comum.rcaap.pt/>>

Sobre el derecho a trabajar de los feriantes en la sociedad de libre mercado. Distribución espacial y poder político en la Feria Pinto, Chile¹

Hernán Joaquín Riquelme Brevis²

Resumen

El presente trabajo exhibe resultados de una investigación realizada en el año 2010. Se desplegó el análisis en concordancia con los procesos sociales desarrollados por feriantes formales (con permiso de trabajo) e informales (sin permiso de trabajo) que ejercieron actividades en la Feria Pinto de la ciudad de Temuco. Se enfatiza en la relación existente entre: los grupos de feriantes (formales con puestos al interior, formales periféricos e informales y coleros), los feriantes y el municipio (indirectamente), y los feriantes con la administración de la Feria. Para efectos prácticos profundizo en un estudio de caso que tiene como muestra a feriantes formales, feriantes informales y administración, por lo cual, una vez identificados los elementos claves que permitieron la categorización, se da paso a la presentación del discurso de los feriantes, evidenciando su organización política mediante sindicatos, los procesos de ordenamiento espacial, y los conflictos sociales que surgen en las relaciones sociales cotidianas.

Palabras clave: Espacio de trabajo, feriantes, Feria Pinto, poder político.

Summary

This work shows the results of an investigation made in 2010. It displays the analysis in agreement with the social processes, developed by formal merchants (with a work permission) and informal merchants (without a work permission), that made activities in the Feria Pinto in Temuco city. This work will emphasize the relation that exist between the merchant group (formals merchants with an indoor job, formal suburbs and informal workers), the merchants and the township (indirectly), and the merchants with the administration of the Feria. To practical purposes, this work deepen in a case study, that has the administration, the formal and informal merchants as sampling, whence, once the key elements gave the categorization, it goes on with an analytic presentation of the merchants speech, aspect which allows to put on evidence the politic organization of the merchants, the spatial organization and disputations through the organic union that emerge in the everyday social relations.

Key words: work space, merchants, "Feria Pinto", politic power.

¹ El presente trabajo forma parte de una investigación desarrollada en Temuco durante el año 2010 (UFRO). Agradezco la colaboración de Felipe Santelice (UNAM), y de Merlyn Orejuela (UNGS). Una versión de este trabajo fue publicada como acta online en las Jornadas Santiago Wallace de Investigación en Antropología Social, 2013, UBA.

² Universidad Autónoma de Chile, Temuco, Chile. Doctorando en Ciencias Sociales, UNGS-IDES. Buenos Aires. Dirección electrónica: h.riquelmebrevis@gmail.com.

Introducción

El mundo laboral está condicionado por complejas relaciones que atraviesan las dinámicas cotidianas de los sujetos. Desde los lazos familiares, pasando por la satisfacción de necesidades básicas, hasta la composición espacial y el movimiento de las personas en un espacio geográfico particular, establecen las relaciones y las formas de vida en la sociedad.

Cada dinámica laboral es una respuesta al ser social de los sujetos. En una sociedad con marcadas diferencias de clase y en tensa relación con quienes representan el poder político, el territorio se torna símbolo de conflictos que trascienden lo coyuntural, pasando a constituirse como expresión de complejas interacciones que pretenden un delicado equilibrio en la estructura laboral.

La familia, tradiciones, vínculos sociales, solidaridades de clase, la unidad en función de la búsqueda de reivindicaciones y derechos se expresan a través de diversas formas, desde la ubicación espacial privilegiada en un sitio estratégico que permite ventajas comparativas a la hora de trabajar al aire libre, hasta la consolidación de una fuerza que pueda entrar en diálogo con el poder político.

Pero, más allá de esto, ¿Cuáles son las condiciones de mayor relevancia que signan la distribución de los trabajadores en un espacio público de trabajo? ¿Cuáles son las consecuencias sociales para la convivencia y la supervivencia de estos trabajadores? ¿De qué manera el conflicto y el poder prescriben la vida de los trabajadores en espacios abiertos como las ferias?

Son estas y otras inquietudes las que buscan ser analizadas a través de un estudio de caso. Se trata de un análisis sociológico mediante los trabajadores de la Feria de Pinto en Temuco, Chile, a través de una mirada a sus espacios de trabajo, la diferenciación social de acuerdo a la distribución espacial en dicha feria y las tensiones cotidianas que esta distribución y los conflictos con el poder político producen. Todo lo mencionado a través de la observación y la entrevista directa con los propios trabajadores, así como también la revisión exhaustiva del marco jurídico que los regula.

Por consiguiente, se contextualiza la situación de la feria a través de una revisión histórica de la misma. Posteriormente se definen las tipologías de feriantes que fueron seleccionadas en función de la observación, entrevistas y revisión documental. Luego se estudia pormenorizadamente la situación de los feriantes de acuerdo a la distribución espacial dentro de la feria, su estatus legal y las relaciones económicas para/con las autoridades. Además, se establece una relación entre cada tipología de feriantes, el poder político y la organización sindical.

Finalmente, se ofrecen las respectivas conclusiones y se exponen posibles líneas de investigación o nuevos campos para el oficio del sociólogo en directa relación con trabajadores formales e informales, en el marco de la dependencia con el poder político a través de la organización sindical.

Elementos teóricos constitutivos Migración rural y asentamiento urbano de la clase trabajadora

Durante la primera parte del siglo XX, Chile, al igual que la mayoría de los países de Latinoamérica, fue un país con una economía eminentemente rural, un proceso que marcó la generación de un aparato industrial incipiente. Posteriormente el país atravesó por una dinámica

de sustitución de importaciones, cambio que nace como respuesta estatal a la necesidad del fortalecimiento de la industria local y bajo el esquema de “crecimiento económico desde afuera”. Según Franco (2007), es un proceso que está acompañado con nuevas herramientas y elementos de producción, constituye para el Estado la única vía para acumular excedente y por ende crecer.

La relación Estado-economía, trajo aparejado una dinámica poblacional que se estableció mediante la migración del campo a la ciudad principalmente durante la década de los cuarenta. La clase trabajadora de Chile (específicamente los campesinos del centro del país) con la finalidad de satisfacer sus necesidades básicas como alimentación y las carencias materiales, se aventuraron en la búsqueda de nuevas alternativas laborales influenciados por la creciente idealización de una generación de renovadas expectativas de vida que podía encontrarse en la ciudad, debido al progresivo e incipiente auge económico experimentado en el país, lo que hizo de éste fenómeno un proceso generalizado en el territorio nacional. De esta forma paulatinamente se fue gestando en la ciudad un fenómeno de ocupación de los espacios públicos por parte de los trabajadores que decidieron “tomarse” la urbe para ejercer un oficio.

El hecho de ser mano de obra no calificada, junto con la absorción mínima por parte del sistema económico (ya que representa numéricamente mayor mano de obra que demanda de ésta), trae como uno de los resultados el nacimiento del sector informal, como salida a la desocupación laboral que se produce. Proceso que transformó la fisonomía de las ciudades, llevando consigo la paulatina pauperización de los trabajadores llegados recientemente a la ciudad. Si bien el proceso significó la exclusión económica y social para ellos, un importante sector de la población que no logra insertarse con éxito en la economía formal, consigue incluirse desde los márgenes que entrega la economía informal.

Los espacios públicos, empleados como centros de reunión de una masa desocupada, produjeron la necesidad política en las autoridades para normar y legalizar el uso del suelo y la obligación de regular el espacio y asignar a los trabajadores lugares específicos dentro de la ciudad.

Antecedentes históricos de la Feria Pinto

Los antecedentes sobre la construcción de la Feria Libre pueden rastrearse históricamente en el siglo XIX y parte del siglo XX, mediante el auge de la “Chingana”³, el cual era un espacio destinado al esparcimiento de la ciudadanía, donde se mezclaban elementos como; cantos, bailes, venta de alcohol, y prostitución, en definitiva, un ambiente de festividad. Gradualmente el espacio fue mutando para dar paso a la construcción y uso de la Fonda.

Con el transcurrir de los años se dan los primeros intentos por regularizar el uso de estos espacios. Documentos históricos dan cuenta que en Santiago de Chile, el político e historiador Benjamín Vicuña Mackenna en el año 1872, comenzará a normar la actividad y la ubicación de las fondas dentro del plano urbano, desplazándola a los márgenes de la ciudad. Es así como se comienza a consolidar la construcción de la feria como un espacio con una estructura que enmarca factores populares y de segregación espacial.

En términos históricos, la primera Feria Libre autorizada en el país, según Gabriel Salazar (2003), se origina en 1915 en la ciudad de Santiago, proceso que no estuvo exento de disputas sociales. Las problemáticas se desarrollaron cuando comienza la pugna por el control sobre El Abasto, lo que agudizó el conflicto entre los trabajadores informales (constituidos princi-

3 Término proveniente de la lengua quechua, chincana que hace referencia a un escondrijo-

palmente por regatones⁴) y los provenientes de organismos municipales y particulares. Una parte de la génesis del conflicto se produce debido a los intereses opuestos entre el sector privado y el monopolio municipal, este último insiste en no permitir el empoderamiento de aquellos que se instalarían en las Ferias Libres. Para Salazar (2003, p. 74) el conflicto se produce específicamente en la ciudad de Valparaíso debido a que:

“El hecho de que las mismas Ordenanzas de las Plazas de Abasto cambiaban continuamente las reglas que regían a los vendedores que no tenían pilastras o puestos en esas plazas. En Valparaíso, la Municipalidad -que no se planteó la posibilidad de establecer ferias libres- permitía a veces que esos vendedores instalaran puestos de venta fuera de la recova (puesto asignado a los feriantes para comercializar sus productos), siempre que estuvieran a “distancia de 300 metros en toda dirección de los mercados municipales, bien entendido que los mencionados puestos quedan sujetos las mismas obligaciones e impuestos que gravan a los que están dentro de los mercados”. Pero otras veces, aprobaba que “los vendedores ambulantes con canastos, a lomo de bestia o en carros, estarán exentos de toda contribución, siempre que no se fijen o detengan en un punto dado, y podrán expender sus mercaderías desde las nueve de la mañana hasta las seis de la tarde”.

Por otra parte, el despliegue realizado por las Ferias Libres, a raíz de su reconocimiento social, se vio patentado en la consolidación dentro de la planificación urbana en la gran mayoría del territorio nacional. En relación a la planificación puede sostenerse, como define Raymond Ledrut (1987, p. 122), que:

“[Es] considerada como el conjunto de medios que permiten dominar los fenómenos parciales, integrándolos en la totalidad urbana de tal manera que, a través de su integración, pueda dirigirse y moldearse convenientemente el porvenir de una ciudad. [Cabe señalar que este proceso] puede ser asunto de una instancia ajena y superior a la colectividad urbana cuyo destino está en juego o, por el contrario, ser realizada por agentes que pertenecen a esta colectividad y dependen de ella”.

En Chile, el fenómeno de la planificación urbana desde las Ferias Libres paulatinamente se fue expandiendo hasta llegar a la Región de la Araucanía⁵. Anterior a esta situación, el despliegue de las Ferias Libres en Temuco se generaba en lugares no específicamente definidos. Sobre los inicios de la feria hay pocos registros o documentos oficiales. No obstante, los feriantes con mayor tiempo dentro del lugar explican sus inicios con precisión. Tal es el caso de David García (2010), conocido como “Don David”, quien asegura que:

“La Feria ya comenzaba desde el año 1945 aproximadamente. Cuando empezaron en el Bandedjón número 1 a vender animales, faenados y vivos, y se fueron integrando otros que vendían verduras, cereales, y de a poco se fue armando la pérgola de las carnicerías, ese

4 Tipología de feriante que se utiliza para referirse a quienes trabajan al margen de la legalidad.

5 La Araucanía es una de las quince regiones, mediante la cual se organiza territorialmente a Chile, cuya capital es la ciudad de Temuco.

fue el primer bandejón que se estableció entre las calles Lautaro y Miraflores. Entre Miraflores y la Avenida Pinto estaba el terminal de buses rurales en el bandejón central, funcionaba en ese tiempo un Supermercado, funcionaba una curtiembre de cueros y más a la esquina habían bodegones, eso era lo que había más o menos, frente a la terminal de buses existía una ferretería y bueno por Miraflores la terminal Igi Llaima que era de gran flujo, y algunas residenciales que ya no están, que era lo que más afluencia tenía, pero la afluencia era muy grande en ese tiempo con la llegada de ferrocarriles, que llegaban con 30, 40 vagones, hoy llegan 3 y medio vacíos”. (CUADERNOS DE CAMPO, 14 Mayo. 2010).

La relación que mantiene la Feria Libre con el flujo permanente tanto de los habitantes de la ciudad como de sus visitantes, es vital para su funcionamiento. Décadas anteriores el ferrocarril hacia el enlace pero su desplazamiento, producto de los procesos de modernización, hizo que la terminal de buses rurales fuese vital para el flujo de circulación, algo que en la actualidad es el principal eslabón entre feriantes y compradores.

Los pobladores (o caseros), que mayoritariamente provienen de comunas aledañas a la ciudad de Temuco, procuran encontrar todo lo necesario en la feria, aspecto que ha condicionado la conformación histórica de una especie de vertiente geográfica que sostenga las transacciones de mercancías, y que al mismo tiempo da sentido a la ubicación geográfico-espacial producto de la cercanía con la Estación de Ferrocarriles y la terminal de buses rurales aledaños a dicha feria.



Fotografía 1. Bandejón n° 1. Calle Miraflores. Elaboración propia.

Otra visión histórica de la feria aportada por sus propios cofundadores es la de Rigoberto Soto (2010), llamado por los lugareños “Don Rigoberto”, que es feriante y líder sindical. Él explica las transformaciones que ha experimentado la feria durante el tiempo, desde la tipología de feriantes y su forma de trabajar, señala:

“Empezamos con el grupo, en esa época venía con manzanas de campo, con un saquito de manzanas, en el tren llegábamos, después con pollitos y así empezamos la feria [...] cuando venían aquí a trabajar, habían muy pocos buses, así que los trenes llegaban todos aquí, todos los ramales llegaban aquí [...] eso fue en el 1.958 [sic] por decir yo, más unas 20 personas y ahí se empezó a hacer el grupito y después los polleros se fueron y nosotros ingresamos al sindicato”. (CUADERNOS DE CAMPO, 12 Junio, 2010).

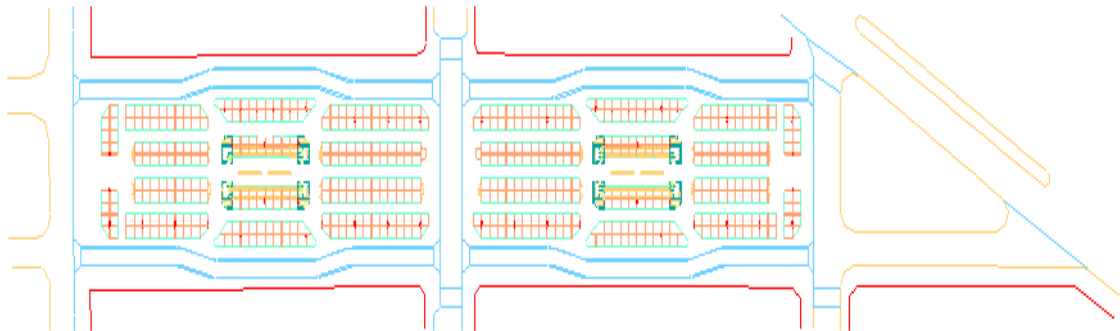
De este modo, La Feria Pinto se materializó como un espacio de venta de productos dentro de la configuración de la ciudad. Esto se fue gestando a través de un proceso entremezclado con fórmulas históricas y sociales, que fueron el punto de partida para la concreción de sus primeros antecedentes normativos alrededor del año 1968 en Avenida Aníbal Pinto, muy cerca de la Estación de ferrocarriles.

En relación a ello, un documento producido por una entidad estatal que define esta Feria Libre dentro del plano urbano (sector actual), es el emanado por la Municipalidad de Temuco y la Administración Comunal en el año 1983, el cual declara en el título 1: “se definirá por Feria Pinto de Avenida Pinto, el comercio que se ejecute en la vía pública, en días, horas y lugares que la Municipalidad autorice, entre, productores o intermediarios y consumidores” (1983)



Fotografía 2. Feriante informal con permiso (vendedor de “Mote con huesillo”) Elaboración propia.

Visualización geográfico-espacial de los bandejones 1 y 2 de la Feria Pinto Detalle de los bandejones 1 y 2 en el plano urbano



Fuente: Oficina de planificación, Municipalidad de la ciudad de Temuco.

Tipología de feriantes

a) Feriantes formales

Los feriantes formales, desde la construcción espacial de la Feria Pinto, están establecidos al interior de los bandejones 1 y 2, considerando además otros bandejones en vías de construcción y remodelación (bandejeón 3 y el bandejeón 7⁶).

Los feriantes formales, para tener el derecho a instalarse y vender en el lugar, deben coordinar con la instancia regulatoria diseñada por la autoridad municipal, la cual se encarga de otorgar permisos. Es por ello que el libro XIII de Ordenanza de las Ferias Libres y Ferias Artesanales del año 1994, párrafo I, artículo 545 sobre la solicitud de un permiso municipal para ejercer el oficio, señala: “los permisos para ejercer el comercio en las Ferias serán concedidos directa y personalmente por la autoridad municipal, tendrán un carácter netamente precario, intransferible e intransmisible, vale decir, no se puede transferir ni transmitir bajo ningún título”. Además, como elemento fundamental al momento de solicitar un permiso a la municipalidad, deben considerar las partes que “ningún concesionario podrá tener más de una concesión en una misma feria” (Libro de ordenanza XIII, 1994).

Al ser seleccionada una persona para trabajar dentro de la Feria Pinto, y una vez cumplidos los requisitos previos, se le asigna un lugar determinado dentro de los bandejones, con infraestructura y espacio pertinentes para desenvolver de mejor manera su oficio bajo los ordenamientos, normas sanitarias y otros aspectos que la ley estipule. Los rubros autorizados para el ejercicio de feriantes, según la Ordenanza Municipal, y el comercio estacionado y ambulante en bienes nacionales de uso público son: paquetería y confites, frutas y verduras, artículos de temporada, yerbería y plantas, plastificados y llaves, fotografía y lustrabotas.

b) Feriantes informales con permiso

Una segunda categoría para denominar a los trabajadores que tienen permiso, con la excepción de que carecen de un puesto establecido dentro de los bandejones de la Feria Pinto, es el denominado “comercio ambulante”. Se trata de toda actividad comercial o prestación de

6 A la fecha de hoy (enero de 2014) en funcionamiento.

servicios que ejerzan los feriantes en un bien nacional de uso público desplazándose permanentemente, mediante la utilización de elementos móviles o portátiles.

La diferencia con los feriantes formales es que estos cuentan con un permiso municipal pero su trabajo no lo desempeñan en un lugar fijo, es decir, un espacio con una infraestructura física necesaria con conexión a la red de agua y luz eléctrica.

c) Feriantes informales sin permiso

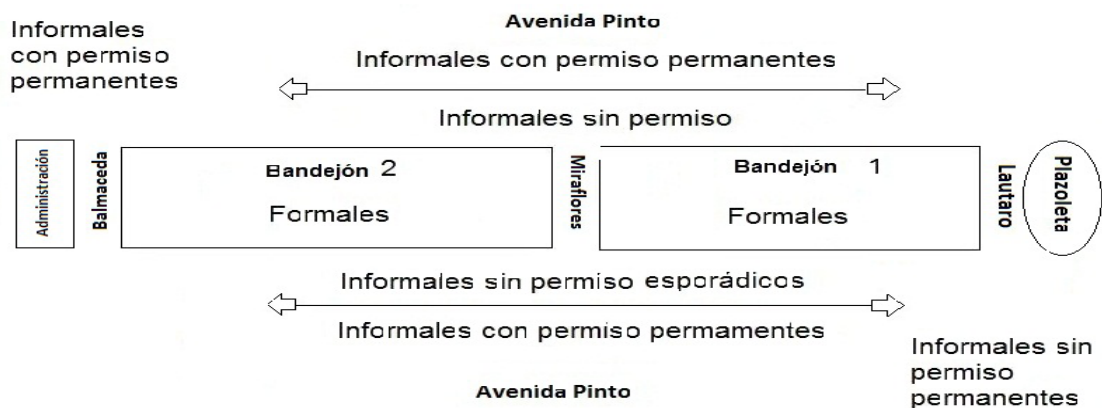
Dentro del contexto de las Ferias Libres el lenguaje coloquial de los feriantes denomina “cojeros” a aquellas personas que se ubican al final de la feria o en su periferia. Además esta denominación lleva implícito el hecho de que estos feriantes no cuentan con un permiso municipal correspondiente a la localidad donde se encuentra establecida la Feria Libre para ejercer la venta de productos.

Esta situación conlleva a efectuar actividades ilícitas dentro del contexto de la Feria Pinto ya que la legislación es explícita en señalar que: “queda terminantemente prohibido el comercio ambulante e ilegal al interior de la Feria y en todo el territorio de la comuna” (Artículo 538).

Ubicación espacial de los feriantes

En la Feria Pinto, la ubicación espacial de los feriantes ambulantes con permiso se presenta bordeando la Feria, lo cual conlleva a ocupar de mayor forma las intersecciones de las calles, acción que permite evitar el espacio comprendido por el sector de venta de ropas. Los informales sin permiso tienden a desprenderse de la periferia de los bandejones, prefiriendo las puntas externas y ciertos costados.

La siguiente imagen muestra la ubicación espacial de las tres tipologías de feriantes en la Feria Pinto de la ciudad de Temuco.



Fuente: elaboración propia.

Cuadro resumen que presenta la situación de los diversos tipos de feriantes en la Feria Pinto de la ciudad de Temuco.

Tipos de Feriantes Y Situación

	Estado legal dentro de la Feria	Establecimiento físico dentro de la Feria	Pago monetario de derechos al municipio
Feriantes formales	Con permiso	Puesto metálico	Con pago
Feriantes informales	Con permiso	Carro, triciclo o bolso transportable, con o sin movilidad constante	Con pago
Feriantes informales	Sin permiso	Sin puesto fijo, triciclo, movilidad constante	Sin pago

Fuente: elaboración propia.

Las relaciones sociales en la Feria Pinto

En el presente apartado se presenta un análisis del impacto que tiene la organización social y política de la Feria en la vida cotidiana de los feriantes. Por consiguiente, los elementos que operan como mecanismos de estructuración organizativa son: sindicatos, poder político y conflicto social.

Las distintas clases de feriantes construyen identidad de manera asimétrica debido a la ubicación espacial dentro de la Feria. Esto fomenta el establecimiento de relaciones dispares entre los distintos tipos de feriantes. Unos a otros se visualizan de manera antagónica y consideran su sector como prioritario.

Las formas para conceptualizar el espacio, parafraseando a Henri Lefebvre (1968), se asocian a cuatro aspectos: el primero reside en la cuestión numérica, “se puebla tardíamente de cosas, de habitantes y de “usuarios”, en la medida en que ese espacio demiúrgico tiene una justificación” posesionándolo cuantitativamente, otro aspecto es producto de la sociedad como consecuencia del trabajo y la división del trabajo, el tercero como espacio político en donde existen procedimientos en manos de un poder individual o colectivo. El cuarto, es dado como espacio reproducido, incluyendo todos los espacios en la urbanidad (ocio, educativos, etc.), la interpretación de Vázquez Romero (2009, p. 6) para la teorización de Lefebvre en relación a estos cuatro ejes, se da de la siguiente manera:

“Al presentar estas cuatro formas de cómo se define el espacio, el teórico asume que el espacio urbano, en ningún caso debe ser algo dado, como si fuese una dimensión a priori de la constitución espacial. Además, argumenta que el espacio urbano objeto de la planeación no es objetivo ni “puro”, no es un objeto científico y mucho menos posee un carácter neutral. Por lo tanto, las ciencias sociales que utilicen el espa-

cio en sus análisis deben dejar a un lado el concepto de espacio manejado por la física, ya que esto implica llevar a cabo un proceso rígido de la “forma espacial”, además de que posee un postulado implícito que lo asume riesgosamente como un espacio apolítico. Para él, el espacio social es conceptualizado como una compleja red de relaciones sociales, sustentadas por una jerarquía de clases sociales y un modo de producción dominante. Su producción implica así, dentro de muchos aspectos una práctica de la vida cotidiana, con tintes dialécticos. A la par productos y producción, ocupan un espacio social generado a través de ellos e inversamente. El carácter social del espacio, por tanto construido, se aleja exponencialmente de la idea de un espacio dicotómico sociedad/naturaleza”.

La interacción entre los tres tipos (formales, informales con permiso, e informales sin permiso) se origina desde el principio del poder político, y el eje vector se centra en la posición de los sindicatos, como medio articulante y socializante de problemáticas. Remitiéndonos a Humberto Valenzuela (2008), los sindicatos son los encargados de regular los procesos de conflicto en la sociedad capitalista, organizar a los sujetos que lo componen, y reivindican principalmente aspectos de carácter económico. No obstante, Emilio Recabarren (1922) define la existencia de seis tipologías de sindicatos: “mutualista, católico, amarillo, autónomo, pseudo-revolucionario y revolucionario”.⁷ Para el caso de la feria destacan el “autónomo” y el “pseudo-revolucionario”.

El poder político, que se sustenta en los sindicatos como medios de regulación, ocupa una posición de orden conciliador de los intereses opuestos. Sánchez Vázquez (1983) se refiere al proceso de orden, como un proceso de intereses opuestos entre grupos que luchan por el control social. No obstante, los segmentos de feriantes se componen de forma “pluriclasista”, clase media (feriantes formales e informales con permiso) y clase subalterna (informales con permiso e informales sin permiso), que finalmente entran en la lucha política por el control espacial.

El conflicto, como eje que atraviesa la organización sindical de los feriantes, se reproduce a partir de las condiciones laborales, condiciones que están asociadas tanto a la posición espacial, como a las formas de relacionarse socialmente con el resto de sus pares. El conflicto, al producir y reproducir relaciones sociales basadas en antagonismos, se sostiene desde la tipología de feriante (la cual responde a su ubicación espacial). El conflicto es comprendido como las acciones que ejercen los sujetos para aventurarse en la búsqueda de soluciones ante problemáticas de opresión que los atañen, de esta forma adquiere las siguientes características: la generación de conflicto (intensidad), y la caracterización del oponente u otro (identificación del otro para desatar conflictos). Por consiguiente, se comprende el conflicto en dos niveles:

-Generación de conflicto: Nivel alcanzado en el desarrollo de las problemáticas que atañen a los feriantes, este nivel se relaciona con la intensidad del conflicto. La intensidad es medida en el plano objetivo y/o subjetivo. Por lo cual, la generación de conflicto se encuentra en la realidad cotidiana de los feriantes en donde se producen “roces” con otros feriantes, en el marco de las relaciones laborales.

-Identificación del grupo antagónico: Se comprende en el plano de las prácticas según

7 Recabarren, Emilio. (1922). El sindicalismo. La Federación Obrera. “Los demás sindicalismos (respecto al sindicalismo revolucionario) son indefinidos y viven de las promesas que les hacen los patrones, o de pequeñas e ilusorias mejorías que en realidad no mejoran la situación de los obreros”.

el tipo de feriantes (formales, informales con permiso e informales sin permiso). Los diferentes tipos de feriantes se identifican unos a otros como los causantes de problemáticas desarrolladas en la feria, esta identificación es entendida como uno de las principales formas de conflicto entre los tipos de feriantes que conforman la Feria Pinto de Temuco.

Respecto a la percepción que tienen los feriantes de los orígenes del conflicto. La constante demuestra que las problemáticas son con las otras tipologías, no así con su sector.

Aspectos metodológicos

El artículo aborda el caso de la Feria Pinto de Temuco durante los meses de abril a noviembre del año 2010. Para ello se realizaron varias fases, la primera consistió en la revisión documental de todo lo relacionado a la feria en dos frentes; la revisión hemerográfica y la revisión documental, que también incluyó una mirada sobre el corpus jurídico que regula este espacio de trabajo.

Posteriormente se procedió a observar la distribución espacial de la feria y, de acuerdo a la fase anterior se logró establecer las tres principales tipologías de feriantes. Después de esta fase, se inició el proceso de entrevistas semiestructuradas a sujetos pertenecientes a cada una de las tipologías determinadas. Para cada tipología, a modo de muestra, fueron entrevistados 8 sujetos de estudio, y 1 administrador de la Feria Pinto esto da un total de 25 sujetos entrevistados. A efectos prácticos cada sujeto se identificará con una letra que indica la palabra Entrevista y un número, esto es: E-1 Administración de la Feria Pinto, E-2 y E-10 formales con permiso, E-7 Informal con permiso, y E-4 informal sin permiso.

A continuación se exhiben breves fragmentos que ejemplifican la opinión de cada sector en relación al estado de las cosas en la Feria.

E-1, proporciona los primeros indicadores cuantitativos de la existencia de sindicatos en la Feria.

“Por el tiempo que llevan conocen a toda la gente, acá en la feria hay 18 sindicatos, y los más grandes son en el bandejón número 1 y el bandejón número 2. El bandejón número 1 tienen más gente, debe tener alrededor de 700 personas, como socios, es prácticamente dos bandejones enteros de la feria, son los que tienen más peso para tomar decisiones”. (CUADERNOS DE CAMPO, Septiembre 7, 2010).

En relación a lo anterior, E-1 narra la fiscalización que ejercen los formales hacia los posibles interesados en instalarse con un puesto al interior de los bandejones. Esto queda detallado de la siguiente forma:

“Es complicado, los sindicatos tienen más afianzado el sector, tratan de tener siempre la gente que es conocida de la feria y la gente de aquí de Temuco, que quiere tener un puesto es complicado porque ya conocen si alguien tiene otro puesto, donde trabaja, donde vive. Se averigua por aquí, por allá”. (CUADERNOS DE CAMPO, Agosto 5, 2010).

En relación al sistema familiar hermético de los feriantes formales de la Feria Pinto, E-1 expresa sobre los espacios controlados lo siguiente:

“Es poca la gente que ingresa dentro de los bandejones... nueva. Trata de mantenerse a la misma gente y los mismos sindicatos se ha tenido siempre y ha solicitado eso a la municipalidad de que se consiguiera gente de aquí de la feria, de los mismos sectores conocidos”. (CUADERNOS DE CAMPO, Septiembre 7, 2010).

E-10 identifica en los sindicatos el elemento catalizador para el establecimiento y desarrollo de la Feria Pinto, esto queda expresado en de la siguiente manera:

“Claro, nosotros fuimos por sindicato, organizándonos, como sindicato y trabajando por nuestros colegas para poder tener una feria establecida y un local digno de trabajo [...] Los sindicatos fueron los que promovieron y dieron la idea de cómo podían establecerse los feriantes en la Feria Pinto”. (CUADERNOS DE CAMPO, Abril 20, 2010).

Por otra parte E-7, feriante informal con permiso, expresa la composición del sindicato en el cual está afiliada, narrando lo siguiente:

“Armamos este sindicato para ayudar a la gente para que no la pasen a llevar para que sepan, también, las autoridades de que nosotros también sabemos defendernos y porque antes la gente cada una arrancaba por su lado y ahora no, por el hecho de que estamos en el sindicato nosotros ya tenemos la inspección del trabajo que nos apoya, nos ayuda entonces ya sabemos qué no estamos solos, en esto no estamos solos. Así que es bueno para ayudar a la gente”. (CUADERNOS DE CAMPO, Junio 14, 2010).

E-1 también visualiza en las familias de los feriantes formales un sistema hermético de traspaso generacional-familiar, para ello expresa lo siguiente:

“La feria no es asunto de bajos recursos, es una parte donde vienen a trabajar y les va bien, el que quiere subsistir se puede manejar, nosotros vemos la cantidad de mercadería que mueven diariamente y es harta. Acá cada puesto debe mantener un mínimo de dos familias, generalmente está la mamá que vive con los hijos e hijas y después aparece la hija que quiere un puesto y adquieren un puesto de la gente que está muy mayor y se quiere retirar por motivos de salud, y no tienen hijos, entonces se queda entre la gente de la feria [...] aproximadamente la mitad de la gente que está en la feria son familiares”. (CUADERNOS DE CAMPO, Septiembre 7, 2010).



Fotografía 3. Triciclo de feriante. Elaboración propia.

Respecto a la percepción que tienen los feriantes de los orígenes del conflicto, la constante demuestra que las problemáticas son interpretadas como acciones derivadas de las otras clases de feriantes, pero nunca de la propia. Esto queda expuesto a partir de la percepción que da E-2 en su condición de feriante formal, respecto al grado de conflicto

“Con el comercio ambulante, estacionado, que hay, no tenemos mayores problemas por la sencilla razón que son parte de la feria también, hay muchos colegas que también han sido como nosotros que hoy día trabajan ahí como nosotros adentro [sic]. Que haya locatarios, es decir, que existan trabajadores sin permiso es problema de la municipalidad, los trabajadores sin permiso son el problema”. (CUADERNOS DE CAMPO, Agosto 16, 2010).

La percepción del nivel de desarrollo de las problemáticas que atañen al conflicto la explica E: 4, como feriante informal sin permiso. Esta se refiere a la situación de los feriantes informales sin permiso para acceder a su actual condición laboral. Se percibe la construcción de un estado anterior que generó su actual condición:

“Hemos luchado pero no se nos ha dado la oportunidad, por eso es que ahora estamos aquí luchando porque de aquí de la calle igual se nos va a sacar y no sabemos cuándo, irnos a un lugar más fijo y estable”. (CUADERNOS DE CAMPO, Agosto 11, 2010).

E: 7, siendo feriante informal con permiso, sostiene que el nivel de conflicto se origina en el plano de la fiscalización por parte de administración, lo que se concreta en los feriantes esta-

blecidos, sin plasmar esta fiscalización a los informales sin permiso, señalando:

“De por si a las 6 de la tarde no puede haber una [...] y nos dan 10 o 15 minutos, después de las 6 tenemos que tener tapados los puestos pero nos fiscalizan a nosotros que tenemos permiso pero el que no tiene permiso puede trabajar hasta la 8 o 9 de la noche. A veces no los retan, no los echan. Entonces eso también es una competencia para nosotros porque el que no tiene permiso puede trabajar hasta tarde y porque nosotros que tenemos permiso no podemos trabajar hasta tarde”. (CUADERNOS DE CAMPO, Agosto 15, 2010).

Otro punto de conflicto se genera en cuanto a la gestión administrativa, específicamente en el cobro de impuestos, E: 7, feriante informal con permiso, visualiza este cobro como un factor determinante en la generación de grados de conflicto, refiriéndose a los feriantes formales de la siguiente manera:

“Es que la pelea con ellos es casi más porque nosotros estamos en la calle pero al final estamos pagando más que ellos [...] A nosotros nos sale por \$7.000 mensuales [...] ellos como \$40.000 cada seis meses. Entonces nosotros pagamos más que ellos y además nosotros estamos en la calle y la pelea con nosotros es porque estamos en la calle [...] No hay puesto, eso lo tienen los dueños, adentro de la feria no hay puesto para nada, está todo ocupado, adentro de la feria no hay donde poner gente, por eso habremos [sic] muchos en la calle, porque realmente no hay puesto, qué más quisiera que estar adentro de la feria, sea como sea hay un techo. Aquí estamos a la intemperie, entumiéndonos [sic]”. (CUADERNOS DE CAMPO, Agosto 29, 2010).



Fotografía 4. Corredor al interior del bandejón n° 2. Elaboración propia.

Discusión de resultados

Para comenzar la discusión, cabe señalar que el elemento central que genera el conflicto entre las tipologías de feriantes reside en las divisiones por grupos, cada grupo identifica al otro como el generador de los conflictos en el espacio de la feria. En la década de los sesenta no existía de manera mayormente pronunciada la división, lo cual generaba una masa más o menos homogénea de feriantes. La división que impera en la actualidad data de la década de los ochenta, proceso que fue principalmente impulsado por la municipalidad.

Respecto a los feriantes que hoy poseen la categoría de “feriante formal”, cabe señalar que el proceso se originó desde una informalidad legalizada, es decir, del pago de la cuota diaria-mensual a la ocupación de los puestos formales, la división se generó (entre otros factores) producto de la supremacía familiar y espacial del territorio de la feria por parte de unos por sobre otros. Por ejemplo, existen entrevistados que señalan la costumbre del traspaso de puestos comerciales de los feriantes formales hacia sus consanguíneos, reproduciendo mediante la herencia, la condición de feriante formal.

Los feriantes informales con permiso se han visto relegados a la periferia de los bandejones 1 y 2, situación que se asocia a la nula capacidad de ocupar lugares al interior de los bandejones producto de la saturación del espacio. El municipio, en su afán de buscar un equilibrio en la Feria Pinto, ha construido nuevos bandejones desde comienzos de la década del 2000.

Por otro lado, los feriantes informales con permiso han logrado la legalidad a través de la iniciativa del municipio entre los años 2004-2008. Estas iniciativas formaron parte de las acciones del gobierno local de Francisco Huenchumilla, quien interpretó en esta tarea una solución a los problemas de ubicación espacial e ilegalidad de los feriantes informales. La condición de los feriantes informales sin permiso responde a la normalización política y económica que efectúa el municipio hacia la Feria Pinto.

Por otra parte, las relaciones de poder se materializan en las funciones que desarrollan los sindicatos. Las demandas y las formas de organización política de las feriantes se construyen en relación a la versatilidad permitida por el medio sindical. Existe autorregulación y control espacial desde los sindicatos hacia la feria.

La hegemonía⁸ de los sindicatos de los feriantes formales hacia el resto, condiciona el funcionamiento espacial tanto por ser el eje matriz, como por su condición preferencial. Es abiertamente reconocido por los feriantes que ante cualquier problemática en la cual se encuentren envueltos, recurren al sindicato de afiliación para expresar su malestar (problemas con sus pares, regulación de permisos, denuncia de comercio informal, etc.).

Los sindicatos, siguiendo a Poulantzas (1978), operan como mecanismos de poder desde la práctica, no como una organización político-social de creación reciente, más bien acompañan la historia de los feriantes en el sector Balmaceda⁹.

El conflicto presente entre los feriantes de los bandejones 1 y 2 y los feriantes informales con permiso y sin permiso, se concreta a partir de la distribución espacial que condiciona el modo de vida y la diferenciación en términos principalmente económicos. El conflicto se

⁸ Para Antonio Gramsci (1970) el concepto de hegemonía, grosso modo, se refiere a los procesos políticos y culturales que inciden en el control social y económico de un grupo social sobre una serie de grupos subordinados.

⁹ Espacio constituido entre las calles: Balmaceda, Las Heras, Prieto Norte, Lautaro. Sector noreste de la ciudad de Temuco.

comprende, en términos materiales y simbólicos, a partir de las impresiones, comentarios y acciones de los feriantes entre sí. Ejemplo de ello es la impresión que tienen los feriantes formales hacia los feriantes informales periféricos de los bandejones 1 y 2. Si bien la afirmación de que “todos tienen derecho a trabajar” es reiterada constantemente, se presenta una contradicción al momento de definir el cómo, cuándo, y dónde deben llevar a cabo su labor, ya que están conscientes de sus pérdidas económicas, asociándola a la existencia de feriantes informales con y sin permiso.

Respecto a los feriantes informales con permiso, se puede sostener que identifican como raíz constitutiva de conflicto la existencia de feriantes formales, ya que según ellos ostentan el control de la Feria Pinto, desplazando de esta forma al resto de los feriantes periféricos, y a su vez, producen una perspectiva antagónica hacia el grupo de feriantes formales de los bandejones 1 y 2. Por esta razón interpretan que estos son los causantes de los problemas que atañen a los feriantes informales periféricos. Estos problemas serían: el pago mensual de una cuota para lograr ejercer su labor en comparación con el pago realizado por los feriantes formales para ejercer su labor¹⁰. Otra causal sería la carencia de puestos establecidos con los servicios pertinentes, es decir, agua, luz, techo y seguridad, lo que genera desigualdad en las condiciones laborales.

Los informales con permiso también visualizan en el grupo de los informales sin permiso grados de conflicto que se desencadenan debido a la escasa fiscalización a partir del cierre diario de la jornada laboral. Los feriantes informales con permiso manifiestan que los feriantes informales sin permiso, por el hecho de no estar regulados, extienden su jornada laboral, aspecto que perjudica directamente la venta de productos de los primeros.

En relación a la administración de la Feria Pinto, se puede señalar que comprende el conflicto a partir de la cuantiosa entrega de permisos municipales hacia los feriantes informales sin permiso, lo cual se explica debido a que la Municipalidad no ejecutó un previo catastro de los posibles feriantes beneficiados, tampoco un ordenamiento equitativo del espacio.

Los feriantes informales sin permiso identifican como el grupo antagónico principal a los feriantes formales y la municipalidad. Los feriantes informales pasan a ser competencia directa debido a que realizan ventas a menor costo, produciendo a la postre mayor malestar por parte de los feriantes formales. Por consiguiente, el Municipio es identificado como un grupo antagónico por el hecho de que este dispone de un aparato fiscalizador constante, conformado por inspectores y carabineros.

El rol de alcalde es considerado como otro factor de conflicto por parte de la mayoría de los feriantes (independiente de la tipología), ya que este dispone de una reorganización que no contemplaría la integridad del comercio ambulante, lo cual deja entrever el conflicto latente entre ambas partes.

A modo de cierre

El trabajo ha dado luces respecto a las relaciones sociales que se originan desde la distribución espacial de la Feria Pinto. Los feriantes, al permitirnos ahondar en sus experiencias cotidianas, visión de mundo y formas de concebir la feria tanto en lo histórico, económico, y social, como en las formas de relacionarse políticamente con sus pares, dieron cuenta de la

¹⁰ El feriante formal paga 2 cuotas de \$38.000 chilenos aprox. anual, lo que hacen un total de \$76.000 chilenos (135 USD aproximadamente), mientras que los feriantes informales con permiso pagan una cuota mensual de \$7.000 lo que hace una sumatoria anual de \$84.000 (150 USD aproximadamente).

posición espacial que los agrupa en la Feria y, que a su vez, los condiciona y diferencia/unifica respecto a las otras tipologías de feriantes.

Cabe señalar que el elemento articulante de las relaciones sociales entre los feriantes, se origina desde la centralidad que presenta la ubicación de los bandejones 1 y 2 para/con el resto de la feria. Esto es una expresión más del ordenamiento espacial y la planificación urbana de la ciudad, y supone la aparición de una problemática de corte político-espacial.

El trabajo de feriante, junto con la aparición de nuevas tipologías (informal sin permiso) contiene dos ejes: la necesidad del trabajo como condición inherente de la estructura social, y la precarización laboral como consecuencia de la hegemonía del libre mercado en la sociedad neoliberal. No es casual que las mayores reestructuraciones que se dieron en la Feria Pinto se generaran en la década de las ochenta, en pleno auge de la dictadura militar, ya por ese entonces la necesidad del sustento económico familiar y la escasa oferta laboral hicieron incrementar el número de feriantes informales y/o coleros, constante que se agudizó con el pasar de las décadas y que en la actualidad se sigue experimentando.

La región de la Araucanía posee elevadas tasas de desempleo y pobreza¹¹, lo que permite que este tipo de prácticas continúen y limiten la capacidad de regulación por parte de las autoridades. La Feria Pinto, al competir directamente con el mercado moderno, no escapa de los métodos de especulación económica, pero si deja entrever el trato humano entre el vendedor y el comprador, manteniendo, Según García Canclini (2002) ciertos códigos culturales y formas alternativas de diálogo entre sus trabajadores, los sindicatos y el conocimiento que se tiene de los compradores (caseros), aspectos que operan como indicadores socioculturales particulares.

El burlar y subvertir las normas legales se presenta como una práctica inherente, cotidiana, y primordial para el sustento familiar, puesto que los feriantes que operan desde la ilegalidad se constituyen como un sector amplio que a la postre, mediante el oficio de feriante, permite generar un sustento económico basal para las familias de estos desde una práctica ilícita y difícil de controlar por parte de las autoridades ya que la resistencia de los y las jefes de hogar es aguerrida. No solo está en juego la actividad laboral, más bien la subsistencia de ellos y sus familias son determinadas por el ejercicio del oficio.

En el presente trabajo se identificó que el espacio de la Feria es regulado y reproducido a partir dos aspectos. El primero, desde el ordenamiento municipal que responde a la recuperación histórica de los feriantes desde la década de los cuarenta¹², y el segundo, mediante la introducción de nuevas tipologías de feriantes, que obligan a las autoridades a una reestructuración del espacio.

Las Ferias Libres, como residuos del capital que han sabido sobrevivir al vaivén del libre mercado, han logrado mantener algunas de sus intrínsecas relaciones económicas y culturales, son espacios concurridos por una gran cantidad de ciudadanos. Si bien los feriantes no tienen mayor memoria del pasado de las ferias, que según Salazar (2003) datan por más de dos siglos, la construcción de la historia presente se percibe como necesaria, y el relato

11 En la región de la Araucanía la pobreza alcanza un 27.1% aprox. (mayoría nacional). Mes de Julio 2010, CASEN (Encuesta Caracterización Socioeconómica Nacional). En la región de la Araucanía el desempleo alcanza un 9% aprox. (el mayor del país). Mes de Octubre 2010, INE (Instituto Nacional de Estadísticas).

12 Las demandas por espacios de trabajo obligaron a las autoridades de los años cuarenta hasta las actuales, a incluir la Feria como un elemento más dentro de la lógica formal de la ciudad. Evidentemente esta relación (ocupación de espacios-naturalización legal) se da en todo orden de cosas, la demanda de los ciudadanos obliga a la inclusión de los espacios en disputa en la planificación urbana.

es una útil herramienta, en el cual asoman sus condiciones labores, conflictos¹³ y formas de percibir la cotidianeidad feriana.

Por una parte, se comprobó que la organización sindical se presenta fragmentada y jerarquizada según la ubicación espacial. Esto se traduce en la convivencia de sindicatos con mayor poder político (feriantes formales), y con menor poder político (feriantes informales). La relación de poder está directamente condicionada por la ubicación espacial dentro de los márgenes de la Feria, lo que hace que la lucha por derechos y reivindicaciones ante el poder constituido se torne de alta complejidad.

Y por otra, cabe señalar que los conflictos producidos por el control espacial entre los feriantes a su vez provoque un desplazamiento simbólico de los verdaderos problemas que enfrentan los feriantes: la falta de empleo y la precarización laboral. El objeto central es la carencia de políticas sociales vinculadas con la generación de empleo y condiciones dignas para ejercer el oficio, principalmente desde los feriantes informales. La pobreza, la exclusión y la precarización de la región son causas, y no consecuencias de la situación general de la Feria Pinto.

Finalmente, es necesario destacar que introducirnos en la experiencia vital de los feriantes, abrió un surco en relación a las representaciones sociales que dan vida a estos espacios de patrimonio cultural, del cual emanan elementos del folclore, la ideología, la economía, las formas visuales, la vorágine, disputas laborales, y la conformación espacial. Aristas que abren nuevos campos para continuar con la investigación de los fenómenos urbanos desde las humanidades y las ciencias sociales.

Bibliografía

ANDER-EGG, Ezequiel. *Técnicas de investigación social* (24^a Ed.). Buenos Aires: Lumen, 1995.

CASTELLS, Manuel. *La cuestión Urbana*. Madrid: Siglo XXI, 2004.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas populares en el capitalismo* (6^a Ed.). México D.F.: Grijalbo, 2002.

FRANCO, Rolando. *La FLACSO clásica (1957-1973). Vicisitudes de las Ciencias Sociales latinoamericanas*. Santiago de Chile: Catalonia, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Antología*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

KETTER, Lucia. . *Culturas de mercado, rutinas de vida*. Temuco: Universidad de la Frontera, 2007.

LEDROUT, Raymond. *Sociología urbana* (3^aEd.). Madrid: Instituto de estudios de Administración Local, 1987.

13 Los sindicatos y el poder político se estructuraron en el trabajo como base transversal que regula las relaciones sociales en la Feria Pinto. La existencia de los sindicatos produce cuotas de poder diferenciadas entre cada tipología de feriantes, lo que permite reproducir pautas culturales y económicas de la sociedad capitalista y llevarla a un contexto laboral particular.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política*. El derecho a la ciudad II. Barcelona: Península, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1978.

SALAZAR, Gabriel. *Ferías libres: Espacio residual de soberanía ciudadana*. Chile: Sur, 2003.

TAYLOR, S. J., y BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Madrid: Paidós, 1987.

VALENZUELA, Humberto. *Historia del movimiento obrero chileno*. Santiago de Chile: Quimantú, 2008.

Proyectos de Ley y otros similares

Proyecto de Ley. Boletín N°3428-06. Mensaje 62-350. Chile.

Boletín N°3428-06. Mensaje N° 62-350. Chile.

Libro XIII. Ordenanza de las ferias libres y ferias artesanales. Párrafo primero, De las Ferias Libres.

Ordenanza de Derechos Municipales N° 2, año 1993. Actualización según ordenanza N° 001. [Consulta: 2010, Agosto 07].

Ordenanza municipal para el comercio estacionado y ambulante en bienes nacionales de uso público (Chile) [Transcripción en Línea]. Ordenanza N°001. 2005. [Consulta: 2010, Agosto 29].

Una Primera Persona Que Es Colectiva Y Subalterna: La Importancia de las Epistemologías Feministas y Los estudios Postcoloniales para Pensar la Investigación Social

Gabriela Bard Wigdor¹

Resumen

En el presente artículo, problematizo la posición del sujeto que investiga a través de la epistemología feminista y de los estudios postcoloniales, considerando que estas epistemologías y teorías, se apartan del sesgo androcéntrico del conocimiento dominante y cuestionan la hegemonía del hombre blanco, propietario y heterosexual en el saber científico. En ese sentido, reflexiono: en un primer momento, sobre el conocimiento que en este contexto se produce acerca de los sectores subalternos y sus potencialidades emancipadoras; para luego, coincidiendo con estas miradas, destacar la necesidad de vigilar constantemente la posición epistemológica-política en la investigación y en la urgencia de abandonar la “tercera persona” de los discursos científicos.

Palabras claves: epistemología Feminista, estudios postcoloniales, investigación, sectores subalternos, conocimiento científico.

Abstrac

In this paper, I problematize the research subject position through feminist epistemology and postcolonial studies, considering that these epistemologies and theories deviate from the dominant androcentric knowledge and dispute the hegemony of the white man, owner and heterosexual in the scientific knowledge. In that sense, I reflect: at first on the knowledge that in this context occurs about subaltern sectors and their emancipatory potentiality; for then, coinciding with these looks, highlight the need to constantly monitor the politic-epistemological position on the research and in the urgency to leave the “third person” of scientific discourse.

Keywords: Feminist epistemology, postcolonial studies, research, subaltern, scientific knowledge.

¹ Becaria de CONICET, Doctoranda en Estudios de Género y Magister en Trabajo Social con Mención en Intervención. Licenciada en Trabajo Social por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

Introducción

Para empezar, quiero caracterizar la posición social, económica, política y cultural desde donde construyo y pongo a consideración este artículo; ya que es importante saber por qué elijo trabajar acerca de las epistemologías feministas y los estudios postcoloniales. En primer lugar, como mujer latinoamericana, siempre me ha interesado poder comprender y explicar las diferentes desigualdades por las que he atravesado a lo largo de mi no tan larga vida. Desde tratos discriminatorios y violentos, hasta asimetrías en el uso de la palabra en reuniones políticas, mi vida, las de las mujeres en general y otros sujetos subalternos, esta signada de desigualdades de poder respecto a los varones, que merecen ser estudiadas, denunciadas y combatidas.

En segundo lugar, no puedo dejar de señalar que me encuentro en una posición favorable respecto a otras mujeres, ya que soy blanca, heterosexual y universitaria, lo cual me coloca en una situación de poder al compartir ciertas características esperables para el estereotipo de sujeto hegemónico. Frente a esta situación, intento ejercer una vigilancia epistemológica permanente en las investigaciones sociales que llevo adelante.

En ese sentido, si bien no me siento parte del “feminismo academicista”, hay que señalar que esa visión esta internalizada en mí y en feministas que producen conocimiento desde la academia, lo que genera muchas veces, incluso sin darnos cuenta, que adoptemos una posición colonizadora de las voces e historias de las mujeres de sectores populares, de las negras, las chicanas, musulmanas, etc. Por lo que ha sido un problema central para mí, buscar describir las desigualdades que las mujeres sufrimos y a su vez, las asimetrías que otras mujeres sufren a razón del género pero también de la raza, clase, origen geográfico, etc. con las herramientas que las propias teorías dominantes han fabricado. Así, las teorías en que la ciencia hegemónica nos ha adoctrinado, las categorías masculinizadas que nos ofrece, son claros obstáculos para tener voz como mujer y latinoamericana o para producir saberes acerca de eso otros colectivos invisibilizados en la historia oficial.

En ese orden, son los estudios postcoloniales y feministas quienes frente a la ciencia hegemónica, el control de las teorías y las maneras dominantes de nombrar el mundo, construyen conocimiento y se esfuerzan por denunciar el sesgo colonizador y androcentrico² del saber hegemónico. Reclaman visibilidad y voz para los sectores subalternos, el derecho de estos a la autoridad en el saber, fundado en la propia experiencia o visión de mundo.

De allí, en el presente artículo desarrollo los estudios y corrientes epistemológicas que reflexionan acerca del lugar que las teorías ocupan en los procesos de colonización o de emancipación; la posición de los sectores populares y la “otredad” en el conocimiento científico y sobre todo, propongo repensar la posición que construimos-asumimos desde el género y en relación con “otros/as” en la investigación. Así, los estudios postcoloniales, reflexionan acerca de la subalternidad y adoptando una perspectiva subalterna, presentan una gran diversidad de líneas teóricas y posiciones políticas que generan polémica, al centrar el debate que creo fundamental, sobre la colonialidad del saber. La colonialidad, es uno de los elementos constitutivos del saber científico hegemónico y del patrón mundial de acumulación capitalista. Como dice Quijano (2007), se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo, que opera en cada plano, ámbito y dimensión material, social y subjetiva de la cotidianidad.

² El androcentrismo es la visión del mundo que sitúa al hombre como centro de todas las cosas. Parte de la idea de que la mirada masculina es la única posible y universal, por lo que se generaliza para toda la humanidad, invisibilizando otros géneros.

En ese sentido, los/as teóricos/as del llamado Tercer Mundo o del Sur, han cuestionado la producción de conocimiento desde países y teóricos centrales que aunque se dicen críticos, continúan perpetuando una epistemología imperial, que construye una “crítica eurocéntrica del eurocentrismo”, que mira desde el Norte como objeto de estudio a quienes están situados en el Sur. Es por eso, que en este artículo, se toma la tradición de pensadores latinoamericanos/as y de otras partes del mundo que descolonizan a los estudios postcoloniales, mostrando que Latinoamérica y el resto de los países periféricos han generado sus propias categorías auto reflexivas.

En un segundo momento, presento las epistemologías feministas, también atravesadas por las discusiones entre centro-periferia, representadas en el debate que se da entre el feminismo blanco y europeo, con el feminismo latinoamericano y no hegemónico. Este último, es el que alimenta mis reflexiones, sin perder de vista los aportes teóricos que el primero también ha realizado. Así, las epistemologías feministas, se preguntan por el carácter androcéntrico y binario del conocimiento científico, intentan deconstruir tanto la mirada que se tiene acerca del/la sujeto/a de estudio, como la posición que construye el/la investigador/a en el proceso de investigación, señalando que la trayectoria personal y colectiva de este/a, influye inevitablemente sobre los resultados del proceso investigativo y que lo más ético es hacerlo evidente.

Finalmente, en el último apartado, reflexiono sobre la contribución de los estudios postcoloniales y las epistemologías feministas a los procesos de emancipación de los sectores subalternos, al denunciar e intenta transformar la hegemonía del occidente imperialista y sexista sobre el conocimiento científico.

Los estudios poscoloniales o subalternos

*“Si el sujeto subalterno pudiera hablar
es decir hablar en una manera*

que realmente importara

ya no sería subalterno”

— **Beverley**

Los estudios postcoloniales tienen como antecedente los procesos descolonizadores del Asia y África, en las fuertes inmigraciones de los países periféricos a las potencias y en el nacimiento de movimientos nacionalistas del llamado “Tercer Mundo”. La institucionalización de los mismos se da en los años 80, a través de las teorías Postcoloniales en las universidades de Inglaterra y los Estados Unidos, por teóricos provenientes de otros países como el palestino Edwar Said, los latinoamericanos Walter Mignoldo y Anibal Quijano, indias/os como Gatarý Spivak, Hommi Bhabha y Ranahid Guha, entre otras/os.

Desde sus primeros momentos, el postcolonialismo busca generar teoría desde los territorios ocupados durante todo el período colonial³ y producir prácticas contra-hegemónicas, que puedan contrarrestar los saberes que producen las potencias. En estas corrientes, la posición de quien investiga en ciencias sociales y la relación de este con los/as sujetos-objetos de esas investigaciones, cuando son sectores subalternos, es puesta en cuestión. También, el modo de construcción del conocimiento, las razones y consecuencias que este tiene para los

3 Según Anibal Quijano (2007), la colonialidad es una estructura de dominación y explotación que se inicia en el colonialismo, pero que se extiende hasta hoy día a través de diferentes fenómenos: las dicotomías entre superiores, dominantes, europeos; e inferiores, dominados, no europeos; la naturalización del control eurocentrado de territorios y de sus recursos, la relación colonial en base al capital-trabajo que da lugar a clases sociales diferenciadas y distribuidas por el planeta. También, la colonización a impacto en las relaciones intersubjetivas y culturales, como en la producción del conocimiento y el propio cuerpo a través de las sujeciones de género.

grupos abordados. Como denuncia la siguiente cita de Fanon (2009, pag.218), referente de los estudios postcoloniales, los/as sujetos/as de estudio han sido relegados/as a una posición de subordinación y silencio:

Tuve que enfrentar los ojos del hombre blanco. Un peso desconocido me abrumaba. En el mundo blanco el hombre de color encuentra dificultades en el desarrollo de un esquema corporal. [...] ¿Qué otra cosa podía ser para mí sino una amputación, una mutilación, una hemorragia que salpicaba todo mi cuerpo con sangre negra?

En ese sentido, Fanon (2009) nos introduce en la problemática que abordan los estudios postcoloniales o subalternos, vinculado a la deconstrucción del paradigma Moderno-Eurocéntrico de conocimiento, con el fin de restituir a los grupos subalternos la condición de sujetos de sus propias historia, como una crítica a la epistemología hegemónica de la ciencia occidental, que pretende conocer el mundo para controlarlo y poseerlo.

Al respecto, dice Quijano (2007) que el conocimiento moderno Europeo da cuenta de las necesidades del capitalismo: la medición, la cuantificación, la externalización de lo cognoscible respecto del conocedor, para controlar las relaciones entre los/as sujetos y de estos/as con los recursos naturales y de producción. En ese sentido, la ciencia occidental se produce por y para el hombre blanco (europeo, propietario y heterosexual), que de forma imperialista subordina y silencia al resto de la sociedad, reducida a una otredad homogénea. En esa "otredad" se encuentran las mujeres, los sectores populares, los/as negros/as, gays y otras diversidades. Es decir, en el conocimiento hegemónico "el otro pierde su poder de significar, de negar, de iniciar su deseo histórico, de establecer su propio discurso institucional y oposicional" (Bhabha, 1994, pag.25).

En base al silenciamiento de otros/as, la posición epistémica hegemónica establece que quien conoce es un sujeto neutral, que desde un espacio social aséptico genera conocimiento y construye su discurso como racional, válido, único y como emblema de progreso. Uno de sus mecanismos de funcionamiento es el uso de la tercera persona, que supone una distancia tal del objeto de estudio, una posición de objetividad frente a lo que se dice, que se legitima como conocimiento con carácter de verdad, ya que no muestra rastros de intereses personales en juego. Esta posición, se basa en la búsqueda de un saber universal y objetivo; frente a lo cual, los estudios subalternos oponen una visión que cuestiona la posibilidad de producir un conocimiento neutral y proponen asumir que siempre el conocimiento se construye desde un lugar situado.

En ese sentido, en los estudios postcoloniales el/ la investigador/a forma parte de lo investigado, es parte del mundo sujeto-objeto de estudio, ya que nadie es neutro/a ni posee una experiencia universal, sino que conoce desde una posición social e identidad particular que debe explicitarse. Al igual que el/la sujeto/a de estudio, el/la investigador/a sufre condicionamientos de clase, étnicos, culturales y de género; tiene una trayectoria social y personal, un lugar en la academia y en las instituciones, desde donde produce un recorte sobre la realidad, vinculado a sus intereses y necesidades. Por tanto, para Bhabha (1994), no hay conocimiento fuera de la representación que nos hacemos sobre el propio objeto-sujeto de investigación. De allí, que debemos reconocer en el proceso de investigación la fuerza de su escritura, de la metaforicidad y del discurso teórico, como una matriz productiva que define lo social y lo hace posible u disponible a los/as demás.

A la vez, el conocimiento científico (occidental), posee el poder institucional de ser el modelo autorizado de explicación de la realidad por excelencia (explicación eurocéntrica). Su

paradigma, es el supuesto dañino y autodestructivo de que su teoría es necesariamente el lenguaje social por excelencia, siendo finalmente la voz de la elite, de los privilegiados social y culturalmente. Esta dominación desde la teoría, se traduce en la economía y la política, tiene una profunda influencia hegemónica sobre los órdenes de información del mundo occidental, sus medios de comunicación populares, las instituciones académicas y sociales en general. Frente a la situación de dominación del Occidente, en la teoría social, lo otro del poder (la otredad), no encuentran modos de hablar ni hacer visible sus necesidades, se vuelven un cierto espacio cultural que no existe sino es hablado por la hegemonía; aunque de todos modos busque canales por donde filtrarse y decir, e incluso haya teorías que se esfuercen en denunciar el silenciamiento y asuman el desafío de desmentir: “una concepción de humanidad según la cual la población del mundo se diferenciaba en inferiores y superiores, irracionales y racionales, primitivos y civilizados, tradicionales y modernos” (Quijano, 2007, pag.344).

Estas concepciones eurocéntricas, como señala Quijano (2007), no son una perspectiva cognitiva únicamente de los europeos o del capitalismo central, sino del conjunto de los/as educandos/as que nos formamos en los centros de la hegemonía. De allí, Bhabha (1994) señala que incluso las posiciones teóricas más críticas, si son pura voluntades individuales, terminan encerradas en los mundos académicos y silenciadas por la hegemonía Eurocéntrica del occidente imperialista y neocolonial.

En ese sentido, lo que nos está convidando a reflexionar el autor, es que si solo nos dedicamos a enunciar como se construye la hegemonía al conocimiento, a señalar la opresión sobre las visiones del Tercer Mundo, no logramos generar una alternativa teórica y política real. Aun cuando no haya recetas, para Bhabha (1994) un conocimiento sólo puede volverse político mediante un proceso que llama agnóstico: disenso, alteridad y otredad, como contradicciones discursivas para la circulación y reconocimiento de un sujeto politizado y una verdad pública. Quienes no se esfuerzan por comprender a quien piensa distinto, no conocen el sentido adecuado de la palabra conocimiento.

Por eso, para Bhabha (1994), una perspectiva teórica comprometida⁴ implica tomar como punto de partida la hibridez cultural e histórica del mundo postcolonial, ese cruce entre ser del Tercer Mundo, pertenecer a la clase obrera, ser mujer, negro/a y así infinitamente. Sin embargo, no hay recetas para ese “contra-conocimiento” y es una señal de madurez política aceptar que hay muchas formas de escritura política cuyos diferentes efectos quedan oscurecidos. De todas maneras, por mucho que nos esforcemos por conocer el contenido de una cultura otra y que hagamos el intento de no ser etnocentristas en su representación, la ubicación subalterna de los/as sujetos/as no va a modificarse, ya que esta se reproduce en todas las dimensiones sociales; motivo que nos hace dudar de la posibilidad de recusación del poder desde la lógica institucional y académica que debe respetar la teoría crítica.

A su vez, el esfuerzo de revertir la posición dominante del conocimiento europeizado precisa de lecturas entre líneas, de que él o la agente de investigación vuelva su discurso contra sí mismo/a, proyectando reflexiones sobre sí y en contra de sí. También implica reconocer la conexión histórica entre el sujeto y “objeto-sujeto” de la crítica, a través de la vigilancia conceptual de la teoría, que no admita una identidad simple entre el objetivo político y sus medios de representación. Negar una lógica esencialista y un referente empírico inmediato, son fuertes argumentos de Bhabha (1994) contra el racismo y el moralismo que por lo general

4 Para Quijano (2007), la revuelta intelectual comenzó en los centros dominados y periféricos, porque cuando se trata de poder, es siempre desde los márgenes que se cuestiona el total del campo de relaciones y sentidos que construye tal poder.

acompaña las supuestas teorías críticas. Precisamente, es pensando en los proyectos sociales subalternos y cuestionando al conocimiento colonial, que nos percatamos de que la ciencia hegemónica está hermanada con el capitalismo y hereda una larga tradición en que los/as subalternos no hablan y son hablados, a través de quien detenta el poder de un supuesto conocimiento neutral, crítico y universal. Como nos interpela Fanon (2009, pag.23) “(...) para ver a un hombre invisible o desaparecido no leas ninguna literatura inglesa, que lo hincha y estrecha tus ojos, afila sus colmillos (...)”.

Por otro lado, debo señalar las dimensiones emancipadoras que los estudios postcoloniales desarrollan, al cuestionar las categorías de conocimiento elaboradas en los centros de conocimiento, las cuales son las bases de la Modernidad y de la expansión del colonialismo (pensemos en las categorías Barbarie o Subdesarrollo). En ese sentido, las perspectivas coloniales han tenido como efecto que tanto a nivel discursivo como de representaciones, los subalternos sientan afectada su capacidad de resistencia; por tanto, la denuncia y puesta en conocimiento de esa dominación genera el reconocimiento de y entre subalternos, la conciencia del poder que se tiene y la potencia de enunciación que aguarda por ser puesta en escena. Esta conciencia es para Sousa Santos (2009) una epistemología del Sur, que logre justicia epistemológica y que se articule con la lucha por la justicia global; que logre descolonizar, democratizar y desmercantilizar la epistemología hegemónica; es decir, un conocimiento que pueda articular la lucha contra el capitalismo y por la descolonización. Para lo cual, hay que trabajar con los movimientos sociales, con las personas en su cotidianidad y desde la pluralidad, como alternativas para producir otras teorías.

Sin embargo, la tarea de democratizar el saber no alcanza y además, es algo que ya se viene haciendo dentro de las instituciones del conocimiento científico, reconociendo la existencia de conocimientos alternativos, prácticas subalternas, etc. Por eso, necesitamos admitir los límites internos y externos del conocimiento oficial, porque la ciencia solo formula problemas que puede comprender y aquellos que no, son desvalorizados. A su vez, implica superar una posición extractivista del conocimiento, de las poblaciones con quienes trabajamos y construir saberes con los movimientos sociales y desde las experiencias populares. Es decir, con todas aquellas vivencias que se desarrollan en las periferias del poder y que desafían al statu quo. Recuperar las experiencias no valoradas y los conocimientos silenciados, a partir de una nueva racionalidad que valore las diferentes formas de vida que existen, saberes y experiencias que se encuentran activamente ignoradas por la racionalidad dominante, es otra de las tareas.

Todo lo cual, es para Sousa Santos (2009), un conocimiento emancipación, que no reduce la realidad a lo que existe sino que crea un campo de posibilidades alternativas a lo empíricamente dado. No solo se ocupa del espacio de la productividad sino que son de su interés los ámbitos domésticos, de la familia, de las relaciones sociales entre pares, donde también emergen relaciones de poder y dominio, necesidades y problemáticas a indagar.

A nivel metodológico, los estudios postcoloniales sugieren analizar la historia y sus cambios de modelos, como parte de procesos de confrontación no pacífica, de manera tal, que sean percibidos en el marco de relaciones de explotación y de lo insurgente o subalterno. Son desplazamientos discursivos que pueden establecer un nuevo relato. En parte, es elaborar teorías del cambio, ya que sin crisis no hay posibilidad de insurrección y es asumir un compromiso absoluto con la realidad. Este compromiso, no significa otorgar una conciencia trascendental a los subalternos, ya que sería crearlos simple instrumentos de otra voluntad superior, es: “Investigar, descubrir y establecer la conciencia campesina o subalterna, es un un proyecto que-de ser llevado adecuadamente-conduciría supuestamente a un terreno firme...a algo

que puede ser revelado” (Spivak, 2008, pag.41). Sin embargo, esa conciencia no preexiste al subalterno, sino que es una construcción política e histórica de un sector, que corresponde a una coyuntura específica de cada rebelión:

Si el historiador de la subalteridad...acaba por alinearse con las pautas de la conducta de los propios subalternos, sólo una visión progresista, que diagnostica al subalterno como necesariamente inferior, percibirá tal alineamiento como carente de valor intervencionista. En efecto, en su propia insistencia sobre el subalterno como sujeto de la historia, que el grupo lleva a cabo tal re-traducción, como estrategia intervencionista sólo parcialmente inconsciente (Spivak, 2008, pág. 48)

Es decir, si se afirma como estrategia esta necesidad de alineación, es una deconstrucción del conocimiento correcta. Aunque a veces, ese interés político lleve a romper con la teoría:

Si el historiador percibe que la restauración del subalterno de una posición-de-sujeto en la historia equivale a establecer una verdad inalienable y final de las cosas, entonces cualquier énfasis en la soberanía, la consistencia y la lógica, objetivará al subalterno y quedara atrapado en el conocimiento poder (Spivak, 2008, pag.48).

Es decir, aunque la idea de re-inscribir al subalterno en la historia es buena, los/as investigadores/as debemos tener claro que la subalteridad es el límite absoluto del espacio en el cual la historia se narrativiza como lógica. Es decir, la acción, la práctica debería normar la teoría y en ese sentido, debe reconocer que nunca puede estar en plena concordancia con la conciencia del subalterno, que nunca puede gozar de continuidad con respecto a la entrada desigual y situacional del subalterno en el campo de la hegemonía política. “He aquí la relación siempre asimétrica entre interpretación y transformación del mundo” (Spivak, 2008, pag.49).

Por otro lado, la clave para los estudios subalternos, es no intentar producir teorizaciones universales pero si conservar un compromiso permanente con los subalternos y sus historias, considerando que la restauración-del-sujeto subalterno a la historias es estratégico. Se trata por otro lado, de intentar ser transgresor/a en el discurso, en los problemas de investigación y en los/as interlocutores que nos proponemos, sin olvidar que la construcción de un contra-conocimiento colectivo es fundamental. Ese contrapoder, se construye asumiendo que:

(...) las posibilidad de acción de los agentes no son infinitas, o siquiera muy numerosas y diversas. Los recursos que disputan no son abundantes [y que somos parte] de una historia de necesidades, pero igualmente de intenciones, de deseos, de conocimientos o ignorancias, de opciones o preferencias, de decisiones certeras o erróneas, de victorias y derrotas (Quijano, 2007, pag.348).

Por lo que hay que seguir intentando, seguir construyendo autoridad de los subalternos en el conocimiento y en otros planos de la vida social.

Finalmente, así como los estudios subalternos señalan la acción de colonización del saber científico dominante, poniendo énfasis en la relación de los países centrales con los periféricos; las epistemologías feministas han avanzado unos pasos más allá, al enunciar el carácter androcéntrico y Patriarcal de ese discurso científico. En ese sentido, si bien los estudios postcoloniales ya en los años 60 cuestionaban la ciencia hegemónica y señalaban el lugar

de subalternidad; hasta los estudios feministas, nadie se había ocupado de las mujeres y la diversidad como sujetas/os desaparecidas/os en las investigaciones. Diríamos que ante la visión masculinizante del mundo de la ciencia, las feministas hemos señalado la importancia de las cuestiones de género y denunciado el pensamiento binario del conocimiento científico.

La crítica feminista...interrogando la identidad

*“Si la masculinidad de la ciencia no expresa un conjunto de características,
Biológicamente dadas de los machos,
Sino identidades, prácticas y deseos socialmente construidos;
Si este machismo es indeseable
Tanto para los hombres como para las mujeres,
¿no son también peligrosas e indeseables las estructuras
Intelectuales, éticas y políticas de la ciencia?”*

— Harding

Las epistemologías feministas al igual que los estudios postcoloniales parten de una crítica revolucionaria a la ciencia, proponiendo la transformación de los fundamentos mismos que le dan origen y las culturas que le otorgan valor; pero enfatizando en la posición subalterna que ocupan las mujeres y otras diversidades de género. Estos estudios develan que aquello que creíamos objetivo: los problemas presentados como universales, las formas metodológicas tradicionales de abordarlos, eran producto de un pensamiento marcado por sus creadores (los sectores dominantes), a su vez condicionados por el género, la clase, raza y la cultura, que se ocultaba tras una supuesta objetividad:

Una ideología objetivista, que proclama prematuramente el anonimato, el desinterés y la impersonalidad, y que excluye radicalmente al sujeto, impone un velo sobre estas prácticas, velo que no es tanto de secreto cuanto de tautología. Su aparente autoevidencia las hace invisibles y, por ello, inaccesibles a la crítica. El esfuerzo por la universalidad se cierra sobre sí mismo, y con ello se protege de la estrechez de miras. De este modo, la ideología de la objetividad científica traiciona sus propios propósitos, subvirtiendo tanto el significado cuanto el potencial de la investigación científica (Keller, 1985, pág. 20).

La ciencia hegemónica, denuncian las feministas, lejos de ser objetiva tiene dogmas con los que observa la realidad, clasifica y cataloga al mundo y a las personas. Esos catálogos están cargados de teorías que surgen de paradigmas propios de una cultura sexista. El sexismo genera proyectos de investigación basados en la creación de estereotipos sobre las mujeres y otras diversidades, estableciendo cuáles son los problemas científicos relevantes y construyendo supuestos de investigación (Cfr. Harding, 1986). En ese sentido, el pensamiento científico lleva la marca de la cultura occidental hegemónica que representa en sus proyectos sociales, en su historia y no el mundo en su diversidad, tal como desde diferentes espacios querríamos. De allí, para Harding (1986) la expulsión de las mujeres y otras diversidades sexuales de la ciencia, tiene el sentido de impedir sus participaciones en la construcción y legitimación del conocimiento y expulsar aquellos valores considerados “femeninos” de tales construcciones, incluso volverlos obstáculos. (Cf. Maffia, 2005). En ese sentido, Maffia (2005) sostiene que la situación se vuelve

aún más dramática, si analizamos que toda nuestra vida está atravesada por un pensamiento derivado de la ciencia hegemónica: los manuales que consultamos, la escuela, universidades, los artículos académicos, las explicaciones que le damos a diferentes fenómenos de nuestra vida cotidiana que invisibilizan las diversidades de género.

A partir de este paradigma, las experiencias de las mujeres han quedado fuera como formas de conocimiento despreciadas y desvalorizadas. En ese sentido, la experiencia es una categoría estratégica que las feministas defendemos, porque permite dar cuenta no solo de la posición objetiva que se ocupa en la estructura social, sino de las trayectorias personales y de grupos, de las emociones, de la historia de los/as sujetos. Por eso, para la ciencia oficial que se dice objetiva, neutral y racional, esta categoría es tildada de acientífica y de allí su carácter revolucionario, ya que es un punto de vista encarnado.

Por otro lado, no sólo las mujeres han quedado fuera de estas comunidades científicas, muchas masculinidades no hegemónicas fueron y son expulsadas de la ciencia, como ya plantearon los estudios postcoloniales respecto a los negros, chicanos y a los cuales el feminismo agregaría a los gays, lesbianas y transexuales (entre otros géneros). La ciencia entonces, expulsa y norma lo cuerpos, ya que:

Es provechoso para nuestros colonizadores confinar nuestros cuerpos y alienarnos de nuestros propios procesos vitales, así como fue provechoso para los europeos esclavizar al africano y destruir toda memoria de una previa libertad y autodeterminación. Así como la fundación del capitalismo occidental dependió del tráfico de esclavos en el Atlántico Norte, el sistema de dominación patriarcal se sostiene por la sujeción de las mujeres a través de una heterosexualidad obligada (Clarke, 1988, pág. 100-101).

En ese sentido, Miskolci (2009) sostiene que las ciencias sociales en la que hemos sido (per) formados/as, al menos hasta la década de los 90, tratan al orden social como sinónimo de sujeto hegemónico y heterosexualidad:

El presupuesto heterosexista del pensamiento sociológico se manifestaba en las investigaciones sobre sexualidades no hegemónicas. A pesar de sus buenas intenciones, los estudios sobre minoras terminaban por mantener y naturalizar la norma heterosexual (2009, pag.2).

Desde una posición teórica similar, Sedwick (1998), sostiene que la cultura occidental no incorpora un análisis crítico de la definición de sujeto y que termina siendo incompleta; sin embargo, nosotros/as nos representamos a través de ella y por tanto, sino ejercemos un auto-socio-análisis constante, olvidamos que nuestro pensamiento es de carácter sociocéntrico y egocéntrico. Es decir, centrado en la propia persona y en los vínculos sociales en que estamos inmersos/as.

Frente a esta situación, Harding (1986) sostiene que no se trata únicamente de que las mujeres y diversidades ocupemos los espacios de poder masculinos, ni de complementar perspectivas masculinas y femeninas, sino más bien de una transformación de las categorías mismas de lo que se considera masculino y femenino. Hablamos de una ciencia que dé lugar a la diversidad y a la producción teórica-práctica desde concepciones de mundo diferentes. Por tanto, tenemos la tarea de demostrar el sesgo masculino de la ciencia, sus prejuicios de género, raciales, de clase, de visibilizar cómo la ciencia ha perpetuado la posición de quienes

detentan el poder. Para desarticular ese poder, el de la ciencia hegemónica, una de las estrategias de la epistemología feminista, es poner de manifiesto el modo en que los intereses de clase y de género se filtran en la construcción de teorías científicas, a través de la deconstrucción del lenguaje de la ciencia. Se discuten las metáforas, las analogías que utiliza, se señalan los valores sociales que subyacen a sus teorías, demostrando su contribución al control social de los cuerpos:

La epistemología feminista consiste en poner de manifiesto cómo el patriarcado ha invadido tanto nuestro concepto de saber cómo el contenido concreto de los cuerpos de conocimiento, aunque digan que son emancipadores. Sin un conocimiento adecuado en el mundo y de nuestra historia en él (y esto incluye el saber cómo conocer), no podemos elaborar una práctica social más adecuada (Flax, 1983, en Harding, 1986, pág.132).

En relación al lenguaje, Braidotti (2000) menciona como la ciencia categoriza de forma binaria la vida; en el género nos construyen o bien como hombres o bien como mujeres, a través de ciertas condiciones simbólicas, semióticas y materiales, que nos atraviesan y donde unos/as ocupan la posición de lo normativo y otras y otros el de la alteridad. En ese marco, el lesbianismo, la pobreza, ser negra o simplemente mujer, genera opresiones tales como la desaparición en el discurso de la ciencia de estas personas, que no se amoldan al canon de sujeto. A su vez, incluso las teorías que hablan de género, esconden estructuras fundamentales del lenguaje que construyen el/la sujeto/a sobre la base de una producción cultural de la femineidad y de la masculinidad como análogas, con lo que se pierde la denuncia de las posiciones asimétricas que constituyen a los géneros. Además, esas focalizaciones toman el feminismo blanco como la verdad y niegan el específico de las mujeres latinoamericanas y negras, que han hecho más complejo el marco de la teoría feminista, al tener en cuenta las relaciones de poder que se constituyen al interior mismo del género femenino. Por eso, las epistemologías feministas y también los estudios postcoloniales, buscan dar voz y construir conocimiento desde y con los/as sujetos/as históricamente “periféricos/as”, evitando suponer unilateralmente que sienten, experimentan o con quienes se relacionan.

En ese sentido Harding (1996), sostiene que el desafío de la ciencia es la elaboración de conocimientos situados, ya que solo la perspectiva parcial promete una visión objetiva; aunque este paradigma de objetividad trata de la localización limitada y del conocimiento situado, no de la trascendencia y del desdoblamiento sujeto-objeto. Caso lograrlo, podremos responder de lo que aprendemos y de cómo miramos. Sin embargo, Harding (1986) nos advierte que aún con intenciones críticas, estamos siempre en la delgada línea de contribuir a resultados científicos con producciones sexistas, raciales y clasistas; aun cuando el discurso de la ciencia sea que a través del método científico controlamos estos obstáculos epistemológicos y logramos objetividad. Para la autora, es la deconstrucción del colonialismo del siglo XX lo que ha aumentado la objetividad de la ciencia y no el apego al método científico dominante, o la creencia en la bondad de los resultados que producimos más allá de las identidades sociales.

En relación a la necesidad de generar saberes situados o locales, un pasaje del texto de Perlonguer (1993) donde estudia la prostitución masculina en Brasil, nos ayuda a comprender y reflexionar sobre el posicionamiento de Harding: “Taxiboyos en Buenos Aires, chaperos en Madrid, hustlers en Nor-teamérica, michés en Brasil (...) La dispersión de las nominaciones expresa también peculiaridades intransferibles, que varían de lugar en lugar” (1993, pag.5).

Acompaña esta reflexión, la premisa de no imponer nunca al grupo observado requisitos de homogeneidad, de asumir el trabajo de caracterizar las trayectorias personales que encontramos en esos grupos, las experiencias, dando cuenta de los condicionamientos que atraviesan la vida de esas personas y también las propias. En ese sentido, estamos repensando quien dice qué, quién representa a quién y quienes son subalternos:

Es en la conciencia de que los límites epistemológicos de esas ideas etnocéntricas [conocimiento hegemónico], son también límites enunciativos de un espectro de otras historias y otras voces disonantes, incluso disidentes: mujeres, colonizados, minorías, portadores de sexualidades vigiladas (Homi Babha, 1994, pag.21).

En ese sentido, Haraway (1995) plantea que proponernos mirar desde posiciones subalternas (si es que esto se puede), no necesariamente nos conduce a versiones más reales de la vida, a fabricar categorías no marcadas que reclamen el poder de ver y no ser vista, de representar y de evitar la representación. Si bien mirar desde la periferia es necesario, no hay que romantizar la posición de la profundidad, ya que mirar desde abajo no se aprende fácilmente y tampoco deja de provocar dificultades, incluso para los conocimientos subyugados (que no son inocentes). Las investigaciones suelen construirse desde categorías que se presentan como productos de un “afuera”, desde una ubicación geo-ideológico-cultural desde donde se mira a los sectores periféricos, que no explicita una ubicación de clase pero que claramente la tiene. Pensemos en los de estudios de género del feminismo blanco hegemónico, que muchas veces termina ignorando la situación particular de las mujeres, especialmente las latinoamericanas en sus experiencias de creación, de participación política; homogeneizándolas desde una visión etnocéntrica como pobres y determinadas.

En ese sentido, el llamado feminismo blanco, occidental y heterosexista, comienza a ser cuestionado en los setenta, cuando las mujeres negras, latinoamericanas, lesbianas y musulmanas, denuncian al feminismo hegemónico por discriminación. Estos nuevos feminismos, que podríamos denominar como Feminismo postcoloniales, tienen como política pelear contra la opresión racial, sexual, heterosexual y de clase, propia del feminismo blanco. Propugnan así, el respeto de la diversidad de identidades y modos de asumir la sexualidad y la subjetividad feminista. Es decir, se destaca que así como las mujeres estamos atravesadas por problemáticas de género, igualmente nos atraviesa la raza, clase y orientación sexual. Por lo que sería cometer un error, olvidar estos cruzamientos e intentar homologar las experiencias de las mujeres de diferentes clases, orígenes geográficos, etc. Para Mohanty (2008), las mujeres del llamado Tercer Mundo son representadas en los estudios hegemónicos y también en las producciones del feminismo blanco y Europeo, como atravesadas por una vida esencialmente truncada debido al género femenino y caracterizadas como pobres, sin educación, limitadas por las tradiciones, por el mundo doméstico violento y restringido. Esa visión, nos sugiere la autora, se contradice con la auto-representación de las propias investigadoras, que se ven a sí mismas como educadas, modernas, en control de sus propios cuerpos, de su sexualidad y con libertad para optar y tomar decisiones. De allí, que cuando se investiga a los sectores subalternos, se asume una noción homogénea de la opresión que pesa sobre las mismos, una especie de construcción de sujeto promedio de sectores subalternos. Ese sujeto promedio que producimos en nuestras investigaciones, sugiere Mohanty (2008), es construido desde nuestras culturas de clase media, que se vuelven la norma y codifican las historias y culturas de la clase trabajadora como “el Otro”, asumiendo una posición colonizadora.

Una posición de colonización en el conocimiento, es “una relación de dominación estructural y una supresión, muchas veces violenta, de la heterogeneidad del sujeto o sujetos en cuestión” (Mohanty: 2008, pág.3). Hay una tensión permanente entre los/as sujetos/as que construimos en nuestras investigaciones y los/las sujetos/as reales en cuestión. En ese sentido, es necesario hacer explícito la postura que asumimos respecto a diferentes teorías y reflexionar acerca de los límites de la investigación; enfrentar como dice Spivak (2011), que las investigaciones podrán reconstruir la voz de los/as subalternos/as, representar sus experiencias y narrar sus testimonios, pero siempre serán mediatizados por quien investiga. Por tanto, las miradas poco autoreflexivas que los/as investigadores/as hemos tenido y tenemos sobre las propias producciones académicas, han impedido que seamos conscientes de la violencia que ejercemos sobre grupos subalternos; por eso, hay que preguntarse quién soy yo, quién es esa mujer “otra”, cómo nombrarla, cómo me nombra ella a mí (Cfr. Colaizzi, 1992).

En ese sentido, De Lauretis (1996) llama feminismo postcolonial, a aquellos estudios atentos a las múltiples posiciones de los/as sujetos, que a veces se encuentran y otras incluso se enfrentan o retroalimentan, como el género y la clase. Este feminismo, pone de manifiesto que entre las mujeres existe una confluencia de opresiones y a su vez, una diversidad de marginaciones que deben dialogar para que exista una política feminista. Por tanto, debemos ejercer una vigilancia epistemológica constante de nosotros/as mismos/as durante las investigaciones y análisis acerca de otras clases o realidades sociales, ya que hay una distancia social y simbólica que debe ser asumida y trabajada explícitamente. Debemos acompañar nuestras reflexiones teóricas con una revisión profunda de nuestras raíces culturales, de las ideas políticas, económicas, pedagógicas, morales, producidas en nuestra América; de las modalidades en que nos ha colonizado el pensamiento europeo y de las resistencias no historiadas, de las luchas frente a prácticas y discursos hegemónicos; de los proyectos sociales y políticos de los sectores subalternos (Cfr. Nadal, 2011).

Por otro lado, los estudios feministas destacan que el solo hecho de asumir esta postura reflexiva, no generará automáticamente un tratamiento más democrático o incluso políticamente más correcto de las personas involucradas en la investigación; pero sí colaborará a cuestionar la ciencia, a sostener los esfuerzos por construir saberes que sean conscientes de sus limitaciones y que asuman un proceso trabajoso por parir nuevos paradigmas de conocimiento. Ese nuevo paradigma, multiplicará a los/as sujetos de conocimiento, eliminará estereotipos sexistas y celebrará las diferencias. En ese sentido, todos/as somos llamados a la tarea de producir conocimiento que apueste a fortalecer procesos emancipadores, donde las epistemologías feministas han aportado al cuestionamiento a un sujeto que se presenta como normalidad, como lo natural y dominante, enfrentado a alteridades radicales, ancladas en sujetos/as que se suponen anormales porque viven la sexualidad de manera distinta. Estas alteridades son reivindicadas como diferentes y no como inferiores, se presentan como igualmente racionales y capaces, luchando porque en la hegemonía científica las diferencias y los intereses múltiples deban ser legítimamente considerados y protagonistas.

Reflexiones

*“No son nuestras diferencias las que nos dividen,
sino nuestra incapacidad para reconocer,
aceptar y celebrar esas diferencias”*

— **Audre Lorde**

A lo largo de este artículo he presentado los contenidos básicos de los dilemas que los estudios postcoloniales y las epistemologías feministas presentan acerca del conocimiento científico. Dando cuenta de esos planteos, recorrí las críticas centrales acerca de la posición que los/as investigadores/as ocupan en la producción de saberes sociales y el lugar que la subalteridad tiene en esos procesos. Así, como el carácter emancipador de estas teorías en la búsqueda constante de transferir el control desde los poderosos a los sectores que no tienen su poder legitimado y en la convicción de fortalecer su posición como sujetos de conocimiento, de visibilizarse y enunciarse desde sus propias realidades.

En ese sentido, siendo consciente de las limitaciones y de la manera en que la academia me ha performado; apropiándome de la crítica de los estudios postcoloniales y de las epistemologías feministas, no puedo dejar de señalar que debemos insistir en recuperar las experiencias, subjetividades y necesidades de los/as subalternos/as, aun cuando nunca logremos dar cuenta de las mismas de forma completa. Tenemos que aprender a convivir con el hecho de que producimos un conocimiento limitado y parcial, que nunca podrá dar razones universales, pero que articulando con otros saberes y producciones, quizás pueda dar cuenta de la multiplicidad y complejidad de la vida. Como nos recuerda Spivak, desencontrarnos con los/as sujetos/as de nuestras investigaciones, no comprender sus experiencias en su totalidad, es una lección dura de aprender, pero volverse indiferentes ante esta situación, es sencillamente asumir que las soluciones que cierran elegantemente son una práctica teórica correcta.

En ese sentido, el esfuerzo de comprender las posiciones subalternas que muchas veces incluso compartimos por ser mujeres, negros/as, gays, etc. nos ayuda a dar visibilidad a las demandas y a construir las necesidades con los/as subalternos, a politizar la situación naturalizada de dominación. Como dice una poeta: “un día aprendí un arte secreto, llamado invisibilidad. Creo que funcionaba pues ahora me miras pero nunca me ves...solo mis ojos permanecerán para vigilar y perseguir y volver tus sueños caos”. Nosotros/as como investigadoras/es, debemos aprender a ver a la persona desaparecida del relato, trabajar para revalorizar la necesidad de que los/as subalternos ocupen lugares estratégicos, que las mujeres, negros y latinoamericanos/as invadan con sus producciones teóricas el mundo académico. Aunque esto no necesariamente suponga resultados alternativos de investigación, sí vuelve probable que la ciencia tenga mayores inclinaciones por cuestiones que competen a los/as subalternos.

En ese sentido, son los movimientos feministas, postcoloniales, etc. quienes, como dice Harding (1996), han aumentado la objetividad en la ciencia con sus compromisos anti autoritarios, valores anti elitistas y emancipadores. Son quienes han denunciado el androcentrismo en los problemas a investigar y quienes muchas veces han demostrado que no toda teoría de occidente es parte de una elite occidental, sino que hay quienes se esfuerzan por construir otra posición que refuerce su propia ecuación poder-conocimiento, generando una alianza con los sectores silenciados.

En este marco de desafíos, no podemos olvidar que es la autoridad de los valores y relaciones sociales que instala el capitalismo lo que estamos desafiando. Es el capitalismo quien precisa de ese saber hegemónico y reproductor para continuar perpetuando sus relaciones de desigualdad y explotación. Por eso, aunque el capitalismo es una totalidad que a veces resulta inabordable, debemos comprender que cada parte que compone el mundo social, como puede ser la esfera de la producción de conocimiento, es un espacio conflictivo en sí mismo, con heterogeneidad e historia y por tanto, una trinchera de lucha.

A su vez, lo que este artículo intenta poner en discusión, es que debemos romper con el nihilismo de que nada puede cambiarse o con el binarismo popular entre teoría y política, para comprender la urgencia de cuestionar la ciencia en el marco de un proyecto colectivo de ciencia emancipadora pero también de sociedad; los que nos invita a animarnos a no ser “políticamente correctos/as” con nuestras investigaciones, a construir conocimiento junto a sectores que la ciencia oficial denota como nulos o ignorantes. Como nos dice Andre Lorde, feminista negra y lesbiana: “Las herramientas del amo no destruirán la casa del amo”. Por tanto, hay que fabricar nuevas herramientas y nuevas formas de nombrar y significar el mundo, de contar nuestras historias. Porque como sostiene la novelista Chimamanda Adichie, las historias importan, importa también quienes las cuentan y quienes las leen, ya que el poder hegemónico ha contado su propia historia estereotipada y limitada, una historia incompleta sobre “los otros”. Si recuperamos nuestra historia, si la narramos desde los sectores subalternos, esta puede crear poder y dignidad, porque rechaza la historia única y lineal de la colonialidad y recupera relatos invisibilizados.

Por otro lado, la pregunta que nos persigue, que se cuele molesta en todo lo que hacemos, es cómo lograr revolucionar el conocimiento cuando los/as aliados/as que tenemos en los espacios institucionales muchas veces, aunque críticos, reproducen el sexismo y el colonialismo en el saber y en sus relaciones sociales. Es decir, cuando no alcanza con que nuestros aliados/as sean democráticos/as, con que incluyan nuevas subjetividades a la producción de conocimiento, sino que precisamos de la construcción de nuevas epistemes, de nuevos saberes. A su vez, ¿cómo lograr que esos conocimientos no dicotomizados, plurales, que piensan problemáticas nuevas, sean conscientes de la necesidad de optar por un lenguaje apropiable desde los sectores no académicos?; ya que seguir escribiendo en clave abstracta y compleja termina encerrando el discurso nuevamente en la elite académica. Como nos interpela Hooks (1981), el objetivo como pensadoras feministas y académicas, es tomar las abstracciones teóricas y volverlas un lenguaje accesible, no menos complejo ni riguroso sino simplemente accesible. Ya que a falta de lenguajes que se ofrezcan apropiables, nos perdemos en la academia y olvidamos la real complicidad entre quienes ocupan lugares estratégicos y los/as subalternos. Si bien situados/as en el escenario académico, institucional y hegemónico, la tarea de la complicidad es complicada aunque no imposible.

Se trata entonces, de dar batalla dentro de las instituciones académicas y fuera, con los movimientos sociales, para que ya no existan esas fronteras; siendo el/la mismo/a investigador/a parte de esos movimientos que reflexionan y crean colectivamente. El desafío es enorme sin duda, pero empieza por una/o misma/o en la reflexión y en el esfuerzo constante de preguntar: ¿a quiénes favorecemos con nuestras investigaciones, qué queremos generar con lo que finalmente investigamos? y ¿cuáles son los límites de producir conocimiento reflexivo en la soledad de nuestros “laboratorios”?

Debemos abandonar pretensiones individualistas y de trascendencia académica, intenciones de homogeneizar la realidad, ya que las diversidades deben estar a la luz, todos/

as debemos confluir desde nuestras identidades en espacios más amplios que nos contengan. Es una visión de las diferencias que no las entiende como divisorias, sino como parte de las respuestas tácticas y estratégicas con que enfrentamos al poder, donde todos/as nos convertimos en ese “otro” que la hegemonía debe enfrentar. Como dice una poeta mexicana: si bien hay tantísimas fronteras que dividen a la gente, también por cada frontera existen muchísimos puentes que las unen. Tenemos frente a nosotros/as, el enorme desafío de que los/as subalternos hablen en nombre de sí mismos/as, pero también de que hablemos desde un nosotras/os mismos/as como colectivo, que se vuelve protagonista de construir desde las diferencias una nueva historia en común.

No olvidemos nunca la apreciación de Galeano: “Aunque estamos mal hechos... aunque estamos bastante mal hechos, no estamos terminados”.

Bibliografía

BHABHA Homi. El lugar de la Cultura. Buenos Aires: Manatíal, 1994.

BRAIDOTTI Rossi. Sujetos nómades. Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea, Buenos Aires: Paidós, 2000.

COLAIZZI, Giulia. “Feminismo y teoría del discurso: razones para un debate”. En Revista Debate Feminista, Vol. 5, 1992. Disponible en: <http://doctoradogenero.blogspot.com> Acceso el 15 de abril de 2012.

DE LAURETIS, Teresa. “La tecnología del género”. En revista Mora, Nº 2, 1996. Disponible en: <http://doctoradogenero.blogspot.com> Acceso el 15 de abril de 2012.

FANON Franz. Pieles blancas y Máscaras Negras. Argentina: AKAL, 2009.

KELLER, Evelyn Fox (1979): “Género y ciencia”, en Ana Sanchez (comp): Reflexiones sobre género y ciencia, p. 80-102. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1979.

HARAWAY Donna. Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A, 1995.

HARDING Sandra. Ciencia y feminismo, Madrid: Morata, 1996.

HOOKS, Bell. Ain't I a woman: Black women and feminism. Boston, MA: South End Press, 1981.

MAFFÍA, Diana. “Epistemología feminista: por otra inclusión de lo femenino en la ciencia”, en Norma Blázquez Graf y Javier Flores (comp.) Ciencia, Tecnología y Género en Iberoamérica. P. 623-633. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2005.

MIGNOLO Walter. “Colonia y Colonialidad más allá del Discurso” En: Cultura y Tercer Mundo: Cambios en el Saber Académico Venezuela: Nueva Sociedad Cap. IV, p. 99-136.1996.

MISKOLCI Richard. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". En revista Sociologías, Brasil, Nº21, p. 150-182. 2009.

MOHANTY Chandra Talpade. "Bajo los ojos de occidente". En Liliana Suárez Navaz y Aída Hernández (Comp.): Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. Madrid: Cátedra. P.1-23.2008.

NADAL Fernández Estela. "Los estudios poscoloniales y la agenda de la filosofía latinoamericana actual", En revista Herramienta de debate y crítica Marxista, 2011. Disponible en: www.herramienta.com.ar Acceso el 12 de abril de 2011.

PERLONGHER Néstor. La prostitución masculina. Buenos Aires: Ediciones de la Urraca, 1993.

PORTOLÉS O. Asunción. "Feminismo Postcolonial: La crítica al Eurocentrismo del Feminismo Colonial". En Cuadernos de trabajo Nº6. 2004. Disponible en: www.ucm.es/info/instifem/cuadernos/cuaderno%206.doc Acceso 15 de abril de 2012.

QUIJANO Anibal. "Colonialidad del poder y clasificación social". En: Santiago Gómez y Ramón Grosfoguel (comp.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p.65-120. Bogotá: Siglo del Hombre. 2007.

SEDGWICK Eve Kosofsky. La Epistemología del Armario. Barcelona: Ediciones de la Tempestad. 1998.

SOUSA Santos. Epistemología del Sur. México: Editorial Siglo XXI, 2009.

SPIVAK Gayatri. "¿Puede el Subalterno Hablar?", Disponible en www.tp://pt.scribd.com/doc/31389172/Spivak Acceso en septiembre de 2012. 2011.

_____. "Bajo la mirada occidental: la investigación feminista y los discursos coloniales", Disponible en: <http://webs.uvigo.es> Acceso el 10 de septiembre de 2012. 1991.

_____. "Estudios de la Subalteridad: Desconstruyendo la Histografía". En: Estudios Poscoloniales. Argentina: Traficantes de Sueños.2008.

Hibridação: Um Conceito e Vários Discursos

Luciéle Bernardi de Souza¹

Resumo

O conceito de hibridação começou a ser usado com mais frequência no campo sociológico, a partir dos anos 90. Nas Ciências Sociais, foi evidenciado por Néstor Garcia Canclini na obra *Culturas Híbridas* (2008) e utilizado para abordar processos referentes à relação entre modernização e modernidade, bem como tradição e modernidade, na América Latina. Tendo como mote este conceito, proponho uma abordagem do pós-moderno como categoria sociológica e estética. Verificarei se tal conceito abre caminhos para pensar o pós-moderno interdisciplinarmente, visibilizando os processos de hibridação. Tal exercício de interdisciplinaridade dedica-se a mostrar a importância da vinculação entre as perspectivas sociológica e artística para uma melhor compreensão dos processos híbridos, e da própria condição humana enquanto criadora de cultura.

Palavras - chave: Hibridação; Pós-modernidade; Interdisciplinaridade; Sociologia Contemporânea.

Abstract

The concept of hybridization began to be used more frequently in the sociological field, from 90s. In the Social Sciences, was evidenced by Néstor Garcia Canclini's work *Culturas Híbridas* (2008) and used to address cases concerning the relationship between modernization and modernity, as well as tradition and modernity in Latin America. Taking this concept as a theme, I propose an approach to postmodern as sociological and aesthetic category. I will check if this concept paves the way for postmodern thinking across disciplines, and visualize the processes of hybridization. Such exercise of interdisciplinarity is dedicated to show the importance of the link between the sociological and artistic perspectives for a better understanding of hybrid processes, and the human condition as a creator of culture.

Keywords: hybridization; postmodernity; interdisciplinarity; Contemporary Sociology;

¹ Autora, graduada em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria e aluna do Curso de Graduação, Licenciatura Plena em Letras/Português pela mesma instituição.

Introdução

Ao saber que na Alemanha de 1848 a voz da modernidade declarou que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, e esta voz chegou ao ano de 1986, pós-modernamente e como um grande eco nos Estados Unidos de Marshall Berman, percebi que como um bumerangue, não há para a palavra (assim como cultura, prática social, movimento artístico-literário) lugar e tempo que possa prendê-la a sua origem, nem evitar que seja revisitada com outros sentidos. É a partir desta constatação que começo a tecer conexões híbridas entre o tradicional e o moderno para a constituição do contemporâneo, e rastrear suas implicações sociológicas e estéticas.

A propósito da discussão e preocupação sobre se a pós-modernidade seria uma continuação da modernidade, proponho a reflexão da contemporaneidade como um híbrido da modernidade e da tradição, ratificando o eterno movimento entre uma e outra, uma modernidade alimentada constantemente pela tradição em um entrelaçar de tempos que dá espaço para a simultaneidade de pensamentos, imagens, ações, atitudes, e gera outros tantos a respeito do mundo atual em que nos encontramos.

Vejo constantemente um retorno à tradição. Ocorrem retomadas e reformulações de práticas, conceitos, e sensações que vem à tona muitas vezes para dar movimento à máquina capitalista, como é o caso do uso de embalagens *vintage* em barbearias possuidoras de tecnologia pós-modernas, a ocorrência no ocidente (e verdadeiro modismo) de práticas orientais como a acupuntura, ou mesmo o ressurgimento da *Fiesta de Los Muertos*, ritual originário do México, mas já praticada por povos astecas e outras antigas civilizações, sendo temática de festas em *Pubs* tipicamente urbanos em pleno século XXI. Ou para lembrar que o retilíneo proposto pelo tempo moderno já não funciona também na discussão sobre a dimensão estética, pois através da hibridação temporal e de estilos há, por exemplo, a retomada de sonetos clássicos por modernistas brasileiros como Carlos Drummond de Andrade e do *Auto Medieval* pelo poeta João Cabral de Mello Neto em plena década de 80 do século XX em nosso país.

Ao observar esses movimentos, a questão que se coloca neste trabalho é a de discutir o pós-moderno como uma categoria sociológica e estética através do conceito de hibridação. Afirmo tal categoria como marca do processo de modernização e busca identitária do Brasil, importante para a complementaridade e ruptura de polarizações e dualismos epistêmicos rígidos, necessárias para uma melhor compreensão dos processos formadores de estruturas híbridas em nossa cultura. Tal compreensão permitirá a reflexão de como o conceito de *hibridação* abre caminho para pensar o pós-moderno em nosso país.

Ao partir da temática anunciada, pretendo através de reflexões em torno do conceito de hibridação, identificar a dimensão estética e sociológica do pós-moderno partindo de uma análise da intersecção do discurso tradicional e do discurso moderno, e a heterogeneidade temporal manifesta na intersecção/complementaridade dos discursos já mencionados aqui. Relevante também é a posterior compreensão, por via de um passeio por produtos culturais, dos reflexos sociais e estéticos vinculados ao processo de hibridação brasileiro.

Este trabalho, de cunho teórico-reflexivo, se estrutura sob a ótica da Teoria Social Contemporânea. Farei uso de uma abordagem interdisciplinar para pensar o pós-moderno, tanto em sua dimensão sociológica como estética, e partirei do conceito de hibridação, em seu viés sociológico para posteriormente realizar aproximações com o campo artístico e a dimensão estética de algumas obras. Tal conceito presente neste campo, muitas vezes é identificado como um “modo de fazer” que abandona a tradicional unilateralidade estética de cada perío-

do estético e demonstra o caráter “reflexivo” da própria cultura.

A ênfase analítica recairá no aspecto produtivo da hibridação, este enquanto um constante processo de renovar e mesclar de culturas, gerador de sentidos novos e polissêmicos.

Apresento, portanto, uma reflexão do pós-moderno por via do conceito de hibridação, acreditando que esta propiciará uma melhor identificação do discurso tradicional, do moderno, e da intersecção entre ambos. Tal identificação acarretará, por conseguinte, uma configuração menos excludente e mais complementar da abordagem dos fenômenos sociológicos e estéticos, antes calcados em dicotomias de análise.

Evidenciar a hibridação no contexto brasileiro é fundamental para tentar compreender o processo de modernização que, com o intercâmbio e também fusão de categorias (o objetivo e o subjetivo; o tradicional e o moderno; o popular, o massivo e o culto) ocorreu de forma conflituosa nos países da América do Sul e também no Brasil.

Tal estudo torna-se pertinente ao não desvincular a sociologia da dimensão estética presente nos produtos culturais pertencentes ao processo de modernização brasileiro, evidenciando a contribuição da interdisciplinaridade para enlaçar conjuntamente discussões sociais, políticas e culturais.

É significativo afirmar que, apesar da existência de tais estudos, ainda é lenta e lacunosa a vinculação do campo sociológico ao artístico para uma compreensão totalizadora, essencialmente por vias híbridas de fenômenos sociológicos e discursivos, este último relativo à Literatura Brasileira. Há neste trabalho, portanto, uma motivação na busca de um efetivo diálogo entre diferentes campos do conhecimento para suscitar uma abordagem diferenciada do pós-moderno nas categorias já citadas.

Desenvolvimento

Não é nova a constatação de que a teoria deveria acompanhar a realidade, ambas estabelecendo uma relação dialética de forma que não se distanciassem nem perdessem o fio condutor que as une. Eu poderia afirmar então, que a cada século ou década as teorias são postas em cheque em suas relações com o mundo, mas ao observar a dinamicidade dos fenômenos do real, acredito que a cada dia as mesmas são questionadas e constantemente provadas por tais fenômenos.

É devido ao constante dinamismo da realidade que se torna pertinente uma discussão de cunho epistemológico e, mais do que isso, um desafio epistemológico, este que se faz concreto com o uso do conceito *hibridação* para pensar o pós-moderno. Tal conceito tem sua importância ao aproximar, na contemporaneidade, oposições categóricas que ajudam a compreender fenômenos reais aliando, portanto, teoria e empiria no contexto Latino-Americano das Ciências Sociais.

O desafio a que me proponho neste artigo é o de refletir sobre a tradição e a modernidade, no que tange o imbricamento de ambos os discursos na contemporaneidade. Esta proposta relaciona-se diretamente com a popularização e concretização do termo hibridação em estudos referentes à área das Ciências Sociais.

A noção de discurso utilizada neste trabalho quando me refiro à tradicional e moderno, é calcada no pensamento de Foucault, que em sua obra *A arqueologia do saber* leva em conta as formas de construção do saber, uma arqueologia do saber que tem como objeto o próprio discurso em suas “partes menores” (os enunciados). Conceito de discurso, como uma reunião de enunciados com uma mesma origem proposto por Foucault (1986, p.43) é, de acordo com as palavras do mesmo

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Um conjunto de regras (investigadas pela arqueologia do saber) explicaria as práticas discursivas. Enunciados que não são avaliados em sua linearidade formal - sintática ou semântica - mas com outros parâmetros e instâncias exteriores formadoras do discurso. Estes enunciados formam práticas (presentes em múltiplos textos) ou formações discursivas (que embora muitas vezes possam ser elevadas a categorias de cientificidade, não o são *a priori*), e estas, por conseguinte, irão configurar uma *épistémè*, que não pode ser desvinculada da cultura, história e sociedade. Nesse momento é importante diferenciar do discurso comumente lingüístico, textual ou oral como prática genérica, pois, de acordo com Barona (2011, p.21)

para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos lingüísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc.,

Ao provocar uma pequena discussão sobre a relação entre o discurso moderno e o tradicional, irei contrariar significados de conceitos cunhados e advindos de clássicos² das Ciências Sociais da modernidade, que apregoavam uma metodologia baseada em uma temporalidade linear no pensar da realidade.

Este recente movimento epistemológico que faz jus à demanda empírica é colocado ao cientista social (e aqui uma ênfase ao latino americano), que se depara com fenômenos híbridos. Ao adotar como ponto de partida o agrupamento de valores culturais tradicionais e modernos, noto que as Ciências Sociais por muito tempo não sabiam como abarcar em seus estudos a complexa realidade relativa aos fenômenos híbridos. A realidade sempre esteve na eminência de ser mais bem compreendida teoricamente, já que a mesma é formada por diferentes formas de vivenciar o espaço e o tempo.

A possibilidade de direcionar o olhar para frente e para trás, sem medo de me fixar em preconceitos terminológicos relativos ao comum ranço com o “passado”, a “tradição” ou o “antigo”, abre portas para vislumbrar (no romper destes paradigmas) um novo modelo de conhecimento que foge aos modelares parâmetros científicos ocidentais.

O sugerido movimento entre tradição e modernidade no campo da epistemologia das Ciências Sociais ratifica-se ao pensar que os conceitos convencionados pela disciplina são também passíveis de mudanças, acompanhando sempre a dimensão empírica. Em referência ao termo *hibridação*, esta necessidade de reformulação conceitual é evidenciada pelo teórico Néstor Garcia Canclini (2008, XVII) em introdução pertencente ao livro *Culturas Híbridas* na edição do ano 2001:

Como saber quando uma disciplina ou um campo do conhecimento mudam? Uma forma de responder é: quando alguns conceitos irrompem com força, deslocam outros ou exigem reformulá-los. Foi isso o que aconteceu com o “dicionário” dos estudos culturais. Aqui me pro-

² Refiro-me a Durkheim, Marx e Max Weber.

ponho a discutir em que sentido se pode afirmar que hibridação é um desses termos detonantes.

Pensar em modelos, conceitos e teorias que dêem conta da demanda de problemas especificamente Latino-Americanos, refutando ou complementando teorias importadas que muitas vezes recebemos sem adaptações, abre um leque de possibilidades para nos confrontarmos de forma coerente, na busca da compreensão de problemas essencialmente nossos, com conceitos e reflexões teóricas que pertençam ao nosso próprio tempo e lugar.

É na tentativa de aliar a teoria aos fatos, que o antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira (1988) utiliza conceitos elaborados por ele como resposta a um contexto empírico especificamente brasileiro. Vale-se da divisão entre antropologia *central* e *periférica* e as categorias de *ordem* e *desordem*. De acordo com Motta (2009, p.13), o antropólogo Cardoso de Oliveira

utiliza termos espaciais como centro e periferia para caracterizar a antropologia latino-americana como periférica. O autor reflete sobre a relação entre as antropologias centrais (EUA, Inglaterra e França, onde surgiram os paradigmas da disciplina no final do século XIX) e as periféricas, para onde foram transportadas, e argumenta que não há uma determinação das primeiras sobre as segundas na medida em que estas modernizam e atualizam as primeiras. Ao fazê-lo, operacionalizam as formulações teóricas do centro em contextos outros que não aqueles em que foram produzidas.

Na mesma linha argumentativa certifica-se como na prática há o ajuste (ou desajuste) entre a dimensão empírica e a teórica, pois Motta (2009, p.10) ainda afirma

[...] Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004) argumentam, retomando Bachelard e Popper, o vetor epistemológico que parte da teoria para o real, neste esbarra, gerando uma relação dialética expressa na inovação, com a criação de conceitos e de um estilo próprio para dar conta desta realidade.

Este é um dos embates das Ciências Sociais Latino-Americanas que na contemporaneidade procurariam desviar-se de conceitos e visões da modernidade clássica, reafirmada com a insistência dogmática de uma visão clássica da modernidade, presente no discurso de teóricos como Durkheim, Weber e Marx. Sobre estas Ciências Sociais calcadas em uma racionalidade de cunho objetivista, tempo unilinear e de ruptura com o passado, crentes em uma modernização modelar européia, o teórico da modernização E. S. Eisenstadt (1969, p.139) formula um artigo³ de reflexão. Este propõe pensar a modernidade de uma maneira diferenciada do pensamento preponderante na sociologia clássica, com o mote das *modernidades múltiplas*, que

[...] contrariam a visão das teorias “clássicas” da modernização e da convergência das sociedades industriais, prevalentes na 50, e contrariam as próprias análises clássicas de Marx, Durkheim e, em grande medida, mesmo a de Weber, pelo menos no que respeita a uma das leituras que permite a sua obra. Todas elas assumiram, mesmo que só

3 O artigo intitula-se “Multiple modernities” e pode ser encontrado em sua versão original na revista *Dædalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, mas também há uma apreciação interessante do mesmo no endereço: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0873-65292001000100007&script=sci_arttext> Acesso em 05 jun. 2013.

implicitamente, que o programa cultural da modernidade, tal como se desenvolveu na Europa, e as constelações institucionais básicas que aí emergiram, acabariam por dominar todas as sociedades modernas e em modernização; com a expansão da modernidade, viriam a prevalecer por todo o mundo.

O reflexo do uso paradigmático de discursos sociológicos pertencentes a estas Ciências Sociais clássicas originou a chamada “teoria da modernização”, portadora de uma grande restrição epistemológica. É esta teoria que conduzirá o pensamento Latino-Americano por uma base dualista de oposições categóricas como modernidade *versus* tradição. Essa dicotomia irá permanecer preponderantemente até meados da 80, sendo relativamente recente o questionamento deste discurso que prima por uma visão dicotômica e excludente do encontro de duas visões, que como será visto no decorrer deste trabalho, são imbricadas e complementares (o que não exclui suas contradições).

A complexa discussão sobre a modernização brasileira também sentiu os efeitos da dicotomia analítica preponderante no campo das Ciências Sociais⁴. Através deste modelo, tudo era explicado por uma categorização mecânica entre norte ou sul, desenvolvido ou subdesenvolvido, atrasado ou moderno. Tal padrão de análise ignorava modernizações alternativas, alheias aos padrões europeus de modernização e modernidade, que em seus processos tivessem singularidades e não apresentassem as categorias antitéticas como, por exemplo, campo/cidade ou indústria/agricultura. É importante reafirmar que é nitidamente valorativo o uso destes termos em uma linha de pensamento cronológica e linear de evolução da história, como se cada termo correspondesse a um tempo-espaço, singular e bem definido, melhor ou pior, sentenciando que onde a modernidade predominasse a tradição seria inexistente.

Néstor Garcia Canclini aponta a importância da separação entre modernidade que seria relativa a uma “etapa histórica” e modernização enquanto um processo social diretamente ligado a construção dos modernismos e da própria modernidade. Ele propõe o pensamento sobre nossa modernização enquanto portadora de fracassos e contradições, bem como a modernidade sendo um projeto “polêmico e suspeito portador de vários sentidos e valores”. O autor reconhece a existência de posições sobre uma modernização “oficial”, com uma “industrialização sólida” (como a que é reproduzida por Perry Anderson, que afirma uma crise da modernidade ocidental), porém, no que se refere à América Latina, a “modernidade é vista como uma máscara”. Ao ver de Canclini, a modernidade Latino-Americana seria deficiente embora ocorresse um modernismo vivo e ativo, mas tal descompasso seria decorrência do hibridismo sócio-cultural.

O autor é flexível ao afirmar que a vida universitária foi modernizada por possuir em seu nicho filósofos positivistas e cientistas sociais, mas que conviveram com o caciquismo, a religiosidade e a manipulação comunicacional, desacatando as contradições da América Latina e sua modernização insatisfatória. A modernização socioeconômica e o que chama de “modernismo simbólico”, a partir da década de 1990, andam lado a lado, mas foram bancados, sobretudo no âmbito da cultura, principalmente pela iniciativa privada. Esta modernização singular (que gera uma problemática pós-moderna) é expressa por Canclini (2008, p. 353) em uma advertência metodológica:

4 Esta discussão sobre a modernização baseada no dualismo teórico pode ser apreciada em autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e Roberto DaMatta e fica evidente na obra *Modernização seletiva*, no capítulo intitulado “Sociologia da Inautenticidade” de Jessé Souza (2000).

Contudo, a análise exposta neste livro não permite estabelecermos relações mecânicas entre modernização econômica e cultural. Nem tampouco ler esse processo como um simples atraso, mesmo que em parte o seja em relação às condições internacionais de desenvolvimento. Essa modernização insatisfatória deve ser interpretada em interação com as tradições que persistem.

O já citado sociólogo israelita Eisenstadt, em sua obra intitulada *Modernização: protesto e mudança* (1969), através de aproximações e diferenciações entre cada tipo de modernização, tipifica uma série de elementos que caracterizam esse fenômeno como, por exemplo, os sócio-demográficos e estruturais pertencentes à organização social. Diferentemente de muitos autores que abordam o tema, Eisenstadt (1969, p. 121) o vê sob um prisma multifacetado com distinções entre uma primeira fase da modernização nos séculos XVII e XIX correspondente a Europa ocidental e América do norte e uma segunda fase referente à América do sul, África e Ásia nos séculos XIX e XX. Sobre os padrões da segunda fase da modernização que interessam a este trabalho, o autor em questão afirma que

todas as sociedades pertenceram, em seu estágio inicial de modernização, ao tipo cindido. Todas tiveram um atraso na modernização, e em muito casos, inicialmente, resultante das periferias de vários centros modernos políticos e culturais. O processo de modernização desenvolveu-se inicialmente sob o impacto de forças externas e somente em pequeno grau devido à iniciativa interna e transformação de seus grupos e camadas mais amplos.

Além deste apontamento generalista, mas fundamental para compreensão do processo de modernização e a modernidade Latino-americana, Eisenstadt⁵ (2001, p.127) assegura categoricamente a característica fundamental da mesma: a dualidade. Tal processo identificado e caracterizado pelo autor servirá de base para refletir sobre a coexistência do discurso da modernidade e da tradição na América Latina e em específico em nosso país:

a mais importante de tais características tenha sido a dualidade estrutural dentro da sociedade, isto é, a coexistência, sob condições de mudança social contínua, de diferentes setores sociais, especialmente um desorganizado e tradicional, e outro moderno, similarmente desequilibrado e não-integrado.

A dualidade estrutural que o autor identifica nas sociedades Latino-Americanas possui níveis de representação que podem ser localizados nas conexões entre estruturas tradicionais mais velhas e as relativamente mais modernas, que continuam a coexistir devido à noção de história em movimento. Essa dualidade também pode ser localizada no fenômeno do êxodo rural e da intensificação rápida da urbanização, o que posteriormente gerará problemas como a marginalização de imigrantes e indivíduos advindos do campo, e em uma atitude meramente

5 Embora o autor parta de uma base dualista de análise das modernizações, ele vai além desta, corroborando e ratificando sua teoria sobre as diferentes e plurais modernizações. Ele aponta como principal característica dos países pertencentes à segunda fase da modernização, a dualidade estrutural (moderno-tradicional), mas não recai no imediatismo que apontaria uma como excludente da outra. O que Eisenstadt faz é justamente o contrário ao afirmar que tais práticas coexistem em uma mesma sociedade e fazem parte de um tipo específico de modernização.

adaptativa do setor rural ao urbano. A adaptação gerou uma modernização que não tinha repercussão positiva na estrutura interna dos grupos mais tradicionais, pois estes continuaram com a perpetuação de tipos tradicionais de relacionamento, paternalismos, interesses individuais priorizados, etc., o que reforçou a formação de elites tradicionais que mais adiante buscaram aliados nos poderes militares e outros grupos conservadores.

Tais características, ou problemas, juntamente com uma instabilidade econômica e política, em uma sociedade onde há o desenvolvimento de uma “sucessão de novos regimes políticos, ditaduras militares ou cominações de vários grupos oligárquicos e populistas incapazes de atender eficazmente e continuamente aos problemas da modernização” (Eisenstadt, 1969, p.137), evidenciaram uma intersecção de práticas modernas intercaladas com as já instaladas tradicionalmente. Isso confirmou as contradições internas e as constantes crises e colapsos acentuados a partir da década de 30 do século XX.

Especificamente sobre a modernização brasileira, Eisenstadt afirma que da mesma forma que a Venezuela e o Chile, embora com trajetórias diferenciadas, evidenciou-se uma extrema dualidade estrutural marcada por centros modernos fracos, gerando uma rápida mobilização social e urbanização, como já comentei anteriormente em linhas gerais sobre a modernização Latino-Americana. A transplantação rápida de estruturas modernas em estruturas tradicionais gerou uma desorganização social intensa, mas “ao mesmo tempo (principalmente no Brasil), existiram grandes reservas de comunidades e atitudes tradicionais” (Eisenstadt, 1969, p.140) que se tornaram empecilhos para o processo de modernização, mas também reforçaram movimentos de criação de uma identidade nacional, característicos da modernidade e evidentes na pós-modernidade.

Com teses sobre diferentes modernizações, corroboradas em teorias sobre as chamadas modernidades múltiplas, contamos com outros pensadores brasileiros como, por exemplo, Jessé Souza e a antropóloga Lia Zanotta Machado⁶. O sociólogo brasileiro Jessé Souza pensa a modernidade (ou melhor, as modernidades) brasileira a partir do conceito de “seletividade”. Para esse autor, no decorrer da dinâmica do desenvolvimento há uma seleção prioritária de alguns valores, já naturalizados como característicos da modernização ocidental em prol de outros, o que não invalida a singularidade da modernização característica de cada lugar. Com a exposição dessa prática, Jessé Souza quer validar a experiência de modernização brasileira, calcada em valores próprios e por vezes diferenciados da tradição interpretativa da modernização ocidental⁷. O autor critica os teóricos da “sociologia da inautenticidade” que defendem que a modernização de Brasil teria sido “imperfeita” frente à modernização dos EUA, que seria “perfeita”.

Lia Zanotta Machado, por sua vez, afirma a existência de uma modernização diferenciada do modelo europeu clássico, e localiza algumas singularidades do modelo de desenvolvimento industrial de nosso país através da quebra de dicotomias analíticas.

Calcada sobre o conceito de *hibridação*, a conexão entre modernidade e tradição, a convivência e mescla destas duas categorias ocorre em arranjos singulares e, como já citei neste trabalho, é melhor explorada pelo argentino Garcia Canclini em seu livro *Culturas Híbridas* (2008).

6 Tais visões sobre a modernização brasileira podem ser encontradas nas obras: *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*, de Jessé Souza (2000), e corroborando e partilhando de algumas idéias do autor, o artigo *Mulheres e política: o lugar da tradição da modernidade Latino Americana*, da antropóloga Lia Zanotta Machado (1990).

7 Porém, este autor é muito crítico com o conceito de hibridação que encontra em Canclini ou DaMatta, com uma crítica semelhante à de Cornejo Polar (2002). Esta crítica (Souza, 2003) será desenvolvida depois.

Um conceito

Em meados dos anos 90 o conceito de hibridação ganha destaque através de tentativas de ser repensada a relação entre modernidade e modernização na América Latina, entre modernidade e tradição nas várias esferas (cultural, política, social), e em processos de constituição de estruturas híbridas. Nas palavras de Canclini, a hibridação caracteriza-se por: “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (2008: XIX).

Diferentemente dos conceitos de sincretismo ou mestiçagem que denotariam uma harmonia e um encontro sem contradição, o termo hibridação abrange diversas “mesclas interculturais” não ficando restrito as mesclas raciais (mestiçagem), misturas religiosas e de “movimentos simbólicos tradicionais” (sincretismo). Os processos híbridos, portanto, podem ser identificados em um longo trajeto de manifestações, começando pelas formas sincréticas culturais derivadas da mistura entre elementos do homem português, espanhol e nativos. Da mesma forma que nos projetos de independência nacional e modernização na América Latina, em que há uma clara distinção entre modernismo e modernização, porém intercalados por tradições que penduram durante o processo de modernização e o modernismo cultural.

Hibridação é um termo que se desdobrou para além dos estudos culturais, migrou para as teorias sociais, e encontrou espaço até mesmo em vertentes da teoria literária. Ainda sem tradução no Brasil, a compilação *Hybridity and Discontent: politics, science, culture* (Brah & Coombes, 2000), tem o termo como ponto de partida para uma reunião de artigos sobre a hibridação e sua pertinência para discussões como: miscigenação racial, discurso científico, pós-colonialismo, e outras questões contemporâneas essenciais para um melhor entendimento da configuração atual das estruturas sociais. Sua utilização, portanto, permeia áreas propositoras de estudos sobre práticas culturais, sociais, e políticas em que o dualismo metodológico já não consegue proporcionar explicações satisfatórias sobre a modernidade e a modernização latino-americana. Porém, é importante lembrar que tal conceito não basta para que haja a eliminação dos binarismos.

A fim de detectar e analisar os processos de hibridação na América Latina, bem como as articulações entre moderno e tradicional, modernidade e pós-modernidade, Canclini centra-se em três processos que seleciona como principais para explicar o fenômeno: a quebra/mescla das coleções geradas pelos sistemas culturais; a desterritorialização de processos simbólicos; a expansão de gêneros impuros.

De acordo com Canclini (2008, p.73)

Os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas, educativas e comunicacionais modernas.

A mesma idéia é partilhada por Jesus Martín-Barbero em artigo intitulado *Modernidad y Posmodernidad en la perifería* (1996) quando afirma que tal modernização deve ser compreendida no entrecruzamento e coexistência, e não na (considerada e defendida por muitos) ruptura total do tradicional com o moderno.

Para o filósofo colombiano Martín-Barbero (1996, p. 283), o senso comum acadêmico por muito tempo afirmou que as sociedades Latino-Americanas foram externas à modernidade, essa idealizada, otimizada (homogênea e pura), herdada do modelo europeu, nesta linha

de pensamento estas sociedades degradariam tal modernidade, o que acentuaria o “mal-estar da modernidade”. Para esse autor, a pós-modernidade reordenaria as relações da singular modernidade Latino-Americana com as tradições, relações que estariam relacionadas intrinsecamente a cultura e a política. As novas visões que configuram as diferentes modernidades, tanto a europeia, que passaria a ser vista como um processo não unitário, integrado e coerente, quanto à modernidade dos países Latino-Americanos, traz à tona a superação de imagens idealizadas e abre possibilidade para duas outras visões:

Una, la modernidad no es lineal e ineluctable resultado em la cultura de la modernización socioeconómica sino el entrelazado de múltiples temporalidades y mediaciones sociales, técnicas, políticas, y culturales. Dos, quedan fuertemente heridos los imaginarios –el desarrollista y el complementario- que desde comienzo del siglo oponen irreconciliablemente tradición y modernidad, ya sea por la vía de una modernización entendida como definitiva “superación del atraso” o por la del “retorno a las raíces y la denuncia de la modernidad como simulacro” .

Neste mesmo artigo o autor traz contribuições pertinentes para esta discussão apontando que somente a partir dos anos 60, com a consolidação das indústrias culturais e suas consequências, pode-se falar em modernidade latino-americana. Caracterizada de maneira pontual, esta modernidade possui como elementos formadores o descentramento das fontes de produção da cultura (tanto em seus meios detentores como de produção, propagação e vinculação), estilo de vida calcado no consumo, substituição dos mundos simbólicos, fragmentação das comunidades e conversão em públicos cada vez mais fragmentados pelos estilos de vida marcados pelo mercado. De igual forma, Brunner (1996, p. 38) concebe a experiência da modernidade, em dimensão Latino-Americana, como

una experiencia compartida de las diferencias pero dentro de una matriz común proporcionada pela escolarización, la comunicación televisiva, el consumo continuo de información y la necesidad de vivir conectado en la ciudad de los signos.

Para entender a complexidade que envolve esta modernidade Latino-Americana, o conceito de hibridismo propicia, através de uma utilização positiva do termo⁸, a compreensão de novas dimensões analíticas e a possibilidade do rompimento de binarismos. Estes seriam próprios de análises sobre esta modernização e modernidade, análises que acabam em reducionismos analíticos e determinações essencialistas e unívocas. As dicotomias (metrópole versus colônia; preto versus branco; tradição versus moderno; cidade versus campo; cosmopolitismo versus nacionalismo) muitas vezes reduzem e obscurecem a compreensão dos processos de miscigenação e entrecruzamentos, principalmente culturais, raciais e linguísticos.

Todavía nem tudo pode ser compreendido pelo viés da hibridação, como todo conceito, ele é paciente de limitações, equívocos e ambivalências, o que posso constatar na crítica feita por Cornejo Polar⁹ (2002) sobre os limites e perigos do uso do conceito e sua apropriação por

8 Utilizada por Homi Bhabha (2003), Stuart Hall (2003), Martín Barbero (1996), dentre outros, e aqui no Brasil por Renato Ortiz (2001), Lopes e Macedo (2002, 2006), Napolitano (2001), Abdala Jr. (2004), Oliven (1992), Moreiras (2001).

9 Discussão presente no artigo intitulado *Mestizaje e hibridez: los riesgos de las metáforas*. *Apuntes*; Revista Iberoamericana, Vol. LXVIII, Núm. 200, Julio-Septiembre 2002, 867-870. Os Limites mencionados por Canclini (2008) na introdução da obra *Culturas Híbridas* referindo-se ao artigo de Cornejo Polar: *Una Heterogeneidad no Dialéctica: Sujeto Y Discrudo Migrantes em el Perú Moderno*. Revista Iberoamericana, University of Pittsburgh, vol. LXII, n 176-177, jul.dez.1996.

sujeitos detentores do poder. Tal apropriação poderia acirrar ainda mais as desigualdades e enquanto processo reafirmar e positivar, legitimar discursos e negativizar, apagar outros, delegando assim ao termo hibridação uma conotação negativa relativa às relações conflituosas (culturais, nacionais, raciais) que envolvem seus processos. A principal crítica realizada por Cornejo Polar refere-se também a uma falsa harmonia entre estruturas modernas e tradicionais que o conceito de hibridação pode “esconder”, “camuflar”. Esta é a opinião compartilhada por Jessé Souza, pois segundo ele, o Brasil se modernizou sim, as instituições hegemônicas são o mercado e o Estado, e a singularidade da modernização brasileira enquanto híbrida legitima a desigualdade estrutural, pensada como uma herança da escravidão e uma distribuição heterogênea das bases psicosociais dominantes na modernidade. Embora recuse totalmente a opinião de que “há setores modernos e setores pré-modernos”, achando que por baixo disso há um “racismo cultural”, substituto contemporâneo da teoria da “democracia racial” como construção ideológica para justificar a desigualdade, nota-se que Jessé Souza não realizou uma leitura aprofundada de Canclini, pois se limita a compará-lo a DaMatta como “teóricos da hibridação” equivalentes e intercambiáveis.

A utilização do termo na perspectiva teórica de Canclini é pertinente para uma negação da pureza e coerência intrínseca de procedimentos, mesclas de coleções organizadas por sistemas culturais, desterritorialização de processos simbólicos e surgimento e expansão de gêneros considerados impuros (por um viés estético, a mescla do escrito e do visual), referentes à construção de novas estruturas sociais, práticas culturais, políticas (e também objetos estéticos), ou mesmo na forma de ver as velhas.

Esses fenômenos só podem ser verificados devido à expansão urbana, que é uma das principais causas da hibridação, como Canclini (1996, p. 283) afirma sobre a América Latina:

Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação local com redes nacionais e transnacionais de comunicação.

Por conseguinte, é proposta uma nova forma de entender uma situação pós-moderna¹⁰, como a convivência (sem negar o conflito) entre o moderno e o tradicional, como algo novo gerado a partir das divergências entre modernismo cultural e a modernização social.

Dois discursos

Diante da proposta de pensar a modernidade e a tradição em suas relações de proximidade ou distanciamento, é crucial atentar para a existência de diferentes, polissêmicos significados que tais termos carregam em diferentes contextos e períodos históricos, e principalmente

¹⁰ Não entrarei em maiores detalhes neste artigo, mas é importante destacar que Canclini (2008) vê a pós-modernidade somente como uma problematização das articulações que a modernidade tem estabelecido com as tradições que vem tentando “superar”, e a vê também como uma abertura para as diferentes manifestações culturais e reivindicações políticas. Considero que estes fenômenos, além disso, permitem falar de uma nova condição, nova “realidade histórica e sócio-econômica” (JAMESON, 1997), e o próprio Canclini parece contradizer esta afirmação quando afirma que a pós-modernidade não seria uma superação da modernidade (2008, p.356), ou seja, a seu ver esta fase não se daria por uma ruptura total com a modernidade.

quais os sentidos mais adequados a serem usados neste trabalho.

Assim como tais termos possuem uma gama de possibilidades interpretativas, podem-se constatar nos parágrafos anteriores as diferentes e múltiplas possibilidades de leituras da modernização, em especial a modernização brasileira, formada por diferentes elementos que fogem do padrão clássico de modernização.

É lugar comum no imaginário social a percepção de que o termo “tradição” está conectado a um universo semântico que pressupõe o estático, imutável, irrompível, homogêneo e eterno. Ao dedicar-me a uma averiguação etimológica de tal termo, constatei que o mesmo, de acordo com o filósofo brasileiro Bornheim, vem do latim *traditio*, que se relaciona com o verbo *tradire* e significa “entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração para outra geração” (Bornheim, 1978, p.18). Ou seja, a tradição requer movimento. É o que percebo ao verificar que o passar de geração em geração pressupõe uma dinâmica de vozes e valores que são entregues e muitas vezes modificam-se, adéquam-se ao tempo e espaço e são mediados por outros meios, que não os orais ou escritos, no decorrer do caminho. Esta reflexão a partir da etimologia do termo faz pensar que é um contra-senso considerar a tradição através de bases fixistas e imutáveis, pois na base da mesma, há uma dinâmica temporal (presente-passado) que lhe é intrínseca, própria.

Na mesma linha de pensamento, é lugar comum o uso do termo “moderno” para designar atitudes, valores, estilo de vida, que não possuem relação alguma com o passado, o velho, e muito menos com a tradição. Como duas substâncias químicas incompatíveis, que se rejeitassem mutuamente e não pudessem ser postas em um mesmo recipiente. Considero o possível equívoco desse pensamento que prepondera, escondendo a sutil relação com o passado a todo instante, pois, derivado do latim *modernus*, o significado primeiro é relativo ao domínio do que aconteceu agora, há pouco tempo atrás, e o que está acontecendo, o que evidenciaria uma relação intrínseca com o passado, que é o presente no agora. O relógio, grande símbolo da modernidade, deixa à mostra a quem quiser ver o paradoxo moderno relativo ao tempo, que carregamos conosco física e mentalmente a cada instante. O presente é um passado prestes a ser um futuro suprimido pelo presente.

Portanto, de acordo com o primeiro pensamento esboçado acima, dicotomicamente a tradição estaria ligada ao passado eterno, e o moderno estaria ligado ao presente eterno, esta é a hipótese que norteou o pensamento científico dominante até meados dos anos 80 e gerou olhares equivocados tanto para o passado, quanto para o presente. A multiplicidade de olhares simultâneos para trás e para frente tem conquistado sua validade na contemporaneidade ao negar a possibilidade de isso ou aquilo, mas aglomerar isso e aquilo, por em evidência o contato desde sempre existente na dinâmica da história, o movimento. Como afirma Bornheim (1978, p.15)

É fácil perceber que existe uma tração recíproca entre conceitos como continuidade de descontinuidade, estaticidade e dinamicidade, tradição e ruptura. Realmente, tudo acontece como se um dos termos não pudesse ser sem o outro.

Marshall Berman (1988, p.18-19) em sua obra mais conhecida *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, em relação às polarizações que tomaram conta dos debates nas ciências sociais, aponta que foi a partir do início do século XX que ela tornou-se mais intensa. Há em diversos campos (artísticos, sociais, econômicos) uma afirmação e formação de um imaginário dualista que pôs em uso a conjunção “ou”, quando ou tomava-se partido pela modernidade que

libertava, ou pela tradição que era sinônima de atraso e escravidão. Na mesma direção de “de rígidas polarizações e totalizações achatadas” a própria modernidade fora pensada desta maneira:

A modernidade ou é vista com um entusiasmo cego e acrítico ou é condenada segundo uma atitude de distanciamento e indiferença neo-olímpica; em qualquer caso, é sempre concebida como um monolito fechado, que não pode ser moldado ou transformado pelo homem moderno. Visões abertas da vida moderna foram suplantadas por visões fechadas: Isto e Aquilo substituídos por Isto ou Aquilo.

Nesse sentido considero que a “pós-modernidade não exclui a modernidade, mas é uma continuação sem ruptura da mesma” (Haesbaert, 2002), Canclini (2008, p.356) afirma que a modernidade é

uma condição que nos envolve, nas cidades e no campo, nas metrópoles e nos países subdesenvolvidos. Com todas as contradições que existem entre modernismo e modernização, e precisamente por elas, é uma situação de transito interminável na qual nunca se encerra a certeza do que significa ser moderno.

O mesmo autor postula uma crise da modernidade, crise que estaria vinculada estreitamente a uma crise das tradições, do cruzamento histórico entre ambas, o que geraria uma “problemática pós-moderna”. É neste sentido que no datar de hoje voltamos nosso olhar ao passado para entender, pretendendo uma ciência social “nômade” em que o presente se faz fundamental para a identificação de fenômenos gerados por esta problemática, esta conexão entre duas temporalidades e tudo o que isso envolve. A crise anunciada, “não deriva apenas do que separa nações, etnias, e classes, mas também dos cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam” (Canclini, 2008, p.18).

O complexo confluir e coexistir de diferentes vivências e produtos culturais tradicionais convivendo com, por exemplo, os pertencentes à modernidade, são importantes na consideração de um repensar na relação entre poderes diferentes gerados pela heterogeneidade cultural, e explicar o que o autor chama de “poderes oblíquos”¹¹, que “misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas, e as transações de uns com os outros” (Canclini, 2008, p.19), que é o que pode ser facilmente visualizado em nosso país.

Canclini apresenta uma vasta lista de fenômenos que demonstram a retomada ou “restauração” da tradição (termo usado por ele), que vão da apreciação da arte incaica pelos moradores de Nova Iorque, até um tecelão oaxaqueño que tecia imagens de Picasso e Miró e era reconhecido positiva e internacionalmente por isso, e além de tudo, movia-se com “fluência do zapoteco ao espanhol e ao inglês, da arte ao artesanato, de sua etnia à informação e aos conhecimentos da cultura massiva (Canclini, 2008, p.248). Enfim, pode-se encontrar tal fenômeno, seja em movimentos artísticos e literários, na produção e circulação da chamada cultura de massa ou mesmo em resgates em relação à memória social de um país, uma cidade, um grupo. Outro exemplo referido é um comentário de Good Eshelman sobre os povos nahuas, no México, produtores e vendedores de amates, povo este “mundano e sofisticado

¹¹ Este processo fica mais bem explicado no sétimo capítulo da obra de Canclini (2008).

(...) usam a vida de seu povo e seus costumes como norma para processar informação e entender os outros” e é isso que lhes dá êxito comercial, justamente pela mentalidade tradicionalmente “aberta e flexível”.

Também se pode pensar a intersecção destas categorias de maneira clara e pontual como faz Lúcia Helena de Oliveira Cunha (2009). Para ela, tais processos se manifestarão através de um trabalho sobre ordens e desordens socioambientais e a valorização dos diferentes tempos, considerando que isso possa levar a um novo refletir sobre estas relações enquanto processos que podem levar a novas disposições socioculturais e também ambientais, através de um conhecimento tradicional do pescador artesanal¹². De acordo com a autora (2009, p.9) o pensar simultâneo de uma

nova relação entre o pescador e a natureza – fundada em nova ética – implica um olhar sábio e simultâneo para frente e para trás; ou, numa linha de rotação do tempo, um olhar que envolve o atrás sem ir para trás, o que permite pensar no enlaçamento entre os tempos de ricas e distintas maneiras. Isso requer pensar em novos paradigmas que permitam, a um só tempo, resgatar e restaurar a tradição pesqueira (ou os saberes da tradição) sob novos termos num circuito interativo entre temporalidades distintas que possibilite a conjunção entre tradição e modernidade, entre o saber patrimonial e o saber científico e entre saberes transgeracionais, numa relação de coetaneidade.

Ao aceitar a existência da convivência entre discursos modernos e tradicionais que dão corpo a processos híbridos pontuais, admite-se também uma noção não linear da história, ou seja, o tempo ocidentalmente pensado de forma linear, principalmente com conotações valorativas de evolução. Compreender a representação e vivência do tempo (e também do espaço) em diferentes lugares e culturas é fundamental para a compreensão de como ocorre a delimitação entre moderno e tradicional, bem como suas convivências através da apreensão de um presente em movimento que contenha o passado (de fato, presente).

O marco histórico ocidental é relativo a uma concepção da transição do tempo tradicional para o moderno, ou seja, está presente em nosso imaginário a sequência passado, presente e futuro. Tal marco que, com uma noção transversal da história, com a intersecção entre discursos bem como seus respectivos tempos combinando-se, perde todo o seu sentido.

Os processos híbridos dão margem a um repensar do tempo, um repensar da história e da própria ciência (sempre calcada no tempo linear). A relação da modernidade com, por exemplo, as comunidades tradicionais ou pré-modernas demonstra quanto o tempo moderno interfere no tempo de tais comunidades, senão de todo, abrindo brechas e provocando contradições e conflitos.

A modernização Latino-Americana pode ser concebida, conforme Canclini, por via da compreensão da heterogeneidade multitemporal de cada nação, ou seja, não através de uma

12 Com semelhantes incitações a maneiras de agir e formulação de novas concepções, o teórico Enrique Leff (2001) convida-nos a pensar sobre uma nova epistemologia ambiental, com um cunho absolutamente compromissado, político. O mesmo faz a proposição de um diálogo entre os saberes das mais diferenciadas áreas, com a configuração de um novo modelo de conhecimento baseado da reflexão e rompimento com os padrões, a quebra de paradigmas da ciência tradicional (mas sem pretender tal fato). Para ele, a razão modernizadora foi responsável pela crise ambiental de hoje, e somente através de um diálogo entre distintos discursos científicos (conhecimentos) e culturais, o que abarca sociedades e saberes tradicionais.

dicotomia e oposição autoritária substituinte do tradicional, mas como tentativas constantes de renovação de diversos setores, como já comentei neste mesmo trabalho. Para o autor, deve-se pensar na história a partir de uma perspectiva não-linear, que não veja passagens abruptas, mas processos constantes, como modernização e a as contradições da mesma que “expressam a heterogeneidade sociocultural, a dificuldade de realizar-se em meio aos conflitos entre diferentes temporalidades históricas que convivem em um mesmo presente” (2008, p.83). Esta modernização pode ser evidenciada em canais comunicativos como o rádio, a televisão e a internet, ao transmitirem informações ao ouvinte, espectador ou internauta, e tecerem relações, mesclarem a uma só vez dependendo do lugar onde cada indivíduo está, tempos díspares, através de diferentes conteúdos (étnicos, religiosos, regionais).

Ao partir de uma não linearidade do tempo, e da própria história de modo descontínuo, os processos híbridos no campo cultural podem ser mais bem constatados e pensados no modernismo e em suas manifestações estéticas, bem como na arte híbrida pós-moderna.

Os dois discursos e(m) outros vários

Nesse trabalho a obra de arte é entendida como parte da realidade social e também produção desta, não é vista somente em seu aspecto estético¹³, mas, sobretudo social. Como um elemento que faz parte da estrutura social, expressão da “productividad social y espiritual del hombre” (KOSIK, 1967, p.155). Como portadora de elementos linguísticos, temáticos, ideológicos que, à maneira bakhtiniana¹⁴, devem ser considerados na totalidade da obra artística, enquanto uma relação de elementos externos e internos, que em nada se relacionam com o condicionamento social da mesma.

Ao mesmo tempo em que o artista contemporâneo ganha em liberdade de criação, ao permitir-se partir de lugares imaginariamente inventados e híbridos, ele também se encontra sem uma paleta de cores a lhe mostrar os paradigmas que sustentavam sua arte (cânone, a noção romântica de gênio, criatividade, originalidade), e é claro, perde sua aura benjaminiana.

Os processos híbridos que se apresentam nas obras literárias referem-se a instâncias como os conteúdos da criação literária, mas principalmente a forma estética, que caracteriza a obra de arte e reflete o verdadeiramente social, que não nos deixa cair em um “sociologismo do reflexo” (segundo o qual, a obra seria só um espelho da realidade). Por isso, considerarei também o estilo, para ir além de uma simples interpretação social das obras a partir de seus conteúdos.

Há um mapeamento e rastreamento feito por Canclini de expressões artísticas resultantes de práticas híbridas, principalmente literárias, que mesclam literatura e jornalismo, literatura e cinema, literatura e quadrinhos, além de se fazerem presentes em algumas teorias contemporâneas que buscam compreender a literatura por um viés que priorize a hibridação enquanto processo cultural, são evidenciadas na lista de exemplos que selecionei. Isso para que, após a discussão realizada neste mesmo artigo, possa haver um significativo aumento da compreensão da relação entre as produções literárias, discursos literários, e sua intrínseca relação com a sociedade, o homem produtor.

13 Refiro-me ao *New criticism*, uma escola metodológica do começo do século XX que portava uma atitude em que a literatura só poderia ser vista e estudada em sua estética, de acordo com a sua “literariedade”, jamais a considerando como um documento, histórico, social, biográfico.

14 Para o teórico Mikhail Bakhtin o signo linguístico vai além da comunicação, ele porta em si uma visão de mundo, uma ideologia.

Neste momento do trabalho, a referência plural a discursos refere-se a conceitos que abrangem diversas manifestações discursivas. Considero aqui o discurso enquanto mero texto falado ou escrito, mas não abrindo mão do conceito foucaultiano, e falando-se manifestações artísticas discursivas e discurso literário é fundamental conceituar o que compreendo por discurso literário. Para tanto, Manguineau (2011, p.53) auxilia na explanação e entendimento do conceito quando afirma que o discurso somente é constituído e efetivado em sua circulação na sociedade, vinculado por uma “Instituição discursiva” (ou literária)

A noção de instituição literária designa a vida literária (os artistas, os editores, os prêmios etc.). Podemos ampliar seu domínio de validade, como o fazem muitos sociólogos, levando em conta o conjunto de quadros sociais da atividade dita literária, tanto as representações coletivas que se tem dos escritores, como a legislação (por exemplo, sobre os direitos autorais), as instâncias de legitimação e de regulação da produção, as práticas (concursos e prêmios literários), os usos (envio de um original a um editor...), os *habitus*, as carreiras previsíveis e assim por diante. Essa ampliação do campo de visão promoveu uma profunda renovação da concepção que se pode ter do discurso literário.

Adotar o discurso, em específico o discurso literário, atentando sempre para o contexto histórico-filosófico de sua constituição enquanto construtor do objeto literário (ou meio para crítica de) significa realizar não apenas uma análise linguística e semântica de tal objeto (no caso, discursos literários) descrevendo e/ou explicando seus níveis linguísticos, mas, principalmente produzir interrogações sobre as condições de emergência e concretização do mesmo. Deve-se sempre perguntar, questionar, quais são os dispositivos discursivos que possibilitaram a irrupção de determinadas práticas discursivas (que não outras) em um determinado momento histórico-social.

É fundamental lembrar que as hibridações não permitem a vinculação rígida das classes sociais com os estratos culturais. Distâncias (nem sempre rígidas em nosso país) entre o que é culto, popular e massivo tornaram-se sutis, ainda que algumas manifestações artísticas tenham tendência em predominar em uma das esferas citadas.

Embora as diferenças entre as classes continuem, o autor afirma que a partir da década de 30 do século XX e acentuando-se da década de 50 em diante, ocorre na América - Latina e em nosso país a organização de um “sistema mais autônomo de produção cultural” (Canclini, 2008, p.84), além de fenômenos estruturais entre os anos 50 e 70, com o processo de modernização brasileira. Isso envolveu a introdução de tecnologias comunicacionais, acentuação da prática de movimentos políticos mais radicais, e ampliação do mercado de bens culturais, como se constata neste trecho de Canclini (2008, p.88)

As indústrias culturais proporcionam as artes plásticas, à literatura e à música uma repercussão mais extensa que a alcançada pelas mais bem-sucedidas campanhas de divulgação popular originadas pela boa vontade dos artistas. A multiplicação dos concertos nos círculos folclóricos e atos políticos alcança um público mínimo em comparação ao que oferecem aos mesmos músicos os discos, as fitas e a televisão.

Desde a década de 20 do século XX há uma reorganização dos cenários culturais e cruzamentos híbridos de identidades, que nos fazem procurar outras formas de pensar como se articu-

lam as relações materiais e culturais-simbólicas entre si e entre grupos sociais distintos. Com ênfase na descoleção e desterritorialização para explicar alguns processos híbridos, Canclini aponta a presença dessas duas formas em práticas artísticas e intelectuais que realizavam enfaticamente interpretações sobre a identidade Latino-Americana, como manifestos de modernistas presentificados no grupo *Martín Fierro* na Argentina e no *Manifesto Antropofágo* (1928) em nosso país, ambos nos anos 20.

Tais modernistas produziram sua arte a partir de lugares híbridos, não mais o solo que nasceram ou foram criados, nem mesmo aquele que passaram grande parte de sua vida, mas sim lugares “imaginados”, que aglomerariam, cruzariam lugares diferenciados. Os modernismos Latino-Americanos para Nestor Canclini (2008, p. 79)

beberam em fontes duplas e antagônicas: de um lado, a informação internacional, sobretudo francesa; de outro, “um nativismo que se evidenciaria na inspiração e busca de nossas raízes” .

Com o subtítulo de “Gêneros impuros: grafites e quadrinhos”, Canclini introduz uma discussão sobre tais gêneros que possuem intrinsecamente a intersecção do visual e do escrito (ou literário), bem como o culto e o popular, e por isso aproximariam o artesanal do industrial e massivo. Foco as histórias em quadrinhos, por sua presença marcada no cotidiano de milhares de pessoas que consomem o gênero. Para Canclini (2008, p.339) a ênfase dada ao gênero, ilustrado (literalmente) pelas tirinhas do cartunista argentino Roberto Fontanarrosa, parte da premissa do autor que aponta algumas técnicas hibridizadoras e a “linguagem heteróclita” do mesmo, que

mediante uma combinação original de tempo e imagens em um relato de quadros descontínuos, contribuíram para mostrar a potencialidade visual da escrita e o dramatismo que pode ser condensado em imagens estáticas.

Sobre o gênero quadrinhos o autor (2008, p.339-345) traz dois personagens de Fontanarrosa, que servem para exemplificar a ramificação, o processo de hibridação que se apresenta na criação dos mesmos. O próspero *Boogie, el aceitoso* é fruto da intersecção de distintos segmentos artísticos: do *thriller* literário, o cinema e discurso político de direita Norte-Americano, e do popular romance de aventura. Já o personagem *Inodoro Pereyra*, que não saiu da Argentina, em relação a tentativas de lançamento em outros lugares, é criado a partir da mescla entre a linguagem folclórica do pampa gaúcho e argentino parodiando o estereótipo, canções e lendas que remetem a esta tradição, além de influências dos *mass media* como programas televisivos que tematizam a identidade nacional, e também a retomada do radioteatro. Este personagem singular também encontra, através de técnicas intertextuais explícitas, outros personagens (El Zorro, Super-Homem, etc.), artistas e intelectuais (como Borges e Darwin) além dos motivos tematizados em discussões envolverem problemas contemporâneos como as fronteiras territoriais, o consumo, a tradição e seu conflito com o moderno, dentre outras.

O autor de *Culturas Híbridas* também se refere a obras híbridas na conceituação de “artistas anfíbios”, que inclui Borges em relação ao gênero de “declarações jornalísticas” onde parodicamente mesclava o real e o ficcional. No cinema isso é representado por Win Wenders, Woddy Allen e Francis Ford Coppola, e na América-latina refere-se a Glauber Rocha, Bruno Barreto e Cacá Diegues, dentre outros, com obras cinematográficas onde se mescla a “popularidade orgiástica e a complexidade estética” (Canclini, 2008, p.361).

É sabido que os modernismos, principalmente em sua primeira fase, têm uma estreita relação com a formação da identidade nacional, como se pode constatar no próprio modernismo brasileiro, que pela posição antropófaga de parte dos intelectuais, revelou a necessidade de uma busca coletiva da identidade, mas saliente, de maneira reflexiva¹⁵. O modernismo Latino-Americano é marco de um projeto cultural novo, como afirma Martín-Barbero (1996), e o hibridismo como processo de entrecruzamento identitário e cultural, também pode ser cotejado através do ponto de vista formal. Em nosso país, isto já engatinha com alguns estudos no campo artístico, através principalmente dos Estudos Literários.

Os estudos literários vem a contribuir para um melhor entendimento da complexidade das manifestações híbridas brasileiras, que esteticamente resultam na representação das novas constituições das identidades culturais, fruto do deslocamento de indivíduos e de discursos. Cito o trabalho de estudiosos como Olinto (2008), Heller (2008), Batista Cardoso (2008), Andréa Fernandez (2008),¹⁶ e outros nomes como Carlos Alberto Farias de Azevedo Filho (2008), Célia Maria Domingues da Rocha Reis (2008), Bernd & Grandis (1995) e também pioneiros como Silviano Santiago (1987) e Paulo Sérgio Duarte (1987) que se utilizam da dimensão sociológica da hibridação para cotejar reflexões sobre o campo artístico-literário.

No ano de 1987, em artigo intitulado "Permanência do discurso da tradição no modernismo", o crítico literário Silviano Santiago problematiza a presença do discurso da tradição dentro do modernismo, o que corrobora para uma melhor compreensão do mesmo, e sua crítica ao passado. Santiago lança uma possível desmistificação do modernismo enquanto um movimento que solicitava o novo com urgência, o original na produção artística, e a valorização do futuro em detrimento do passado. O que, partindo de um olhar linear da história e dos valores cravados no modernismo, pareceria um paradoxo ou contradição dentro do mesmo, é revisitado por Silviano Santiago de maneira esclarecedora, partindo de conceitos e reflexões já manifestas de Eliot, Octávio Paz e Frederic Jameson.

Para ilustrar a volta da tradição (ou melhor, uma volta que esteve sempre presente) Santiago (1987, p.125) afirma que

por volta de 1945, na poesia brasileira há um retorno positivo das chamadas formas clássicas do poeitar, o vírus do soneto *coccus brasiliensis*. Há, por exemplo, um retorno do soneto tanto num Ledo Ivo quanto num Vinícius de Moraes, e vamos encontrar ainda o envolvimento da tradição ate mesmo em João Cabral, quando escreve os poemas utilizando o verso retirado do romance popular, ou quando, a nível de composição, vai utilizar o auto dentro da tradição de Gil Vicente.

Há outros casos importantes que Silviano Santiago traz à tona e merecem ser citados, pois demonstram a força do discurso da tradição que nunca foi anulado, e que muitos quiseram abrandar nesse período. Um destes casos é a viagem realizada pelos modernistas e entusiastas do futurismo (Mário e Oswald de Andrade, e o francês Blaise Cendrars) no ano de 1924

15 Embora concorde com a leitura de Canclini, é importante lembrarmos que Renato Ortiz, em posição adversa, afirma que a modernidade brasileira não foi reflexiva "Espremida entre o pensamento conservador e a questão nacional, tão como ela havia sido posta, a modernização foi assumida como um valor em si, sem ser questionada" (ORTIZ, 1999, p.37).

16 Trabalhos pertencentes à *Revista Itinerários: Hibridismo, configurações identitárias e formais* (2008), Araraquara n. 27 p. 1-231 jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://portal.fclar.unesp.br/labedit/revistas/itinerarios/itine27.php?id=labedit>> Acesso em 01 jun. 2013

para Minas Gerais, buscando encontrar lá um Brasil colonial: as singularidades do barroco setecentista mineiro. Tal viagem foi motivação para uma crônica de Brito Broca, que ao saber do passeio de nossos modernistas manifestou-se indignado com o paradoxo estabelecido e, de acordo com Santiago, o autor foi muito feliz em sua crônica, pois retratou o modernismo dilacerado em sua proposta principal, desde seu início. Esta restauração do passado dentro de nosso modernismo é apontada por Santiago objetivando uma “valorização do nacional em política e do primitivismo em arte”, o que corrobora com a intrínseca relação de nosso modernismo com a reconfiguração do conhecer e definir o que é ser brasileiro, da criação de uma identidade nacional, que estava ligada a ideia de modernização¹⁷. Com o poeta modernista Murilo Mendes, manifesta-se na poesia brasileira o discurso da tradição através da forte tendência e referência ao catolicismo presente em parte de sua obra.

Pontualmente sobre a discussão entre tradição e modernidade em obras literárias contemporâneas (principalmente a partir da década de 80 do século XX), um exemplo muito bem colocado e que deixa claro como na representação literária pode ser realizado um “mapeamento” (através da personalidade, local de origem, relações cotidianas, tempo, espaço, temática relativa à imigração, constituição da nação moderna, etc.) da presença e significação da tradição, é o artigo “Tradição e ruptura em autores brasileiros contemporâneos” de Vera Lúcia Ramos de Azevedo¹⁸. A autora detem seu rastreamento em três obras contemporâneas: *Lavoura arcaica* (Raduan Nassar-1982), *A asa esquerda do anjo* (Lya Luft-1981) e *Os deuses de Raquel* (Moacyr Scliar-1978). A autora parte da ideia de que a contemporaneidade é balizada pela tradição e sua ruptura constante, e que a ficção contemporânea tem uma relação direta com tal problemática, onde a tradição (configurada no primeiro romance como a “ordem”) está sempre pronta a ser rompida através de suas próprias contradições internas. Tal premissa vai ao encontro ao pensamento de Bonheim quando afirma que “tradição e ruptura se espelham reciprocamente, e a dialética dos dois termos esclarece a quantas andamos nessa grande esquina que é a história de nosso tempo” (Bonheim, 1987, p.29).

Estas leituras descolam os determinismos entre autor e obra, referindo as contradições entre modernização e modernismo, permitindo visualizar a heterogeneidade sociocultural sempre presente. Não há como fugir, tanto em relação ao Brasil, quanto no contexto de América Latina de uma forma geral, das polêmicas geradas por tais fenômenos que só reafirmam a presença e movimentação de estruturas posteriormente híbridas.

Lanço a título de ilustração outros exemplos que ajudam a entender como e quanto o termo hibridismo tem lugar nas manifestações artísticas literárias, através da gama de trabalhos relativas aos estudos literários e estudos sobre a linguagem de uma forma geral.

No ano de 2008 é editada pela Universidade Estadual de São Paulo uma revista que elucida muito bem manifestações literárias e linguísticas, discursos que são calcados em fenômenos híbridos na constituição das linguagens que servem de objeto de estudo. A revista intitulada “Itinerários: Revista de Literatura”, com o subtítulo específico “Hibridismo, configurações identitárias e formais”, conta com 13 artigos e duas resenhas de autores pertencentes a diferentes instituições que em seus trabalhos relacionam os processos híbridos à literatura, projetos teóri-

17 O autor de *Culturas Híbridas* afirma que em muitos lugares o modernismo cultural, em vez de ter um papel desnacionalizador, faz justamente o contrário, impulsiona a criação de símbolos e uma identidade nacional, como é o caso do Brasil com a “brasilianidade” iniciada com as vanguardas artísticas nos anos 20 (p.81).

18 Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo17.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2013

cos novos, cultura, identidade, música, feminino, midiaticização, história, historicidade¹⁹, e alguns autores específicos como Maria Carolina de Jesus²⁰. Na apresentação da revista, a co-editora Ana Luiza Silva Camarani afirma que a revista focaliza a hibridação tanto no ponto de vista de constituições identitárias, quanto em torno de configurações formais/estéticas no campo literário, demonstrando que tal conceito tem algumas significações que vem a contribuir para melhor compreensão dos fenômenos literários, principalmente os contemporâneos²¹.

Enquanto manifestação que possui em sua origem estética (seja como forma ou conteúdo) o traço híbrido como ruptura e sobreposição de gêneros literários, a tese *Hibridismo e ruptura de gêneros em João Antônio* (AZEVEDO, 2008)²² mostra a relação entre jornalismo e literatura na obra do escritor João Antônio em um processo criativo que gera uma obra caleidoscópica, plurissignificativa e conflitante (referente à forma da mesma).

Em outro trabalho, intitulado “Híbrida, mas não caótica, a literatura brasileira é” de autoria de Vanusa C.P. Richter (2004)²³, há a verificação de questões, através da análise das obras *Macunaima* de Mário de Andrade e *Iracema* de José de Alencar, típicas do processo de busca identitária dos países periféricos através da hibridação, presente nas duas obras literárias mencionadas.

Há por um viés processual trabalhos com foco na tradução em que o ato de traduzir não seria neutro, pois não colocaria o ator tradutor em um campo neutro, mas em uma operação híbrida por excelência e que submeteria o texto estrangeiro uma espécie de duplo tropismo²⁴.

Por fim, cito ainda a literatura que tem em seu aspecto temático e linguístico a hibridação, mas que de alguma forma ultrapassa conteúdos e se manifesta formalmente no aspecto estrutural do poema. Este tipo de representação ocorre muitas vezes em um ‘entre-lugar’, com a fusão de universos diferenciados e diversos, dentre os quais o sujeito da linguagem se situa mediante um contexto (ideológico, social, político e histórico) que permite visualizar e por vezes ouvir um discurso híbrido em muitos romances e contos brasileiros, como, por exemplo, o artigo “Hibridação e aventura humana”²⁵ de Roberto Carneiro, o posicionamento de Leoné Astride Barzotto no trabalho “O entre-lugar na literatura regionalista:

19 Tais temas, selecionados no “Índice de assunto” da revista, podem ser encontrados mesma com diversos tratamentos e ênfases.

20 Com o foco no hibridismo estilístico, este pode ser conferido nos escritos de Raffaella Andréa Fernandez (2008) que problematiza em seu artigo “Percurso de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus”, a tensão gerada pela mistura de gêneros discursivos (diário/romance/reportagem) na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960).

21 Outra revista que em muito se assemelha a esta, e é importante de ser lembrada é *L'hybride / Lo híbrido: CULTURES ET LITTÉRATURES HISPANO-AMÉRICAINES*, editada no 2º semestre de 2005 sob a coordenação de Milagros Ezquerro, pertencente a Universidade de Sorbonne. Disponível em: < <http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/IMG/pdf/HybrideWEB.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2013.

22 Tese defendida no trabalho de Carlos Alberto Farias de Azevedo Filho, pela Universidade Federal da Paraíba no ano de 2008. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/acervo_joao_antonio/Doutorado/CARLOS%20ALBERTO%20FARIAS%20DE%20AZEVEDO%20FILHO.pdf>. Acesso em 24 junh. 2013.

23 Pode ser encontrado na revista Lume (2004) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7633/000549955.pdf?...1>>. Acesso em 03 jun. 2013.

24 Exemplo de trabalho sobre tradução que deixa explícita a reflexão entre tradução e hibridação, é o artigo “A tradução: modelo de hibridação das culturas?” Annie Brisset. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, Rio Grande, nº6, 2006.

25 Disponível em < http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10361/1/01_02_Roberto_Carneiro.pdf>. Acesso em 09 mar. 2013.

articulando nuances culturais”²⁶, e a poesia do sul-mato-grossense Douglas Diegues que com seu portunhol (denominado por ele de “portunhol selvagem”) por excelência híbrido, mescla línguas (o espanhol, o português e o guarani) -e culturas-, revelando as tênues fronteiras existentes entre elas e o novo derivado da mistura das mesmas, como bem analisa María Eugenia Bancescu no artigo²⁷ “Fronteras del centro/ fronteras de la periferia: sobre el portunhol selvagem de Douglas Diegues”.

Considerações finais

Para uma prática discursiva coerente com o pensamento e enfoque dado por Canclini em *Culturas Híbridas* (2008), obra basilar para este trabalho, é justo que aqui houvesse uma tentativa de enfoque também híbrido, que congregasse diferentes áreas do conhecimento, uma interdisciplinaridade que resultasse da combinação de pensamentos e reflexões em torno do conceito de hibridação e a arte literária contemporânea.

Reafirmo que o conceito de hibridação serviu de base para discussão das relações entre tradição/modernidade/pós-modernidade, lembrando sempre que a reflexão é realizada partindo do contemporâneo para entender os movimentos entre modernidade e tradição. Através deste conceito e revisitando os movimentos e discursos que portam em si mesmos o híbrido (desde o modernismo), nosso olhar para literatura contemporânea é redimensionado para um melhor entendimento e compreensão de processos que envolvem a identidade, as rupturas, e algumas novas formas de representação.

Na observação sobre o aspecto produtivo dos processos de hibridismo, posso considerar que o mesmo reside principalmente na sua grande capacidade de representar o que as interações sociais têm de oblíquo e velado, além de propiciar uma reflexão acerca dos vínculos entre cultura e poder (que nem sempre é vertical).

Além disso, e foi o que motivou grande parte da reflexão sobre tal conceito e sua relação com fenômenos de representação contemporânea, é fundamental lembrar que a relativização do paradigma binário ao qual estamos “formatados” serve para a visualização da ruptura de polarizações e dualismos epistêmicos rígidos, ambos necessários para uma melhor compreensão dos processos formadores de estruturas híbridas em nossa cultura. Voltar o olhar para frente e para trás, na iminência de uma melhor compreensão, é imprescindível para entender fenômenos pós-modernos.

Pensar a pós-modernidade pelo viés da hibridação nos faz problematizar os laços (muitos equívocos) que foram se estabelecendo entre o mundo tradicional, moderno e contemporâneo, que radicalizou várias destas relações. Tal problematização pode ser constatada neste trabalho na referência e discussão sobre aspectos discursivos referentes à tradição e a modernidade, e suas intersecções temporais, fazendo com que compreendamos um pouco mais de nós mesmos, de nosso tempo, de nossa vida.

Por fim, a heterogeneidade temporal advinda de tal cruzamento, essencialmente híbrido, foi revelada em um passeio por produtos culturais, de fato uma mescla presente em discursos literários.

26 Disponível em < http://www.ufgd.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/190/1/ARTIGO_EntreLugarLiteraturaRegionalistaArticulandoNuan%C3%A7asCulturais.pdf>. Acesso em 02 jun. 2013.

27 Disponível em < <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures/article/view/13/11>>. Acesso em 02 mai. 2013.

Ao fim desta reflexão, reafirmo minha posição em acreditar que a existência de estudos que congreguem um olhar híbrido em relação ao seu objeto é fundamental para uma melhor compreensão de fenômenos discursivos plurais, em especial a relação entre conhecimentos sociológicos e estéticos.

Referências bibliográficas

BARONAS, Roberto Leiser. *Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão*. In: V Seminário de Estudos em Análise do Discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas Porto Alegre, 2011.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BORNHEIM, G. O conceito de tradição em *Tradição – contradição*, Zahar / FUNARTE, Rio de Janeiro, 1987.

BRUNNER, José Joaquín. Tradicionalismo y modernidad na cultura latinoamericana. Escritos: *Revista del centro de ciencias del Language* Nº13-14. 1996.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Sobre o pensamento antropológico*, Edições Tempo Brasileiro/ CNPQ, Rio de Janeiro, 1988.

CUNHA, L. H. O. *Olhares sobre a Tradição*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba -Pr: Editora da UFPR, no.4, 2001.

_____, *Ordens e Desordens Socioambientais: saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense*, UFPR (Tese de Doutorado/ Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Curitiba, 2007.

MOTTA, Renata Campos. Ciências Sociais na América Latina: Privilégio epistemológico, estilo original. *Revista Debates*. Porto Alegre, v.3, n.1, p.9-26, jan.-jun.2009.

EISENSTADT, S. N. *Modernização: protesto e mudança: modernização de sociedades tradicionais*. Tradução de José Gurjão Neto. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática: 1997.

KOSIK, Karel. *Dialética de el concreto: Estudio sobre los problemas del hombre y del mundo* Ed.

Grijalbo, México 1967.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MACHADO, L. Z. (1988), *Tradição e modernidade no futuro da América Latina*, UNESCO.

MARTÍN Barbero Jesús. *Modernidad y Posmodernidad en la perifería*. Escritos:Revista del centro de ciencias del Lenguaje, Nº 13-14, enero-diciembre, págs 281-288,1996.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

POLAR, A. Cornejo. El indigenismo andino. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, literatura e cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SANTIAGO, S. Permanência do Discurso da Tradição no Modernismo em *Tradição-contradição*, Zahar / FUNARTE, Rio de Janeiro, 1987.

SOUZA, Jéssé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

Diálogo Teórico das Migrações Internacionais: Desafios Eminentes a uma Compreensão Holística

Moara Ferreira Lacerda¹

Resumo

Busca analisar algumas das principais teorias sociológicas das migrações internacionais, divididos nessa produção em teorias microssociológicas e teorias macrossociológicas. Posteriormente, visa estabelecer uma análise dialética para identificar as principais limitações ainda existentes para o estudo migratório de forma holística e, ao final, apontar questionamentos direcionadores para futuras investigações.

Palavras-chave: Teorias das Migrações Internacionais; Sociologia das Migrações; Microsociologia; Macrossociologia; Dialética.

Abstract

This article seeks to analyze some of the main sociological international migration theories, divided into two groups: micro-sociological theories and macro-sociological theories. Subsequently, this paper establishes a dialectical analysis to identify the main limitations to the study and holistic comprehension of migration. Ultimately, the production appoints investigation questions for future research.

Keywords: International Migration Theories; Sociology of Migration; Microsociology; Macrossociology; Dialectic.

¹ Mestranda em Sociologia Política pela UVV-ES. Bacharela em Relações Internacionais. Bolsista da FAPES.

Introdução

Compreender o fenômeno das migrações internacionais dentro de toda sua complexidade não é um objetivo simples. Embora seja um fenômeno histórico, foi somente a partir do século XX que surgiram as primeiras teorias que visavam estudar a migração e a condição de ser estrangeiro.

Desde então, muitas teorias foram desenvolvidas, cada qual apresentando um fragmento diferente que compõe esse complexo objeto de estudo. Algumas teorias visam à explicação das causas que levam um indivíduo ao ato migratório, outras às dificuldades de integração na sociedade de destino e outras às consequências dos fluxos migratórios tanto para a sociedade de origem, quanto para a sociedade de destino. Além disso, pode-se dividir as teorias em dois grupos: por um lado, temos as teorias que analisam a esfera do indivíduo migrante – as teorias microsociológicas das migrações internacionais – e, por outro, as teorias que enfocam a estrutura e as forças constrangedoras que provocam as migrações internacionais – as teorias macrosociológicas.

Nessa produção, visa-se, no primeiro momento, analisar algumas das principais teorias, tanto da microsociologia quanto da macrosociologia, das migrações internacionais. Nesse momento, inclusive, busca-se encontrar as principais influências da sociologia clássica para a estruturação do pensamento dessas teorias, para compreender como, mesmo não tendo focado seus estudos nas migrações, os clássicos da sociologia possibilitaram quadros teóricos fundamentais para o seu entendimento.

Já na segunda parte do desenvolvimento, busca-se apontar criticamente as consequências decorrentes da divisão macro-micro e as limitações ainda existentes nas teorias, para o estudo holístico das migrações internacionais. Por fim, levantam-se algumas considerações finais dessa análise teórica comparativa, com o intuito de instigar novas investigações e questionamentos construtivos para com o desenvolvimento da sociologia das migrações.

1. Teorias das migrações internacionais

Richmond (1988 apud SASAKI; OLIVEIRA ASSIS, 2000) ao analisar os clássicos da sociologia, percebeu que para Marx, Durkheim e Weber as migrações eram vistas como consequências do processo de desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização das sociedades. Todavia, segundo esse autor, e como se pode perceber pela análise das obras dos clássicos da sociologia, o estudo migratório não ocupava papel de relevância no início do desenvolvimento dessa ciência social. Inclusive, somente Simmel, entre os clássicos da sociologia, irá desenvolver uma análise sobre a condição de ser estrangeiro.

Será apenas a partir do século XX que se desenvolverá uma contribuição teórica específica para o entendimento das migrações internacionais, ou seja, uma sociologia das migrações internacionais. Até então, esse campo de investigação era predominantemente marcado pela sua versatilidade em ser estudado de forma multifocal ou multidisciplinar. Isto é, havia contribuições teóricas de vários campos de investigação buscando compreender as migrações internacionais de forma fragmentada – tanto a sociologia, quanto a antropologia, economia, psicologia social e a geografia estudavam, por diferentes ângulos, as migrações internacionais.

Com o avanço das teorias sobre esse fenômeno dentro da sociologia, surgiu-se a terminologia “sociologia das migrações”. Não obstante, a multidisciplinariedade das migrações se mantém e é percebida por dentro das teorias sociológicas, as quais analisam as migrações

internacionais através de diferentes níveis de análise. Além disso, as teorias possuem elementos que adentram outras áreas do conhecimento, como a economia e a psicologia.

Patarra (2006) divide as teorias sociológicas sobre as migrações internacionais partindo-se de dois modelos analíticos distintos: aqueles que descrevem o início das migrações contemporâneas e os modelos que se referem à continuidade ou persistência das migrações internacionais, no tempo e no espaço. Por outro lado, Sasaki e Oliveira Assis (2000), elaboram uma divisão teórica entre aqueles que buscam explicar o processo de (des)integração social e o processo de assimilação cultural dos migrantes (a Escola de Chicago), os críticos da Escola de Chicago, as teorias econômicas, as perspectivas das redes sociais e as teorias que enfatizam a migração como processo transnacional.

Nesse trabalho, a divisão teórica partirá dos níveis de análise. Portanto, se agrupará algumas das principais teorias dentro da microsociologia por um lado, e, por outro lado, algumas teorias que se destacam dentro da macrosociologia. Essa divisão também foi feita anteriormente por Peixoto (2004).

1. As teorias microsociológicas

As teorias microsociológicas das migrações internacionais possuem em comum o papel analítico conferido ao agente individual. Nas palavras de Peixoto (2004, p.13), “por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão [...] é a racionalidade individual [...] que promove a decisão de mobilidade”.

Consegue-se perceber dentro da microsociologia certas influências do pensamento weberiano. Embora Weber não tenha analisado especificamente as causas e consequências dos fluxos migratórios de sua época e seja mais tradicionalmente referenciado para outros estudos – como a sociologia das religiões, a burocracia estatal, a relação de poder e dominação e estudos sobre o Estado moderno – sua elaboração conceitual da “ação social” é prontamente aplicável ao fenômeno migratório. A sociologia para Weber teria a função de compreender o sentido da ação humana de forma geral, podendo-se enquadrar, portanto, as motivações migratórias.

Para Weber, a ação social, embora esteja na esfera do indivíduo, nunca é um fenômeno isolado, isto é, está sempre em função do outro ou de outros. Uma ação social estabelece-se com base na reciprocidade e para a sociologia de Weber, “compreender uma ação é captar e interpretar sua conexão de sentido” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2011, p.114) dentro da perspectiva de reciprocidade. Na ação social de Weber, destaca-se o indivíduo, mas não o indivíduo isolado; o indivíduo sempre inserido em um grupo ou em uma relação com outro indivíduo.

Weber então trabalha com a perspectiva compreensiva hermenêutica, a qual considera que a realidade nunca pode ser compreendida em sua totalidade – somente se conhece fragmentações da realidade. Por isso, ele trabalha com a criação de conceitos ou “tipos ideais” com o intuito de criar recortes puros da realidade, estabelecendo parâmetros para analisar até que ponto o objeto que se pretende compreender se aproxima dessa realidade pura/ideal (ROSA; SONNI, 2012). Foi assim que o sociólogo estabeleceu a divisão de 4 tipos ideais da ação social. Vale ressaltar que para Weber a classificação das ações sociais em 4 tipos ideais na prática se torna nebulosa, sendo mais uma aplicação teórica e didática.

Os 4 tipos ideais da ação social são: a ação racional com relação a fins (que possui um objetivo claro a atingir); a ação racional com relação a valores (que possui valores claros e que encontra o sentido da ação na própria conduta e não necessariamente nos resultados);

a ação afetiva (inspirada em emoções); e a ação tradicional (ação em função de hábitos e costumes). Esses tipos ideais da ação social são passíveis de identificação e aplicação dentro de duas das principais teorias microssociológicas das migrações internacionais, a saber: a Escola Neoclássica que enfatiza a teoria do *push-pull* e a teoria do capital humano.

A teoria do *push-pull* da Escola Neoclássica considera o indivíduo como um agente racional que visa à migração como opção para melhorar de vida. A escolha por migrar considera racionalmente a relação de custo-benefício – se os benefícios e as possibilidades para melhorar o bem-estar e as condições materiais de vida for maiores que os custos de permanecer no país onde se encontra, então, se decide pela migração (FIGUEIREDO, 2005). A escolha é feita com base nas informações que se possui sobre o país de origem, o país de destino e o objetivo final de melhorar de vida.

Para a teoria do capital humano, a escolha racional calculada em cima de informações que buscam a melhor decisão para melhorar de vida se mantém. A diferença entre essa teoria e a anterior se encontra na perspectiva de tempo: para a teoria do *push-pull* a escolha é feita em cima de cálculos racionais que consideram resultados imediatos ou em curto prazo; para a teoria do capital humano, a escolha por migrar leva em consideração os resultados de longo prazo. Esse descolamento de tempo permite, também, o deslocamento da unidade de análise, deslizando-se do indivíduo para a família (PEIXOTO, 2004). A aplicação continua sendo para a esfera micro, uma vez que a preocupação teórica maior é a identificação das influenciadoras que motivam o indivíduo ou a família a migrar.

São muitas as variáveis que podem ser apontadas para definir se a ação social é racional com relação a valores ou fins, afetiva ou tradicional. Como sabiamente apontou Weber, na prática uma ação não necessariamente se enquadra em apenas um tipo. A categorização é fixa apenas na teoria, uma vez que ao analisar a realidade daquelas que migram, as motivações que formam a ação social fluem-se entre os diferentes tipos ideais. Por exemplo, um indivíduo, ao tomar a decisão de migrar ou não, considera a opção que irá lhe trazer melhores condições de vida e condições de salário. Logo, seria uma ação racional em relação a fins.

Todavia, a decisão sofre influência de outras variáveis: não somente a economia do país de destino será avaliada, mas também aspectos culturais como religião, língua e costumes (os quais podem se enquadrar em uma ação racional com relação a valores); a distância entre país de origem e país de destino, as políticas migratórias do país de destino (outros aspectos de ação racional); se o sistema educacional do país pode proporcionar melhores oportunidades para os filhos de uma família que migra (mistura de ação afetiva e racional com relação a fins e valores) e até mesmo se existe a intenção de reunião familiar com aqueles que já migraram (ação afetiva e tradicional).

Vale ressaltar que as mesmas variáveis podem possuir diferentes significados de acordo com o indivíduo ou membros familiares que se analisam. Isso ilustra certas limitações dessas teorias microssociológicas – com foco na ação social dos indivíduos – para o estabelecimento de padrões ou regras gerais utilizáveis para definir traços universais dos fluxos migratórios.

Se essas teorias focam-se nas motivações migratórias, outra que busca analisar o processo de assimilação cultural do estrangeiro e não as causas que influenciam sua escolha migratória, na perspectiva microssocial, é a Escola de Chicago. Alguns autores clássicos dessa escola, cujos estudos são aplicados para analisar o processo de integração e assimilação do estrangeiro dentro de um contexto urbano são: William Thomas, Florian Znaniecki, William Foot-White, Robert Park, Dorothy Thomas, Zipf, Peter Rossi e Everett Lee. Entre estes, as obras que inauguraram os estudos da sociologia urbana da Escola de Chicago são *“The City: Sug-*

gestion for the Investigation of Human Behavior in the City Environment” de Robert Park (1915) e *“Polish peasant in Europe and America”* dos autores Thomas e Znaniecki (1918).

Embora os estudos da Escola de Chicago tenham focado na sociedade americana e sido bastante referenciados para a sociologia urbana (PEIXOTO, 2004; SASAKI; OLIVEIRA ASSIS, 2000), as produções qualitativa e empírica dos autores procuraram mostrar o processo de interação social entre indivíduo (não necessariamente imigrante) e sociedade. De forma geral, os trabalhos da Escola de Chicago que se preocuparam com o estudo do comportamento humano em ambiente de socialização e urbano são pertinentes para a compreensão da assimilação cultural de um imigrante na sociedade de destino. De fato, “a contribuição da Escola de Chicago, [...] foi que ela se constituiu enquanto um referencial para os estudos migratórios, uma vez que transformou o tema da migração num problema sociológico” (SASAKI; OLIVEIRA ASSIS, 2000, p.16).

Isso ao menos na sociologia a partir do século XX. Afinal, Simmel já havia realizada uma contribuição ao estudo da condição de ser “estrangeiro” em uma terra estranha à sua. Não é à toa que, se existe um nome referencial para os estudos da Escola de Chicago, é constantemente Georg Simmel que aparece (SANTOS, 2012). Afinal, a visão de Simmel de que a sociedade é um “acontecer” constante, um constructo, é fundamental para compreender as formas de interação entre indivíduo-sociedade e estrangeiro-sociedade. Para Simmel o objeto da sociologia deve ser as formas de interação, ou melhor, as formas de sociação: “as formas que tomam os grupos de homens, unidos para viver uns ao lado dos outros, ou uns para os outros, ou então uns com os outros – aí está o domínio da Sociologia” (SIMMEL, 1983, p.47).

Portanto, a individualidade do homem é possível pela sua convivência na sociedade, uma vez que a sociação é “uma forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses” (SIMMEL, 1983, p.60). Percebe-se uma maior liberdade e independência dado ao indivíduo social por Simmel do que com relação ao pensamento de Durkheim. Afinal, o pensamento funcionalista de Durkheim argumenta a existência de estruturas externas determinantes (fatos sociais) para o comportamento e a formação do indivíduo. Além do mais, se a sociedade em Simmel é um processo em construção no qual o conflito possa ser algo bom, para Durkheim a sociedade é um organismo dado onde os conflitos são vistos como anomias indesejáveis que ameaçam a ordem e o funcionamento desse organismo.

É interessante notar que, embora em muitos aspectos os pensamentos de Durkheim e Simmel se afastam um do outro, e a referência direta de influência da Escola de Chicago seja Simmel, é possível notar em alguns pensamentos ou conceitos dessa escola, um raciocínio que se desliza: ora se aproximando de Simmel ora do funcionalismo durkheimiano. Toma-se o conceito de *melting pot* como exemplo de aproximação do pensamento de Simmel.

Nos estudos sobre a assimilação cultural para teóricos da Escola de Chicago, esse termo se refere ao processo de assimilação dos imigrantes na sociedade de destino (nesse caso dos EUA) sem que eles abandonem os seus valores e sua cultura nacional (SASAKI, OLIVEIRA ASSIS, 2000). Ou seja, seria clara aproximação ao pensamento de Simmel que considera o ser estrangeiro como “uma forma específica de interação” (SIMMEL, 1983, p.183). O estrangeiro em Simmel está ao mesmo tempo próximo e distante da cultura da nova sociedade na qual se encontra e, desta forma, apresenta um tipo específico de participação naquela sociedade. Seria uma participação objetiva e positiva, de aproximação e distanciamento, no qual o estrangeiro consegue assimilar uma nova cultura sem perder os laços com sua cultura e seus valores originais.

No entanto, o que se percebeu com os imigrantes na sociedade norte-americana foi justo a falta de assimilação cultural que acabara por fazê-los formarem grupos étnicos isolados.

Essa realidade fez muitos pensadores se afastarem do conceito de *melting pot* e criarem uma perspectiva negativa do estrangeiro, como foi o caso de Parks e sua referência do estrangeiro enquanto “*marginal man*” (SANTOS, 2012). O “*marginal man*” de Parks se aproxima muito mais do pensamento de Durkheim do que de Simmel (embora ele seja autor da Escola de Chicago), uma vez que o estrangeiro seria aquele indivíduo que está à margem da sociedade – aquele que não conseguiu se assimilar e, portanto, é isolado ou excluído de uma sociedade que se pretende coesa.

Afinal, partindo-se do pensamento funcionalista de Durkheim, quando o imigrante é inserido em uma nova sociedade, ele se depara com fatos sociais que lhes são estranhos, resultando, portanto, nas dificuldades de integração social. O fato social, por sua vez, pode ser definido como “maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais” (DURKHEIM, 1999, p.47). Além disso, o fato social é dotado de um poder de coerção uma vez que é imposta ao indivíduo; o fato social está no âmbito da sociedade, a qual existe por si mesma.

Não só por parte do imigrante, a integração também é dificultosa pela sociedade de destino, cuja consciência coletiva e função social se veem na necessidade de absorver um indivíduo cuja consciência individual tenha sido marcada por fatos sociais distintos da sua. A necessidade de integração se torna evidente a partir do momento em que se considera que a falta de integração pode ocasionar em anomia que ameaça a coesão social da sociedade de destino – principalmente se o fluxo migratório seja em massa.

Dessa forma, tendo em vista o conceito de “*marginal man*” elaborado por Parks, não haveria uma possibilidade de “*melting pot*” – ou o estrangeiro se integra por completo na consciência coletiva da sociedade de destino, ou ele é isolado dessa sociedade, já que suas diferenças culturais são vistas como ameaças à ordem e coesão da sociedade. O pensamento funcionalista de Durkheim acaba por demonstrar a existência de forças estruturantes ao comportamento individual e, portanto, é exemplo de teorias que se enquadrariam também na perspectiva da macrosociologia.

O que se percebe, claramente pelo pensamento, alias, pelos vários pensamentos da Escola de Chicago é que eles se aproximam ora de Simmel ora de Durkheim. Logo, a separação entre a micro e a macrosociologia muitas vezes se depara com áreas cinzas. Portanto, a divisão teórica entre micro e macro acaba por ser muito mais uma utilidade didática do que uma condição necessária para a compreensão das teorias da sociologia das migrações.

1.1. As teorias macro-sociológicas

As teorias macrosociais das migrações internacionais são enraizadas na sociologia econômica com forte influência do pensamento marxista. As teorias de forma geral compartilham do pressuposto da existência de uma estrutura econômica que influencia diretamente em uma superestrutura política, social e cultural, onde se encontram, inclusive, as relações dos fluxos migratórios internacionais.

Portanto, na visão dessas teorias, existe uma estrutura de constrangimentos externos criados pelo ambiente socioeconômico que influencia nas ações dos indivíduos. O mais importante para essas teorias macrosociológicas das migrações internacionais não é centralizar a ação racional individual do migrante e, logo, buscar analisar motivações individuais e isoladas que o levaram a migrar. Pelo contrário, é de fundamental importância compreender a estrutura no qual o indivíduo se insere e os constrangimentos que criaram a opção do ato migratório.

Não obstante, vale ressaltar que para essa corrente de pensamento, os indivíduos não são atores passivos que apenas recebem os constrangimentos externos para depois agir isoladamente. Haveria uma relação interativa entre estrutura e agente, como explica Figueiredo: “tal como o contexto social influencia o indivíduo, também este último interage (ou procura interagir) com o ambiente que o rodeia (2005, p.32)”. Ou seja, existe uma relação dialética entre agente e estrutura que gera o fenômeno migratório, embora uma atenção maior seja dada à estrutura por essas teorias. Entre elas duas que se destacam e que analisaremos a seguir são: a teoria do mercado dual e as teorias estruturais do capitalismo.

Para a primeira, o mercado é dividido em dois segmentos decorrentes da relação capital-trabalho. De um lado, tem-se o mercado primário, no qual se concentra o capital, os detentores dos meios de produção e do trabalho qualificado; por outro, existe o mercado secundário, composto por trabalhadores detentores de mão-de-obra não qualificada, distantes da acumulação de capital e, logo, vendedores de força de trabalho. Essa relação é inerente ao modo de produção capitalista e está cada vez mais cristalizada nas economias de capitalismo. Como mesmo afirmou Marx:

o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (1983, p.262).

Esses segmentos teriam poucos canais de comunicação, sendo as condições de mobilidade entre o mercado secundário para o primário bastante escassas (FIGUEIREDO, 2005). A dinâmica migratória funciona em cima da lógica pela busca de oportunidades de emprego, as quais sobram nos países de capitalismo avançado, na esfera do mercado secundário. Ocorre que no país desenvolvido, criou-se um status específico ao entorno dos empregos ofertados no mercado secundário. Sendo esse segmento desenvolvido por meio de força de trabalho barata e não qualificada, os empregos não seriam desejados ou aceitos pela população local. Por conseguinte, haveria uma demanda por trabalhadores imigrantes cujas qualificações se encaixam naquelas exigidas pelo segmento secundário do mercado dual.

Nota-se, então, que a teoria do mercado dual argumenta que não haveria concorrência entre trabalhadores imigrantes e a população local da sociedade de destino desses imigrantes. Ou seja, o desemprego nos países já inseridos no sistema de mercado dual não seria decorrente da presença de imigrantes na economia doméstica, uma vez que a população local visa emprego no mercado primário ou, então, nas esferas do mercado secundário as quais ainda não possuem status degradado. Além disso, ao contrário da teoria neoclássica, a teoria do mercado dual não aceita a explicação de diferenças salariais entre os países como fator indutor da migração (MASSEY et al. 1993).

O argumento dessa teoria centra-se no fator emprego e não no fator salário, uma vez que, com a esperança de um dia chegar ao segmento primário de um país desenvolvido, os imigrantes muitas vezes se submetem a condições precárias de trabalho no mercado secundário desse país, inclusive recebendo menos do que teriam direito. A urgência por uma legislação que garanta direitos dos trabalhadores migrantes e que proteja, inclusive, os indocumentados se decorre dessa condição.

Se a teoria do mercado dual enfatiza a relação capital-trabalho e as divisões socioeconômicas decorrentes dessa relação para explicar as migrações internacionais, as teorias estru-

turais do capitalismo tomam esse mesmo pressuposto como base, porém enfatizam a variável “exército de reserva”, do pensamento de Marx. Keely (2000 apud FIGUEIREDO, 2005) explica que as teorias estruturais do capitalismo dividem o mundo entre os países desenvolvidos de capitalismo avançado e os países pobres, em desenvolvimento, que são economicamente e ideologicamente dependentes dos primeiros.

A relação de dependência estabeleceu-se desde o período colonial, mantendo-se e fortalecendo-se com o avanço do capitalismo mundial. Além de laços históricos de dependência econômica entre ex-colônia e ex-império, os laços também se estabelecem com a aproximação dos países desenvolvidos aos Estados que tenham culturas próximas às suas. Com a intenção de manter e perpetuar o distanciamento entre os países de capitalismo avançado e os países em desenvolvimento, os países desenvolvidos estabelecem a procura por mão-de-obra barata e não-qualificada respaldada pelos migrantes. Essa procura visa atender ao “exército de reserva” que se encontra no país periférico. O exército de reserva é fator inerente ao capitalismo, pois quanto maior o acúmulo do capital no sistema, quanto maior a riqueza, menor será a necessidade de emprego da força de trabalho. Como bem explica Marx:

Com o avanço da acumulação modifica-se [...] a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1:1, para 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de de seu valor global, progressivamente apenas $1/3$, $1/5$, $1/6$, $1/8$ etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que $2/3$, $4/5$, $5/6$, $7/8$ etc., em meios de produção. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. [...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (1983, p.199).

Dessa forma, o migrante que busca o mercado de trabalho no país desenvolvido – uma vez que pertence ao exército de reserva no seu país de origem – não altera a condição de periferia de seu país de origem, mas mantém o funcionamento da lógica capital-trabalho do sistema capitalista. Logo, o distanciamento entre país desenvolvido e subdesenvolvido não estaria ameaçado. As teorias estruturais do capitalismo, portanto, focam-se no lado da procura de mão-de-obra e não no lado da oferta, argumentando-se que os fluxos migratórios seguem a lógica dessa procura muito mais do que da oferta (NIKOLINAKOS, 1975 apud FIGUEIREDO, 2005).

Enfim, por meio dessas teorias, consegue-se perceber como as teorias macrosociológicas e microsociológicas compreendem, ou buscam analisar, o fenômeno das migrações internacionais de forma geral. Não obstante, muitas lacunas ainda estão abertas para que se alcance um entendimento holístico com relação à realidade daqueles que migram.

2. Desafios a uma compreensão holística do fenômeno migratório

São muitas as análises que podem ser feitas através dos estudos das teorias inseridas na sociologia das migrações. Embora só agrupamos algumas teorias aqui analisadas, de forma geral, consegue-se perceber o fato de cada teoria buscar compreender fragmentos específicos a determinado nível de análise.

Portanto, nenhuma teoria consegue apreender de forma holística toda a complexidade inerente ao fenômeno migratório. Nas teorias que focam o nível do indivíduo ou da família (as teorias micro), o estudo se desenvolve em torno das motivações migratórias e no processo de assimilação cultural. Já nas macroteorias a preocupação é com o nível estrutural e as forças que advêm dessa estrutura, provocando a migração. Por conseguinte, deparamo-nos com uma polaridade: se por um lado, as micro teorias restringem-se uma vez que elaboram contribuições muito específicas à realidade de cada migrante individualmente, por outro, as macroteorias correm o risco de serem muito amplas/gerais e, logo, se afastam de problemáticas cotidianas na relação estrangeiro-sociedade de destino.

Nesse espaço que se forma entre as teorias, muitos elementos decorrentes do fenômeno migratório, em sua totalidade, não entram no campo de análise. Em outras palavras, cria-se um vazio teórico para o estudo de vários aspectos da migração e da condição de ser um estrangeiro. A Figura 1 logo abaixo representa essas lacunas existentes entre as teorias das migrações internacionais. Nessa figura, o círculo menor situado no centro é uma representação das especificidades pertencentes às microteorias, já a circunferência maior e preenchida ao entorno, seria representação das análises macro.

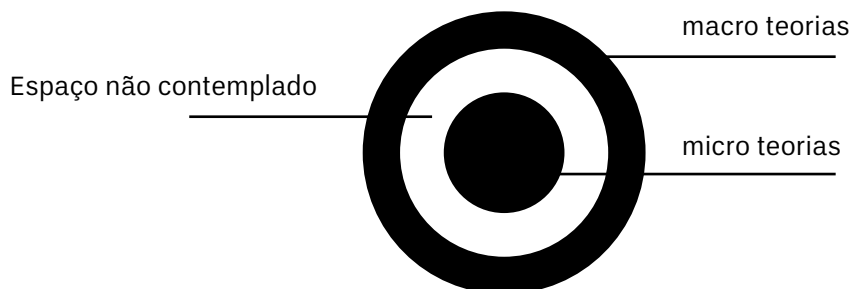


Figura 1. A relação entre as micro-teorias e as macro-teorias das migrações internacionais.

É importante frisar que as lacunas teóricas não decorrem apenas devido à falta de incorporação de determinados elementos inerentes à imigração pelas teorias. Esses espaços vazios existem, inclusive, pela ausência de uma abordagem dialética capaz de entrelaçar as visões específicas de cada quadro teórico para a formação de uma visão holística do fenômeno estudado como um todo.

É necessário uma abordagem dialética e interativa entre agente e estrutura para compreender o processo migratório desde a saída do migrante do país de origem até sua chegada à sociedade de destino; desde as causas individuais e estruturais do ato migratório, até suas consequências para todos os atores envolvidos. Embora realçamos, anteriormente, que as teorias estruturais do capitalismo procuram estabelecer uma análise interativa entre agente e estrutura, essa consideração é ainda embrionária, pois apenas se mantém na consideração das causas migratórias e não no processo por inteiro.

A falta de uma visão holística e dialética persiste até mesmo nas chamadas novas teorias das migrações internacionais, que surgem a partir dos anos 1990, a saber: a teoria das redes sociais e a perspectiva do transnacionalismo. A primeira teoria analisa a formação de redes sociais entre imigrantes e argumenta que essas redes podem diminuir os riscos da migração, o que incentiva a própria mobilização entre as fronteiras (Massey et al, 1993).

Segundo Massey et al (1993) essas redes seriam uma fonte de capital social e, por conseguinte, facilitariam a integração dos migrantes na sociedade de destino. Já para a perspectiva do transnacionalismo de Glick-Schiller, Basch e Szanton-Blanc (1995), é necessário compreender as novas migrações enquanto transmigrações, uma vez que o migrante não rompe suas relações culturais, sociais, econômicas ou familiares com seu país de origem e acaba interligando essas relações com a nova sociedade receptora – como o próprio Simmel já havia defendido.

A ausência de um quadro teórico capaz de analisar certos aspectos do fenômeno migratório continua evidente. Por exemplo, ainda não se estabeleceu uma teoria, ou parâmetros analíticos que determinem de forma consensual o que é “integração” e os mecanismos necessários para poder “medir” níveis de integração. Essa determinação é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas que visam justamente à integração do migrante na sociedade de destino. Seria também bastante útil para determinar os grupos migratórios mais vulneráveis e que, logo, precisariam de uma assistência maior para garantir seus direitos e segurança.

Além disso, as teorias não buscaram analisar as diferenças que decorrem da categorização dos migrantes (migrante forçada, como o refugiado, e migrante voluntário) para o processo de deslocamento e o processo de integração. Muitos questionamentos que merecem investigação derivam dessas categorizações, a saber: será que existe uma maior dificuldade de integração para um refugiado do que para um migrante econômico na sociedade receptora? Haveria uma resistência maior pela sociedade receptora para com esse último em relação ao primeiro, ou vice-versa? A rede de proteção e assistência para um refugiado ou para um migrante na sociedade de destino seria a mesma? Caso não, por quê? São perguntas que devem ser levadas em consideração para a compreensão das migrações internacionais na atualidade.

Considerações finais

São várias as teorias das migrações internacionais, cada qual podendo ser dividida em uma teoria macro ou teoria micro da sociologia das migrações. Embora essas teorias surgiram apenas a partir do século XX, percebe-se que, dentro da especificidade de cada um, elas possuem base nos pressupostos sociais e/ou nas metodologias estabelecidas pelos clássicos da sociologia.

Inclusive, a base teórica nos clássicos não influencia apenas as pressuposições analíticas, mas também o enquadramento da teoria na perspectiva micro ou macro. Apesar de cada teoria apresentar uma contribuição importante para o estudo migratório, a fragmentação analítica que elas apresentam é limitação para a compreensão holística de um tema complexo, como é o caso das migrações internacionais.

A falta de interação dialética entre as teorias limita o campo analítico que deveria se expandir para o processo migratório como um todo. Deixa, inclusive, vários lados desse processo à margem das análises teóricas. Logo, torna-se necessário um diálogo teórico para

preencher as lacunas analíticas existentes e a perspectiva dialética de interatividade entre agente e estrutura para a elaboração de novas teorias das migrações internacionais.

Referências

DURKHEIM, Émile. *Émile Durkheim: sociologia*. 9.ed. São Paulo: Ática, 1999 (Coleção grandes cientistas sociais).

FIGUEIREDO, Joana Miranda. *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto europeu?* Lisboa: ACIME, 2005.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANCK, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*. v. 68, n. 1, p.48-63, jan. 1995.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – livro primeiro: o processo de produção do capital: tomo 2*. São Paulo: Victor Civita, 1983.

MASSEY et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and development review*. v.10, n.3, p.431-466, 1993.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos avançados*. v. 20, n.57, p. 7-24, 2006.

PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: terias micro e macro-sociológicas*. Lisboa: SOCIUS, Universidade técnica de Lisboa, 2004.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. *Um toque de clássicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ROSA, Pablo; SONNI, Rodrigo. *Sociologia Política*. Curitiba: IFPR, 2012.

SANTOS, Ana Carolina. Park versus Simmel: indivíduo e sociedade do ponto de vista ecológico. *Intratextos*, v.4, n.1, p.220-239, 2012.

SASAKI, Elisa Massae; OLIVEIRA ASSIS, Gláucia de. *Teorias das migrações internacionais*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, XII, 2000. Caxambu. *Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000*. Belo Horizonte; UFMG/ABEP, 2000. Anais Online.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983.

Considerações acerca de alguns aspectos teóricos e conceitos-chave presentes na obra de Michel Foucault

Daniel Maurício Viana de Souza¹

Resumo:

Trata acerca de pressupostos teóricos e conceitos fundamentais que permeiam a obra de Michel Foucault. Para tanto, num primeiro momento, traça linhas gerais acerca dos fundamentos estruturais do trabalho deste autor, enfatizando os marcos arqueológico e genealógico. Em seguida discorre sobre algumas categorias específicas, tais como, 'história', 'descontinuidade', 'documento', 'discurso' e 'enunciado', que atravessam de maneira visceral a produção intelectual de Foucault. Analisa posteriormente, a relação poder-verdade, tendo como pano de fundo a formulação foucaultiana sobre os mecanismos disciplinares. Por último, reflete, com base no conceito de 'biopoder', sobre a passagem – sugerida por Deleuze – de uma 'sociedade disciplinar' para a 'sociedade de controle'.

Palavras-chave: Foucault; Arqueologia; Genealogia; Disciplina; Biopoder.

Abstract:

Discuss about theoretical premisses and concepts that permeate the work of Michel Foucault. To do so, at first, traces general lines about the structural foundations of the work of this author, emphasizing the archaeological and genealogical landmarks. Later discusses some specific categories, such as 'history', 'discontinuity', 'document', 'discourse' and 'utterance', crossing visceral way Foucault's intellectual production. Later analyzes the relationship power-truth, having as backdrop the foucauldian formulation of disciplinary mechanisms. Finally, reflects, based on the concept of 'biopower', about the passage - suggested by Deleuze – of a 'disciplinary society' to 'society of control'.

Keywords: Foucault; Archaeology, Genealogy, Discipline, Biopower.

¹ Doutorando em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor do Departamento de Museologia, Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas.



O desafio de trabalhar acerca da obra de Michel Foucault, ainda que seja apenas sobre alguns de seus aspectos, é inerente a sua complexidade e consequente incerteza quanto a esforços de sistematização do seu pensamento. Nosso desafio aqui será tratar de algumas questões bastante caras à construção teórico-intelectual deste autor, tais como as práticas relacionadas às formações discursivas, situadas em uma esfera maior onde o que está em jogo é a preocupação com a construção do sujeito na Modernidade. Dentro deste contexto, se entrecruza uma série de categorias como, história e sua noção de descontinuidade; funções enunciativas; perspectivas disciplinares, etc., todas elas atravessadas por feixes de relações entre verdade e poder.

Embora não fosse um sociólogo, seus estudos interdisciplinares sobre os modos de subjetivação, o poder e o conhecimento, confrontaram algumas das questões mais essenciais para a Sociologia. Para que possamos nos debruçar com mais acuidade sobre determinados aspectos da obra de Foucault que apontam caminhos teóricos e possibilidades metodológicas de contribuição para a pesquisa sociológica, cabe apresentar, a título introdutório, um breve apanhado no que tange a algumas características sobredeterminantes de seu pensamento em geral.

Em razão da já citada dificuldade de sistematizar a obra de Foucault, optamos por estruturar nossa análise seguindo uma certa cronologia aliada à grupos temáticos comuns. Dessa forma então, podemos dizer, grosso modo, que os textos de Foucault na década de 1960 são os “arqueológicos” voltados à questão do saber; na década de 1970 os “genealógicos” com vistas ao tema do poder – ressaltando desde já, que estas duas empreitadas são “não somente complementares como também inseparáveis” (FAÉ, 2004, p. 413). Esta categorização se respalda numa metodologia de pesquisa na qual para se tratar a questão das práticas de subjetivação há a necessidade de uma pesquisa arqueológica, onde se analisa a discursividade local – saberes que perpassam os diversos níveis e estruturas institucionais – agregada ao olhar genealógico que privilegia o estudo sobre as condições de emergência de determinados saberes que balizariam os discursos. Baseado nesta imprecisa organização do pensamento foucaultiano, o olhar sobre sua obra deve estar sempre atento para o seu foco primordial:

(...) o **sujeito** sempre como **efeito do discurso**, ou melhor, de formações discursivas que emergem em meio a um **jogo de forças** que se **atualizam** a cada nova relação, a cada momento, e **não de maneira linearmente evolutiva** ao longo do tempo. (ibidem, p. 410, grifo nosso).

O conceito de arqueologia em Foucault assume caráter específico de acordo de com determinados olhares a partir de determinados textos. Isto se deve a uma constante revisão da maneira de pensar arqueologicamente, refletindo uma certa preocupação do pensador com um sentido de aperfeiçoamento do seu postulado. Este quadro implica para nós em uma necessidade de fragmentar a análise do conceito de arqueologia foucaultiana, levando em conta cada etapa do direcionamento desta perspectiva na pesquisa implementada por Foucault.

A perspectiva arqueológica na obra de Foucault aparece pela primeira vez em “*História da Loucura*”, texto publicado em 1961, vinculada ao termo “arqueologia da alienação”. No ano de 1966 em “*As Palavras e as Coisas*” o filósofo propõe uma “arqueologia das ciências humanas”. Em “*Arqueologia do Saber*” de 1969, a questão é mais aprofundada apontando para uma vertente até mesmo mais explicativa do seu conceito de arqueologia.

Acerca deste primeiro momento do conceito de arqueologia na obra de Foucault, podemos considerar a categoria de arqueologia da alienação como fundamental ao permitir o autor tratar da questão da loucura no grau zero de sua historicidade. Isto significa dizer que Foucault não privilegia uma história daquilo que já foi dito da loucura, mas sim as **condições de possibilidade** do pensamento sobre ela. Aliás, esta é uma contribuição inovadora que Foucault traz aos estudos filosóficos, históricos e sociais da produção científica. Ele está preocupado mais com as condições para a constituição de uma historicidade definida por experiências limites de uma cultura e/ou uma sociedade, do que com uma história sem interações respaldada em princípios de racionalidade sem nenhum caráter prescritivo.

Em “*História da Loucura*” há um trabalho descritivo sobre a correlação das estruturas fundamentais da experiência, ou seja, a perspectiva histórica das condições que tornaram possíveis o aparecimento de uma ciência sobre a loucura – como, por exemplo, a Psicologia. O surgimento deste saber é visto por Foucault como um resultado sócio-cultural, motivado por uma dada experiência da loucura. Em outras palavras, é a Psicologia e demais saberes correlatos, consequência de uma mudança de perspectiva acerca da loucura, que ao contrário de antes, começa a ser considerada uma doença.

Em um segundo momento de sua arqueologia, Foucault alarga as fronteiras de sua análise chegando a abranger em seus estudos, de uma maneira geral, as ciências humanas. No livro “*As Palavras e as Coisas*” o prisma arqueológico passa por uma revisão fundamental quanto aos seus questionamentos. A noção de **descontinuidade** é trazida para o âmbito da questão histórica. Tal visão arqueológica propõe um pensar acerca do homem a partir das rupturas e dos vazios existentes nas dispersões da continuidade dos acontecimentos. Esses acontecimentos são discursivos e como tais marcam uma possibilidade de análise distinta das histórias tradicionais balizadas na continuidade.

O terceiro momento da análise arqueológica foucaultiana se encontra mais fortemente em “*Arqueologia do Saber*”. É neste livro que além de estarem expostos os principais pressupostos teóricos da arqueologia, aparecem as principais categorias e conceitos a serem tratados aqui em nossa análise. O posicionamento arqueológico de Foucault neste estágio retoma questões expostas em obras anteriores, porém de maneira crítica, ao propor uma revisão a determinadas posturas e argumentações antes afirmadas².

Nesta breve passagem sobre a questão arqueológica proposta por Foucault, é possível perceber um traço em comum entre os três níveis aqui apresentados, a preocupação com a temporalidade do sujeito histórico-social. A tentativa de compreensão das condições que possibilitam o surgimento de determinado fato histórico em um determinado contexto social e, por conseguinte, seu sujeito, é a característica fundamental da arqueologia foucaultiana.

Acerca da passagem do período arqueológico para o genealógico na obra de Foucault, não devemos entendê-la como um corte que rompe abruptamente com os pressupostos anteriores para dar lugar a novos postulados completamente diferentes. A genealogia não suprime a arqueologia, mas sim representa uma reformulação teórica do posicionamento arqueológico aonde a questão do saber é fortemente relacionada com o **poder**.

A genealogia trata da questão do poder em sua relação com o saber; o poder gera saberes e o saber gera poderes. (...) somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através dela. (PORTOCARRERO, 1994, p. 53).

2 Análises mais precisas serão tecidas no momento propício neste trabalho.

Será a partir da análise das práticas discursivas em suas condições de possibilidade de surgimento e efeito sobre a formação e transformação dos saberes, que Foucault proporá a análise das implicações políticas referentes a estes saberes – futuramente desenvolvida a partir da noção de **biopoder**. A experiência dos sujeitos e seus saberes passa a transcender o campo meramente discursivo, atingindo o nível das relações de poder e conseqüentemente a produção de verdade. É exatamente por conta disto, que a crítica aos discursos institucionais, que estão diretamente relacionados com questões de produção de saber e relação de poder, será o ponto de convergência entre a arqueologia e a genealogia.

Quando falamos de genealogia em Foucault não estamos falando em pesquisa de origem, mas sim em uma procura dos começos históricos, suas configurações de positividade a partir das condições de possibilidades dos próprios saberes. Estamos falando de uma busca da história antes de seu acontecimento, aonde não há verdades pré-estabelecidas próprias de uma origem, um princípio, uma fundação.

De maneira geral estas são as principais características destes que são os marcos fundamentais na pesquisa de Foucault: a arqueologia, que busca responder **de que maneira** se dá o surgimento e o desenvolvimento dos saberes; e a genealogia, que em caráter complementar a análise arqueológica, tenta responder o **porquê** destes saberes, inserindo-os no jogo de poderes enquanto ferramenta política e estratégica. Em ambas as perspectivas, a questão do sujeito – considerado como acontecimento condicionado por fatores que lhe são alheios, sendo esta realidade permeada pelos processos discursivos – é fundamental e determinante. Assim considerando, e tendo em vista o contexto mais abrangente dos escritos de Foucault, acreditamos que o entendimento mínimo acerca dos processos de subjetivação descritos por este autor passa pela compreensão de certas relações entre fenômenos esboçados a partir de categorias conceituais, as quais abordaremos mais detidamente a seguir.

II.

A partir de agora procuraremos aprofundar alguns dos pressupostos teóricos mais caros à obra de Foucault. Atentaremos-nos, sobretudo, a categorias como ‘história’, ‘descontinuidade’, ‘documento’, ‘discurso’, ‘enunciado’, e outros. Questões que aparecem com bastante força especialmente em “*Arqueologia do Saber*”³. Pretendemos ainda, analisar a problemática das relações de poder e verdade, nos debruçando sobre a questão das disciplinas enquanto mecanismo de controle e poder das ações do sujeito, expondo brevemente como, a partir da análise do conceito de ‘biopoder’ se esboça a passagem para o que Gilles Deleuze – fortemente influenciado pelo trabalho de Foucault, mas procurando avançar em sua proposta – vai chamar de ‘sociedade de controle’. De uma maneira ou de outra, todos estes temas fazem parte de uma meta-problemática motivadora da pesquisa de Foucault e o desenvolvimento de seu peculiar método de análise da ciência: a questão do sujeito.

Em primeira instância, o conceito de **história** em Foucault é constituído sob uma visão crítica à noção de temporalidade como um contínuo. A ideia de que os acontecimentos históricos seguem um curso linear é rechaçada em favor da aceitação dos fatos de interrupção nos processos de historicidade. O descontínuo deixa de ser um problema ou uma dificuldade que

3 Tendo plena consciência de que, embora se tratem de elementos importantes presentes na obra de Foucault, sendo muitos deles, conceitos-chave no interior de determinadas discussões propostas pelo autor, este recorte pode não dar conta de maneira satisfatória da complexidade inerente à sua obra – e, em última instância, nem é este o nosso objetivo neste texto.

deve ser afastada da pesquisa histórico-social, e passa ocupar um papel fundamental, tanto como objeto quanto instrumento desta prática. O foco central da investigação histórica se desloca de grandes unidades de tempo, como “épocas” ou “séculos” – que dariam a ideia de grandes continuidades – para as zonas limites, ou os recortes. As noções de tradição e rastro são determinantes para a construção de pressupostos que autorizariam de certa forma uma redução das diversas possibilidades de irrupções na trajetória histórica de um conceito, além de por outro lado, caracterizar uma origem onde saberes simplesmente surgiriam em determinados pontos particulares. Na perspectiva foucaultiana, onde o tempo deve ser entendido como uma sucessão de descontinuidades, a história de conceitos e saberes não pode ser estudada sob o signo de uma evolução ou progresso racional.

Como foi dito anteriormente, esta ideia de descontinuidade sempre causou um certo mal-estar para a pesquisa histórica e portanto deveria ser sempre desconsiderada, ou quando muito, encarada como obstáculo a ser superado. Por este motivo, devemos ter claro que para o desenvolvimento de um olhar sociológico sobre a historicidade da ciência onde o principal pressuposto é justamente a descontinuidade, logo surgem problemas de ordem metodológica inquietantes e que devem ser respondidos da melhor forma possível. Foucault, assim, coloca claramente um dos principais questionamentos referentes à operacionalização desta proposta: de que maneira identificar conceitos que possam possibilitar uma apreensão desta descontinuidade? O autor reconhece esta dificuldade uma vez que em prol de um “benefício das estruturas fixas” (FOUCAULT, 2005, p. 6), a história, mesmo admitindo o conflito e as perturbações presentes nas construções descontínuas, tende a apagar as irrupções dos acontecimentos.

Um outro aspecto crítico desta proposta de Foucault seria o que se refere à noção de **documento**. É comum nas pesquisas científicas que envolvem qualquer caminhar sob a historicidade, considerar os documentos como representantes fidedignos das verdades que emanariam do passado. A questão não deve ser vista de maneira tão simples. Mais do que subitamente buscar nos documentos evidências através de um trabalho interpretativo, o pesquisador deve tentar traçar a rede conjuntural onde se teceu este documento, deve trabalhá-lo no seu interior: organizar, recortar distribuir, repartir em níveis, estabelecer séries, para que assim seja possível traçar as relações da qual fez parte este elemento documental. Somente desconstruindo a ideia do documento enquanto instrumento privilegiado e legítimo do trabalho da história é que seria possível desarticular a ideia de história como representação de monumentos do passado, fazendo-os, em sua qualidade de documento, testemunhos deste passado. A história defendida por Foucault desenha justamente o caminho inverso, ou seja, onde os documentos são transformados em monumentos da história, ou como propõem Le Goff (1996) “documento/monumento”, capazes de desfazerem a frequente e errônea confluência que se faz entre história e memória.

A noção de documento/monumento se encontra paralelamente significativa à perspectiva foucaultiana da história, inclusive por ser esta noção considerada como produto das relações de força e poder existentes nas sociedades em que surgiram. Segundo Foucault, a grande questão da análise histórica passa pela crítica ao documento, ou seja, contestar toda uma visão positivista do documento enquanto elemento objetivo para a representação de um dado passado. A construção da memória social – facultada à história na qualidade de disciplina competente para tal tarefa – se dá através de escolhas, recortes operados através dos documentos. Pois será justamente reconhecendo que estes recortes e escolhas são subjetivos e podem responder a condições de interesses em jogos de poderes, é que se dará esta

construção teórica do documento como monumento. Todo monumento é intencionalmente construído, para fazer lembrar ou não deixar esquecer, em um sentido de reverenciar alguém ou alguma instituição ou mesmo ideal – ou seja, uma representação de poder que se busca perpetuar simbolicamente. O que transformaria o documento em um monumento seria então, sua utilização pelo poder.

A história para Foucault, em suas características arqueológicas, deve se voltar à crítica ao documento, em outras palavras, empreender uma análise intrínseca do documento/monumento. Tal perspectiva origina uma série de problemas metodológicos no que se referem ao próprio *corpus* teórico/documental, seus níveis de análise seus princípios de escolha e, sobretudo, quanto às articulações e relações na teia social onde eles se constituem. O caminho que Foucault proporá como possibilidade de averiguação desta problemática sob seu olhar arqueológico, será a análise do **discurso**, ou melhor, das **formações discursivas** constituintes dos diversos domínios de saber.

O sujeito deve ser considerado sempre como resultado ou efeito das formações discursivas que se dão em meio a relações de poder. Toda sociedade como uma construção histórica se balizaria em práticas discursivas determinadas. Ora, ao estender os fatos histórico-sociais ao domínio do não linear e descontínuo, Foucault suspende também toda possibilidade de leitura das formas imediatas da continuidade discursiva, preparando terreno para uma análise de todas as formas de irrupções possíveis em cada momento do discurso.

Uma característica forte do discurso é que ele sempre estará repousado em um “já dito”, fatos de discursos anteriores que se entrelaçam em um relacionamento complexo onde se definem as regras de existência e prática dos enunciados presentes nas formações discursivas, enunciados estes que por sua vez, seriam partes elementares do discurso. No entender de Foucault, é neste vasto domínio constituído pelo “conjunto de todos os enunciados efetivos (...) em sua dispersão de acontecimentos”, onde se construirão os nós que darão a coerência no interior das tramas nas redes discursivas.

Nesta busca de entendimento sobre as formas de possibilidade de unidades no discurso, a descrição dos acontecimentos discursivos devem se referir à compreensão dos enunciados nas suas peculiaridades. Esta análise dos enunciados não pretende de maneira alguma, tal como é tradição na história do pensamento, uma interpretação destes enunciados. A questão para Foucault – em vez de ficar buscando um sentido oculto que se esconderia no não dito – é o que e de que maneira se regem os enunciados:

(...) trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relaciona a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2005, p. 31).

Importante frisar que um enunciado jamais se esgota através do sentido e da língua, pois estão sempre relacionados a outros enunciados que os precedem e que os sucederão. Trazer a tona, por meio de uma análise discursiva, o espaço onde se constituem os enunciados é, na verdade, descrever nele e fora dele jogos de relações internos e externos. Este olhar sobre as

relações significa um levantamento da memória, por assim dizer, destes enunciados, possibilitando ler nas irrupções e descontinuidades arrolamentos que jamais seriam possíveis no domínio unicamente interno de um determinado enunciado.

Uma proposta de análise das formações discursivas nos moldes foucaultianos significa em descrever os enunciados no campo do discurso e as relações que daí podem ser constituídas. Tomando o enunciado na particularidade de seu acontecimento se pode abrir caminho para determinar as suas condições de existência. Tais condições, ainda que dispersas e repartidas, podem ser, de alguma maneira, estruturadas em determinadas regras que compõem as formações discursivas. Falamos aqui de tentar especificar certas “regras de formação” das práticas discursivas sob grupos de objetos, conceitos, temas, onde fosse capaz de encontrar semelhantes sistemas de dispersão entre um certo número de enunciados. Trata-se de, como afirma Foucault (2005, p. 42), pesquisar se entre esses elementos dispersos, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assimiláveis em um espaço comum.

Quanto ao objeto do discurso, ele difere em cada época, cada sociedade, cada nicho de relações em que se desencadeiam as próprias condições de formação dos discursos. E por este motivo, é necessário de início marcar as “superfícies primeiras” de emergência de tais objetos e saber que, para definir aquilo sobre o qual o discurso se debruça, é necessário adotar um prisma de análise sobre as dispersões, descontinuidades e os limites onde podem se manifestar tais discursos.

Para Foucault então, analisar o discurso é olhá-lo em sua materialidade, isto é, não interpretá-lo a partir daquilo que ele não diz. O que não impede de maneira nenhuma de nos defrontarmos com nosso passado histórico de forma crítica, sabendo que a partir de uma possível revisão de suas verdades estabelecidas podemos perceber a não evidência de nossa realidade presente tão aparentemente manifesto. Abordadas a partir da perspectiva das descontinuidades históricas, as práticas discursivas apontam efetivamente para um jogo onde a produção do saber está inserida diretamente em relações sociais de poder. Nas palavras de Foucault (1996, p. 2),

(...) em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhes os poderes e os perigos, refrear-lhes o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade.

O discurso a partir do momento em que pode ser o veículo para uma verdade respaldada sobre um saber científico, acaba por se emaranhar em uma teia de relações de poder bastante complexa que se encontra difusa na estrutura social. A análise dos diversos mecanismos e procedimentos de regulação do discurso, espalhados sob a forma de micropoderes locais e específicos bastante eficazes no “gerenciamento” do pensamento e comportamento das populações, é um outro aspecto importante na empresa intelectual de Foucault. Deste ponto de vista, poderemos verificar a pertinência da disciplina, ou poder disciplinar, na qualidade de “princípio de controle da produção do discurso”.

A partir do século XVIII, se começa a perceber o corpo humano como objeto e alvo de poder, ou seja, se desenvolve o princípio da “docilidade” ou do “corpo dócil” que é submetido, transformado e utilizado sem que haja resistência. Os métodos de controle e de operação dos corpos e sujeição de suas forças serão propiciados por meio das **disciplinas**. Foucault (2004, p. 119) trabalha esta questão considerando as disciplinas como fórmulas gerais de domina-

ção, não por uma ação coercitiva direta de apropriação dos corpos, mas sim por relações que ao mesmo tempo os tornam tanto mais obedientes quanto úteis.

Esta nova “anatomia política” se constrói em um processo que envolve múltiplos elementos da esfera institucional, tais como: escolas, hospitais, a esfera militar, que operando organizadamente em bloco e de acordo com demandas conjunturais, será capaz de imputar a cada indivíduo na esfera social um olhar controlador sem que se faça senti-lo. Dentre os diversos mecanismos e táticas de operação do poder disciplinar é importante destacar que eles se definem sob um objetivo fundamental de tornar menos custoso e mais eficiente a prática do poder em seus organismos de dominação e controle. Foucault (2004, p.180) sintetiza muito bem esta formulação ao se referir aos propósitos do poder disciplinar que “fazem crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema”.

Na multiplicidade da configuração social as ferramentas disciplinares são empregadas para que se possa tirar maior proveito possível desta heterogeneidade. Procura-se, para tanto, a constituição de “quadros vivos”, isto é, de uma divisão em blocos de interesse onde multidões dispersas e inúteis possam ser organizadas de maneira a otimizar seu potencial político, econômico e social. O controle das atividades é um dos pressupostos empregados neste projeto disciplinar. Uma série de estratégias são desenvolvidas para exercer um controle sobre, por exemplo, o tempo das atividades do sujeito social. Foucault (ibidem, p.133) chega a falar em uma “capitalização” do tempo dos indivíduos que reflete os princípios de controle e utilização, em uma temporalidade que seria linear e evolutiva que estaria intrinsecamente ligada a um modo específico de funcionamento do poder.

Três posturas adotadas como ferramentas do arsenal disciplinar são fundamentais para a garantia de pleno funcionamento deste mecanismo de poder. São elas: o “olhar hierárquico”, a “sanção normalizadora” e o “exame”. O “olhar hierárquico” trabalha como uma espécie de observatório que tem por função vigiar, assim permitindo um controle interior e articulado. A questão da “sanção normalizadora” já diz respeito mais ao aspecto punitivo e tem como princípio retaliativo a exclusão, ou seja, em vez de aplicar um corretivo direto, afasta-se o indivíduo de qualquer possibilidade de recompensa, naquilo que Foucault chamou de sistema duplo de gratificação-sanção. E por fim, o “exame” é o mecanismo que combina a técnicas hierárquicas da vigia com as da sanção que normaliza. Representa quase que uma ritualização, cerimônia de poder onde se estabelece a verdade através de demonstrações da força comandante.

A estrutura do poder disciplinar poderia muito bem ser representada em sua forma ideal pelo modelo arquitetural de Bentham (1977): o Panóptico, ou seja, o princípio da visibilidade total. Esta composição arquitetural é de fato uma “figura da tecnologia política” (ibidem, p. 170), uma vez que permitindo ver sem parar e reconhecer imediatamente, o efeito natural sobre aquele que se encontra condicionado a esta vigia é uma consciência permanente de seu estado. Desta forma, se torna mais assegurado o funcionamento do poder.

A disciplina, assim, considerada como “um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e instrumentos, que se constituem numa espécie de sistema anônimo” (FAÉ, 2004, p. 411), teria como objetivo fundamental ingressar os sujeitos, através do sobrepujo dos seus “corpos dóceis”, em uma máquina de maximização do desenvolvimento econômico. Embora tenha havido uma forte estatização dos mecanismos disciplinares representados por instituições oficiais, o poder disciplinar não pode ser identificado a uma instituição ou um aparelho específico e concreto. Este tipo de poder é, como nos propões Portocarrero (1994), uma tecnologia que se encontraria difusa em uma complexa relação de representações institucionais múltiplas.

Como uma contrapartida do poder jurídico-militar nas sociedades modernas, o poder disciplinar, analisado sob uma ótica genealógica-foucaultiana, representa um exemplo determinante de um processo histórico de fabricação do sujeito, onde no entrecruzamento de discursos que postulam a “verdade” da experiência destes atores sociais, as disciplinas nada mais são do que práticas e mecanismos de regulação do comportamento e da subjetividade. Contudo, cabe ainda ressaltar que, sobretudo a partir da segunda grande guerra há uma espécie de reconfiguração do poder e suas relações nas sociedades modernas que envolve um controle da subjetividade, não como individualidade, mas como ‘população’, representado pelo estabelecimento de um mecanismo de poder – governamental, sobretudo – no qual se prima pela produção de verdades e comportamentos no interior de uma lógica de identificação coletiva. Isto significa, não uma superação da ‘sociedade disciplinar’, em que o objeto do poder é o sujeito e suas propriedades individuais (comportamentos, costumes, etc.), subjogados por estratégias disciplinares e/ou de confinamento (hospitais, clínicas, prisões, escolas, etc.), mas sim, sua intensificação ou radicalização, de modo que se torna alvo e interesse maior do poder os efeitos que produzem a vida em conjunto, tais como, taxa de natalidade e mortalidade, epidemias, escassez de alimentos, dentre outros. Temos então, o nascimento do que Foucault vai denominar **biopoder** ou biopolítica⁴.

Ainda que em seus escritos preliminares Foucault fizesse a distinção entre estas duas noções, sendo a biopolítica uma dimensão integrante do biopoder, posteriormente ele as trata praticamente como sinônimos. Vale ressaltar, contudo, que alguns autores e exegetas hoje preferem delimitar as fronteiras entre estas categorias. Negri (2003, p. 107-108) assim as define:

Denomina-se ‘biopoder’ identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de ‘biopolítica’ quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou de contexto biopolítico pensando no complexo das resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder.

Contemporaneamente vivenciamos um processo no escopo da racionalidade de Estado, que vem se delineando desde o final do século XIX, em que extrapolamos um poder disciplinar e vigilante, em direção a uma regulação virtual⁵ da população – que só se concretiza apoiada no consentimento individual dos sujeitos – amparada nas possibilidades da tecnologia avança. Tal realidade, que para alguns autores⁶ constitui um momento de transição, caracteriza uma nova forma de “tecnologia de poder” inerente ao que se pode denominar de **sociedade de controle**.

4 “A passagem do homem-corpo ao homem-espécie é um sintoma de que o biopoder consolida o direito político de “fazer viver” e “deixar morrer”” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

5 “Virtual” no sentido de que os dispositivos de poder não se circunscrevem mais apenas aos espaços físicos/concretos das instituições. Em vez disso, adquirem cada vez mais fluidez e difusão, de maneira que, possam agir de forma abrangente nos mais diferentes domínios do social.

6 Apenas para dar um exemplo, podemos citar aqui Lopes, Santos e Pombo (s/d): “hoje, nós encontramos num momento de transição (...). Estamos a sair de uma forma de encarceramento completo para uma espécie de controle aberto e contínuo”.

Segundo esta lógica de transição, Gilles Deleuze argumenta que estamos em um período em que a 'sociedade de controle' se estrutura da mesma maneira que, de acordo com o pensamento foucaultiano, a antecessora 'sociedade disciplinar'. Conforme foi dito anteriormente aqui, não se trata de uma superação, um abandono total dos pressupostos "epistêmicos" que regem a 'sociedade disciplinar', mas sim uma exacerbação – e ao mesmo tempo, uma integração – da disciplina e seus discursos postulantes, possível pela sofisticação – em grande medida, tecnológica – dos mecanismos de poder.

Para Deleuze (1992, p. 221), um dos pressupostos centrais que caracteriza a passagem à 'sociedade de controle' é que o disciplinamento aos moldes foucaultianos dá lugar a um permanente controle, contínuo e difuso, que atravessa os domínios estatal e privado. Pode-se até mesmo ponderar na direção de que se há alcançado um êxito nunca antes visto do objetivo do Panóptico de Jeremy Bentham, considerando que o ideal de uma sociedade autovigiada se estabelece sem a necessidade de concretude arquitetônica, já que "(...) as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre fora e dentro". (HARDT, 2000, p. 369).

Viver-se-ia atualmente, então, em uma sociedade que não mais é disciplinada pelo confinamento, mas que em vez disso, é atravessada por discursos substanciadores de um controle contínuo, amplamente difundido através das tecnologias de comunicação e informação, conferindo-lhe uma instantaneidade que torna sua tarefa altamente eficaz e precisa. E como corolário ao próprio pensamento foucaultiano, enfim, não seria incorreto afirmar que simbioticamente os adventos da sociedade de controle e do biopoder estão conectados. Afirmar que se sustentaria sob o argumento de que a biopolítica efetivamente só é plausível a partir do momento em que os mecanismos de poder passam a considerar a subjetivação sob a perspectiva da coletividade em suas possibilidades de reverberação e implicação na vida em sociedade, e a partir disso, se estruturar uma governabilidade capaz de gerenciar (manipular) tais efeitos.

Consideramos, portanto, que estas são discussões pertinentes ao escopo sociológico contemporâneo, e que o aprofundamento e reverberação de tais pressupostos foucaultianos representam uma via valiosa de análise dos mais variados fenômenos sociais. De maneira que, o mérito deste tipo de panorama geral sobre aspectos fundamentais da obra de um autor como Foucault, além dos seus desdobramentos tanto teóricos como práticos, enfim, está na possibilidade de tornar mais sistematizado e, assim, acessível um pensamento profundo e complexo, com grande potencial de contribuição à pesquisa e interpretação da sociedade.

Referência

BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

CORDEIRO, Edmundo. Foucault e a existência do discurso. *Copyright – pensamento, crítica e criação*. Braga: Universidade do Minho, out. 1998. Disponível em: <http://www.udc.es/dep/lx/cac/sopirrait> Acesso em: 04 out. 2005.

DELEUZE, Gilles. Post Scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. *Psicologia em Estudo*. Maringá: Universidade Esta-

dual de Maringá, v.9, n.3, p. 409-416, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08.pdf> Acesso em: 04 out. 2005.

FISCHER, Rosa M. Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n.114, p.197-223, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf> Acesso em: 04 out. 2005.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HARDT, M. Sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, É. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo, Editora 34, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LOPES, Ana Isabel; SANTOS, Sónia; POMBO, Olga. *Da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar>. Acesso em: 27/06/2012.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: A história do saber e das práticas. In: _____ (org.) *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

SÁ, Raquel S. de. A arqueologia: *Como os saberes aparecem e se transformam*. (on line). Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art12.html> Acesso em: 05 out. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentabilidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e PORTOCARRERO, Vera (orgs.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

Pensando sobre a constituição do binário normal-abjeto: do perverso polimorfo na psicanálise freudiana ao gênero performativo de Judith Butler

Érica Aparecida Kawakami¹

Resumo

A proposta desta reflexão, de caráter evidentemente introdutório, é destacar alguns dos discursos que foram se constituindo em torno da sexualidade, procurando evidenciar aqueles aspectos que deram sustentação à nomeação do normal e do abjeto, particularmente, nas formulações psicanalíticas elaboradas por Sigmund Freud nos seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade: As aberrações sexuais, A sexualidade infantil e As transformações da puberdade*, na análise procedida por Michel Foucault acerca do dispositivo da sexualidade e nos escritos desestabilizadores das teóricas Gayle Rubin e Judith Butler.

Palavras-chaves: psicanálise, sexualidade, heteronormatividade, abjeção.

¹ Psicóloga, professora-formadora no curso *Educação para as relações étnico-raciais* (NEAb/UFSCar), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ Universidade Federal de São Carlos).

Interessa-nos nesta reflexão², de caráter evidentemente introdutório, observar alguns dos discursos edificados em torno da sexualidade e seus desdobramentos na nomeação do normal e do abjeto³, particularmente, nas formulações psicanalíticas elaboradas por Sigmund Freud em seus ensaios sobre sexualidade, na análise procedida por Michel Foucault e nos escritos das teóricas do feminismo Gayle Rubin e Judith Butler⁴. De maneiras distintas, os três autores mencionados empreendem releituras da psicanálise freudiana, seja para propor reinseri-la criticamente nos debates acerca das sexualidades, reatualizando-a, evidentemente, seja para contestá-la.

O movimento psicanalítico sofreu grandes cisões desde Freud, fato que promoveu a ampliação dos temas abordados e do próprio campo teórico. Se a retomamos nesse trabalho é pela persistência de proposições psicanalíticas nas produções que tematizam sobre as sexualidades e normalidade por mais de um século, sobretudo, pela possibilidade de destacarmos alguns aspectos das elaborações freudianas que possam subsidiar a leitura dos demais autores quando se referem a concepções psicanalíticas acerca da sexualidade.

Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, de Sigmund Freud, publicados em Viena, em 1905, constituem um dos dois textos fundamentais sobre os quais se sustenta a teoria psicanalítica, como asseguram autores psicanalíticos, dentre os quais, Garcia-Roza (2000). O próprio autor dos *Três Ensaios* os retomou para inúmeras modificações e acréscimos, ao longo dos 20 anos após a primeira publicação. Contudo, cerca de uma década antes da publicação dos *Ensaio*s, a sexualidade já havia se tornado objeto da atenção de Freud, em seus estudos sobre a histeria, ocasião em que ainda não admitia a existência de uma sexualidade infantil.

No ensaio *As aberrações sexuais*, Freud afirma que a “opinião popular”⁵ tem uma representação bem definida da natureza e características da pulsão sexual – a de que ela estaria ausente na infância, seria sentida na puberdade e exteriorizada nas manifestações de atração de um sexo pelo outro e seu objetivo, no entendimento “popular”, seria a união sexual ou os atos que tivessem esse propósito. Para o autor, tais representações “populares” continham, além de erros, imprecisões e conclusões apressadas. Freud afirmava a existência de um considerável número de pessoas que não se enquadravam nessa representação, como as consideradas “invertidas” sexualmente, por se comportarem de maneira muito “diversificada” em vários aspectos (1996, p. 129), como em relação ao objeto sexual tomado, que é do mesmo sexo (ocasionalmente ou exclusivamente). Trata-se de um texto ambíguo que ora parece analisar pulsão e desejo com base em concepções biológicas, hereditárias; ora envolvendo-os

2 Debruçar-me sobre esta inquietante temática foi possível pelas não menos inquietantes aulas do prof. Richard Miskolci, no PPGS/UFSCar, no decorrer de 2012.

3 Miskolci (2012, p. 40) permite o entendimento da abjeção ao escrever: “o abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante”. Para pensarmos sobre a construção colonial do corpo negro como corpo abjeto, destacamos a obra desafiadora de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Em seu livro posterior, *Os Condenados da Terra*, ele escreve também sobre como o negro é construído não só como abjeto, desfigurado, mas como produtor de abjeção. Nesse esquema, ele seria, “ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. “[...]” o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas [...]” (FANON, 1979, p. 31).

4 Para a elaboração deste texto, consideramos, sobretudo, *A hipótese repressiva em História da Sexualidade I*, de Michel Foucault; *Pensando sobre Sexo*, de Gayle Rubin e *Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual*, do livro *Problemas de gênero*, de Judith Butler e os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Sigmund Freud: *As aberrações sexuais*, *A sexualidade infantil* e *As transformações da puberdade*.

5 Aqui e ao longo do texto, as aspas indicam a apropriação de termos presentes nas obras mencionadas, ou seja, são citações literais de termos utilizados pelos próprios autores ou por seus tradutores.

num discurso mais relacional, de tensões, de proibições e manifestações, entre os múltiplos movimentos psíquicos do sujeito e seu mundo externo, onde “quase tudo” seria possível.

Note-se que, embora Freud utilize o termo *desvios* para se referir à *inversão* sexual, ele se recusa a atribuir-lhe um caráter inato ou concebê-la como um sinal de “degeneração”. Em sua explicação para a *inversão*, rejeita também demais concepções apresentadas na época, como a suposição de que para as funções sexuais existissem e correspondessem áreas cerebrais delimitadas (“centros”) masculinas e femininas; e a teoria do “hermafroditismo psíquico” que pressupunha que “o homem invertido sucumbiria, como a mulher, ao encanto proveniente dos atributos masculinos do corpo e da alma; sentir-se-ia como uma mulher e buscaria o homem” (FREUD, 1996, p. 136). Antes, Freud recorre à ideia de uma disposição bissexual do aparelho psíquico humano e de perturbações que afetariam a pulsão sexual em seu “desenvolvimento”, e retoma o contexto da Antiguidade Clássica para apoiar suas reflexões sobre a inversão.

Contudo, em uma nota de rodapé, acrescentada cinco anos mais tarde ao texto inicialmente publicado, Freud afirma que a psicanálise, apesar de ter fornecido contribuições a respeito do mecanismo psíquico de formação da inversão e “enriquecido substancialmente a colocação dos problemas envolvidos” (1996, p. 137), não conseguiu esclarecer completamente sua origem. Nessa ocasião, Freud assegurava que apenas um “tipo” de invertido havia se submetido à psicanálise⁶, o que limitava a sua compreensão psicanalítica da inversão, pois o problema da inversão seria sumamente complexo e incluiria “tipos muito diversificados de atividade e desenvolvimento sexuais” (p. 137). Em outro acréscimo, feito cinco anos depois, em 1915, o autor enfatiza que a sexualidade “normal” não é um dado da natureza e que a homossexualidade, por exemplo, surge como uma *variante* da pulsão sexual normal e afirma:

A investigação psicanalítica opõe-se com toda firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular. [...] todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha de objeto homossexual e que de fato consumaram-na no inconsciente. As vinculações por sentimentos libidinosos com pessoas do mesmo sexo desempenham, inclusive, no papel nada insignificante como fatores da vida anímica normal, e um papel ainda maior que as vinculações semelhantes com o sexo oposto como motor do adocimento. [...] No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química. A conduta sexual definitiva [...] resulta de uma série de fatores inabarcáveis, de natureza em parte constitucional, em parte accidental. [...] a multiplicidade dos fatores reflete-se na diversidade das condutas sexuais manifestas nos seres humanos (1996, p. 137-138).

Freud descreve o predomínio de “constituições arcaicas” e “mecanismos psíquicos primitivos”⁷ na inversão, como a “escolha narcísica de objeto” e a “retenção da importância erótica da

6 Algumas páginas antes, o autor afirmara que algumas pessoas invertidas “aceitam a inversão como algo natural, tal como os normais aceitam a orientação de sua libido, e defendem energicamente sua igualdade de direitos com os normais. Outros, porém, rebelam-se contra o fato de sua inversão e a sentem como um compulsão patológica” (1996, p. 130). Essa insurreição, segundo Freud, é que possibilitaria ao sujeito submeter-se à psicanálise.

7 Os termos arcaico e primitivo, nesse excerto, referem-se ao início da constituição da vida psíquica, mais próximos à ideia de rudimentar.

zona anal”, mas alerta que tais peculiaridades não permitem agrupar os invertidos em categorias diferentes dos não invertidos, uma vez que essas mesmas características estariam presentes na constituição dos “tipos transicionais” e “normais”, assegurando que a diferença entre essas pessoas é apenas quantitativa, embora as diferenças nos resultados possam ser de natureza qualitativa. Mesmo nos casos em que a pulsão sexual toma como objeto sexual “pessoas sexualmente imaturas” (crianças) ou animais, Freud não admite atribuir à loucura ou à doença essas e outras “aberrações graves da pulsão sexual”, aqui também a variação estaria relacionada ao grau de intensidade. Assim também, certo grau de fetichismo, escreve, costuma ser próprio do “amor normal” e continua:

A experiência cotidiana mostrou que a maioria dessas transgressões, no mínimo as menos graves dentre elas, são um componente que raramente falta na vida sexual das pessoas sadias e que é por elas julgado como qualquer outra intimidade. Quando as circunstâncias são favoráveis, também as pessoas normais podem substituir durante um bom tempo o alvo sexual normal por uma dessas perversões, ou arranjar-lhe um lugar ao lado dele. Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão. Justamente no campo da vida sexual é que se tropeça com dificuldades peculiares e realmente insolúveis, no momento, quando se quer traçar uma fronteira nítida entre o que é mera variação dentro da amplitude do fisiológico e o que constitui sintomas patológicos (1996, p. 152).

Ao se referir ao que é descrito na época como perversão, Freud reconhece que é antes a “repugnância” ou o “asco” que conferem às práticas sexuais o “selo da perversão” e assevera que uma predisposição às perversões também faria parte da constituição do que ele chama de normal. Desse modo, a repugnância que algumas pessoas relatam diante do uso sexual do orifício anal e o sentimento de asco diante de uma prática que consideram pervertida, como tocar com os lábios ou a língua a genitália de outra pessoa, é mencionada com ironia: “mas os limites desse asco são, muitas vezes, puramente convencionais; aquele que beija com ardor os lábios de uma bela jovem talvez usasse com asco a escova de dentes dela, embora não tenha nenhuma razão para supor que sua própria cavidade bucal seja mais limpa que a da moça” (FREUD, 1996, p. 143).

Contudo, é no próximo ensaio *A sexualidade infantil*, que Freud desenvolve o argumento de que a sexualidade se manifesta na infância, onde a pulsão não estaria centrada, mas seria auto-erótica⁸, ou seja, não se dirigiria ao outro, mas encontraria satisfação no próprio corpo. O autor mostra que a criança traz em seu psiquismo a disposição para todas as transgressões, apresentando, portanto, uma disposição perversa polimorfa, ou seja, essa disposição seria “universalmente humana e originária”. A sexualidade na infância, de caráter predominantemente masturbatório, seria, então, fragmentada em diferentes pulsões parciais vagando entre objetos e objetivos perversos. É na infância, “à custa de grande parte das moções sexuais perversas” e com o apoio da autoridade, da “moral” (“vergonha, repugnância, asco”), da educação, de certas experiências, por exemplo, que a pulsão sexual será mantida em “cer-

8 Termo introduzido por Havelock Ellis e apropriado, de maneira um tanto distinta, por Freud, nesse seu ensaio.

tos rumos”.

Para a psicanálise freudiana, embora tenhamos todos disposição para as perversões, as quais recalamos e esquecemos, na vida adulta teremos nos tornado homem ou mulher⁹, a não ser que o curso da pulsão seja alterado por fatores que perturbem o seu desenvolvimento. Nossa pulsão sexual poderá permanecer fixada num objeto libidinal que remonte à infância e, ainda que não nos acusem de loucos, degenerados ou doentes, estaremos fora das fronteiras da normalidade, do que é sadio¹⁰. A esse respeito, vejamos o que observam os psicanalistas contemporâneos, Laplanche e Pontalis (1998):

Ainda que a disposição perversa polimorfa defina toda a sexualidade infantil, ainda que a maior parte das perversões se detectem no desenvolvimento psicosssexual de qualquer indivíduo, ainda que o termo desse desenvolvimento – a organização genital – “não seja óbvio” e dependa de uma estruturação não da natureza, mas da história pessoal, nem por isso é menos verdade que a própria noção de desenvolvimento supõe uma norma (p. 342 – 343).

A definição do nosso objeto sexual poderá nos dizer, portanto, se se trata de um “sintoma patológico” ou não, esse é o lugar da sexualidade na psicanálise freudiana, mais precisamente nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, o lugar que nomeia o que escapa ao “curso do normal” e o que, embora potencialmente pervertido, mantém-se nos “rumos normais”. Mas qual é a norma para essa nomeação? Não se trata, como vimos, de buscá-la no consenso social, talvez no estabelecimento da organização genital, como supusera o próprio Freud nos seus *Ensaio*s. Laplanche e Pontalis (1998) entendem que Freud conferiu à genitalidade o caráter normativo da sexualidade, lançando o primado da zona genital, já que ele afirmara que “a plena organização só se atinge com a fase genital” (p. 188), mas questionam se a norma na psicanálise não deve ser procurada em outro lugar.

Na perspectiva psicanalítica clássica, a verdade-essência do sujeito está em nível inconsciente e pode ser lida na sua sexualidade, princípio de inteligibilidade dos dramas pulsionais, cujo acesso pode se dar pelo método da interpretação analítica. O problema da interpretação seria menos os objetos interpretados e mais os pressupostos a partir dos quais se interpretam as manifestações psíquicas: matriz heterossexual, masculina, burguesa e branca. Ou seja, a interpretação dá-se no espaço-tempo da *heteronormatividade*¹¹. É como se dissessem ao sujeito submetido à clínica psicanalítica: *não queremos saber o que você diz ou não diz, mas o que se esconde por trás de cada enunciação, cada associação sua, seus segredos mais profundos e recalados porque é aí que descobriremos a sua verdade (e a nomearemos)*. Para Foucault (1998), esse discurso é um instrumento estratégico de controle e poder na medida em que “explora a tentação de acreditar que é suficiente, para ser feliz, ultrapassar o umbral do discurso e eliminar algumas proibições. E, de fato, acaba depreciando e esquadrinhando

9 Freud afirma, por exemplo, já no final do último ensaio, num trecho que trata da “prevenção da inversão”, que “uma das tarefas implícitas na escolha do objeto consiste em não se desencontrar do sexo oposto” (p. 216).

10 Para Freud, poder-se-á julgar uma perversão como um sintoma patológico quando estiverem presentes nela características de *exclusividade* e *fixação* (ver FREUD, 1996, p. 153).

11 Miskolci (2012, p. 15), em seu livro sobre a *Teoria Queer*, escreve: “a heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida”.

os movimentos de revolta e liberação” (p. 233).

Apesar da evidente contribuição dos estudos de Freud para o campo da sexualidade, ao aproximar as perversões de uma certa normalidade, e defendendo uma “diversidade inata da constituição sexual”, por exemplo, o que sem dúvida representou uma transgressão para o pensamento sobre sexualidade vigente na época, ainda assim a psicanálise freudiana aprisiona o sujeito num vir-a-ser evolucionista, num tornar-se homem ou mulher¹² inescapável, a não ser pela via de uma “vida sexual anormal”, sob a forma de um conteúdo recalcado que retorna, de um percurso da pulsão sexual que foi impedido - pelas experiências ou por fatores constitucionais - de seguir o fluxo esperado para a espécie até a vida adulta, onde estaria definida a escolha do objeto sexual preferencial. A sexualidade seria então, no corpo psicanalítico, o lugar do “discurso da pulsão”, como enunciou Garcia-Roza (2000), o lugar do primado da zona genital para os processos de nomeação do patológico e do normal. Essa primazia dar-se-ia, na concepção freudiana, pela função reprodutora ou pelo “privilégio na ordem da inscrição do prazer” (p. 107). A contradição dessa concepção está no fato de, justamente a psicanálise, que conjectura sobre o desejo e o inconsciente, apegar-se a um viés biologista ao propor também que a mesma pulsão deva servir à manutenção da espécie, chegando à sua plenitude ou completude no encontro genital, como discute Garcia-Roza. Mais problemático ainda é que acaba contribuindo com a conformação dos corpos, restringindo sua movimentação no mundo, porque os marca estereotipadamente como corpos masculinos ou corpos femininos.

Cerca de 70 anos após a elaboração das concepções freudianas acerca da sexualidade, é publicado na França, em 1976, o livro *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*, de Michel Foucault, onde ele denuncia, entre outros aspectos, as funções de normalização da psicanálise e o “conformismo de Freud” em relação ao tratamento das sexualidades não autorizadas. Foucault é crítico e irônico em relação à psicanálise ao dizer, por exemplo, fazendo referência à centralidade atribuída à sexualidade na constituição do sujeito, que “o homossexual do século XIX torna-se uma personagem. [...] Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (2005, p. 13), aqui encerrando com menção ao inconsciente psicanalítico¹³. A pretensão foucaultiana nesse texto é, por meio de sofisticadas análises históricas, buscar as instâncias de produção discursiva e o fio que, durante séculos, ligaram o sexo e a procura da verdade. Foucault assegura ter havido nesses três últimos séculos uma incitação discursiva em torno do sexo (embora falando-se dele como segredo), claro que a partir de um vocabulário autorizado pela polícia dos enunciados. Nesse sentido, afirma que ao mesmo tempo em que há incitação discursiva (polimorfa) em torno do sexo, há regulação, uma espécie de “economia restritiva”, como denomina. O advento do “sacramento da confissão” marca o início do exame de si próprio, da vigilância da carne, do sexo, dos desejos, das fantasias, dos sonhos, dos pensamentos, das imagens. Vigilância que permaneceu, pra além da confissão, na forma de uma “colocação do sexo em discursos” (úteis e públicos), submetendo-o ao “crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 2005, p. 27), cujo

12 Embora Freud admita que os conceitos de “masculino” e “feminino” figurem entre os mais ambíguos e se decomponham em sentidos diferentes.

13 O importante, diz Foucault (1998), “não são os *Três ensaios sobre a sexualidade*, mas a *Traumdeutung* (Interpretação dos sonhos). [...] Não é a teoria do desenvolvimento, não é o segredo sexual atrás das neuroses e das psicoses, é uma lógica do inconsciente...” (p. 261).

resultado foi modificações sobre o próprio desejo e a regulação do sexo para a manutenção de certos mecanismos de poder.

Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou. [...] obstinamo-nos nessa tarefa; convencemo-nos [...] de que o essencial sempre nos escapa e ainda é preciso partir à sua procura (2005, p. 38).

Com o surgimento da “população”, na Europa desenvolve-se todo um discurso onde o sexo da população passa a ser objeto de observações, análise, estatísticas, intervenção, silenciamentos e disciplinamento, aliás, uma multiplicidade de discursos distintos, explica Foucault (2005), que se entrelaçam numa rede; são como que fios dispersados pela demografia, biologia, medicina, pela psiquiatria, psicologia, pela moral e crítica política, mas unidos nessa complexa rede. O sexo das crianças, a masturbação infantil, também passa a ser um problema público, em torno dele se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas¹⁴.

A explosão discursiva europeia que acontece nos séculos XVIII e XIX, ao contrário de uma suposta repressão, veio assegurar à monogamia heterossexual do casal burguês o lugar da regra no campo das práticas e dos prazeres sexuais, enquanto as sexualidades periféricas, mais avizinhas da delinquência e assemelhadas à loucura, agora proliferadas, são colocadas em circulação. A “sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos”, dos que “não amam o outro sexo”, dos que têm obsessões, “pequenas manias ou grandes raias” (FOUCAULT, 2005, p. 46); todas essas sexualidades fragmentárias e fluidas é que serão interrogadas, sofrerão o processo da especiação e carregarão todos os estigmas do desvio pulsional não-genital, por meio de uma multiplicidade de categorias, não mais do quadro dos pecados, mas das doenças, como “loucura moral”, “neurose genital”, “desequilíbrio psíquico” (p. 47), para as quais a meticulosa classificação-patologização do saber-perito-médico foi, então, importantíssima¹⁵. Afinal, os discursos criam os objetos dos quais falam. Para Foucault (1998), a regulação, ou melhor, a sujeição da fala não seria o seu apagamento, tampouco sua exclusão, mas a definição do que será digno de fala e do que será silenciado. A psicanálise, nesse sentido, contribuiu propondo que cada palavra dita e não dita – os silêncios -, seus ritmos, cada fragmento de pensamento, cada intenção, ação, cada sonho, prazeres e desejo, fossem esmiuçados e retraçados todos os seus percursos, desde a mais tenra idade, e fossem “interpretados” como linguagem da sexualidade e, finalmente, alçados à “verdade” do sujeito. Quase que, para cada prazer, criava-se uma ameaça; afinal, o instinto era perigoso, era pre-

14 A partir das formulações de Foucault (2012, p. 111-112) podemos compreender discurso como práticas que sistematicamente criam o objeto de que falam. O autor concebe discurso como “uma série de segmentos descontínuo, cuja função tática não é nem uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas ao contrário como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”.

15 Para uma compreensão mais ampla, ver argumentações de Richard Miskolci (2003), em seu artigo *Reflexões sobre normalidade e desvio social*.

ciso nomeá-lo adequadamente, explicá-lo, cercá-lo. Ao discutir a produção da normalidade e do desvio, Miskolci (2003) escreve:

A psiquiatria separou a reprodução do instinto sexual. Nessa dissociação analítica reside um projeto, qual seja, o de apresentar o prazer como intrinsecamente ligado às “aberrações sexuais”. As teorias sobre os instintos e suas aberrações são necessariamente ligadas ao “problema” da imaginação e do prazer. A tríade instinto-imaginação-prazer reside por trás de todas as descrições de aberrações sexuais, ou, usando o termo que as abrangeria em uma categoria única: a degeneração (p. 112).

O *regime médico-sexual*, como o expressa Foucault (2005) - os saberes pedagógicos, psiquiátricos, psicológicos, os controles familiares - funcionam como mecanismos de incitação tanto de prazer quanto de poder, ao mesmo tempo captação e sedução,

prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abraça por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. [...] Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e sim, as perpétuas espirais de poder e prazer (2005, p. 52-53).

Assim, observa Foucault (2005), o poder, assumindo a sexualidade, ao mesmo tempo em que se torna mais vigilante, se sensualiza e instiga os prazeres. Ao contrário, portanto, de fixar fronteiras para as sexualidades “singulares” ou “despropositadas”, esse tipo de poder inscreve-as nos corpos¹⁶, marcando-os e marcando seus prazeres, pervertendo-os. Desse modo, diferentemente do que propusera Freud, para quem todo indivíduo é potencialmente perverso, pela natureza da pulsão-libido, para Foucault, a sociedade é que seria perversa na medida em que necessita da perversão (por isso a cria, mede-a, faz proliferar e procede à “catalogação das espécies”¹⁷) para legitimar a hegemonia da heterossexualidade. Claro, enquanto Freud está preocupado em definir as bases teórico-metodológicas e conceituais para uma disciplina dos desejos inconscientes, Foucault quer analisar o processo de sujeição que justamente emperra a própria constituição do sujeito (ele mesmo efeito de um saber-poder disciplinar e, diga-se, de um saber-poder masculino¹⁸); fazer a genealogia dos silenciamentos, como explica Bruni (2006).

16 E, também, em suas palavras, se retomarmos o método de investigação psicanalítico que consiste essencialmente em evidenciar não só o significado das ações e das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios), mas também das palavras (LAPLANCHE E PONTALIS, 1998). Para Freud, por meio da palavra, pode-se tornar consciente o psíquico recalçado no sujeito.

17 Na perspectiva *queer*, discute Miskolci (2012, p. 18), “as identidades socialmente prescritas são entendidas como uma forma de disciplinamento social, de controle, de normalização”, por isso, a crítica a uma educação que procura simplesmente constituir novos vocabulários ou aumentar a sigla LGBT, mas permanece capturando (ou assassinando) as expressões afetivas e sexuais das crianças e jovens por meio de uma educação assentada na heteronormatividade - mesmo quando a proposta educativa se alinha com o que o autor chama de uma “luta pró-homossexualidade” - mantendo, portanto, “o impulso normalizador”, ao invés de dar o “passo insubordinado” de “desconstruir as normas e, sobretudo, as convenções culturais impostas por uma tradição que se imiscui em nosso cotidiano violentando nossos desejos e mesmo nossa humanidade” (2012, p. 48).

18 Miriam Adelman, no seu livro, *A voz e a escuta* (2009, p. 141), faz referência a esse “silêncio” de Foucault.

A partir das análises empreendidas por Foucault (2005), podemos entender a sexualidade como um dispositivo histórico que permitiu que o poder¹⁹ se debruçasse, ao mesmo tempo, sobre a vida do corpo e sobre a vida da população. O seu lugar é aquele onde os corpos/indivíduos e a população/corpo social se atravessam. A sexualidade está, portanto, sujeitada ao poder disciplinar (mecanismo de sujeição dos corpos) e à regulação (da população, por um “bio-poder”), ligados um e outro pela “norma”: “administração dos corpos e gestão calculista da vida”, como sintetiza Martins (2006, p. 196).

Como mencionamos anteriormente, o ensaio *Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, escrito pela norte-americana Gayle Rubin, em 1984, também nos permite postular sobre os lugares dos binarismos que hierarquizam as diferenças, a partir de outro ponto de vista: a de uma antropóloga feminista. Na ocasião desse trabalho, Rubin encontrava-se insatisfeita com a predominância de interpretações psicanalíticas das “sexualidades variantes” e com o pressuposto geral de que a psicanálise era campo privilegiado para interpretações de diferenças de conduta sexual. Para a autora, a psicanálise, embora conferisse certa inteligibilidade à análise de gênero e identidade de gênero, não era suficiente para enfrentar convenientemente a questão da variação sexual, tampouco as teorias de parentesco e a categoria gênero. Rubin discorda da idéia de que o feminismo seja o campo privilegiado para uma teoria da sexualidade, já que o feminismo volta-se para a questão da opressão de gênero e não se pode derivar uma teoria da sexualidade de uma teoria de gênero. A sexualidade, assegura ela, não deriva do gênero. Rubin (2003) buscou acrescentar a prática sexual na lista de estratificações sociais e apontar a sexualidade como um “vetor de perseguição e opressão que atravessa outros modos de desigualdade social e que não pode ser reduzido ou incorporado em outros como classe, raça, etnia ou gênero” (RUBIN, 2003, p. 49).

O propósito desse ensaio de Rubin é tecer as relações entre sexo e política. Para a autora, o sexo é sempre político, uma vez que o campo da sexualidade também tem sua própria política interna, suas desigualdades e modos de opressão e histórico. Há momentos, afirma, em que o sexo é renegociado, atualizado, prescrito, legislado. Rubin nos oferece, como exemplo, o período que se estende do final da década de 1940 ao início de 1960, no qual comunidades eróticas que não se ajustavam ao sonho americano do pós-guerra passaram a sofrer intensa perseguição política e sexual. Na década de 1950, inclusive, a “ameaça homossexual” e o “criminoso sexual” (que se tornara objeto de temor e vigilância pública) foram equiparados.

Com uma “teoria radical do sexo”, Rubin (2003) pretendia identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Contudo, relacionava uma série de impedimentos ao desenvolvimento de uma tal teoria, as formações ideológicas sobre pensamento sexual que o concebiam como dado da natureza, imutável, a-social e a-histórico; perigoso, pecaminoso, se seus fins não fossem a procriação; um caso singular, sobrecarregado de significados, encarado com suspeita e severidade. “Pequenas diferenças na forma de encará-lo e praticá-lo”, disse a autora, “são sempre consideradas como ameaças universais” (2003, p. 23). Nesse aspecto, a autora apreendeu as hierarquizações sociais das práticas sexuais, do anormal/abjeto/incapacitados ao normal/respeitável/autorizados, na forma de uma *pirâmide de respeitabilidade*, em cujo topo encontrava-se o casal heterossexual monogâmico legítimo e na base, os indivíduos considerados desajustados de personalidade ou criminosos: transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo e, mais abaixo ainda, o

19 Roberto Machado, na introdução que escreve ao livro *Microfísica do poder*, de Foucault (1998), nos lembra que há uma positividade no poder. O poder “produz o real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. [...] E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (p. XVI).

sexo intergeracional e a pedofilia, considerada expressão máxima da abjeção. Todas essas sexualidades não hegemônicas estariam associadas ao repulsivo (abjeto) e à ausência de qualquer vínculo emocional, sendo-lhes negada, portanto, a própria humanidade. Eram representadas como uma ameaça tanto às crianças quanto à segurança da nação e duramente perseguidas. A legislação sobre sexo promovia um verdadeiro *apartheid* sexual.

Rubin (2003) propõe a reformulação do conceito de opressão sexual porque derivava do entendimento biológico da sexualidade, o rompimento com essa *epistème* que pensava o sexo a partir de um modelo de instintos e suas restrições e defende uma “ética sexual pluralista” - baseada não em modelos binários, já que esses não dão conta das diferenças e variações sexuais. Rubin argumenta em favor da eliminação das “sexualidades obrigatórias” e os papéis sexuais; e de “uma sociedade andrógina e sem gênero (embora não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para o que ela é, para o que ela faz e para a definição de com quem ela faz amor” (2003, p. 22). A autora recusa-se a aceitar que a sexualidade humana possa ser determinada pelo corpo, pelo cérebro, pela genitália ou pela capacidade de linguagem. Embora necessários, não determinam seu conteúdo, suas experiências, ou suas formas institucionais.

Já a filósofa norte-americana, Judith Butler, no livro *Problemas de Gênero*, de 1990, problematiza a idéia de um gênero socialmente construído e, de um sexo como algo natural, anterior ao gênero, do qual este decorreria. A sua proposição é a de que também o sexo não seja um dado da natureza, anterior a uma lei de interdição, ou seja, cultural e politicamente indeterminado. Para ela, o sexo é efeito discursivo e cultural tanto quanto o gênero, portanto, fabricado. Diz ela: “o próprio conceito de sexo-como-matéria, do sexo-como-instrumento-de-significação-cultural, é uma formação discursiva que atua como fundação naturalizada da distinção cultura/natureza e das estratégias de dominação por ela sustentadas” (BUTLER, 2003, p.66). Nesse sentido, argumenta que a relação binária entre cultura e natureza é uma forma de hierarquização e de reificação de relações de subordinação, onde é a cultura que confere significado universalizante à natureza, “transformando-a, conseqüentemente, num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado” (p. 66).

Para Butler (2003), não há um antes e um depois da culturalização do sexo. Não há um sexo antes da construção discursiva do gênero. Não existe aquela base biológica sobre a qual se inscreveria o gênero. E mais, não há um corpo ou um sexo anterior à sua própria enunciação. “Tornar-se” um gênero, para Butler (2003), seria tornar-se naturalizado, por meio de um processo que implicaria na diferenciação de prazeres e de partes do corpo, concepção da qual discorda, explicando que “algumas partes do corpo tornam-se focos concebíveis de prazer precisamente porque correspondem a um ideal normativo de um corpo já portador de um gênero específico” (p.108), portanto, já conformado de acordo com uma matriz heterossexual que regula quais prazeres estão autorizados e quais não, dependendo do corpo.

O teórico dos estudos culturais, Stuart Hall, ao discutir a contribuição de Butler para os estudos da identidade, afirma que para ela “o sexo é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. O sexo é um *constructo* ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (2000, p. 127).

Contudo, como são materializadas as diferenças, os desejos e as regulações nos corpos? Por meio de reiterações das normas, que aos poucos, vão marcando nos corpos o que é incessantemente repetido, nomeado. É o que acontece também com a materialização do sexo. “Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se

faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente *natural*”, esclarecem Miskolci e Pelúcio (2007, p. 258). Assim, se estabelece quem são os sujeitos de direitos, os sujeitos políticos, que terão suas vidas respeitadas, em detrimento dos que terão suas vidas seqüestradas, os de “vida nua”; materializam-se as pessoas como mais ou menos humanas, num gradiente entre normalidade e abjeções, definido pela matriz heterossexual e regulado pela heteronormatividade.

E os corpos, escapam à Lei que convoca, disciplina, vigia, produz e regula? Para Butler (2003), não há nenhum sujeito fora da lei, mas há sempre corpos que escapam - corpos estranhos - não no sentido de uma resistência planejada ou intencional, mas como um deslocamento das relações de poder, também pela repetição performativa, explicam Miskolci e Pelúcio (2007), capaz de provocar fissuras que desestabilizem os binarismos fundados na heteronormatividade. Entretanto, esses deslocamentos não podem se dar no plano individual, mas coletivo, como possibilidade de articulação de outras alternativas ao já estabelecido. A esse respeito, escreve Louro (2001),

o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam” (p. 549).

Nossa apreciação geral dos aspectos destacados anteriormente nos leva a pensar que a psicanálise apresenta possibilidades de revisão crítica e geopoliticamente localizada, a partir da problematização e ampliação de conceitos escritos há mais de um século, num contexto muito particular, a sociedade burguesa austríaca em torno da virada do século XX. A despeito dos empreendimentos totalizadores de Freud ao descrever mecanismos, instâncias e topografias psíquicas, atravessadas por um viés biológico e de ambições universalizantes, a psicanálise nos oferece elementos ricos para a compreensão de processos de subjetivação ou dos “processos interiores que podem fazer com que “interpelações” sejam produzidas ou, de forma mais importante, que podem fazer com que elas fracassem e encontrem resistência, ou sejam renegociadas” (HALL, 2000, p.123), aspecto negligenciado nos escritos iniciais de Foucault, mas retomado (e inacabado) nos últimos volumes de *História da Sexualidade*.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, M. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

BRUNI, J. C. O silêncio dos sujeitos. *In: O legado de Foucault*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BUTLER, J. A matriz heterossexual. *In: Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. A hipótese repressiva. *In: História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade. *In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOURO, G. L. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.* vol.9, no.2. Florianópolis: ____ 2001.

MARTINS, C. J. A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. *In: O legado de Foucault*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *In: Estudos de Sociologia*. vol. 13. Araraquara: UNESP, 2003. p. 109-124.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *In: Revista Gênero*. vol. 7, n. 2. Florianópolis: IEG, 2007. p. 255-267.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2012.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *In: Cadernos Pagu*. vol. 21. Campinas: Unicamp, 2003.

Um breve debate sobre o poder em Pierre Bourdieu e Norbert Elias

Daniel Costa Farias¹

Resumo:

O presente ensaio tem como objetivo propor uma breve reflexão sobre o tema do poder nas obras de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, dois dos principais nomes da sociologia do século XX. Os autores foram aqui escolhidos por terem elaborado amplas discussões acerca do poder, apesar de inúmeras semelhanças e diferenças. Norbert Elias trata o poder como algo eminentemente diverso. Juntamente como a sociedade, a noção de poder não é exterior aos indivíduos, pois, para existir, precisa de variados contextos para que possa ser colocado em movimento e funcionar. Pierre Bourdieu, entretanto, se preocupa de maneira mais específica com as relações de poder existentes na sociedade. As duas teorias são cabíveis para um debate e tem importância ímpar nas ciências sócias.

Palavras Chave: Norbert Elias; Pierre Bourdieu; Poder.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Contato: daniel.farias.c@hotmail.com

Introdução

A teoria sociológica contemporânea ainda vive a relação entre indivíduo e sociedade e, ao mesmo tempo, se depara com a noção de poder. Norbert Elias e Pierre Bourdieu são autores que trabalharam essas questões a partir de suas pesquisas e formulações teóricas. Observamos que tanto Elias quanto Bourdieu são filósofos por formação que em seguida migraram para a sociologia. Os dois atribuíram suas mudanças em circunstâncias de caráter pessoal, a exemplo do horror da guerra e o descontentamento pela maneira como a filosofia era exercida, longe das realidades sociais. Elias, de família judia abastada, serviu a Alemanha na Primeira Guerra. Sua mãe morreu em Auschwitz. Bourdieu, de família mais humilde, notório esportista, se valeu desta habilidade para ganhar destaque na escola. Serviu a França na Guerra da Argélia. Por caminhos diferentes, com conceitos similares, mas com algumas diferenças, ambos se tornaram dois dos intelectuais mais influentes do século XX.

Pensamos ser possível relacionar a obra destes dois pensadores articulando seus conceitos, como o de *habitus*, figuração de Elias e campo de Bourdieu, tendo como objetivo romper com uma perspectiva dialética, capaz de separar indivíduo e sociedade. A noção de poder parece ser bastante importante na obra de ambos. Se levarmos em conta, por exemplo, as análises de Elias sobre a sociedade de corte, ou se tentarmos compreender o livro de Bourdieu sobre o poder simbólico, perceberemos que o poder é algo de comum nos estudos dos dois autores.

O presente artigo pretende ser uma rápida demonstração da noção de poder na obra de ambos os sociólogos. Começaremos expondo Norbert Elias e o seu pensamento a respeito desta noção. Depois virá Bourdieu e o seu entendimento sobre o poder simbólico. E por fim, um pequeno debate sobre o poder.

Elias, a sociologia, o poder

A relação entre indivíduo e sociedade, seus processos, suas formações, é algo que existe na obra e no pensamento de Norbert Elias. O tema da relação entre a sociedade e o indivíduo perpassou a obra de Elias até estender em uma série de questões que arranjaríamos um intrincado; uma “rede”, que norteariam todos os seus estudos sociológicos.

A noção de poder em Elias é algo eminente diverso. Podemos, segundo o autor, analisar o poder de duas maneiras: primeiramente como mudança do padrão de comportamentos e emoções; e logo em seguida, nos referimos à centralização dos mecanismos econômicos e militares. Quando analisamos suas principais obras, tais como *O Processo Civilizador*, *A Sociedade de Corte*, e até mesmo sua pesquisa de campo, o livro *Estabelecidos e Outsiders*, percebemos que Elias se refere aos estudos das relações de poder.

Como relação e não apenas como “coisa” ou “algo”, é importante para tentar compreender a noção de poder. Pois, se não é algo fixo, ele não existe por si só. Juntamente como a sociedade, a noção de poder não é exterior aos indivíduos, uma vez que, para existir, precisa de variados contextos para que possa ser colocado em movimento e funcionar. O poder, em Elias, é relacional. Para haver essa relação é preciso existir um referencial da qual ela parta, e ao mesmo tempo seja exercida. Uma centralidade, no sentido de importância, é essencial para esse funcionamento. A corte nas sociedades de corte, o Estado nas sociedades modernas, são um dos mecanismos de equilíbrio de tensões. O poder pode não aparecer como um simples “objeto”, mas se faz sentir em diversos lugares conforme aponta o autor (2005, p.81):

Nas relações entre pais e filhos e entre senhor e escravo, as oportunidades de poder são distribuídas muito desigualmente. Porém sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas. Sob esse ponto de vista, a utilização simples do termo “poder” pode induzir em erro. Dizemos que uma pessoa detém grande poder, como se o poder fosse uma coisa que se metesse na algibeira. Esta utilização da palavra é uma relíquia de idéias mágico-míticas. O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas — de *todas* as relações.

Notemos que o sociólogo demonstra vários exemplos de relações de poder, a citar, notavelmente, a etiqueta e o cerimonial em uma pequena escala, como na corte de Luís XIV, essas são formas de se exercer o poder, pois esses são os instrumentos que permitem a diferenciação entre os indivíduos, pela proximidade e/ou distanciamento da figura fundamental, o rei. Esse personagem principal da realeza, para ser o que é, necessita do reconhecimento de seu prestígio através da aprovação dos outros. Esse contexto se forma a partir da imagem que o grupo estabelecido tem de si, que por inúmeras razões se contempla como superior aos demais. A posição que os indivíduos ocupam na estrutura social e a função que eles desempenham, para serem respeitados e valorizados, dependem da relação que eles estabelecem com a rede que os envolve. A maneira como o poder vai ocorrer depende, assim, das lutas e das tensões estabelecidas nessa rede de interdependências.

Conforme Elias (2005) as relações de poder modificam de acordo com as transformações no meio social. Nada ocorre sem a participação, direta ou indireta, dos indivíduos nessas redes de interdependências. Não há como pensar em um fator isolado. Sendo assim, podemos perceber ligações entre as mudanças na estrutura social e as mudanças nas estruturas, dos comportamentos e da psique dos indivíduos, o que implica em uma nova forma de se exercer o poder. São transformações, variadas ou não, que ditam o ritmo das relações de poder.

Seguindo essa linha de pensamento, Elias (1994) cita que ao se formarem Estados centralizados sob a égide de um senhor, uma nova forma de comportamento é demandada devido à maior interdependência dos indivíduos. Os grupos estabelecidos permanecem assim, para poder usufruir de sua posição. As redes de poder se tornam complexas na medida em que essas figurações vão se estabelecendo e os meios de se exercer tal poder fica mais estratégico. Essas configurações aparecem pela maneira em que as pessoas regulam e controlam suas condutas e emoções. Então, o controle dos impulsos, a previsão de ações diversas, o sentimento de que algo pode estar errado em relação a si próprio, acaba por levar a um maior distanciamento dos indivíduos. É nesse distanciamento, e ao mesmo tempo na rede de dependências, que os comportamentos e as emoções atuam para o equilíbrio das tensões nas relações de poder. Essa é uma das principais ideias do processo civilizador, pois para Elias o poder sempre acontece na relação. Acontece no cotidiano, através das etiquetas, das formas de se comportar e principalmente no uso diário dos corpos. De forma bem sucinta, como nos atesta Elias (1994, p, 73):

A “civilização” que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos. Todas as características distinti-

vas que lhe atribuímos - a existência de maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja - atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento.

No livro *A Sociedade de Corte* Elias traz, como seu problema de estudo e com conceitos importantes à suas pesquisas, a sociedade cortesã. Discorre sobre costumes individuais e coletivos que, de acordo com sua tese, fazem parte do mesmo processo no quais gestos e comportamentos individuais não se desvinculam de uma mentalidade grupal. Para ele (2001, p.26):

Um problema fundamental com que se depara a investigação sociológica da sociedade de corte é a questão de como se constituiu a figuração de homens interdependentes que tornava não só possível, mas também aparentemente necessário, que milhares de pessoas se deixassem governar durante séculos ou milênios, repetidamente e sem nenhuma possibilidade de controle da situação, por uma única família ou por seus representantes.

O termo “figuração” é essencial em Elias, pois diz respeito a uma coletividade humana não estática e estancada, mas, em constante relação. Cada indivíduo é interconectado numa rede de relações com determinações mútuas, independentemente de seu lugar na figuração. Essa variação de interconexões e variações forma as concepções de “eu” e “nós”, de individualidade e coletividade. Elias confere importância à sociedade de corte pelo motivo de acreditar ter sido nela aonde foi gestado o refinamento e aprimoramento que depois se espalhou pelo restante da França. Foi na sociedade de corte que ocorrem um dos primeiros mecanismos de autocontrole. Assim, de maneira bem gradual, o homem da corte se afasta cada vez mais dos aspectos considerados naturais.

O aprimoramento da sociedade de corte, para Elias, também representa o momento de um processo do qual nossa sociedade também utiliza. Um período em que já se haviam educado as personalidades a não submeter-se ao risco impetuoso das antigas sociedades guerreiras e medievais. As sociedades cortesãs eram marcadas por sorrisos, jogos de intrigas, mas não de violência física entre si. Portanto, como forma de refinamento, a corte francesa, tinha a característica de receber em seu meio os artistas, tais como escritores e músicos. De maneira prática podemos dizer que a corte francesa era como uma figuração clivada de indivíduos interdependentes, lutando e afrontando para manter seu prestígio nas relações de poder.

Ainda pensando nas relações de poder, o livro *Os estabelecidos e os outsiders*, publicado primeiramente em 1959, surge como um dos mais importantes trabalhos de Elias. Nessa obra o autor debate as relações de dominação simbólica, distantes do tipo clássico de dominação conhecido apenas na relação entre capital/ trabalho. Uma variação de fatores, não necessariamente econômicos, contribui para a dominação de determinado grupo sobre outro. O status, entendido como um capital simbólico constrói-se como peça fundamental no entendimento da relação de dominação. A pesquisa acontece na pequena cidade de nome fictício “Winston Parva”. O estigma que os estabelecidos reproduziam dos outsiders transformava, em um movimento duplo, a imagem que outsiders tinham de si em geral. Segundo Elias (2000), a polaridade em que supostamente consiste a relação entre indivíduo e sociedade é definitivamente falsa, muito provavelmente elaborada por uma teoria distante do campo de pesquisa. Trata-se, então, de entender a dinâmica própria das configurações que se consti-

tuem no social. Os indivíduos existem nas figurações, ou seja, em determinados contextos específicos. Da mesma maneira, os indivíduos criam esta figuração, mudando-a a partir do habitual. O poder, ou as relações de poder, para Elias passam pela mesma lógica.

Bourdieu e o poder simbólico

Para Pierre Bourdieu, o trabalho do sociólogo é constituído fundamentalmente no aniquilamento dos mitos, na desnaturalização do mitológico, demonstrando isso nos exemplos de práticas comuns na sociedade. Dessa maneira as relações de poder que se ocultam passam a ser evidenciadas. A sociologia vai se tornando, deste modo, um verdadeiro mecanismo de “combate”. Como algo capaz de aplicação e mudança social. O enfoque sociológico proposto por Bourdieu desempenharia um papel de suma importância na organização do social.

Em sua busca por especificar as relações de poder inscritas na realidade social, ou em um campo, Bourdieu em seu livro *O poder simbólico* (2001) leva em conta o compromisso de revelar as formas implícitas ou escondidas de dominação de classes nas sociedades capitalistas, defendendo a tese de que a classe dominante não domina por completo e não força os outros a se condescenderem com a dominação. Portanto, a noção de poder toma aqui outra forma. Bourdieu demonstra a existência do poder simbólico, poder esse em que as classes dominantes são favorecidas por um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições, e práticas sociais, que lhe possibilitam exercer o poder. Segundo o autor, esses símbolos são instrumentos da integração social e fazem ser possível obter o consenso acerca do sentido do mundo social o qual contribui necessariamente para a reprodução da ordem social. O poder é invisível, e só é exercido quando os seus sujeitos não querem ou não sabem disso.

O poder simbólico, para Bourdieu, é bem característico. Conforme o autor diz é preciso notar que as produções simbólicas funcionam como instrumentos de dominação e que, assim, contribuem para a integração das classes dominantes, diferenciando-as das outras classes; para a desmobilização das classes dominadas; para a legitimação da ordem através do estabelecimento de distinções. A cultura que une é também a que separa, estabelece diferenciações. A partir da dominação dos meios ideológicos, essa dissimulação parece funcionar muito bem.

Para que isso aconteça eficientemente Bourdieu (1999) nos diz ser indispensável uma estruturação das mentalidades e seu processo de constituição. As diversas classes estão envolvidas, aparentemente, em numa luta simbólica para estabelecerem o mundo em conformidade com seus interesses, formando um campo das posições sociais. O entendimento que Bourdieu faz da noção de campo social é importante para compreender as relações de poder. Essa noção de campo significa, basicamente, um “lugar” de forças infligido aos agentes que nele se encontram e um campo de lutas, no qual esses agentes lutam com meios e fins diferenciados conforme sua posição nesse campo. O campo é um espaço socialmente estruturado. A ideia de campo, de acordo com Bourdieu, possui estrutura e lógica própria. Criam-se mecanismos de poder, incapazes de serem percebidos facilmente, que só se podem entender por meio da análise empírica. De forma clara, o objetivo do campo é compreender a constituição de um espaço que apresenta uma autonomia relativa do resto da sociedade, com uma lógica singular, mas que se relaciona de uma forma similar em relação aos outros campos.

Outra noção importante em Bourdieu, que apareça em sua obra *O poder simbólico*, é o conceito de *habitus*. O *habitus* é um conhecimento adquirido e também um capital, pelo qual se indica a disposição incorporada e postural de um agente, juntamente com os princípios que geram e organizam suas práticas. Trata-se, para Bourdieu (2001) de um saber prático das leis implícitas de funcionamento social adquirido pela socialização exercitada em um cam-

po ou espaço específico. É um arranjo de relações históricas colocadas nos corpos em uma forma de esquemas mentais e corporais de percepção, fazendo assim um campo de poder composto por um conjunto de relações históricas e relacionadas a variadas formas de poder. Nota-se que ao considerar as relações de poder mediante a perspectiva de Bourdieu, podemos compreender, de maneira mais acentuada, as estruturas objetivas presentes nos campos sociais e as estruturas incorporadas, o *habitus*, dos sujeitos.

É importante levar em consideração que os *habitus*, representam capital cultural sob a forma incorporada e, assim sendo, recursos de poder, já que o capital cultural, bem como o econômico, é distribuído de forma desigual na sociedade. Os *habitus* compõem princípios de escolhas na cultura, são a prática, o saber prático, evoluindo de maneira peculiar entre a acumulação de capital cultural e a legitimação social. A incorporação do *habitus* pelo agente se dá a partir de sua inserção e participação num dado campo, formado por agências sociais específicas daquele campo.

A junção das noções, de campo e a de *habitus*, ajuda a compreender como Bourdieu enxergava as relações de poder. Para esse autor, que procurou analisar distinções de classe e desigualdades em um nível estrutural (não ideológico), os agentes sociais constroem o mundo social individual e coletivamente a partir de uma estrutura objetiva de distribuição de diferentes tipos de capital (formas de poder), sejam eles culturais, físicos ou simbólicos, cuja eficácia varia de diversas formas. A participação dos atores sobre essas estruturas objetivas constitui o campo social, dentro do qual ocorrem as disputas entre os agentes que possuem meios e fins diferenciados e de um *habitus* adquirido por sua socialização precedente ou por aquela praticada no interior do próprio campo. Essas disputas irão contribuir para a conservação ou até a mesmo a mudança da estrutura do campo.

Pensando nessas questões, é coerente que as noções de campo e *habitus* nos ajudem a pensar o poder em Bourdieu, até porque sua contribuição para a sociologia é de suma importância, como sugere Loic Wacquant (2002, p.98):

Bourdieu cunhou a noção de *capital cultural* e inseriu-o em uma concepção generalizada de capital como “energia social” congelada e conver-sível. Ele recuperou e retrabalhou o conceito aristotélico-tomista de *habitus* para elaborar uma filosofia disposicional da ação como propulsora dos socialmente constituídos e individualmente incorporados “esquemas de percepção e apreciação”. Ele forjou a nova ferramenta analítica do *campo*, designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico. E ele sociologizou o conceito husserliano de *doxa* para basear a “atitude natural da vida diária” na coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como auto-evidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração.

Um debate possível

Há momentos em que as sociologias de Norbert Elias e Pierre Bourdieu se encontram. A concepção que Bourdieu faz de campo, como um espaço em que forças realizam um jogo no qual se demarcam posições de autoridade e se dinamiza a noção de estrutura, é bastante similar

ao conceito de figuração em Norbert Elias. E é Bourdieu que reconhece essa similitude para explicar seu conceito de campo a partir da teoria da sociedade de corte em Elias. Essa teoria, segundo o autor (2000. P. 48):

[...] capta mecanismos ocultos, invisíveis, baseados na existência de relações objetivas entre os indivíduos ou as instituições. A corte, tal como Elias a descreve, é um belíssimo exemplo do que chamo um campo em que, como num campo gravitacional, os diferentes agentes são arrastados por forças insuperáveis, inevitáveis, num movimento perpétuo, necessário para manter as hierarquias, as distâncias, os afastamentos.

O campo de Bourdieu é explicado como um conjunto de agentes disputando posições de poder, também uma espécie de rede de relações que se forma e se estrutura de maneira específica. O conceito de figuração em Elias aprecia o elemento histórico, o resultado das longas durações na constituição do *habitus*, o conceito de campo de Bourdieu leva menos em consideração, visto que ele centrava sua atenção em elementos do cotidiano. A noção de figuração e campo parece convergir com a de *habitus*. Porém, como observa Malerba (2011, p.216):

Bourdieu desconsidera a contingência histórica – diferentemente de Elias, cujo objeto é claramente histórico, genético; o *habitus*, por ser “estrutura estruturante e estruturada” para Bourdieu, faz com que nele se conceda um papel, senão ausente, meramente marginal à historicidade. Norbert Elias trabalha uma teoria da civilização; uma vez estabelecido e descrito o processo, a pergunta que se coloca é: porque os *habitus* evoluem e se transformam? A orientação da sua sociologia é claramente genética: compreender e explicar a gênese do *habitus* humano. Para Bourdieu, ao contrário, não se trata de explicar o *habitus*. Mais precisamente, seu objetivo é, uma vez identificado, explicar a imutabilidade das estruturas sociais, e mais ainda a lógica, o “senso prático” das ações que concernem a tal imutabilidade; assim os dois autores se referem a quadros de análise próximos, mas para fins opostos: Bourdieu privilegia as estruturas sociais, dando ênfase ao campo e marginalizando as contingências históricas. Ao contrário, Elias se interessa pela gênese do *habitus* e as razões de sua evolução.

Elias trabalhou pensando na civilização em boa parte de suas obras, entretanto mostrou em “*Os Estabelecidos e os Outsiders*” como sua teoria também pode servir para pensar nas diferenças de poder em pequenos grupos, como o caso da cidade operária que foi rebatizada com o nome fictício de Winston Parva. Nessa obra autor chegou à conclusão de que o grupo dominante era o que morava há mais tempo na cidade, o que lhes permitira realizar uma rede de relações mais sólidas e lhes consentira excluir os habitantes mais recentes dos cargos de importância e dos lugares de notoriedade. Já Bourdieu, empenhou-se em temas com delimitações menos esparsas de tempo, mas conseguiu, com uma grande habilidade para elaborar teorias distintas, caracterizar o conceito de *habitus* como “capital cultural incorporado”. Este conceito, para o autor, é fundamental para a relação entre os agentes no campo e possibilita a realização de análises muito sutis para quem os utiliza em variados setores da sociedade.

Considerações finais

Tentamos expor aqui uma pequena amostra das teorias de Bourdieu e Elias no que diz respeito às relações de poder. Mencionamos seus principais conceitos e traçamos alguns percursos sobre a difusão de suas ideias. Ambos os autores têm formação filosófica; são filósofos por formação que enveredam para o campo da sociologia. Ambos foram estimulados a se dedicar a algo mais “concreto” que a filosofia praticada na época, e cada um colaborou, a sua maneira, para as ciências humanas em geral.

Bourdieu teve uma longa e proveitosa carreira na universidade, tendo a oportunidade (juntamente com Foucault) de ser um dos teóricos mais influentes de sua geração. Suas pesquisas, por exemplo, sobre o contexto educacional francês permitiram-lhe questionar a ideia de que a escolarização em massa acabaria com desigualdades sociais, dando as pessoas mais talentosas, de qualquer condição social, a posições destacada. Para Bourdieu, a educação na escola serviria justamente para manter e conservar a ordem social. Elias teve muita persistência para assinalar sua posição, mesmo distante daquilo que era mais comum na sua época em ciências sociais e filosofia. Criticou arduamente as subdivisões disciplinares e a concepção do homem como ser isolado da sociedade e do ser humano separado da natureza. Ponderou as sociedades humanas como figurações em que todos estão conectados de maneira que suas ações possam ser percebidas nas longas durações pelo sentido que levam, embora não de forma intencional.

Norbert Elias e Pierre Bourdieu são autores que desenvolveram um campo teórico original e conseguiram se colocar ao lado dos grandes clássicos do pensamento ocidental. Suas análises em relação à noção de poder são essenciais para as ciências das humanidades. A sociologia de Bourdieu é uma sociologia do poder (simbólico), ou seja, de como o poder é constituído e diferentemente repartido entre os grupos sociais. A sociologia de Elias é uma sociologia processual na medida em que busca perceber, a partir das relações entre indivíduos e grupos, o devir histórico em que esses se encontram. Localizamos nas abordagens dos autores um jogo relacional entre os agentes sociais. A grande diferença é que Bourdieu parece preocupar-se, no interior e no decorrer dos jogos, com a disputa entre os participantes, enquanto Elias preocupa-se com a “consequência” do jogo, isto é, com o que seja ativo na dinâmica social.

Referencias Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. O Campo Econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2000.

_____. O poder simbólico. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de

corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2011.

WACQUANT, Loïc J. D.. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 19, nov.2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782002000200007&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 30 de novembro de 2013.

De Pareto a Borges: realidade e ficção na construção do conhecimento em sociologia

Carolina Pimentel Corrêa¹; Fabrício Monteiro Neves²; Fabricio Teló³; Giovanna Nicoloso da Rocha⁴; Jéssica Maria Rosa Lucion⁵; Julio Souto⁶; Reginaldo Teixeira Perez⁷

Resumo:

Este ensaio – que possui a forma de um dossiê – tem como objeto o que se convencionou chamar de “dilemas do(s) método(s) na Sociologia”, reconhecendo-se o seu caráter construtivo. Partindo-se dos parâmetros cognitivos “ortodoxia versus ficção”, chega-se a pontos intermediários, com a afirmação de um estatuto científico para a Sociologia sem que se elimine os seus fatores artificiais. As provocações se inauguram com o exame das formulações sociológicas de Vilfredo Pareto, sublinhando-se a sua ousadia metodológica marcada pela (pretensão de) objetividade, e alcançam o outro extremo com o emprego da criação literária, tendo-se como exemplares Kafka e Borges. A busca por pontos intermediários visita as teorias de Weber, Bourdieu, Bobbio e Habermas, entre outros – e o que sobrevém desse movimento é que os exercícios de racionalidade que almejam conhecimento na Sociologia são tanto vicários do instável equilíbrio entre objetivos e procedimentos quanto da anuência dos que definem o caráter da ciência naquele momento específico.

Palavras-chave: Sociologia. Métodos. Vilfredo Pareto.

Abstract:

The present essay - which has the structure of a dossier - has as its object the so-called “method (s) dilemmas (s) in Sociology”, recognizing their constructive character. Opening from

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM. Mestre em Ciência Política pela UFRGS. Doutoranda em Sociologia na U.Porto/Portugal (carolpimentelcorrea@gmail.com)

2 Professor do Departamento de Sociologia da UnB. Doutor em Sociologia pela UFRGS.

3 Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) (fabriciotelo@hotmail.com).

4 Bacharel em Ciências Sociais da UFSM/RS.

5 Bacharel em Ciências Sociais pela UFSM/RS (jessicalucion@hotmail.com).

6 Graduado em Sociologia e Ciência Política pela Universidade de Valência – Espanha. Mestrando em Sociologia pela UFRGS (juliosouto2103@gmail.com).

7 Professor do DCS e do PPGCS da UFSM/RS. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ/UCAM (rtpp10@hotmail.com)

the cognitive parameters “orthodoxy versus fiction,” we come to intermediate points, with the affirmation of a scientific status for sociology without being suppressed their artificial factors. The induction was inaugurated with the exam of sociological formulations of Vilfredo Pareto, highlighting its methodological boldness marked by (intend to) objectivity, and reaching the other extreme using the literary creation, taking as examples Kafka and Borges. The search for intermediate waypoints visits the theories of Weber, Bourdieu, Habermas and Bobbio, surrounded by others - and what comes after this movement is that the exercises of rationality which seek for knowledge in Sociology are substitutes of the unstable balance between the objectives and procedures and also the consent of those who define the nature of science in that specific moment.

Keywords: Sociology. Methods. Vilfredo Pareto.

Introdução⁸

As Ciências Sociais (CS) encontram-se razoavelmente consolidadas em seu estatuto científico neste início de século XXI⁹. Mas foi longo e flexuoso o caminho inaugurado pelos franceses lá na primeira metade do século XIX, em que se almejava uma “Ciência” (com “C” maiúsculo) do mundo social, com prestígio equivalente ao das Ciências Naturais da época. De lá até cá, não obstante os inúmeros percalços, as CS – a saber: Antropologia, Sociologia e Ciência Política – ampliaram o escopo de seus objetos tanto quanto refinaram os seus procedimentos de intervenção cognitiva. Tratar-se-á, aqui, neste ensaio/dossiê, em especial, da Sociologia, mas, *grosso modo*, o argumento a ser desfilado parece ser válido, igualmente, às outras duas CS. Em suma, pretende-se tergiversar sobre o caráter *definitivamente construtivo* no que respeita ao(s) método(s) – sim: assume-se a indefinição quanto à possibilidade de afirmação de sua singularidade¹⁰.

Espelhando-se na canônica da ciência moderna, as CS em geral, e a Sociologia em particular, reivindicam – e parecem alcançar – estágio científico ao incorporar à sua experiência metodológica o instituto da indução¹¹. A outra figura que compunha o estoque de instrumentos cognitivos disponíveis à época – a dedução¹² – já se encontrava suficientemente consolidada em áreas afins, destacadamente, na Filosofia. Às teorizações, impunha-se, agora, o racional enfrentamento dos fatos. Conciliar fatos e teorias – defluindo-se dessa operação uma linguagem suficientemente técnica – foi um dos desafios da escola sociológica francesa (século XIX), notadamente da parte de seu mais conhecido corifeu, David Émile Durkheim (1858-1917)¹³.

8 Item redigido por Reginaldo Teixeira Perez.

9 Reconheça-se que há alguma pretensão – mitigada pelo “razoavelmente” – na afirmação. Nos anos 1990, sociólogo francês afirmava categoricamente: “Em matéria de cientificidade, as Ciências Sociais são pouco mais do que nada” (PASSERON, 1995, p. 63).

10 Observe-se, para fins de qualificação, que, em regra, a Antropologia respondeu fielmente ao seu método prevalente – o etnográfico.

11 Relembre-se da figura de Francis Bacon, na aurora do mundo moderno.

12 Cabe referir, aqui, outro fundador da ciência moderna, René Descartes.

13 Para uma apresentação do pensamento de Durkheim, ver, por todos, Rodrigues (1984) e Aron (1987).

Às positividade científicas propugnadas por Durkheim, em particular, e pela escola sociológica francesa, em geral, apresenta-se, contemporaneamente, a despeito de todo o patrimônio informativo acumulado, um contrapondo de robusto significado: “Descobri, ou assim acredito, a razão da ignorância, sua natureza e sua função epistemológica em assuntos humanos”, dirá erudito cientista social brasileiro contemporâneo (SANTOS, 1990, p. 8). Provocativamente, o pensador brasileiro destrói “toda e qualquer pretensão de que seja possível conhecer o mundo social assim como se decora que dois e dois, *ceteris paribus*, são quatro” (idem, p. 8).

Confirme-se o oxímoro: com efeito, ignoramos o preciso caráter da vida social porque já a examinamos à farta. Multívoco, necessariamente, o teor do(s) objeto(s) sociológico(s); e, em decorrência, plurais os seus métodos (MARTINS, 2004). Esse é o mote do debate metodológico que se seguirá. De um lado, a expectativa – radicalmente positivada – de a realidade ser apreendida por uma razão sincrônica à experiência; de outro, a autonomia da linguagem conformando objetos – *in primis*, o social – sendo considerada suficiente à apreensão das coisas do mundo.

Inicialmente elaborado por graduandos em disciplinas do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFSM, este “ensaio e/ou dossiê metodológico” foi motivado em face das aulas que trataram do pensamento do sociólogo e economista franco-italiano Vilfredo Pareto (1848-1923)¹⁴. Mais exatamente, edificaram-se os argumentos *em reação* às formulações daquele rigoroso cientista social europeu. Esse foi o caso da primeira resenha crítica estampada adiante: nela, o acadêmico espanhol/valenciano Julio Souto contrapõe a “cientificidade” da retórica paretiana com o emprego de imagens literárias; as resenhas que se seguem são objeções, ainda que marcadas pela moderação, aos “radicalismos” propostos por Pareto, de uma parte, e por Souto, de outra. No item final, estampando qualificações de notada importância, o professor Fabrício Monteiro Neves adiciona temperos contemporâneos ao debate.

Pareto, um personagem de Kafka¹⁵

A construção de Pareto: um refúgio kafkiano

Se há um defeito, a meu ver é outro, [não a obscuridade]: Pareto é um escritor sem medida.[...] No sentido positivo da expressão, Pareto é um escritor sem medida pelo seu engenho, cuja fertilidade e originalidade excedem o comum; pela imensa erudição (que inclui até recortes de jornais, mas não só recortes), a extraordinária capacidade de análise. Esta leva a que não haja conceito que o autor não divida em novos conceitos, e cada um destes em outros ainda, numa proliferação de distinções, subdistinções, distinções das subdistinções, que torna o retorno ao pon-

14 Vejam-se algumas das regras metodológicas paretianas: “[...] O domínio em que trabalhamos é, portanto, exclusivamente o da *experiência* e da *observação*. Empregamos esses termos no sentido que tem nas ciências naturais, como a Astronomia, a Química, a Fisiologia etc. [...] Consideramos esta auto-observação somente como fato externo. Estudamo-la, portanto, como fato social e não como fato nosso; [...] Partimos dos fatos para formar as teorias e procuramos sempre afastar-nos o menos possível deles [...] Raciocinamos exclusivamente a respeito das coisas e não a respeito dos sentimentos que despertam em nós. Estudamos esses sentimentos apenas como fatos exteriores. [...] Repelimos os raciocínios que se utilizam de termos não precisos, porque as premissas imprecisas só podem tirar conclusões imprecisas. Estudaremos esses raciocínios, entretanto, como fatos sociais [...]; Empregaremos, desse modo, unicamente as palavras que corresponderem às coisas e empenharemos todo o nosso cuidado, todo o nosso zelo, para lhes dar uma significação tão precisa quanto possível.” (PARETO, 1923 apud RODRIGUES, 1984, p. 40-42).

15 Item redigido por Julio Souto.

to de partida fatigante e ingrato – quando, abandonados à interessante digressão, não avançamos de tal forma que nos esqueçamos de voltar atrás. Mas *Pareto é desmesurado também no sentido negativo* – porque não tem sentido de medida. (BOBBIO, s/d, p. 127-128, grifos nossos).

A partir desta breve descrição das mil e setecentas páginas que compõem os dois tomos do *Tratado de Sociologia Geral* de Vilfredo Pareto, a imagem que podemos formar do escritório do autor é realmente assustadora. Numa época em que não existiam as tecnologias de compressão de dados com as quais estamos habituados (Pareto não tinha arquivos digitais, nem *pen drives*, nem escrevia em *Word*, nem tinha acesso à internet), poderíamos supor que nas estantes de Pareto se amontoava a infinidade de livros que são citados no seu tratado, que os milhares de rascunhos e esquemas mentais arborescentes se amontoavam em cadernos e folhas soltas enchendo centos de gavetas e que os jornais do dia, dos quais extraía fragmentos, se espalhavam pelo chão do seu quarto, quando não recortados e acumulados em outras caixas a tal efeito. A imagem mais adequada que podemos utilizar para representar tal espaço é, sem dúvida, *A construção*¹⁶, a guarida esquizo-paranoide que o narrador kafkiano descreve nesse conto inacabado.

Começo pelo segundo corredor e interrompo a inspeção na metade e passo ao terceiro corredor e me deixo levar de volta por ele à praça do castelo e, no entanto, tenho de retomar de novo o segundo corredor e assim brinco com o trabalho, aumento-o, rio sozinho, alegre-me e fico completamente zozinho com tanta atividade, mas não me desligo dela. Por sua causa, ó corredores e recintos, e sobretudo por suas perguntas, ó praça do castelo, eu vim, não dei nada pela minha vida, depois que, durante tanto tempo, tive a estupidez de tremer por causa dela e retardar o regresso a vocês. Que me importa o perigo, agora que estou com vocês! Vocês me pertencem, eu lhes pertencço, estamos ligados, o que pode acontecer? Que a tropa se apinhe lá em cima e estejam preparados os focinhos que irão romper o musgo! (KAFKA, 1984, p. 85).

Nele, a voz anônima descreve, com claustrofóbico detalhe, as galerias e os túneis que conformam sua guarida, como uma infinita construção subterrânea na qual pretende se defender de alguns inimigos que nem sequer conhece. O refúgio comunica-se com o exterior por meio de entradas estreitas, que o narrador diz frequentar pouco por medo de ser descoberto. Ao mesmo tempo, essas portas são a causa de angústias, já que a sua vigilância não pode ser confiada a terceiros sem arriscar a segurança do conjunto. A diferença principal dessa construção em relação a outras imagens literárias do labirinto, como os fractais borgianos nos contos *A Biblioteca de Babel* ou *O jardim dos caminhos que se bifurcam*, é a monolítica presença da Praça Forte, o *centro* da construção kafkiana. Nela acumulam-se provisões, e as paredes são mais duras que as outras, convertendo-se, portanto, no espaço designado para “a última defesa”.

Se escolhermos essa poderosa imagem como objeto de análise, é porque achamos que ela pode ser considerada uma brilhante *representação* da racionalidade paretiana. Especifi-

16 *Der Bau*. Relato escrito em Berlim entre os anos 1923-24, publicado postumamente por Max Brod em 1931. Em português, foi traduzido em diversas edições, tais como *a construção*, *a obra*, *a madriguera*, ou *a guarida*.

camos: não a racionalidade que descreve Pareto na sua obra, mas a racionalidade que moveu Pareto a construir o *Tratado*. Essa mesma racionalidade, própria de uma época e de uma civilização, converteu a obra paretiana no paradigma da economia moderna e, em boa medida, em matriz formante (ou formadora?) da nossa percepção antropológico-política fundamental. Aceitar como própria a descrição do homem (do indivíduo) que propõe a economia hegemônica contemporânea, é assumir para nós as motivações de Pareto e, portanto, é encarnar o narrador do relato kafkiano. Consideramos que essa racionalidade kafkiana aparece perfeitamente analisada na obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari *Capitalismo e esquizofrenia*, mas para manter a analogia kafkiana nesta resenha de um artigo de Norberto Bobbio sobre a obra de Vilfredo Pareto, referenciaremos outro trabalho de Deleuze e Guattari, o discreto volume *Kafka, por uma literatura menor*, no qual se expõem os mesmos conceitos observados na obra do escritor tcheco.

Pareto e a desmesura obsessiva: o paroxismo das utopias modernas

No comentário inicial de Bobbio, destaca-se a desmesura de Pareto: “A exemplificação se torna digressão, tratados laterais onde o menos que nos pode acontecer é perder o fio do raciocínio: ficamos com a impressão de estar lendo uma série de livros diferentes” (BOBBIO, s/d, p. 128).

Poderíamos pensar que o fato de um livro virar “uma série de livros diferentes” não é em si mesmo um problema. Seguindo com as analogias literárias, podemos lembrar que essa pretensão da multiplicidade na unidade foi uma aspiração reconhecida de diversos movimentos literários da segunda metade do século XX, quando escritores como Samuel Beckett, Georges Perec ou Julio Cortázar abordaram, a partir de diferentes perspectivas, a desconstrução do romance clássico. Citando o último:

No serán pocos los lectores que advertirán aquí diversas transgresiones a la convención literaria. [...] A los posibles sorprendidos les señalo que, desde el terreno en que se cumple este relato, la transgresión cesa de ser tal; el prefijo se suma a los varios otros que giran en torno a la raíz *gressio*: agresión, regresión y progresión son también conaturales a las intenciones esbozadas un día en los párrafos finales del capítulo 62 de *Rayuela*, que explican el título de este libro y quizá se realizan en su curso. (CORTÁZAR, 1995, p. 5).

Essa agressão deliberada à habitual polaridade progressão/regressão é um elemento totalmente inexistente na racionalidade de Pareto, e o narrador kafkiano de *A construção* reflete tal tentativa (de segurança contra os inimigos e os fantasmas dos inimigos, de perfeição da obra, de progresso até a morte) estabelecendo um centro (sempre imperfeito, levemente assimétrico) no seu refúgio: a praça principal.

Pensada para o caso do perigo extremo, não de uma perseguição, mas de um cerco, a praça principal fica situada não exatamente no centro da construção. Ao passo que todo o resto talvez seja mais uma obra do juízo rigoroso que do corpo, esta praça do castelo é resultado do esforço mais sacrificado de todas as partes do meu físico. (KAFKA, 1984, p. 67).

O esforço necessário para construir e armazenar mantimentos na praça forte elimina a possibilidade de criar várias praças, o que sem dúvida é uma fraqueza assumida como um “mal

menor". A praça vira o elemento mais tranquilizador na ameaçada guarida. Porém isso não é suficiente, e ainda com a praça forte o construtor vive paranoico e dorme pouco, esperando eternamente o assédio dos inimigos.

A praça forte de Pareto é A Verdade, A Objetividade, a segurança de saber que a sua obra não é metafísica (nem filosofia, nem teologia, nem religião, nem mitos, nem fábulas). Numa frase que Bobbio considera chave de leitura do livro, Pareto diz: "Todo o presente trabalho é uma investigação da realidade que se esconde sob as derivações reconhecidas em documentos" (PARETO, 1916, xxvi, col. 1).

Em outras palavras, sua obra não está entre "as teorias que transcendem a experiência, e, portanto, não têm qualquer valor de verdade" (BOBBIO, s/d, p.129). O projeto é basear-se em "fatos" e a partir deles derivar "princípios", e nunca antepor os princípios aos fatos. É nesse ponto que Pareto se desvia radicalmente da fé na razão própria dos iluministas: Voltaire e Montesquieu, com seu ideal utópico de progresso (princípio *a priori*), deformam os fatos que observam, e são incapazes de "pensar em um desenvolvimento espontâneo de ações não lógicas". Como diz Bobbio, Pareto "não tem sentido de medida também na extravasão dos seus sentimentos contra as doutrinas dos adversários" (BOBBIO, s/d, p. 128). É constante a hostilidade paretiana contra a sociologia positivista, considerada por ele uma teoria metafísica: "saiba o leitor que a maior parte das teorias até hoje existentes sobre matérias sociais pertencem ao gênero de teorias de que participam entidades não experimentais, usurpando forma e aparência de teorias experimentais" (PARETO, 1916, p. 476).

Esse empirismo-racional, que poderíamos qualificar de paranoico, torna toda a sua construção teórica uma praça precária, que deve ser constantemente defendida contra o assédio das contradições e das irregularidades. Um dos elementos destacados por Bobbio são as reflexões linguísticas de Pareto, nas quais se formula a necessidade de uma representação realista e precisa dos objetos: "raciocinar exclusivamente sobre objetos, e não sobre os sentimentos que os nomes desses objetos nos inspiram". Essa pretensão de objetividade e hiperprecisão é criticada pelo deconstrucionismo de Derrida¹⁷ (não casualmente, tão reivindicado por Cortázar) com a noção de "aporia". Esses seriam os núcleos básicos de significação que criam uma tensão lógico-retórica que impedem que o sentido possa ser fixado. Frente ao texto de síntese e ordem, Derrida propõe a "disseminação", a linguagem que se expande na multiplicidade. Na referida análise de Deleuze e Guattari sobre a obra kafkiana, apresenta-se o seguinte esquema das formas expressivas:

Cabeça inclinada / retrato – foto = desejo bloqueado, submetido ao submissor, neutralizado, com conexão mínima, lembrança de infância, territorialidade ou reterritorialização.

Cabeça levantada / som musical = desejo que se ergue, ou se desenfia, e se abre a novas conexões, bloco de infância ou bloco animal, desterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 10).

Aqui se sintetiza o esquema gerador dos artefatos kafkianos, em que os personagens, mediante a articulação dos elementos sinalizados, geram as tensões que articulam as representações. Continuando com a proposta de ler Pareto como um personagem kafkiano, vemos a

¹⁷ A obra fundante, *A voz e o fenômeno* (1967), mostra como a pretensão de uma linguagem totalmente objetiva defendida pela fenomenologia de Husserl é impossível por definição. Comentando a análise husserliana "do problema do signo", Derrida propõe que, desde o momento em que um texto precisa de elementos paratextuais (notas de rodapé, introduções, prólogos...), está-se explicitando a condição de incompletude desse texto. A partir dessa ideia, defende-se que todo significante é inerentemente polissêmico e indeterminado, já que inclui as inevitáveis aporias.

obsessão empirista do autor como uma maneira de “olhar para o chão”, em um movimento em que os filósofos de seu tempo tendiam para o contrário, o que lhe gerou fortes enfrentamentos. Como Bobbio escreve: “A visão filosófica se dirigia para o alto, não para o baixo; desdenhava o empírico, tinha pena dos que nele mergulhavam e preferia fitar o fundamento das coisas, o princípio unitário, a unidade” (s/d, p. 129). Frente ao refúgio de *A construção*, a filosofia da época se pretendia *O Castelo*¹⁸, um monumento inacessível para um personagem que, como Pareto ou o agrimensor K., estão terrivelmente ligados às complicações da terra.

Para eles fica a errância triste, nem sequer a despreocupada e alegre deriva derridiana, ou o *flâneur* que descreveu (e foi até a morte) Walter Benjamin¹⁹, já que desde o primeiro momento Pareto e o agrimensor se esforçaram com uma missão de destino: a *verdade*, o *castelo*. A *disseminação* polissêmica do sentido é incompatível com uma noção monolítica da verdade, que deve ser defendida contra assédios metafísicos como a praça forte do refúgio racional. Pareto, como *O caçador Gracchus*²⁰, anseia chegar ao destino (ao final, à certeza), mas a sua barca “carece de leme, e viaja com o vento que sopra nas regiões inferiores da morte”.

Pareto segundo Pareto: nem útil, nem persuasivo, eppur, verdadeiro

Sem a fé no progresso que caracterizava os iluministas, o positivismo paretiano torna-se paranoico. Sem o compromisso político que caracteriza o discurso marxista, a crítica paretiana pretende-se desinteressada. Sem a retórica ou a vocação pragmática, a teoria paretiana define-se como um fim em si mesmo. Tal como sintetiza Bobbio:

Os casos mais frequentes analisados por Pareto [...] são provavelmente esses três:

- 1) as teorias falsas com grande força persuasiva e ao mesmo tempo nocivas [...].
- 2) teorias falsas com grande força persuasiva e socialmente úteis [...].
- 3) teorias verdadeiras que não são nem persuasivas nem úteis – de modo geral, todas as teorias lógico-experimentais no campo do comportamento humano, *entre as quais Pareto não hesita em colocar a sua própria*, de cuja verdade está convencido, embora tenha dúvidas sobre a respectiva eficácia e utilidade, *pelo menos no presente*. (BOBBIO, s/d, p. 144, grifos nossos).

Essa autodefinição de Pareto, ao estilo de um Galileu²¹ moderno, descreve aproximadamente

18 *O Castelo*, romance de Kafka escrito em 1922, e publicado *post-mortem* pelo seu amigo Max Brod, apresenta a história do agrimensor K., perdido na tentativa de chegar ao castelo do conde que lhe contratou.

19 Também Walter Benjamin escreveu sobre a obra de Kafka, o ensaio “Franz Kafka, no décimo aniversário da sua morte”(1934), recolhido – não por casualidade – no volume *A modernidade e os modernos* (1975, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro). Ainda que a data do ensaio, anterior a toda a reflexão crítica sobre a obra do autor tcheco, gere nas reflexões de Benjamin os típicos problemas dos analistas pioneiros, nele se introduzem algumas das noções centrais que posteriormente retomaram Deleuze e Guattari. Aliás, muitas das reflexões sobre Baudelaire, com ênfase no esforço *físico*, poderiam servir também para Kafka: “A imagem do artista de Baudelaire aproxima-se da imagem do herói”.

20 Relato de Kafka, escrito em 1917, mas só publicado *post-mortem* por Max Brod, incluindo várias versões e fragmentos. Nele, se retoma a lenda alemã do caçador Gracchus, que, depois de morrer numa caçada, perde o caminho ao inferno, e a sua barca mortuária viaja de porto em porto sem chegar nunca ao destino.

21 Quando obrigado pela Igreja Católica a negar a teoria heliocêntrica, Galileu proclamou em baixa voz a famosa sentença: *Eppur si muove!* (contudo, ela se move). Dizendo que a Terra se move, Galileu expressava que apesar de contradizer o modelo “útil” da Igreja Católica – a terra como centro imóvel do universo –, a verdade científica, baseada na observação dos fatos, não podia ser negada.

a posição epistemológica que tende a declarar a ciência contemporânea e, especificamente, a “economia científica”. Textos fundantes da sociologia, contemporâneos a Pareto, apresentam claramente esse mito de uma “ciência livre de valores”²².

Porém, se em algum ponto tem avançado a sociologia da ciência desde os começos do século XX, é precisamente na noção de reflexividade, ou seja, leva-se em conta a posição do sujeito de conhecimento. De Mannheim (1976) em diante, a ilusão de uma *intelligentsia* “desgarrada” e livre gera certo mal-estar até na ciência mais acadêmica. Isso não tem sido contestado só por noções tão radicais como o “intelectual orgânico” gramsciano, mas também por propostas posteriores como a epistemologia de Pierre Bourdieu, as genealogias linguísticas e as tecnologias disciplinares em Foucault, a antropologia simétrica da ciência de Bruno Latour, ou a “crítica da crítica” de Luc Boltanski e Eve Chiappelo. Em todos os casos, a aspiração última é quebrar o mito de um cientista onisciente (ou potencialmente onisciente) com capacidade de se posicionar por cima do seu objeto de estudo. Talvez a indagação mais elaborada da nova posição epistemológica para uma ciência com capacidade de diálogo seja o trabalho coordenado por Boaventura de Sousa Santos. Centrando-se nas noções de *racionalidade cosmopolita* como resposta prática à mutilada *razão indolente*²³, propõem-se as práticas de *hermenêuticas diatópicas* como aproximações entre posições epistêmicas distantes (e seus respectivos coletivos humanos).

Com esse panorama em mente, indagamos sobre o auge paretiano na economia contemporânea. Poderia parecer que, subitamente e contra as previsões do próprio Pareto, as suas teorias tivessem se transformado, além de verdadeiras, persuasivas e (portanto?) úteis.

A potência retórica de Pareto: o mercado como Duce

É importante lembrar que a participação de Vilfredo Pareto no fascismo italiano, contra o que habitualmente se pensa, não se situou na ordem do apoio pessoal²⁴. Entretanto, cientes da importância que Mussolini atribuiu ao *Tratado*, é imprescindível que se faça uma breve reflexão que situe a obra do filósofo na ideologia do *Duce*. Além de Pareto, cita-se o poeta anarquista Gabriele d'Annunzio como importante influência de Mussolini. Na obra *Zona Autônoma Temporária*, de Hakim Bey (1990), este aparece descrito assim: Gabriele D'Annunzio, poeta decadente, artista, músico, esteta, mulherego, doidivasas, aeronauta pioneiro, bruxo negro, gênio e mal-educado, emergiu da Primeira Guerra Mundial como herói e com um pequeno exército à sua disposição e comando: os ardití. Ávido por aventura, ele decidiu capturar a cidade de Fiume, na Iugoslávia, e entregá-la para a Itália. Depois de uma cerimônia necromântica com sua amante num cemitério de Veneza, ele partiu para a conquista de Fiume, e foi bem-sucedido sem nenhum problema digno de ser mencionado. Porém a Itália recusou sua oferta generosa. O primeiro-ministro chamou-o de idiota.

22 O mais claro e paradigmático poderiam ser as palestras *Ciência e Política: duas vocações*, de Max Weber.

23 Definida como uma racionalidade ao tempo *arrogante* (se pretende capaz de conhecer todo), *impotente* (definindo posições nas que a ação é impossível), *metonímica* (define o universo em base a um espaço-tempo concreto) e *proléptica* (define passado-presente-futuro em base a um espaço-tempo concreto), essa definição de racionalidade é perfeitamente aplicável à lógica paretiana.

24 Se bem aceitou o cargo de senador vitalício pelo regime, não é nosso trabalho julgar decisões pessoais em contextos históricos tão concretos. Limitaremos-nos, portanto, à crítica das ideologias.

Ofendido, D'Annunzio decidiu declarar independência e ver por quanto tempo conseguiria mantê-la. Ele e um de seus amigos anarquistas escreveram a Constituição, que *instituiu a música como o princípio central do Estado*. A Marinha (composta por desertores e sindicalistas anarquistas dos estaleiros de Milão) se autoneomeou Uscochi, em homenagem aos antigos piratas que em tempos passados viviam nas ilhas da região e saqueavam os navios venezianos e otomanos. Os modernos uscochi foram bem-sucedidos em alguns de seus golpes malucos: vários polpudos navios mercantes italianos de repente deram à República um futuro: dinheiro em seus cofres! Artistas, boêmios, aventureiros, anarquistas (D'Annunzio se correspondia com Malatesta), fugitivos e refugiados sem pátria, homossexuais, dândis militares (o uniforme era preto com a caveira e os ossos cruzados dos piratas - depois roubado pela SS) e excêntricos reformadores de toda espécie (incluindo budistas, teosofistas e seguidores do vedanta) começaram a aparecer em Fiume aos bandos. A festa não acabava nunca. (BEY, 1990²⁵, grifos nossos).

Se Pareto era a racionalidade desmesurada, D'Annunzio era a desmesura mesma. E, surpreendentemente, Mussolini terminou se servindo tanto de um como de outro. A República Anarquista de Fiume, onde a música era elemento central do Estado, termina assim:

Dezoito meses mais tarde, quando o vinho e o dinheiro haviam terminado e a frota italiana finalmente apareceu e arremessou alguns projéteis contra o Palácio Municipal, ninguém tinha energia para resistir. D'Annunzio, como muitos anarquistas italianos, voltou-se mais tarde para o fascismo – na verdade, o próprio Mussolini (o ex-socialista) seduziu o poeta para este caminho. Quando o poeta percebeu o seu erro já era tarde: já estava muito doente e muito velho. Mas o Duce mandou matá-lo de qualquer modo – foi empurrado de um balcão - e o transformou num “mártir” (BEY, *op. cit.*).

Num esquema simbólico, não é tão absurda a representação em que Mussolini aparece como um *gestor racional da irracionalidade*. Assim, a análise de Pareto mostra como a irracionalidade pode ser persuasiva e utilizável. A história de D'Annunzio parece uma demonstração realizada desse delírio coletivo, uma aula exemplar do poder de sedução da violência e a desmesura. Mussolini limita-se a pôr em prática a união, motivado pela racionalidade paretiana: se é possível conhecer racionalmente a irracionalidade, é também possível se servir dela, instrumentalizar o delírio, cartografar o desejo e administrá-lo como líder indiscutível. Seguindo com a análise de Deleuze e Guattari, vemos que o devir-animal de Gregor Samsa²⁶ (a fugida “musical”, o grito em direção ao inseto) é “reterritorializada” com “a cabeça baixa” e a paixão pelo “retrato”; exatamente da mesma forma com que os excessos amorfos de Fiume são facilmente “reterritorializados” pela retórica fascista, o culto à imagem do líder, a exaltação dirigida.

25 Tradução ao português de Patricia Decia e Renato Resende. Disponível em <http://pt.protopia.at/index.php/M%C3%BAsica_como_Princ%C3%ADpio_Organizacional>.

26 Protagonista de *A metamorfose*, relato de Franz Kafka escrito em 1912 e publicado em 1915. Gregor Samsa, um viajante de comércio, acorda transformado em um inseto, gerando certas incomodidades no círculo familiar.

Numa transposição ao presente (não livre de riscos), podemos observar como a racionalidade paretiana se reedita nas elaborações dos economistas contemporâneos. Na comunicação *O mercado como limite da racionalidade*, o professor Perez (2002) analisa os artigos jornalísticos do economista Gustavo Franco. Este colunista se caracteriza por uma inquestionável reputação, baseada no seu reconhecimento acadêmico (professor de economia na PUC-RJ) e político (ex-presidente do Banco Central). Nos seus artigos da revista *Veja* (1999, 2004), Franco mostra uma ideologia político-antropológica devedora de Pareto, na qual “o mercado” (abstração impessoal) aparece como o espaço racional por natureza, desprovido de toda emotividade. Com a estratégia retórica do “empirismo-racional”, a sua ideologia política baseia a sua potência, precisamente, na negação da dimensão ideológica. As palavras de Franco apresentam-se, como as de Pareto, como ciência desinteressada; mostram fatos dos quais, infelizmente, é impossível escapar.

Assim, vemos, por exemplo, como os “empreendedores” são apresentados como heróis racionais e não ideológicos prontos para salvar a nação, frente às “derivações” dos políticos dirigistas:

A iniciativa não é do político, a partir de “planos de desenvolvimento”, mas da figura do empreendedor, milhares e milhares deles, pequenos, médios e grandes, agindo de forma descentralizada, *obedecendo a seus instintos e aos sinais do mercado*. Esses agentes do progresso carecem de uma ideologia que os defina como tal, uma espécie de “nacional-empendedorismo” que ocupe o espaço habitado, ou invadido, pela velha ideologia desenvolvimentista. (FRANCO, 2004, p. 157, grifos nossos).

Poderíamos ver nessa “obediência aos instintos” a mesma desmesura na satisfação dos prazeres que se dava na Fiume de D’Annunzio, e, “nos sinais do mercado”, a mesma gestão racional da irracionalidade que realizava na prática Mussolini, dirigindo a exaltação nacional italiana. Retomando a terminologia de Deleuze e Guattari para os personagens kafkianos, vemos a mesma “reterritorialização do desejo” que terminava apagando as potências liberadoras do “devenir-animal” de Gregor Samsa (na *Metamorfose*). Se o primeiro impulso é fugir das estruturas racionais de dominação (edípicas, fabris, burocráticas), a instrumentalização política (nacional, produtivista, fascista) da pulsão instintiva leva a uma nova dominação sublimada. Assim, a retórica delirante do progresso, utilizada tanto pelo neoliberalismo como pelo neo-desenvolvimentismo, parece nos impulsionar constantemente ao excesso – sempre que seja, obviamente, um excesso controlado, seja nas vias do mercado, seja nas vias do Estado.

Transgredir Pareto: o nomadismo epistêmico

Habituar-se a um mundo sem centros nem hierarquias é o principal desafio do mundo que emerge das ruínas da modernidade. E, nesse ponto, temos que concordar com Bobbio, quando diz: “há ainda um amplo trabalho a realizar no estudo sistemático das ideologias e na compreensão das funções que elas exercem na história. Para esse fim, o *Tratado* de Pareto oferece meios incomparáveis” (BOBBIO, s/d, p. 155).

Todavia consideramos que não podemos nos limitar a recuperar as obras de clássicos como Pareto só como uma metodologia de trabalho *pronta*, nem como uma posição epistêmica defensável e muito menos como um programa político. É, sim, fundamental recuperar Pareto como objeto de estudo, para tentar compreender onde nos deixaram as utopias modernas

e como chegamos até ali. Porém, uma vez feito isso, qualquer pretensão de transformação em direção a uma *boa vida* (seja isso o que for) precisa passar pela transgressão sistêmica de tudo o que Pareto escreveu, e hoje representa toda uma escola econômico-acadêmica.

Como metodologia, a distinção categórica entre *fatos* e *teorias* gera problemas práticos insuperáveis na hora de apreender o real, o fático. No momento em que uma sociedade é interconectada pelo intensivo fluxo de *representações* e *mediações* , a prática epistêmica do contraste deixa de ser habitual, e a suspeita, o incerto e a dúvida estabelecem-se como autêntico contexto cognitivo. Nesse sentido, citando Baudrillard, diríamos que, livres do real, poderíamos pensar em algo mais real do que o real: o hiper-real (BAUDRILLARD, 1991). Nesse mesmo sentido, referimo-nos a Jacques Rancière para propor uma análise e uma prática política em que o pensamento estético é imprescindível (a sedução coletiva, as cartografias do desejo).

A respeito de nossa posição epistêmica, o fato de permanecer fechado no refúgio acadêmico-paranoide, descartando toda fonte de conhecimento não hegemônica, seria igualmente absurdo. A recuperação da hermenêutica (diatópica) propõe-se como prática necessária e saudável, gerando interações e práticas intelectuais que o cientista político hipertecnificado está ameaçado de perder. Frente aos argumentos hegemônicos que tendem a apagar todo potencial político na literatura²⁷, uma epistemologia nômade não pode considerar como politicamente irrelevantes todos os livros que hoje enchem as estantes das livrarias marcados com o confuso cartaz de *ficção* (como um antônimo da categoria *não ficção*). Parece necessário lembrar: nem a *ficção* mais surrealista é totalmente alienada do mundo, nem a *não ficção* mais técnica está livre de retórica e ilusionismo.

Nesse sentido, a obra kafkiana, como uma representação inerentemente ligada ao espírito paretiano, serve à perfeição como aproximação a um objeto complexo. Se escolhermos a obra do tcheco, foi em parte pela proximidade, mas também pela consistência e coerência de uma obra convergente. Contudo a observação dos relatos borgianos antes mencionados sem dúvida teriam sido de utilidade para pensar no *Tratado* de Pareto e outras obras similares. Pensemos, por exemplo, no conto *O Imortal* , no qual um viajante perdido chega à delirante construção dos homens eternos: “Este palacio es fábrica de los dioses, pensé primeramente. Exploré los inhabitados recintos y corregí: Los dioses que lo edificaron han muerto. Noté sus peculiaridades y dije: Los dioses que lo edificaron estaban locos.”²⁸.

Finalmente, no plano dos programas políticos, o marco deste trabalho não é tão abrangente para entrar nesses patamares de conflito e confusão. Além disso, um esforço retórico – a única possibilidade séria no plano do debate político – seria estéril e gratuito neste intrascendente texto. Os textos científicos de Pareto e Bobbio caracterizam-se pela sua pretensão de transcendência, baseados em exposições rigorosas, objetivas, sem adornos líricos nem derivações. O mesmo pensava o laborioso construtor de *A construção* kafkiana: “não há nada mais quieto do que o reencontro com a construção” (KAFKA, 1984, p. 105). Como este breve escrito não tem a pretensão de ser científico (no sentido paretiano), vou-me permitir ao luxo de fechar com um poema de José María Fonollosa (2006), um mero enfeite que, igualmente a esta resenha, é intrascendente:

²⁷Veja-se o artigo de Franco (1999).

²⁸ BORGES, Jorge Luis. *El Imortal* . s/d. Disponível em:<<http://www.apocatastasis.com/el-inmortal-jorge-luis-borges-carthapilus.php>>.

RAMBLA DE SANTA MÓNICA 4
La ciudad está llena de caminos.
Todos son buenos para escapar de ella.
No importa adónde vaya. En cualquier lado
hay sendas que conducen a otra parte.
El lugar nunca importa. Es otro sitio
- otro siempre - el objeto de mi viaje.

Pareto segundo Habermas²⁹

De um capítulo específico de *Ensaaios escolhidos*, aquele destinado a tratar de *Pareto e a crítica das ideologias*³⁰, retirou-se o problema que guia esta breve intervenção. Nele, Bobbio discorre sobre os critérios metodológicos utilizados por Pareto na distinção entre ciência e ideologia.

Este fragmento se divide em três momentos. Primeiramente, apontarei algumas considerações sobre o capítulo acima mencionado e também sobre *Pareto, um personagem de Kafka*³¹, artigo de Julio Souto. Em um segundo momento, ao levar em conta o prefácio de *Três ensaios sobre a democracia*³², pretendo apontar as semelhanças e as diferenças das obras de Bobbio e Pareto. Para finalizar, busco mostrar essas três perspectivas sob a ótica da abordagem epistemológica proposta por Habermas, da ação comunicativa. Utilizo-me desses três passos para afirmar: *Pareto = Romantismo*.

Ciência e esquizofrenia

A caracterização da ciência paretiana encontra-se presente já nos primeiros pontos do capítulo *Pareto e a crítica das ideologias*. Norberto Bobbio discorre sobre a ruptura metodológica da ciência a partir de mudanças no processo cognitivo, propostas por Pareto em *Tratado de Sociologia Geral*, de 1916.

Bobbio caracteriza as primeiras décadas do século XX como uma época de sínteses, enquanto Pareto propõe análises; é época de dirigir-se ao alto, enquanto Pareto propõe atenção ao baixo³³. Pareto propõe a observação, a distinção, a classificação de fatos (empíria), uma *inversão do processo cognitivo* filosófico tradicional da época, que se orientava na direção “palavras – coisas”.

O contexto explica parte da impopularidade de sua obra, além de inimizades fundamentadas no *status* ao qual a filosofia foi, então, por ele, relegada. Pareto condena essa filosofia “das palavras”, metafísica, ao mesmo patamar da teologia, religião, mitos e fábulas: das teorias

29 Item redigido por Giovanna Nicoloso da Rocha.

30 O capítulo *Pareto e a crítica das ideologias* é parte da obra *Ensaaios escolhidos: história do pensamento político* de Norberto Bobbio (s/d).

31 *Pareto, um personagem de Kafka*, é a resenha de Julio Souto que antecedeu este fragmento.

32 *Bobbio: razão, paz e democracia* é o prefácio de Celso Lafer da obra *Três ensaios sobre a democracia*, publicado pela Editora Siciliano, em 1991.

33 Refere-se ao metafísico e ao materialismo, respectivamente.

sem valor de verdade, persuasivas (oposto à compreensão), e, portanto, não científicas. Considera todas as teorias essencialistas/idealistas (portanto transcendentais à realidade) vazias de qualquer valor de verdade, reflexo de uma clara influência do materialismo marxista, que propõe a direção “coisas – palavras”.

O segundo ponto da teoria científica paretiana, de uma sociologia científica ou um *estudo objetivo das ações humanas*, também se fundamenta nas bases do materialismo, na direção “práxis – teoria”. Ao observar, mediante sua investigação, que os raciocínios frequentemente não correspondiam aos fatos, Pareto expôs uma das suas teses fundamentais: a distinção da ação humana (instintiva) de seus raciocínios explicativos. Em outras palavras, situou o conceito *teoria* como superestrutura de um sistema não racional. Aponta: “Os homens se utilizam muitas vezes da razão (exaltada pelos metafísicos como o órgão da verdade) para deformar e ocultar a verdade, e não para descobri-la e comunicá-la – embora o façam sempre quase de boa fé” (BOBBIO, 2006, p. 135). Segundo ele, “quem age sente prazer em apresentar seu comportamento como baseado em motivos racionais” (ibidem, p. 136).

Distingue, na ação humana, que a natureza das verdadeiras intenções (resíduos) reside em aspecto instintivo/emocional, diferente das *vestimentas* lógicas, tentativas racionais de justificar comportamentos. Sendo assim, em forma de condenação, afirma: “Quem... se põe a estudar os fenômenos sociais se detém nas manifestações da atividade, isto é, nos desvios, sem remontar às razões da própria atividade, ou seja, nos resíduos” (PARETO apud BOBBIO, 2006, p. 136).

Portanto, através do estudo dos resíduos, Pareto propõe “limpar o terreno das ideologias para poder enxergar, atrás delas, os homens de carne e osso” (ibidem, p. 135). A identificação e a eliminação das derivações (falsificações conscientes ou não) permitiriam executar uma sociologia científica, identificar e eliminar os motivos aparentes do comportamento humano e atingir os motivos reais da ação humana.

A crítica à teoria paretiana apresentada por Julio Souto diz respeito, exatamente, a essa pretensão de Pareto de opor-se às ideologias (o próprio Pareto prefere o termo *teoria*, ou *as outras teorias*...). Se Bobbio afirma que “Pareto nunca condena uma ideologia em nome da verdade científica: o que ele condena é a ideologia que quer fazer-se passar por ciência, a troca sub-reptícia de um julgamento de valor por um julgamento de fato” (2006, p. 147), Souto o vê exatamente junto às ideologias, mitos, fábulas, religiões.

Usando a figura de *A construção* de Kafka, Souto compara o labirinto da obra paretiana (com centenas de divisões, distinções, novos conceitos) à fortaleza, o monumento inacessível aos inimigos e fantasmas. Pareto, como personagem kafkiano de Souto, constrói, na obsessão empirista, a sua praça, seu refúgio racional, afastado de qualquer irregularidade ou contradição e hostil à sociologia positivista, aos mitos, às religiões. Souto denuncia que o discurso paretiano representa, ele também, “um programa ético-político camuflado de teoria científico-filosófica”, o que simplesmente é a própria definição de Bobbio de ideologia. Parece-me que, ao utilizar-se da mesma lógica metodológica de Pareto, Souto encontra, na proposta de sociologia científica paretiana, somente uma derivação, enquanto vê, em um indivíduo esquizofrênico, resíduos de comportamento humano.

Sobre as alternativas possíveis, Souto aponta: “A respeito de nossa posição epistêmica, permanecer fechada no refúgio acadêmico-paranoico, descartando toda fonte de conhecimento não hegemônica, seria igualmente absurdo” (SOUTO, 2011). Ele critica, portanto, o desinteresse paretiano através (por que não?) do potencial político da literatura (ou outras formas de conhecimento): “Parece necessário lembrar: nem a *ficção* mais surrealista é totalmente alienada do mundo, nem a *não ficção* mais técnica está livre de retórica e ilusionismo” (ibidem).

No trecho que segue, tento identificar algumas semelhanças na teoria científica de Pareto e política em Bobbio, para, posteriormente, discutir um afastamento metodológico. Esse passo possibilita apontar lacunas na teoria paretiana, e será retomado posteriormente.

Para Ruiz Miguel, “Bobbio faz uma combinação algo rara, a do senso histórico com a inspiração analítica e a preocupação empírica” (RUIZ MIGUEL apud LAFER, 1991, p. 47). No prefácio de *Três ensaios sobre a democracia*, Lafer busca representar a virtude metodológica deste autor que, com uma visão *realistas* obre a democracia, parece, em momentos, se aproximar da metodologia pretendida por Pareto. Para Lafer, Bobbio observa a real distinção entre o papel da razão e sua função efetiva na política, a diferença do *ser* e do *dever ser*.

Mas de que maneira a ciência paretiana se aproxima da visão política realista de Bobbio? Ao estudar a democracia, Bobbio credita à racionalidade e ao individualismo a possibilidade de um sistema em que os indivíduos possam “fazer a política no pluralismo de suas perspectivas” (BOBBIO apud LAFER, 1991, p. 53). O autor vê somente nas regras do jogo democrático a possibilidade “de rever decisões que se revelarem inoportunas, ineficazes e injustas, ou seja, por procedimentos que se assemelham ao método científico”. A crítica é o denominador comum de nossos dois autores. A racionalidade paretiana está para a ciência da mesma forma que a racionalidade do jogo democrático está, para Bobbio, na política. Ambas permitem a crítica e, conseqüentemente, o jogo em si.

Bobbio vê, no universo não democrático do sistema internacional, poderes invisíveis (poderes tradicionais) que trazem “opacidade do poder, por força de razões de estado, argumentada com base nas necessidades de segurança diante dos riscos da vida internacional, que sempre são espaço para os abusos” (LAFER, 1991, p. 55). Em outras palavras, tal opacidade impossibilita a crítica. É a mesma opacidade que Pareto vê nos mitos, na religião, na metafísica, e que Gustavo Franco vê na literatura. É a inexistência da base crítica.

A diferença entre Bobbio e Pareto, porém, também se inicia aqui. Enquanto Pareto critica o aspecto metafísico de outras teorias que não sejam a sua ciência, parece não deixar espaços para ela mesma ser alvo de críticas. O radicalismo de Pareto não está presente em Bobbio. Nas metáforas do navio, do labirinto, da ideia pendular, esse ponto se encontra bem representado. Apesar de seu realismo preservar a “possibilidade de um enfoque do processo histórico dotado de objetividade e de universalidade”, Bobbio admite a existência de *limites epistemológicos ao conhecimento*. Estedá um passo a mais que Pareto.

Apesar de Pareto buscar valer-se de um materialismo, não o incorpora na sua própria teoria (e, para mim, o faz deliberadamente), enquanto Bobbio relaciona-se melhor com a materialidade de seu objeto. Este deixa clara a diferença entre a eficácia e a validez do sistema democrático que defende: “na sua reflexão sobre o direito tratou o descompasso entre a norma e a realidade social e da complementaridade entre validade e eficácia, e que se mostra um realista na avaliação dos fatos políticos” (LAFER, 1991, p. 57), enquanto a teoria paretiana se pretende a mais completa, bela e eficaz possível.

Pareto = Romantismo, é possível?

Relacionada ao trecho anterior, no qual busco evidenciar que Pareto não segue seu próprio raciocínio metodológico, encontra-se a abordagem epistemológica de Habermas. Com base

na compreensão da ação comunicativa³⁴, o autor considera as ciências exatas e humanas como ciências hermenêuticas³⁵. Em outras palavras, Habermas fundamenta-se na ideia da impossibilidade da construção de um conhecimento desinteressado e, segundo ele, a sociologia científica paretiana (distinta da ideologia, como se pretende) seria *impossível*. Da seguinte forma, entendendo que, ao privilegiar certos aspectos de sua teoria (a crença da sua possibilidade, objetividade, neutralidade ético-política), Pareto afasta-se deliberadamente da materialidade e revela-se um romântico.

Característico da Escola de Frankfurt, da qual faz parte, Habermas orienta-se por um viés crítico da construção do conhecimento. Observadores das barbáries da Segunda Guerra Mundial, os estudiosos frankfurtianos criticam a existência de uma teoria científica pura, através da qual discursos de ódio e dominação foram difundidos. Se o conhecimento é sempre engajado, interessado, a epistemologia acompanha essa perspectiva. Em outras palavras, a cada época, interesses dominantes guiam a produção de conhecimento e, conseqüentemente, o paradigma que guia a fundamentação do conhecimento segue o mesmo movimento.

A dinâmica da ação comunicativa – através da qual, segundo Habermas, se fundamenta o conhecimento – é uma relação conflituosa de diferentes interesses, os quais disputam a melhor forma de argumentação. Conforme o autor, a categoria justificação diz menos a respeito da verdade (como na epistemologia clássica) do que o consenso sobre determinada forma de argumentação. Se a verdade somente é possível através da ação comunicativa, não é absoluta, não existe *a priori*.

Em resumo, as teses de Habermas são antifundacionistas. Condena as pretensões das ciências ditas nomotéticas, rechaça suas leis gerais, absolutas e a pretensão de se constituírem como espelho da natureza. Segundo ele, não há como escapar da interpretação, nem mesmo na matemática – os números não dizem nada por si só, são possíveis somente através da linguagem compreensiva. O mundo enquanto categoria só é possível através da interpretação do homem e, portanto, através de seus interesses.

Ao relacionar Pareto ao conceito de ação comunicativa, procuro denunciar, sob outra perspectiva, a mesma crítica feita por Julio Souto sobre o fato de a ciência paretiana, como constituída separadamente das ideologias, ser somente uma pretensão, uma utopia. Em seu artigo, Souto propõe a elevação de uma literatura de viés político, em detrimento de uma ciência supostamente neutra. Habermas não vê o processo exatamente da mesma forma, nem Bobbio. Sob a mesma figura do meio termo, os dois conciliam objetividade e limites do discurso.

Em Habermas, encontramos o seguinte raciocínio sobre a racionalidade: o mais racional é o acordo sobre o melhor argumento, o qual esteve alicerçado, preferencialmente, em condições ideais de fala (sem interferência externa, como, por exemplo, a compra do melhor argumento). É semelhante às condições do jogo democrático para Bobbio: tanto as condições de fala quanto as regras do jogo democrático são regras anteriores à discussão e apresentam-se a todos.

Souto acaba por se afastar de Habermas, pois o frankfurtiano afirma que o melhor argumento não é somente aquele acompanhado pela retórica, ou pela relativização³⁶. Nesse ponto, o autor demonstra não ser totalmente cético quanto à objetividade. Habermas acredita

34 Procuro explicar aqui de uma maneira extremamente simplista.

35 Observa-se uma ruptura em relação à epistemologia tradicional que, originalmente, as divide em ciências nomotéticas (classificadoras e generalizantes) e hermenêuticas (interpretativas).

36 O melhor argumento é sempre dotado de alguma racionalidade. Não será somente fantasia ou construção imaginativa de fortaleza.

em uma verdade (através do processo do melhor argumento) representativa do real, mas que nunca deixa de ser entendida como interpretativa. É possível pensar que o melhor argumento é o que mais se aproxima da realidade, e que a própria ação comunicativa é parte da realidade. O autor não defende anarquias (“criativas”) ou absurdos, mas o reconhecimento do interesse humano na construção do conhecimento.

Ao reler Pareto sob a ótica da ação comunicativa e os pressupostos epistemológicos de Habermas, não acredito em nenhum momento que a ciência paretiana seja ingênuo. Prefiro pensar que Pareto, na exaltação de sua própria objetividade, é também um romântico, enquanto Habermas reconhece limites mais reais da capacidade humana.

*As (possíveis) amarras entre razão e emoção*³⁷

É a partir da análise de um capítulo da obra de Norberto Bobbio que se forma o fio condutor item do texto do tópico que segue. Bobbio reserva em seu livro *Ensaios escolhidos: história do pensamento político*, que reúne análises sobre as obras de grandes nomes da política e da filosofia³⁸, um capítulo à obra *Tratado de Sociologia Geral*, de Pareto, ressaltando a questão ligada à ideologia, que permeia os estudos deste último autor.

A teoria paretiana, que objetivava a busca pelo programa de uma sociologia científica, é realmente admirável, mas abre *flancos* capazes de nos causar dúvidas. Pareto acreditava que aquilo que ele fazia, seguindo seus rígidos critérios, podia ser chamado de ciência pura – *teoria lógico-experimental* – e nada possuía de ideologia – *teoria não lógica*. Porém o próprio Pareto afirma, segundo Bobbio (s/d, p. 153), que os homens são movidos pela fé e que acreditam *antes* de compreender, e muitas vezes *sem* compreender, ou seja, ele mesmo admite que o ser humano não é totalmente racional. Dessa forma, surgem os questionamentos: o ser humano é capaz de elaborar uma ciência totalmente lógica, sem resquícios de sentimento? As regras expostas por Pareto, capazes de elaborar um método científico, são mesmo suficientes para dar origem a uma ciência totalmente destituída de emoções?

A paranoia paretiana

A ciência de Pareto, baseada nesse rigor científico, que preza pela racionalidade do pesquisador e pela busca de uma ciência sem traços de ideologia, foi foco de muitos debates teóricos; inquietou, e continua a inquietar, muitos autores que caracterizam a empiria-racional como uma busca praticamente inalcançável.

Radical, Julio Souto (2011) pertence a este grupo e afirma que a empiria paretiana pode ser chamada de *paranoica*, já admitindo o seu posicionamento. Em sua resenha, *Pareto, um personagem de Kafka*, Souto valora a ciência como um *ensaio* e acredita que a recuperação da hermenêutica dar-se-ia como uma prática necessária e saudável. Além disso, Souto compara Pareto a um dos personagens de Franz Kafka, famoso escritor de ficção da língua alemã do século XX, que, em um de seus escritos ficcionistas, descreve a busca de um personagem pela *praça principal de um castelo, situada não exatamente no centro da construção*; assim

³⁷ Item redigido por Carolina Pimentel Corrêa.

³⁸ *Ensaios escolhidos: história do pensamento político*, livro de Norberto Bobbio, divide-se em capítulos específicos sobre diferentes e importante autores do pensamento político, dentre eles: Mosca, Hegel, Marx, Vico, Gramsci, Hobbes, Kant e Pareto.

como Pareto que busca uma ciência pura (uma verdade) sem resquícios de ideologia. A comparação é muito inteligente e dá margens para que Souto exprima a sua intenção de negar a existência dessa ciência embasada na razão pura, distinta de qualquer ideologia, fundamentada única e exclusivamente na experiência.

No entanto entender a ciência com a anarquia de Souto (2011) é difícil para qualquer estudante de sociologia que cresceu academicamente lendo os escritos de Weber – com seu conceito de *neutralidade axiológica* – e aprendeu metodologia lendo *O ofício de sociólogo*, de Bourdieu (2004). A busca pelo distanciamento do *senso comum* é ensinada aos estudantes desde o princípio de seus estudos; não com o princípio da necessidade de que nos valhamos da racionalidade paretiana, porém com a certeza de que a sociologia é uma *ciência* e a mesma só se faz distanciando-se do *senso comum*.

Não se defende aqui a racionalidade paretiana, muito menos a busca por neutralidade por parte do pesquisador, pois na sociologia, principalmente, esse debate ainda está em aberto. Estar livre de valores, numa ciência que estuda o próprio meio no qual o pesquisador está inserido, é muito difícil. O próprio Weber (1991), que prezava pela famosa *neutralidade axiológica*, admite que, por maior que fosse o esforço do cientista para desprender-se dos juízos de valor, isso não significaria que a investigação científica estivesse livre de valores. Vejamos o que o próprio autor nos diz:

Uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve fazer, só lhe é dado – em certas circunstâncias – o que quer fazer. É verdade que, no setor das nossas atividades científicas, continuamente são introduzidos elementos de cosmovisão das pessoas, bem como na argumentação científica. (WEBER, 1991, p. 111).

Assim, é necessário refletir até que ponto o rigor científico é válido dentro da academia e para o resultado das pesquisas científicas. O que não se sabe é se a racionalidade e a fuga dos juízos de valores, ideologias, emoções, políticas ou filosofias são realmente pré-requisitos para se fazer ciência.

A vigilância epistemológica como válvula de escape para o dilema

Segundo Bourdieu (2004), nas ciências do homem, em especial, a separação entre opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa: “A familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade” (ibidem, p. 23). Por isso, a *vigilância epistemológica* por parte do pesquisador é importante.

Na *vigilância epistemológica* de Bourdieu (ibidem), trata-se de um exercício proposto ao sociólogo. Segundo Bachelard (apud BOURDIEU, 2004, p. 12) essa prática seria “um meio de aumentar e dar maior precisão ao conhecimento do erro e das condições que o tornam possível e, por vezes, inevitável”. Auxilia, assim, na criação de formas para evitar o possível erro do pesquisador.

À semelhança de Pareto, Bourdieu afirma que a sociologia só pode se constituir, realmente, quando separada do *senso comum*, opondo-se às pretensões sistemáticas daquilo que ele chama de *sociologia espontânea*. No entanto, o autor critica a *neutralidade axiológica* weberiana, caracterizando-a como “*a falsa neutralidade das técnicas*”:

A ilusão de que as operações axiologicamente neutras são também epistemologicamente neutras limita a crítica de um trabalho sociológico, o próprio ou o dos outros, ao exame, sempre fácil e muitas vezes estéril, de seus pressupostos ideológicos de seus valores últimos. (ibidem, p. 54).

O autor ainda complementa afirmando que o princípio da neutralidade, presente na maioria das tradições metodológicas, pode, em sua forma rotineira, incitar ao erro epistemológico, quando, afinal, sua pretensão é evitá-lo. “Recusando-se a ser o sujeito científico da sua sociologia, o sociólogo positivista dedica-se, salvo milagre do inconsciente, a fazer uma sociologia sem objeto científico” (ibidem, p. 64).

Assim, Bourdieu, apesar de afirmar veementemente que a ciência necessita de certo rigor científico que a diferencie do *senso comum*, ele também entende que o total desprendimento do pesquisador para com as influências valorativas é falso, pois o trabalho como sociólogo exige que o mesmo se reconheça dentro da pesquisa.

O que o autor ressalta é apenas a importância do estudo teórico; segundo ele, o objeto de pesquisa só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica. Citando Popper, Bourdieu afirma: “a teoria domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações de laboratório” (2004, p. 48). No entanto isso não impede que o sociólogo entenda e perceba os seus valores presentes na pesquisa. O importante, apenas, é manter uma *vigilância epistemológica* para que tais valores não se tornem uma *sociologia espontânea* sem referencial teórico e influenciem de modo negativo o processo científico. Isso não significa a negação de qualquer emoção (até porque, como já vimos, na sociologia isso é muito difícil), muito menos a busca pela ínfima neutralidade e racionalidade científica. Objetiva-se, de acordo com Bourdieu (2004), a atitude de repensar cada operação da pesquisa, mesmo as mais rotineiras e óbvias, mantendo o cuidado permanente com as condições e os limites da validade de técnicas e conceitos utilizados pelo pesquisador.

O paralelo entre rigor científico e as regras do jogo democrático

Podemos pensar o exercício também a partir de Bobbio, o qual, segundo Lafer (1991, p. 47), foi “capaz de associar a clareza e o rigor do conhecimento com a visão do significado de uma realidade, ontologicamente percebida como complexa”. Bobbio buscou a relação entre *razão* e *democracia* para justificar sua teoria de democracia como uma forma de governo na qual existem certas regras. Bobbio lembra-nos que a tradição filosófica, começando por Platão, entendia a democracia como o oposto da razão, em função do predomínio das paixões do povo exploradas pelos demagogos. Por isso, a tradição clássica passou a ter “da razão uma percepção baseada na identidade entre ser e pensamento e na harmonia entre o homem e o cosmo, *ensejadora* do acesso racional aos caminhos do mundo, inclusive no campo da política” (BOBBIO s/d apud LAFER, 1991, p. 51).

No entanto, escolhendo a metáfora de um labirinto, Bobbio representa as dificuldades dessa ética de *princípios* e *resultados* necessária para sustentar boas e más razões ao conduzir a *república*. O autor propõe que o argumento ético se funda ora em *princípios* ora em *resultados*. Ao primeiro, liga-se uma ética de deveres e ao segundo, uma ética de fins a serem alcançados. Contudo há dificuldades numa ética de princípios, sendo estes muitas vezes incompatíveis, por exemplo liberdade individual *versus* igualdade social; “na prática, não existe

princípio que não esteja sujeito a exceções na sua aplicação em determinadas situações concretas” (LAFER, 1991, p. 48).

Lafer (ibidem, p. 54) resume o que considera ser a perspicácia de Bobbio:

[...] a relação entre democracia e razão permite conclusões mais positivas do que negativas. [...] Com efeito, a racionalidade das regras do jogo democrático é dada pelo livre debate antes da tomada de decisão; pelas diversas formas de controle da decisão tomada; e pela possibilidade, em função desse controle, de rever decisões que se revelarem inoportunas, ineficazes e injustas, ou seja, por procedimentos que se assemelham ao método científico. Nesse sentido, o livre debate e a contínua revisão dos resultados, que caracterizam o método científico – com o qual Bobbio se afina em função da sua preocupação com o rigor do conhecimento –, comportam um paralelo com as regras do jogo democrático.

Em *Liberalismo e democracia*, Bobbio destaca, esquematicamente, a ligação entre esses modos de governo, o que nos remete à relação entre razão e emoção. Para ele, liberalismo e democracia são compatíveis “e, portanto, componíveis, no sentido de que pode existir um Estado liberal e democrático sem, porém, que se possa excluir um Estado liberal não democrático e um Estado democrático não liberal [...]” (1990, p. 53). Além disso, ele afirma que liberalismo e democracia estão ligados necessariamente um ao outro, “no sentido de que apenas a democracia está em condições de realizar plenamente as ideias liberais e apenas o Estado liberal pode ser a condição de realização da democracia” (ibidem, p. 53).

Destarte, levando em consideração que o liberalismo liga-se ao pensamento racional, e a democracia liga-se às emoções do povo – ou paixões, como já afirmado anteriormente –, nota-se a sutileza do autor ao combinar os dois modos de governo em busca da possibilidade mais adequada.

Respondendo aos questionamentos expostos neste item, Bourdieu (2004) e Bobbio alcançam o ponto central que delimita as relações entre a razão e a emoção, a *estação* situada entre a teoria rigorosa de Pareto e as proposições *anarquistas* de Souto. Bourdieu propõe uma *vigilância epistemológica* que considere a existência e a influência de valores e emoções no trabalho do sociólogo. Bobbio, por sua vez, propõe um conceito de democracia que leva em conta as regras do jogo necessárias para que a emoção não traga à tona um estado de violência. O que eles têm em comum?

Ambos entendem que o desafio é sempre encontrar uma maneira de transformar essa linha tênue que separa a razão da emoção em amarras capazes de se complementar e cooperar para a formação de uma ciência mais palpável para o ser humano, sem excluir ou criticar nenhuma das partes, selecionando aquilo que possuem de melhor e possível para ser posto em prática; sem negar a importância de certo rigor científico, mas também lembrando que o pesquisador não é um ser sem emoções.

*A razão e a emoção na ciência e na política*³⁹

O presente texto é fruto de algumas reflexões acerca do conceito de razão (e, em consequência, sua relação com as paixões humanas), a partir da leitura de duas resenhas: uma de

³⁹ Item redigido por Fabrício Teló.

Norberto Bobbio sobre o *Tratado de Sociologia Geral*, de Vilfredo Pareto, e uma reação a esta, de Julio Souto, com posições claramente contrárias. Far-se-á, portanto, de forma muito modesta, uma incursão nos caminhos da epistemologia, ou seja, no campo dos estudos sobre o conhecimento e as maneiras de se chegar a ele, tendo em mente que essa é uma das discussões mais antigas na filosofia, sendo quase sua questão principal. Após isso, pretende-se analisar o conceito de razão na esfera da teoria política, a partir dos estímulos de um texto de Celso Lafer sobre Norberto Bobbio, ao comentar a relação proposta pelo cientista político italiano entre razão, paz e democracia. Ao final, busca-se estabelecer uma relação entre o uso do conceito de razão na ciência e na política.

Razão e emoção na ciência

Se tivéssemos que eleger o pensador que mais se destacou na tentativa de racionalizar a ciência, Pareto teria grandes chances de ser o vencedor da eleição. Ele vê o homem como um animal ideológico, constituído por resíduos (sentimentos e valores, portanto, paixões) e derivações (raciocínios lógicos ou pseudológicos cuja necessidade foi gerada pelos próprios resíduos). É a partir desse pressuposto que o autor elabora seu aprofundado estudo sobre as ideologias, postulando que elas podem ser tanto úteis (inclusive necessárias) quanto nocivas à sociedade. Em relação a isso, Pareto não vê problema, pois ele distingue verdade de utilidade. O que o aborrece é a divulgação (especialmente por parte dos cientistas sociais) das ideologias (que são não experimentais e não necessariamente lógicas) como sendo científicas. Ciência e ideologia pertenceriam a dois campos totalmente separados, nada tendo em comum um com o outro. A primeira restringe-se à observação e ao raciocínio (razão) e a segunda, ao sentimento e à fé (paixões).

Pareto acredita (e Bobbio partilha de sua crença) na possibilidade de se praticar uma ciência livre de valores, como se, no momento da pesquisa, o ser humano pudesse desvincular-se de sua história de vida e de seus princípios (incorporados, muitas vezes, inconscientemente) para, como se fosse um robô, investigar a realidade.

O teórico franco-italiano propõe a *construção* uma ciência social totalmente objetiva, desprovida de resíduos, pautada necessariamente na observação e na experiência, uma ciência sem ideologias, a fim de chegar ao ser humano *de carne e osso*, à verdade das *coisas* (é a partir delas que deveriam surgir as palavras e não o contrário). Uma Ciência (com “C” maiúsculo) só seria possível se fosse totalmente racional, desvinculada completamente de paixões e interesses. O autor coloca-se, assim, como um pensador realista, ou seja, que descreve as coisas tais como elas realmente são, e não como elas deveriam ser. Bobbio aparentou ser empático à teoria paretiana, diferentemente de Julio Souto, que caracterizou Pareto como um personagem de Kafka, em *A construção*⁴⁰. Ao metodismo extremo de Pareto, contrapôs-se, então, uma quase “anarquia metodológica”, questionando, de forma muito inteligente, bem fundamentada e com o toque artístico da literatura, os pressupostos da teoria paretiana.

Como não poderia deixar de ser, o principal questionamento foi em relação à pretensão de Pareto de se dizer neutro e ser capaz de fazer uma ciência imparcial, baseada unicamente na observação objetiva dos fatos. A intenção de Souto, ao comparar o autor com o personagem kafkiano, é afirmar que, no fundo, o que Pareto estava buscando, na formulação de sua teoria, era um refúgio no qual estivesse protegido; ou seja, colocando-se como neutro, suas

40 Este personagem estava em busca de um refúgio onde pudesse se sentir seguro em meio a um labirinto.

afirmações teriam estatuto de verdade universal e não poderiam ser questionadas. Pareto, nesse sentido, também é um utópico, pois propõe sugestões impossíveis de serem praticadas.

Com efeito, é típico de um conservador atribuir ao empirismo e à neutralidade a validade epistemológica de suas afirmações. Virgínio (2006) nos propõe as ideias de Bourdieu para compreender melhor como se dão as relações entre os cientistas dentro de um *campo científico*, cujo funcionamento e estrutura resultam na construção do saber científico, processo este marcado por intensas disputas por prestígio e reconhecimento entre os cientistas a fim de deter o monopólio da autoridade científica e, conseqüentemente, ter as afirmações reconhecidas como verdade. Na prática, são os interesses do grupo de cientistas que obtiver maior acúmulo de capital científico (a *classe dominante* dentro do campo científico) que serão considerados interesses universais. “Desta forma a autonomia da ciência é falsa, e sua neutralidade uma farsa. Mais precisamente, a ciência atende aos interesses econômicos e políticos da classe dominante” (ibidem, p. 101).

Nesse sentido, Bourdieu (1983, p. 148) afirma:

A ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da reprodução dominante do mundo social.

Além disso, ao realizar a pesquisa, o sujeito pesquisador interfere no objeto; então, o que ele irá pesquisar já não é mais o objeto (ou fato) tal como ele o era, de fato, mas será transformado agora no produto da relação que foi estabelecida entre o sujeito e o objeto. Já não se tem mais o objeto puro. Tem-se, ao contrário, um objeto modificado parcialmente pela intervenção do pesquisador. E isso pode servir tanto para as ciências humanas quanto para as naturais. O que se entende como realismo, portanto, passa a ser questionável.

Pensadores ligados à área dos estudos em ciência e tecnologia, em geral, também tendem a fazer essa leitura sobre o realismo. Tais autores procuram identificar os condicionamentos sociais na construção do conhecimento. Dentre eles, um que se destaca pela radicalidade é David Bloor (2009), com a obra *Conhecimento e imaginário social*, publicada pela primeira vez em 1976, na qual postula que toda experiência humana é mediada por convenções sociais e, sendo assim, pode ser objeto de investigação sociológica. Até então, a sociologia só podia se preocupar com os erros da ciência. A partir de Thomas Kuhn, com *As estruturas das revoluções científicas*, e, definitivamente, com Bloor, ela passa a se preocupar também com o conhecimento tido como verdadeiro. Bloor é mais radical que Souto, pois parte do pressuposto de que não existe uma *realidade*; tudo se explicaria pela sociedade, e a natureza não teria interferência alguma na construção do conhecimento. Bloor constitui o extremo oposto do entendimento paretiano. De fato, ignorar a interferência da natureza na produção do conhecimento é um risco de incorrerem em erro, ou talvez não. Ainda não há nada provado em nenhum dos lados.

O professor Fabricio Monteiro Neves, na disciplina intitulada Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia, propôs o seguinte esquema didático para relacionar o entendimento sobre o conhecimento referido a um enquadramento político⁴¹:

41 Feyrabend, Souto e Pareto foram acrescentados ao esquema teórico pelo autor deste item.

Posicionamento	Radicais	Progressistas	Conservadores	Reacionários
Entendimento sobre conhecimento	Não existe realidade. A natureza não interfere na produção do conhecimento.	Explicam a natureza pela sociedade.	Fazem uma associação com a sociedade.	Tudo se explica pela observação dos fatos empíricos a partir da natureza.
Autores	Bloor; Feyrabend.	Kuhn; Souto.	Kuhn (na fase posterior à publicação de <i>As estruturas das revoluções científicas</i>).	Pareto; Hume; Locke.

Geralmente extremismos não contribuem para um melhor entendimento dos processos. A resenha de Souto, nesse sentido, não se mostrou tão radical quanto a proposta de Bloor ou Feyrabend, que nega qualquer tipo de imposição de normas que venham de fora da própria lógica da pesquisa, numa aversão total à ideologia científica.

O que se conclui dessas duas análises é que, independentemente da nossa vontade, por mais que nos esforcemos para conter nossas emoções, através da razão, a ciência que fazemos sempre será influenciada pela nossa paixão. Pareto, portanto, ao propor uma ciência livre de ideologias, está propondo uma utopia.

Emoção e razão na política

Depois que Weber, em *A objetividade do conhecimento na ciência política e social* e em *A ciência como vocação*, propôs uma separação entre ciência e política, passou-se a considerar o campo da política como o lugar da defesa das emoções, das ideologias, das crenças, o lugar onde não haveria compromisso com a razão, tal como se deveria fazer na ciência. Ciência e política passaram a ser oficialmente dois campos distintos.

Lafer (1991), ao teorizar a respeito da relação entre razão, paz e democracia em Norberto Bobbio, tem por objetivo mostrar que na política também se faz uso da razão. E mais: é quando se faz uso dela que se chega à democracia e se passa do estado de violência (estado natural hobbesiano) ao estado de não violência (“civildade”).

Essa passagem se dá através da consolidação do Estado democrático de direito, no qual as leis garantem a proteção dos indivíduos e a satisfação de seus direitos essenciais. Bobbio considera a democracia como sendo as regras do jogo no qual se instituiu o poder popular e propõe uma semelhança entre tais regras com as normas do método científico, pelo fato de se basearem na racionalidade, como uma forma de contenção dos desejos e das vontades, das paixões.

Tal compreensão de Bobbio tem origem em Hobbes, o qual propunha que

[...] o homem é um composto de movimento animal, movimento passional e razão calculadora (em Hobbes, raciocinar é calcular). O ser humano, diferentemente dos outros animais, é capaz de incluir o cálculo para escolher a melhor ação a ser tomada ao deliberar sobre a melhor forma de realizar seus interesses e desejos ou evitar possíveis prejuízos a si próprio e aos outros. (LEIVAS, 2009, p. 64).

A razão em Hobbes assume uma função acessória de ajudar o homem a deliberar sobre seus desejos:

Na esfera da teoria política o tratamento dispensado por Hobbes à relação razão-paixão toma a seguinte direção: a passagem do estado natural para o estado político requer a associação entre razão e paixão para fazer frente aos indecisos ou interesseiros (esses últimos no sentido negativo de obter-se vantagens individuais a curto prazo quando surge a possibilidade de uma paz duradoura a longo prazo) no momento do pacto fundador da nova entidade política (Estado moderno) (ibidem, p. 64-65).

A política, então, apesar de ser o *lócus* por excelência da emoção, é permeada por muitos cálculos e raciocínios, no sentido de articular estratégias inteligentes a fim de se chegar aos objetivos propostos.

A humanidade: razão e emoção na condução dos caminhos

Leivas (ibidem) destaca uma contribuição decisiva de Michael Walzer, filósofo político norte-americano, a respeito da condição humana. Segundo esse autor, somos todos constituídos por razão e emoção, e esses dois componentes são inseparáveis. Não nos é possível fazer algo a partir unicamente de um desses dois elementos, porque os dois terão influência, ou seja, todos os produtos da ação humana são frutos da articulação de decisões entre vontades e cálculos. Walzer propõe ainda que se torne menos pujante a distinção que se faz entre razão e emoção, promovendo, então, uma racionalização das paixões e uma emocionalização da razão.

Considerando, portanto, a ciência e a política como produtos da ação humana e analisando as ideias anteriormente expostas, concluímos que ambas são influenciadas tanto por vontades e desejos passionais quanto por cálculos e raciocínios mais contidos. Na prática, normalmente se coloca a ciência como um campo em que as paixões não devem estar presentes e que todas as ações devem ser conduzidas unicamente pela razão. A política, por sua vez, é colocada como o espaço por excelência do predomínio das paixões, em detrimento da razão, em que a disputa pelo poder é marcada pela defesa das ideologias. O que se pôde constatar a partir dessas reflexões, porém, é que, sendo o ser humano constituído tanto por razões quanto por emoções e sendo estas inseparáveis, tanto a ciência é movida por razão e paixão quanto a política é sustentada por paixão e razão.

Certificação científica: as possibilidades de diálogo entre o pesquisador e seus valores⁴²

Vilfredo Pareto, economista e sociólogo italiano, buscava a ciência independentemente de sua utilidade, considerando a sociologia como a busca da verdade sem efetuar juízos de valor, sem almejar a solução dos problemas sociais. Julio Souto, por outro lado, faz em seu escrito *Pareto, um personagem de Kafka* (2011) uma forte crítica ao rigor metodológico do autor, dizendo que este “se define como um fim em si mesmo”. Sua intenção é “quebrar o mito de um cientista onisciente”.

Pretende-se, neste item, alcançar um meio-termo entre essas duas perspectivas do *fazer ciência* anteriormente apresentadas. Para tal, usar-se-á como suporte a metodologia de Max

⁴² Item redigido por Jéssica Maria Rosa Lucion.

Weber que, ao que tudo (e todos) indica(m), está mais próxima de Pareto do que de Souto. A proposta, porém, não é aproximá-lo de nenhum dos dois, mas pôr em discussão a questão da presença dos valores do pesquisador na pesquisa nas ciências sociais, até onde, a partir da ótica weberiana, eles são capazes de não interferir na certificação de algo como ciência. Além disso, discutir-se-á, rapidamente, a utilidade/não utilidade das pesquisas nesta área para a sociedade.

A pesquisa, o pesquisador e os seus valores

A pesquisa social, de acordo com Minayo (1999, p. 105),

[...] trabalha com gente, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos.

Dessa forma, a ciência social não é neutra, nela estão contidos, além dos contextos histórico e social, o pesquisador e os seus valores. Segundo Weber (1986, p. 87), “não existe qualquer análise científica puramente objetiva da vida cultural”; o pesquisador orienta-se pelos elementos que ele considera importantes. Ao fazer ciência, o pesquisador leva em conta, na escolha do objeto, das teorias e da metodologia, seus valores, interesses e o contexto socio-cultural no qual está inserido. Com essa curta introdução sobre os valores na ciência, busca-se analisar a posição de Weber quanto ao assunto em tela.

Para Weber, a pesquisa tem dois momentos: um subjetivo e outro objetivo. No primeiro momento, que pode ser entendido como a fase do *projeto* de pesquisa, evidencia-se a presença do pesquisador que irá escolher seus objetos, os elementos relevantes para a pesquisa, as teorias etc., a partir de seus parâmetros pessoais. O segundo momento diz respeito à investigação, que deve ocorrer com objetividade, em que os valores do pesquisador não podem influenciar o objeto e o resultado final da pesquisa. Não se pretende, aqui, entrar na discussão sobre a presença do pesquisador no meio pesquisado como forma de influenciá-lo, mas focar nos valores do pesquisador como, mesmo que presentes apenas na fase inicial da pesquisa, influentes no resultado final.

Seriam necessárias muitas páginas se a pretensão fosse provar essa hipótese através de exemplos práticos. Usa-se, então, apenas um exemplo. Ao comentar a passagem da modernidade para a pós-modernidade, David Harvey apresenta no seu livro *Condição pós-moderna* (1992) várias definições, dadas por outros autores, do que seria e como se caracterizaria a pós-modernidade. Nessa discussão, surge a questão da chamada “massa cultural”, muito tempo antes já comentada por Adorno e Horkheimer num termo similar, a “indústria cultural”. Para Daniel Bell, a cultura produzida na pós-modernidade seria antes uma necessidade produzida pelo sistema do que uma escolha do consumidor:

[...] a degeneração da autoridade intelectual sobre o gosto cultural nos anos 60 e a sua substituição pela pop arte, pela cultura pop, pela moda

efêmera e pelo gosto da massa são vistas como um sinal do hedonismo inconsciente do consumismo capitalista. (HARVEY, 1992, p. 62).

Continuando seu texto, Harvey (1992, p. 63) escreve: “Iain Chambers (1986; 1987) interpreta um processo semelhante de maneira bem distinta”. Para o referido autor, a expansão da cultura de consumo propiciou à juventude operária no pós-guerra a construção de uma identidade através da moda, mesmo que a grande produção do momento desejasse impor os padrões de gosto através da propaganda. A democratização do gosto, postula Chambers, favoreceu a formação de identidades e a afirmação de grupos que antes eram “relativamente desprivilegiados” (ibidem, p. 63). O que importa aqui não é chegar num consenso sobre o conceito de pós-modernidade, mas usar essas duas definições como exemplos para mostrar como o pesquisador, o jeito, o ângulo através do qual se olha para um objeto influenciam no modo como o conceituamos, o caracterizamos e quais serão nossas conclusões.

Retornando o foco para a metodologia de Weber, discute-se agora o conceito de tipos ideais proposto pelo autor. Os tipos ideais seriam mecanismos técnicos que o cientista emprega para não se perder durante seu estudo. É um meio para atingir o seu resultado científico final. Com o tipo ideal, o cientista trabalha pela *abstração*, convertendo a realidade numa construção do próprio pesquisador. Seria como um primeiro passo da pesquisa, uma montagem de categorias e conceitos que serviriam para guiar o restante do trabalho. A questão aqui é que, para Weber, a construção desses tipos ideais, que irão nortear toda a pesquisa, tem origem nos elementos da realidade que são significativos para o pesquisador, ou seja, os tipos ideais serão levantados de acordo com uma significação cultural. Isso significa dizer que a pesquisa será orientada de acordo com essas definições que são carregadas de valores do pesquisador.

Sintetizando, para Weber, “sem as ideias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção nem conhecimento sensato do real singular” (1986, p. 98); dessa forma, “as ideias de valor que dominam o investigador e uma época podem determinar o objeto do estudo e os limites desse estudo” (ibidem, p. 100). É desse modo que se entende aqui a não isenção total dos valores do pesquisador durante a pesquisa, pois as próprias categorias elaboradas por ele seriam construções que levam em conta a sua subjetividade. A formulação dos tipos ideais weberianos contraria Pareto ao formular as palavras (tipos ideais) em face das coisas?

O último ponto a ser tratado neste tópico diz respeito à ação social, o que Weber toma como o objeto da sociologia. A ação social seria o comportamento, com caráter subjetivo, de um indivíduo orientado para outro indivíduo, de modo que a ordem social seria o conjunto dessas ações. Assim, o que Weber busca é o *sentido* da ação social, o que é empiricamente difícil de conhecer, pois possui um caráter abstrato. Sendo o sentido das ações abstrato, não se pode explicar uma ação social, mas sim *compreendê-la*⁴³. Esse exercício é relativo, pois a ação pode despertar em cada pesquisador um sentido diferente. Tem-se aí, mais uma vez, a presença subjetiva do pesquisador.

A presença, ou não, dos valores do pesquisador na realidade que ele estuda abre um leque de possibilidades para outras discussões. Uma delas traz à tona a questão da utilidade da ciência para a sociedade. A ciência deve servir à sociedade ou servir-se dela?

43 Por essa razão a sociologia de Weber ficou conhecida como *sociologia compreensiva*.

Quem somos e para onde vamos?

Ao adentrar no universo da ciência, durante a trajetória acadêmica, é quase impossível para um aluno de Ciências Sociais não entrar em conflito consigo mesmo, procurando entender quem ele é e para onde está indo, qual seu papel perante a sociedade. Na busca de uma saída para a sua angústia, atordoado-se ao buscar um objeto que o conforte, que o projete, que produza reconhecimento, que seja útil para algo ou alguém.

Pareto, ao formular um programa para a sociologia científica, estabelece alguns pontos que são essenciais para quem deseja *fazer ciência*. Num desses pontos, Pareto proclama que não cabe ao pesquisador a tarefa de desenvolver uma *ciência útil* à sociedade, mas apenas produzir teorias, mesmo que elas não tenham nenhuma utilidade. Ele chega a afirmar que as ideologias seriam mais úteis que a ciência. Weber também não acredita num *milagre* da ciência, inviabilizando-a como uma possível resposta para os problemas que assolam o mundo; “a ciência não é produto de revelações, tampouco é graça que um profeta ou um visionário houvesse recebido para assegurar a salvação das almas” (WEBER, 1983, p. 47).

A tentativa de unir ciência, prazer e luta política não vem de hoje e não se manifesta apenas nos recentes alunos de Ciências Sociais que são influenciados pelas constantes transformações contemporâneas e assolados pelas crises que tomam conta da ciência que produzem. Dessa maneira, seria possível pensar que a ciência de Pareto teve alguma utilidade e que estava embutida de seus próprios valores e aspirações? Como Souto reagiu contra os pressupostos científicos paretianos, não se focará a atenção no seu ensaio, pois ele se *autoexplica*.

Pareto certamente não era inocente. Sabia para quem escrevia, e não é difícil perceber suas intenções. Preocupado com o ascenso da participação popular no século XIX, à semelhança de outros autores, desenvolveu teorias que ficaram conhecidas como *elitistas*. Na tentativa de *abafar* a erupção popular, Pareto e seus amigos disseram ao mundo que, em todas as sociedades, existia uma (pequena) elite e uma (grande) massa: a primeira, em menor número, detinha o poder político e comandava as decisões públicas, e a segunda, maioria da população, era governada pela primeira e seu papel público resumia-se a votar nas eleições periódicas. Dessa forma, a história assume um caráter cíclico, pois nada muda; a configuração social é sempre a mesma, não havendo a possibilidade de as massas chegarem ao poder. Não cabe a este ensaio discutir a veracidade da teoria elitista, mas apenas expor a presença dos valores desses autores, incluindo Pareto (aquele que negava qualquer fator valorativo na ciência), na formulação dessas pesquisas. Para desenvolver sua teoria, Pareto foi movido pelo contexto histórico e pelas suas próprias aspirações: a não ascensão popular. Produziu ciência, então, movido pelos seus valores, defendendo suas ideologias. Souto (2011), ao comentar Pareto, coloca-o como um ser “atormentado” que se esconde através de seu rigor científico: “A praça forte de Pareto e A Verdade, A Objetividade, a segurança de saber que a sua obra não é metafísica (nem filosofia, nem teologia, nem religião, nem mitos, nem fábulas)”. Ou seja, a ciência de Pareto pode ser entendida como a fuga do seu próprio eu.

Mesmo que a produção científica nas ciências sociais não leve seus pesquisadores a lugar nenhum, não tenha utilidade, a presença do *quem somos* é sempre presente (mesmo que Pareto tenha tentado ignorá-la). O pesquisador está sempre presente, mesmo quando, como postula Weber, a objetividade deve ser a única a conduzir o trabalho. Pareto esqueceu-se, ou propositalmente não assumiu, de que é um ser humano como qualquer outro, mesmo quando faz ciência. Afinal, a ciência é, de fato, uma criação humana.

Weber como possibilidade de meio-termo?

Este ensaio pretendeu refletir a questão metodológica nas ciências sociais, buscando-se discutir o papel do pesquisador (o *eu*) dentro da pesquisa social. Para tal, tentou-se formular um meio-termo que se situasse entre a metodologia de Vilfredo Pareto e Julio Souto, elencando-se traços do pensamento metodológico de Max Weber como possibilidade de mediação.

O que se propôs aqui foi pensar Max Weber como um cientista que não é totalmente objetivo (pois assume a presença dos valores do pesquisador no projeto do trabalho científico), nem totalmente romântico (pois o pesquisador deve buscar a objetividade no decorrer do trabalho). Assim, não estamos nem tanto a Pareto (racionalismo científico) nem tanto a Souto (possibilidade de *ciência irracional*). A mediação se dá de forma a entender a metodologia de Weber como uma possibilidade da utilização dos valores do pesquisador na pesquisa, sem que isso implique no não reconhecimento do feito como ciência, ou seja, não influenciando na certificação científica. Como propôs Celso Lafer (1989), ao analisar Bobbio, encontraríamos três caminhos para o conhecimento científico: o racionalismo, o ceticismo e o “meio-termo”. Pareto seria, obviamente, o racionalismo em que “atores conhecem o enredo e o desenlace” (ibidem, p. 49) da história. O pesquisador procura, através de um ponto racional, a finalidade de seu objeto e sua trajetória. O cético seria Souto, com o seu anarquismo, crente do “caráter caótico do processo [...] que escapa à razão” (ibidem, p. 49). O meio-termo seria então Weber, que, ciente da capacidade criativa do pesquisador para empregar seus valores nos conceitos típico-ideais e na análise da ação social, não esquece a racionalidade necessária durante o decorrer da pesquisa.

Ser cientista mediando o trabalho e as paixões (o que se aponta aqui como exercício mais difícil que negar ou assumir totalmente seus valores) é o que Weber propõe. Ciência em Weber é saber trabalhar seus valores sabendo colocá-los e retirá-los da pesquisa no momento certo. É saber guiar a experimentação de acordo com seus significados, saber tomar conhecimento da realidade sem tomar posição perante ela, porém sem isentar-se de quem realmente se é. Pois, como assinalou Karl Popper (2004, p. 17), “apenas nos casos mais raros pode o cientista social libertar-se do sistema de valores de sua própria classe social e assim atingir um grau mesmo limitado de ‘isenção de valores’ e ‘objetividade’”.

*Estranhar Pareto: notas sobre um ocaso metodológico*⁴⁴

Os temas de natureza metodológica nas ciências sociais trazem implícitas questões que, quando não são apropriadas pela epistemologia social, ficam em um limbo, como pressupostos que não merecem maior atenção. Pressupor estarem dadas questões de princípio quanto à metodologia é desconhecer que elas têm sentido maior ainda para o rol das ciências interpretativas, posto que estas não se resumem à captação *in natura* de dados brutos do sentido, mas lidam especificamente com o tratamento destes no plano semântico, do significado singular que os fenômenos sociais assumem em formações históricas particulares⁴⁵. Se

44 Item redigido por Fabrício Monteiro Neves.

45 Não entrarei aqui em maiores detalhes a respeito do caráter interpretativo das ciências da natureza. Vale dizer, no entanto, que esta é uma questão epistemológica ainda em aberto e que, para os estudos sociais em ciência e tecnologia (COLLINS, 1981), não resta dúvida de que o empreendimento das ciências da natureza é eminentemente hermenêutico.

assumirmos a ideia da epistemologia clássica de que conhecimento científico é crença verdadeira justificada, não resta dúvida de que a justificação das crenças verdadeiras nas ciências sociais passa pela discussão metodológica. Do contrário, recai-se em um empirismo vulgar, que aceita ingenuamente a relação direta entre mundo e conhecimento, a transparência da vida social⁴⁶, a relação tácita entre elementos empíricos desconexos.

Os temas metodológicos, desse modo, são-nos centrais, porque explicitam o que não é o centro de um trabalho de investigação. Mas eles não devem se sobrepor ao interesse maior do sociólogo, que é a compreensão do mundo social. Na história das ciências sociais, duas calamidades foram construídas com o propósito de dividir melhor o trabalho da disciplina. Estabeleceu-se uma separação entre sociólogos metodólogos e sociólogos teóricos, muitas vezes sem a intermediação necessária⁴⁷. Essa divisão, claramente em desuso hoje na sociologia, cedeu lugar à compreensão de que as questões metodológicas têm, ao menos, uma função instrumental.

As questões metodológicas devem preocupar-nos na medida em que se justifiquem logicamente (em termos da exigência da explanação científica), ou por causa de sua importância instrumental, seja para o conhecimento dos fenômenos investigados, seja para a descoberta da verdade. Fora desses limites, há o risco da disputa especulativa, que apenas acarreta descrédito (FERNANDES, 1980).

Em face disso, ao porem em separado procedimentos metodológicos do sociólogo italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), os textos acima não deixam dúvidas ao estranhamento com que os autores, jovens acadêmicos do século XXI, se deparam. Deles, podemos extrair *sinais dos tempos* da atual epistemologia e metodologia das ciências sociais, sem, é claro, assumir aqui a pretensão de universalidade com o elenco. *Grosso modo*, releva-se a dicotomia epistemológica fundacionismo *versus* antifundacionismo, pleno de consequências metodológicas. Ao crer na possibilidade de basear a verdade científica em fundamentos sólidos, Pareto distancia-se de grande parte das opções mais recentes no campo da metodologia, majoritariamente antifundacionista, como a metodologia da etnometodologia.

É neste lado do campo de batalha que Pareto atacará seus adversários de seu tempo, mas receberá ataque nos tempos vindouros, como os elencados nos textos acima. A proposta fundacionista de Pareto liga-o ao “empirismo obsessivo” (como pontuado no texto de Julio Souto). Tal empirismo desconhece, segundo David Bloor (2009), que muito de nossa experiência ocorre dentro de um quadro de pressupostos, critérios, valores, compartilhados em uma comunidade linguística. Os dados empíricos não podem, ainda segundo o autor supracitado, ser isolados desses elementos que, na verdade, são fontes de significado, portanto, aquilo que os prendem à rede semântica das teorias. Desnecessário dizer, assim, porque se torna inviável o propósito paretiano de “uma representação realista e precisa dos objetos” (texto de Julio Souto), com base em formulações linguísticas precisas.

O chamado *giro linguístico* ocorrido nas ciências sociais, com base nas formulações do

46 No entanto, entenda o leitor, não se faz aqui menção a um acesso irrestrito por parte das ciências sociais ao mundo social que busca compreender, denunciando aquilo que alguns sociólogos chamariam da ilusão da transparência (BOURDIEU, 2004) ou da consciência (MARX, 2007). Quer-se dizer, lançando mão de um argumento da teoria dos sistemas, que a justificação do conhecimento baseia-se em seu próprio critério de verdade elaborado, e que a metodologia funciona como aquilo que liga logicamente os elementos que compõem a estrutura do programa de pesquisa construído, ou seja, a metodologia é responsável pela coerência interna.

47 Exceção seja feita às colaborações de Merton-Lazarsfeld e Bourdieu-Passeron.

último Wittgenstein⁴⁸, cobra seu preço quando se olha a proposta paretiana. O sentido das expressões linguísticas é sempre negociado, está sujeito à dinâmica da ação comunicativa, como se apresenta a crítica feita por Giovanna Rocha, com base em Habermas. A dinâmica de formação de consensos é a última referência para se buscar a gênese de um fato científico, ainda que o melhor argumento se apresente como o melhor argumento empírico. Mesmo esta referência na ciência, *empírico*, está condicionada a um consenso do que é ou não dado válido. Com tal observação, vê-se que a opção pela saída construtivista se impõe, ainda que Habermas não concorde com ela. E ela se impõe contra Pareto.

Fatos científicos são construções contextuais com capacidade de circulação em razão das negociações dos actantes em uma rede⁴⁹. Essa máxima construtivista, gestada nos últimos 30 anos, pelo que se convencionou chamar de estudos sociais em ciência e tecnologia, disseminou-se no interior das estratégias epistemológicas e metodológicas das ciências sociais. O fato científico jamais se apresenta de uma vez por todas no momento do procedimento experimental ou observacional. Sua estabilização como fato aceito depende de uma variedade de fatores dispostos no contexto em que ele se manifesta, dentre eles, e de forma necessária, mas não suficiente, os *fatores sociais*. Ou seja, tal postura epistemológica extrai a força do conhecimento que emerge como fato, da materialidade da rede que o sustenta, uma rede híbrida, de agentes humanos e não humanos. A metodologia que flerta com essa concepção deve dar conta da variedade de elementos que compõe essa trama, atentando-se principalmente para a necessidade de simetria nas considerações dos elementos envolvidos.

Em acordo com esse postulado, o texto de Fabrício Teló localiza Pareto no interior de uma concepção epistemológica assimétrica, que vê o conhecimento verdadeiro como fruto de uma purificação em que os *fatores sociais* são eliminados com a ajuda de procedimentos metodológicos eficazes. Pareto, como um homem do século XIX, defende a racionalidade científica contra aquilo que Francis Bacon chamou de “ídolos da tribo”, contaminações sociais que se interpõem no caminho da verdade. Por isso, Pareto torna-se um utópico, nas palavras de Teló, um entusiasta do estatuto científico moderno. Tal estatuto, segundo Latour (1994), visou a separar sociedade e natureza, associando as entidades localizadas na primeira instância a fontes de distorções.

Enfim, não é fácil ler Pareto hoje e dele extrair fundamentos metodológicos sem estranhar-se. Se antes sua obra era vertiginosa pelo tamanho do empreendimento, hoje o é pela diferença com concepções “mais atraentes” que a epistemologia e metodologia contemporâneas nos legam. Vale, finalmente, inquirir se, também, parte do estranhamento sentido pelos jovens autores acima não decorre de certo consenso em torno do pluralismo metodológico nas ciências sociais, estranho a Pareto, melhor dizendo: estranho a seu tempo.

Referências

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BACON, Francis. *Novum organum*: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

48 A este respeito ver, em especial, Winch (1970).

49 Ver Latour (2000).

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Pareto e a crítica das ideologias. In: _____. *Ensaio escolhidos: história do pensamento político*. São Paulo: C. H. Cardim Ed., s./d. p. 127-155.

BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1986.

COLLINS, Harry. Introduction: stages in the empirical programme of relativism. *Social Studies of Science*, v. 11, n. 1, p. 3-10, fev. 1981.

CORTÁZAR, Julio. *62, Modelo para armar*. Buenos Aires: Alfaguara, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Capitalismo e esquizofrenia*, v. 1: o anti-Édipo. Rio de Janeiro: Editora 34, 1972.

_____; _____. *Kafka, por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____; _____. *Capitalismo e esquizofrenia*, v.2: mil platôs. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FINER, S. E. Introduction. In: _____. (org.). *Vilfredo Pareto: sociological writings*. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1967. p. 3-91.

FONOLLOSA, José M. *Ciudad del Hombre*: Barcelona. Barcelona: DVD Ediciones, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FRANCO, Gustavo. Literatura e economia. *Veja*, 3 nov. 1999, p. 141.

_____. O nacional-empendedorismo. *Veja*, 4 ago. 2004, p. 157.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2001.

KAFKA, Franz. *Um artista da fome e A construção*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LAFER, Celso. Bobbio: razão, paz e democracia. In: _____. *Ensaio liberais*. São Paulo: Siciliano, 1991.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. *A ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 2000.

LEIVAS, Claudio. Paixão, democracia e deliberação em Hobbes e Walzer. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 32, n. 2, 2009.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

PASSERON, Jean-Claude. *O raciocínio sociológico*. O espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. O mercado como limite da racionalidade. In: Encontro Anual da ANPOCS, XXVI, 2002, Caxambu/MG, 2002. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2002.

POPPER, Karl R. *Lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2001.

REIS, Elisa. Reflexões sobre o *Homo Sociológico*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 11, 1989, p. 23-32.

RODRIGUES, José Albertino. A sociologia de Durkheim (Introdução). In: DURKHEIM: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *Pareto*. São Paulo: Ática, 1984. p. 40-42. (Grandes Cientistas Sociais, 43).

SOUTO, Julio. *Pareto, um personagem de Kafka*. [mimeografado] 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 1989.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Discurso sobre o objeto: uma poética do social*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARTORI, Giovanni. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

VIRGINIO, Alexandre S. Conhecimento e sociedade: diálogos impertinentes. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, jan./jun. 2006, p. 88-135.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo, Cultrix, 1983.

_____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2001.

WINCH, Peter. *A ideia de uma ciência social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

LEITE JÚNIOR, Jorge.

Nossos corpos também mudam:

A Invenção das categorias “Travesti” e

“Transexual” no Discurso Científico.

São Paulo, Annablume, 2011.

Marco Antônio Gavério¹

A obra de Jorge Leite Júnior é em si mesma aquilo que tenta resgatar: uma multiplicidade de discursos que, em suas localizações históricas, incessantemente se transformam, desfazem-se para serem refeitos de formas distintas, mas não menos intrincadas na vontade de saber (FOUCAULT, 2005). Da filosofia platônica às prescrições cirúrgicas de Robert Stoller, o autor traça historicamente uma série de mudanças na maneira de produzir o conhecimento sobre as delimitações entre sexo e o que conhecemos hoje sobre gênero. Uma história de corpos mutantes que merece ser considerada perante a “constante percepção de que os sólidos edifícios que sustentam a ideia de uma “essência Humana” sexuada e generificada, constante e imutável, estão também constantemente se alterando” (LEITE JÚNIOR, 2011, p.28). Contudo, como Berenice Bento deixa nítido em seu prefácio a obra, “não estamos diante de um autor positivista que busque uma causa eficiente explicativa das permanências e mudanças dos conceitos, dos corpos e das relações sociais” (LEITE JÚNIOR, 2011, p.16).

É o discurso científico, disseminado amplamente na cultura consumida, a base em que se discutem posicionamentos políticos e a espetacularização de determinados corpos e desejos. O trânsito entre as identidades de gênero, a partir do campo do autor com travestis e transexuais, mostrou-se emaranhado ao que chama de “capital corporal” (LEITE JÚNIOR, 2011, p.24) que, por sua vez, é separado do gênero e da política dentro das conceituações científicas. Dessa forma, Leite Junior (2011, p. 32) salienta que “entre o hermafrodita da Antiguidade e o do século XIX, não houve ‘evolução’, mas rupturas, mudanças e o surgimento de uma nova entidade conceitual.”

Assim, ao recuperar distinções clínicas e político-identitárias, o autor analisa a emergência e manutenção dos conceitos científicos “travesti” e “transexual”, o quanto são baseados em constantes reiteraões das normas de gênero (homem\mulher; masculino\feminino) e como as distinções de gênero e sexualidade são vivenciadas como se fossem naturais (LEITE JÚNIOR, 2011, p.25). Contudo, a experiência de suas colaboradoras e colaboradores no campo é fundamental para o autor compreender a proliferação de identidades, suas ressignificações e vivências cotidianas, através da articulação crítica de experiências legítimas em um contexto histórico-discursivo que as corroboram ou as deslegitimam.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Um dos argumentos fundamentais da obra é a figura do hermafrodita como “influência conceitual” (2011, p.43). Encarnação da androginia platônica, pertencente a nossa cultura ocidental desde a antiguidade, o hermafrodita ancorou nossas grandes narrativas ocidentais autorizadas sobre as fronteiras entre os sexos. Representando a harmonia unívoca do mundo em sua ambiguidade sexual, o hermafrodita estava extremamente ligado às noções de uma vida cotidiana relacionada ao mundo do fantástico, das maravilhas. Como um conceito vitoriano, o pseudo-hermafrodita e o hermafrodita psíquico surgem no século XIX apartados de seu antigo universo mágico, esquadrihados em sua organicidade corporal e psique pelo olhar objetivo e espacializado da medicina (FOUCAULT, 2003). Fruto da racionalização iluminista e das caracterizações psico-fisiológicas, o ‘hermafrodita’ vitoriano, caracterizado pela ciência sexual, será o foco sobre o qual irão se propagar as identidades e distinções daquilo que conhecemos hoje como sexo e gênero. Mas qual o ponto em que a essência humana se converte como sinônimo de seu sexo e de um gênero respectivo e coerente?

Conforme o autor, a busca pela verdadeira mulher-feminina ou pelo verdadeiro homem-masculino, ou seja, as distinções que se constituíram a partir de dadas fisiologias e psiques, vão gradualmente se solidificando, através do sec. XVIII, devido a uma série de transformações sociais, culturais e políticas que possibilitarão a expansão de uma nova epistemologia. O ponto é que na antiga tradição médico-filosófica e judaico-cristã “a diferença entre homens e mulheres era uma questão de hierarquia fisiológica, social e espiritual, onde uma característica refletia e confirmava a outra” (LEITE JÚNIOR, 2011, p.54). Em vigor, mais fortemente até o século XVIII, estava o entendimento das diferenças sexuais como gradações de um mesmo ser, um corpo com dois sexos que se desenvolveriam do feminino para o masculino. É com o renascimento e seu constante estatuto racional – encontrando seu expoente filosófico em Descartes – que, de maneira mais radical, vão separar-se corpo e mente, sendo esta privilegiada e inerente a homens e mulheres. Até então, ser mulher significava um grau de involução da ordem natural fisiológica e, assim sendo, deveria estar hierarquizada socialmente de maneira inferior.

Se o novo regime traz a natureza como justificativa para novas distinções políticas e sociais, uma nova série de conceituações, especificações e taxonomias surgem para fortalecer o processo de separação entre ciência e religião. Não à toa, em 1832, Geoffrey Saint-Hilaire cria a teratologia (do grego terata, “monstruosidade, anomalia” (LEITE JÚNIOR, 2011, p.67-68)) para sistematizar cientificamente as deformidades físicas como monstruosidades, as desvinculando do antigo entendimento mágico-religioso sobre monstros, que tinha nesta figura aquele que mostra algo a humanidade, que carrega algum sinal ou ira divina. A busca pelo ‘verdadeiro’ sexo será um processo gradual de objetivação dos limites das diferenças sexuais em seus caracteres genitais, orgânicos e posteriormente psíquicos. Não mais como um mito que remetia a um mundo ideal da filosofia platônica ou como a manifestação corporal de um mau augúrio, o hermafrodita se torna um ‘mutilado’ que, segundo Leite Júnior (2011, p.64):

“[...] perdeu gradativamente sua expressão de um complexo microcósmico que espelha uma possível desordem macrocósmica (Foucault, 1987) entre os mundos masculinos e femininos e passou a centralizar o debate sobre tais limites em sua genitalidade e caracteres sexuais orgânicos.”

Nesse contexto o alerta do autor é para a concepção mutante sobre o entendimento das ambiguidades sexuais e de gênero catalisado por um dos discursos legitimadores da questão,

o científico, de “cirurgiões, endocrinologistas, psiquiatras e outros médicos” (LEITE JÚNIOR, 2011, p. 60). Através da dúvida ‘científica’ da real possibilidade do hermafrodita, representante da fronteira e da ambiguidade em uma noção de um ser único com dois gêneros, a ciência sexual instaurada na lógica do biopoder de uma sociedade disciplinar, focará cada vez mais nos caracteres orgânicos internos e externos que designariam machos e fêmeas. De maneira vigorosa, a noção de dois seres orgânicos distintos com dois gêneros também distintos, mas correspondentes, irá modular mais ativamente os processos históricos e sociológicos de distinção modernos. Assim, a crescente separação supostamente ontológica dos corpos e psiques como femininas e masculinas tinha seus limites estabelecidos pelos debates em torno da separação entre aparência e essência e do marcante debate filosófico sobre a ‘natureza humana’. É a sensibilidade do Romantismo do século XIX que, unida a ascensão da mentalidade burguesa, irá separar o interno do externo e possibilitará inscrever cientificamente, no sentido médico e biológico, uma direção ‘naturalmente oposta’ da atração entre homens e mulheres.

É com essa crescente impossibilidade de existência do ‘verdadeiro’ hermafrodita que cirurgiões e endocrinologistas, como Carlos Lagos García e Gregorio Marañon, argumentarão, já no século XX, não mais por um sexo verdadeiro e sim por um sexo que irá ‘prevalecer’ orgânica e fisiologicamente. Uma vez que homens e mulheres começam a se distinguir, no discurso biomédico, por caracteres sexuais primários e secundários, surge o pseudo-hermafrodita como correspondente, mais masculino ou feminino, da fluência complexa e possivelmente ‘natural’ entre os sexos. Na busca pela constante diferenciação sexual serão inseparáveis - de maneira geral até a segunda metade do século XX - desejo, gênero e sexo. Em outras palavras, mesmo as diferenças sociais ficando cada vez mais localizáveis no espaço corporal e mental do indivíduo moderno, identificado em sua unidade, o autor (2011, p. 96) aponta que eram:

“os “verdadeiros” homens os “masculinos”, e mulheres, as “femininas”. Independentemente do que ser masculino ou feminino possa significar para o período, o importante é que fossem representados e atualizados em conformidades com os sexos considerados correspondentes: homens com masculinidade e mulheres com feminilidade, sendo qualquer perturbação desta equação e linearidade um “desvio”, uma “perversão.”

A partir da especulação cirúrgica sobre o corpo do agora pseudo-hermafrodita, acompanhando a radicalização da separação corpo-mente durante o século XIX, surge o hermafrodita psíquico como sinal da ‘inversão’ da atração sexual. Assim, em consonância com a criação da espécie ‘homossexual’, também considerada o ponto extremo da ‘intersexualidade’ (a mistura interna das diferenças entre feminilidade e masculinidade) o ‘hermafroditismo psíquico’ será ancoragem conceitual para as análises daqueles considerados ‘pervertidos’ ou ‘perversos’. É com Magnus Hirschfeld, já no começo do século XX (LEITE JÚNIOR, 2011, p.106-7), que a relação entre ‘impulso sexual’ e uso de vestimentas do sexo oposto será psicologizada ao ganhar uma nova denominação, o travestismo. Hirschfeld associa o ato de travestir-se a uma gratificação erótica na troca das vestes independente da natureza da atração sexual, uma vez que estes indivíduos não apresentam distúrbios psicóticos e sim uma forma de ‘expressividade íntima’ de um ‘desvio’ da sexualidade considerada normal (LEITE JÚNIOR, 2011, p.109-10).

É esse trabalho tão minucioso de recuperação histórica de cada nó discursivo no emaranhado de relações de saber\poder que o autor perceberá as bases para a desintegração

clínica (analítica e conceitual) da coerência entre “sexo, gênero, aparência, desejo e comportamento” (2011, p.108), através da constante referência à figura ambígua do hermafrodita, que vai ser aprofundada na segunda metade do século XX. Assim, o conceito de gênero será forjado a partir de uma outra criação clínica desse século, o ‘transexualismo’, como derivação da sexo-patologia travesti, em um contexto social de disciplina e controle, onde os ‘desviantes’ precisam ser ‘incluídos’ na participação social, através de instituições e outras categorias para contenção de suas ‘anormalidades’ ameaçadoras.

Tanto nos discursos analíticos das ciências sociais, quanto nos já dominantes discursos analíticos médicos, a interiorização das diferenças sexuais e comportamentais acompanhará a cisão mente-corpo de tal maneira que a essência do sexo deixará de ser somente sua ‘aparência’. A importância do corpo sexuado para endocrinologistas, como Harry Benjamin, psicólogos e psiquiatras\psicanalistas como John Money e Robert Stoller, será indissociável da noção de um sexo da mente. Através do estudo clínico e da espetacularização via cultura de massas de casos de mudanças de sexo as ‘trocas de sexo’, focadas principalmente na intervenção corporal de indivíduos com ‘distúrbios somático-psíquicos’, corresponderão ao entendimento que esses médicos, bem como a própria ‘sexologia’ do século XX, construirão sobre a necessidade de distinguir cada vez mais as diferenças entre ‘homens’ e ‘mulheres’. É dessa maneira que surgem identidades sexuais em torno da noção de um gênero circunscrito nas dimensões biológicas do corpo humano.

Assim, em 1953, Harry Benjamin, criará literariamente o transexualismo como uma condição médica diferente, porém da mesma base do travestismo. Ambos serão um “distúrbio da normal orientação do sexo e do gênero” (Benjamin Apud LEITE JÚNIOR, 2011, p. 146), porém o transexual carregará, na literatura médica especializada, a profunda identificação com o sexo-gênero oposto, enquanto o travesti será cada vez mais alocado nas ‘perversões’. Paralelamente, em 1955, John Money se baseia no conceito sociológico parsoniano de papel social e designa a palavra ‘gênero’ para referir-se às diferenças sexuais relacionadas a identidade sexual e, em 1964, Robert J. Stoller anuncia o conceito ‘identidade de gênero’ distinguindo feminilidade e masculinidade do ser homem ou mulher no sentido da inevitável biologia. Em 1973, já influenciado pelos estudos de Stoller em 1968 sobre a ‘identidade de gênero nuclear’, Money ajuda a conceber o conceito ‘disforia de gênero’ como a insatisfação com seu próprio gênero (LEITE JÚNIOR, 2011, p.155). Separa-se mais fortemente gênero e sexualidade, indica-se e prescreve-se para os ‘verdadeiros’ transexuais a cirurgia de transgenitalização enquanto se busca incessantemente, no íntimo do organismo e no íntimo da mente, os ‘reais’ e ‘verdadeiros’ homens e mulheres.

Evocar o gênero de uma pessoa é indissociável, a partir de variados polos de uma disputa de poder linguística e terminológica, da procura pela verdade. Como Leite Júnior coloca (2011, p. 181) “a busca pelas ‘verdadeiras’ pessoas transexuais revela, por oposição, a fragilidade e os constantes esforços necessários para se manter um padrão ideal de pessoas “normais”, sem desvios, perversões, parafilias, disforias ou transtornos”. Seguindo a filósofa Judith Butler e suas problematizações sobre gênero, o autor aponta a ficção reguladora envolvida na ideia moderna de gênero (2011, p.121) como produtor da materialidade e da inteligibilidade de corpos organizados sobre as distinções sexuais e sob sexualidades específicas. Nesse sentido, o que as prescrições médicas indicavam ao construir nosologias específicas do travestismo e do transexualismo era, antes de tudo, uma coerência discursiva entre natureza e cultura visando fundamentar de maneira mais purificada possível a natureza heterossexual de homens e mulheres embasada nas noções de uma família burguesa como uma reprodução unicamente sexológica.

Em 1973 o termo clínico ‘homossexualismo’ deixa de constar no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), dando espaço as categorias “Transtorno psico-sexual” e “Transtorno da identidade de gênero”. Em 1980 o ‘transexualismo’ figurará na terceira edição do DSM, sendo retirado em 1994 com o lançamento do DSM-IV, enquanto o ‘travestismo’ se manterá como um fetiche, dentro da categoria maior ‘parafilia’. Também em 1980, pela primeira vez, na *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*, ou *Código Internacional de Doenças* (CID) ‘transexualismo’ será considerado como um ‘transtorno mental’ de ordem sexual. Jorge Leite Júnior ainda nos lembra (2011, p.189) que o DSM e o CID objetivam padronizar a orientação ao tratamento e a pesquisa em relação a doenças e transtornos psíquicos’ ao mesmo tempo que consideram, de maneira geral, o “travestismo” como disfunção sexual e o “transexualismo” como um transtorno da identidade. Será sobre essas profundas distinções marcadas por uma complexa linguagem científica que os movimentos político-identitários vão ressignificar termos patológicos em busca de uma identidade coletiva positivada representada, por exemplo, pelo termo transexualidade.

É assim que essa obra nos oferece uma importante análise do complexo movimento histórico em que a ‘invenção’ de categorias se mostra um dos principais fundamentos da necessidade constantemente evocada de se distinguir e hierarquizar corpos e suas vivências/experiências. As normas de gênero são incessantemente colocadas em discurso como criadoras e fixadoras de um conjunto organo-psíquico coerente e tudo que lhe escapa, ao mesmo tempo que garante a reiteração da própria ordem, pode desestabilizar essas mesmas normatividades. São as estéticas de gênero tidas como ‘falsas’ ou ‘desviantes’ que borram as limitações categóricas e patologizantes nos permitindo questionar cada vez mais: por que nossos corpos não podem mudar?

Referência

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003

_____. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. São Paulo: Graal, 2005.

“Deixe o campo te levar”: sobre a importância da realização de etnografia para a construção de um objeto de pesquisa.

Gabriel Moreira Monteiro Bocchi¹

Resumo:

No presente trabalho apresento, em linhas gerais, trechos da minha pesquisa de iniciação científica realizada junto a *Estopim da Fiel* – uma Torcida Organizada que apoia o Sport Club Corinthians Paulista, fundada e com sede no município de Diadema, componente da Região Metropolitana de São Paulo –, na qual busquei compreender quais são os valores simbólicos impressos na camisa oficial desta torcida que motivam torcedores do Corinthians a partilharem de momentos de sociabilidade nesta, a se associarem a esta e a comprarem a camisa da mesma. Desta pesquisa resultou o meu trabalho de conclusão de curso, apresentado sob a forma de monografia, intitulada: “vestir para se identificar, se identificar para vestir: a camisa oficial da Estopim da Fiel como elemento de construção e representação dos valores deste coletivo”. Busco, neste *relato de pesquisa*, demonstrar como a prática da pesquisa de campo fez-se essencial para construir o objeto e as questões norteadoras da pesquisa e, a posteriori, pensar o fenômeno proposto ao estudo.

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista – Campus Marília e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

Introdução

No ano de dois mil e nove participei como ouvinte do grupo de trabalho intitulado “cultura brasileira: modo e estilos de vida”, no 33º terceiro encontro anual da Anpocs, na cidade de Caxambu/MG. Neste, tive a oportunidade de acompanhar a apresentação do trabalho “o Brasil na Copa e a Copa no Brasil: uma etnografia da recepção coletiva da Copa do Mundo em cidades brasileiras”, de Edison Gastaldo (2009). A fala e o vídeo apresentados por este pesquisador, apontando serem os jogos da seleção brasileira de futebol nas Copas do Mundo um “fato social total brasileiro” (GASTALDO, 2009, p. 13) mostraram-me – à época, no segundo ano do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Marília – que o leque para se pensar o futebol como fenômeno social, tendo como aporte teórico linhas de pensamento das ciências sociais e, detidamente, da antropologia, era extenso. Senti-me instigado a adentrar este universo.

Partindo desta breve lembrança, apresento aqui o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica que realizei adiante, entre os anos de dois mil e onze e dois mil e doze. Tomo como forma para exposição desta pesquisa a divisão do presente texto considerando distintas etapas de realização da mesma, dando ênfase para as experiências vividas durante realização de observação participante junto a uma torcida organizada, mas também perpassando referências bibliográficas utilizadas durante todo o período da pesquisa e, por fim, conclusões resultantes das reflexões entre bibliografia consultada e material empírico.

Começando do princípio

Instigado pela possibilidade de realizar uma pesquisa de iniciação científica em que eu pudesse me aprofundar em algum tema concernente ao futebol, procurei o professor Antônio Mendes da Costa Braga, antropólogo com experiência em pesquisas em meios urbanos, para dialogar sobre a possibilidade de realizar tal pesquisa. O primeiro passo foi a indicação de uma bibliografia na área da antropologia das práticas esportivas. Duas obras foram fundamentais nesta primeira etapa, o livro “Torcidas Organizadas de Futebol”, dissertação de mestrado de Luiz Henrique de Toledo (1996) e “Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França”, tese de doutorado de Arlei Sander Damo (2007).

Desta primeira obra, tive uma noção inicial, a partir de um olhar antropológico, acerca do universo amplo que são as torcidas organizadas e das diversas possibilidades de recortes temáticos que eu poderia construir caso decidisse enveredar a pesquisa realizando etnografia (tal qual feito pelo autor) em uma torcida organizada. Desta segunda obra indicada, a qual se debruça, entre outros temas, sobre fenômenos que dizem respeito à diversidade futebolística, a formação de jogadores e o mercado de “pés-de-obras” (DAMO, 2007, p. 81-2). A partir da cisão analítica do futebol em distintas “matrizes” da prática deste, consegui situar o espaço em que ocorreria a minha pesquisa: a “matriz espetacularizada”, como classifica o autor ser o futebol de espetáculo, midiaticizado, caracterizado pela “organização monopolista, globalizada e centralizada através da FIFA-IB”, “a divisão social do trabalho, dentro e fora de campo” e “a excelência performática exigida dos praticantes” (DAMO, 2007, p. 42-3). É nesta matriz de futebol que se encontram as grandes massas torcedoras, responsáveis pela “circularidade das emoções” e a “capitalização simbólica do desfecho dos rituais agonísticos” (DAMO, 2007, p.43) de uma partida futebol.

Adiante, para melhor começar a pensar fenômenos urbanos, as obras “festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade”, de José Guilherme Cantor Magnani (2003), e “o urbano em questão: interfaces com a sociologia”, de Heitor Frúgoli Jr. (2005), foram tomadas para pensar o lazer urbano e as abordagens possíveis para temas que abarcariam sociabilidades e cidade². Assim, elaborando pouco a pouco a temática da pesquisa, e trazendo já algumas ideias acerca do que achava ser passível de reflexão antropológica, fruto de minhas constantes idas a estádios de futebol, levei ao professor Antônio a possibilidade de pensar o que eu nomeava como “rituais de torcidas organizadas”: ações e movimentos realizados por torcedores organizados a cada partida de um clube específico. Mas como seriam estes rituais? Podemos, inclusive, nomear tais ações como “rituais”? Aliás, que ações são estas? Como ilustrar os primeiros apontamentos que o corpo teórico permitia suscitar?

“Deixe o campo te levar”

Brincando com a famosa composição de Zeca Pagodinho (“deixa a vida me levar”), esta foi a orientação dada pelo professor Antônio Braga: encontrar um nicho torcedor para realizar etnografia e, de perto, observar e registrar acontecimentos que seriam passíveis de análise antropológica. A partir do que vivenciasse no campo de pesquisa seria possível construir respostas às primeiras perguntas, e, então, elucidar outras questões, focando um objeto para a pesquisa. Para tanto, busquei, num primeiro momento à distância – com auxílio da internet e o conhecimento e experiências anteriores – mapear quais seriam as possibilidades de torcidas organizadas (ou grupos de torcedores não organizados) de futebol em que poderia realizar etnografia. Após realizar incursões etnográficas, sendo, algumas delas, na Estopim da Fiel, em Diadema, construí perguntas e encontrei, a partir desta preliminar pesquisa de campo, um objeto de estudo a ser pensado, adiante, nesta coletividade.

Meu interesse por essa torcida, frente a tantas outras torcidas organizadas presentes nos estádios acompanhando times paulistas, se deu por diversas razões, dentre elas um audacioso projeto realizado pelos membros desta para saudar o centenário do Sport Club Corinthians Paulista, intitulado “cem bandeiras”. Neste, membros da Estopim confeccionaram e levaram ao estádio do Pacaembu, em jogo realizado três dias após o centésimo aniversário do clube, no ano de dois mil e dez, cem bandeiras (de 3 x 3,5 metros cada) com diversas imagens alusivas à interpretação que esta torcida faz da história do clube: jogadores eleitos como “ídolos” da torcida, imagens de times campeões e símbolos do clube. Busquei descobrir, através de páginas da internet, breve histórico e a localização desta torcida, e, após uma breve pesquisa virtual, fui à sede da mesma, localizada no centro de Diadema/SP.

Sendo visto mais como um jornalista do que como um aspirante a antropólogo³, iniciei minha pesquisa de campo em uma conversa formal com o membro que à época era responsável pela comunicação da torcida, e que se apresentava pelo apelido de *Fósforo*, em uma quinta feira a tarde, dia útil e sem jogo do Corinthians, em que estavam na sede da torcida, além

2 Somam-se a estas obras a bibliografia das disciplinas de antropologia cursadas até então (necessárias para a formação como bacharel em ciências sociais) e outros artigos e obras, que foram consultados nesta primeira etapa da pesquisa, como o já citado trabalho de Édison Gastaldo (2009), a coletânea “a violência no esporte”, (LERNER, 1996), “a história do futebol no Brasil através do cartum” (COSTA, LOVRETO, 2004).

3 O que se deu muito, compreendo, em razão da minha inexperiência de atuação como tal: como perguntar, como registrar, como explicar o que fazia lá? Esta inexperiência, somada à constante presença de jornalistas nos espaços do futebol causaram uma situação que até hoje me faz pensar o meu posicionamento neste campo de pesquisa.

deste membro, outros dois, responsáveis pela loja da mesma. *Fósforo*, acompanhado de um DVD com mais de uma hora de imagens da torcida, apresentou-me um panorama histórico da mesma: fora fundada em 1979, adiante, já na década de 1980 se tornou escola de samba, em 1993 deixou de ir aos jogos do Corinthians (mantendo apenas as atividades de samba e os ditos “projetos sociais”), sendo retomadas as atividades de torcida organizada no ano 2000. Nesta primeira ida a sede da Estopim, busquei captar com o olhar a maior quantidade possível de detalhes na sede da torcida, então, um item e um fato me chamaram a atenção: a camisa oficial da Estopim da Fiel, deveras exposta em espaços da sede, e a loja da mesma – que vende produtos exclusivamente alusivos a esta organizada -, passagem obrigatória para quem deseja visitar a sede, que é aberta diariamente, inclusive aos domingos em que há jogos do Corinthians. Comecei aqui, a considerar a hipótese de um estudo voltado para o consumo de produtos da torcida.

A citada camisa oficial é preta com sete listras brancas, e traz, no lado esquerdo do peito, o escudo da Estopim da Fiel – um círculo perfeito, dentro do qual há o símbolo atual do Corinthians, circundado por um pavio com chamas nas pontas e os escritos “estopim”, na parte superior do círculo, e “raça e atitude”, um dos lemas desta organizada, na parte inferior. No lado direito do peito um bordado que indica a história da torcida, ressaltando o ano de fundação da mesma: “desde 1979”. Na parte traseira, outros elementos são acionados: como o mascote da torcida, um Urso, que veste a camisa da torcida e segura, com as garras expostas, um símbolo do Corinthians, e outro lema da organizada: “falou mais alto a tradição”.

A estética da camisa, preta com sete listras brancas, explicou-me *Fósforo*, não foi escolhida aleatoriamente dentre as diversas possibilidades de combinações para as cores preto e branco privilegiando-se a primeira. Havia ali a interpretação da Estopim da Fiel sobre a história do Corinthians: o intuito com esta camisa era criar uma “réplica” do modelo utilizado pelos jogadores do clube quando da conquista do campeonato paulista de 1977, quando se encerrou um período de 23 anos sem conquistar títulos. Segundo *Fósforo*, para a Estopim esta é “a maior conquista do Corinthians em todos os tempos”, de modo que a camisa oficial da torcida visa prestar tributo a essa conquista e, sobretudo, a esta interpretação.

Na sede, em distintos espaços, observei imagens em que a camisa oficial era acompanhada do escrito: “jogo do timão: camisa oficial, dever do associado”. A mesma camisa era vista em pinturas do mascote urso, devidamente trajado com a camisa, a qual recebia também destaque na vitrine principal da loja e no corpo de um dos membros presentes à sede naquela tarde.

Na semana seguinte, retornei à sede da Estopim com o intuito de acompanhar a mesma em um jogo do Corinthians no Pacaembu. Cheguei cedo em Diadema, nas redondezas da sede da Estopim, por volta do meio dia, o jogo seria às seis e meia da tarde no estádio do Pacaembu, e o ônibus da torcida sairia impreterivelmente às quatro horas da tarde. Acompanhei a movimentação de organização do bandeirão e faixa a serem levados para o estádio, a escolha e arrumação dos instrumentos de bateria (que seriam tocados incessantemente durante os noventa minutos de jogo) e a chegada de associados da torcida (e também de corintianos não sócios, moradores da região) para a ida ao jogo no ônibus da torcida.

Apresentava-me às pessoas que eu cumprimentava ou que me cumprimentavam (e perguntavam se eu era sócio novo) como estudante de ciências sociais, e dizia que estava realizando uma pesquisa sobre torcidas organizadas, o que suscitava ora perguntas e reações interessadas (“vai fazer com a Estopim?”, “pode perguntar o que precisar”), ora indiferença (“tem um pessoal ai que pode ajudar, eu não”). Quando era aberta a possibilidade de desenvolver um diálogo, iniciava a conversa com uma pergunta: “há quanto tempo está na Esto-

pim?”. As respostas que os associados concediam suscitavam o desenvolvimento do diálogo com novas perguntas, como: “por que a Estopim e não outra torcida organizada?⁴”, “quais foram as motivações para que você se associasse à Estopim?”. E, nestes diálogos, muitas das respostas indicavam como uma referência ao pertencimento à Estopim, justamente, a camisa oficial da torcida: “a Estopim me chamou a atenção por causa da padronização⁵ perfeita que faz nas arquibancadas”; “vim para a Estopim porque queria entrar para uma torcida organizada, e como a camisa do Corinthians pra mim tem que ser preta, fiquei entre a Gaviões e a Estopim⁶, ai acabei vindo pra Estopim por causa da camisa mesmo, que lembra mais o Corinthians”; “eu era dos Gaviões, ai um dia fui para um jogo com a Estopim, perguntei se tinha problema ir com a camisa dos Gaviões falaram que não, só pediram pra eu não ficar no meio da torcida. Esse dia eu vi todo mundo levando a sério usar a camisa listrada e fazer a padronização, ai quando voltei do jogo decidi me associar”.

Observei neste dia de jogo do Corinthians que a ideia de “jogo do timão: camisa oficial, dever do associado”, conforme indicavam as imagens na sede da torcida, era uma ideia acertada pelos associados da mesma, uma vez que, durante o jogo, eram poucos os torcedores presentes no setor ocupado pela Estopim na arquibancada que não vestiam tal peça. Igualmente notei que muitos associados iam para o jogo com outra camisa, e a vestiam no ônibus, pouco antes de realizarem o desembarque e a entrada no estádio.

Duas semanas adiante novamente realizei etnografia acompanhando membros da Estopim da Fiel em seus preparativos para o jogo e a ida, em si, para este. Tal qual anteriormente, o uso da camisa oficial da torcida e a presença desta nas falas dos associados teve relativo destaque, inclusive ao conversar com um associado, membro do “departamento de bandeiras⁷”, que, ao citar o projeto “cem bandeiras”, me disse que a Estopim realizaria, em breve, o lançamento de três bandeirões novos em um mesmo jogo, sendo um deles uma camisa da torcida. Algumas semanas depois, no primeiro jogo da final do campeonato paulista de 2011, vi, pela TV, o desfaldar deste bandeirão, uma réplica, em amplas dimensões, da camisa oficial da torcida e, considerando o material coletado empiricamente, tive a certeza de que ao “deixar o campo me levar”, havia encontrado, em falas e em práticas dos sujeitos da pesquisa, um objeto de estudo: a camisa oficial da Estopim da Fiel.

4 No período em que realizei a pesquisa seis torcidas organizadas distintas se faziam presentes em jogos do Corinthians: Gaviões da Fiel, Estopim da Fiel, Camisa 12, Pavilhão 9, Fiel Macabra e Coringão Chopp. A presença destas coletividades era notada nas arquibancadas dos estádios através de faixas, bandeiras e torcedores trajando roupas com nomes e símbolos destas organizadas.

5 No vocabulário nativo a padronização é um dos elementos fundamentais para a torcida fazer-se percebida coletivamente no estádio. A padronização, na Estopim da Fiel, consiste em ocupar um espaço nas arquibancadas abaixo dos membros responsáveis por tocar instrumentos de bateria de samba, neste espaço se “acomodam” os demais torcedores da torcida trajando este mesmo modelo de camisa, com o intuito de criar um impacto visual monocromático neste determinado espaço ocupado pelos torcedores.

6 Do universo de torcidas organizadas corinthianas, as únicas duas que tem como camisas oficiais modelos que priorizam a cor preta.

7 Departamento responsável não só pela confecção e manutenção de faixas e bandeiras da torcida, mas também por cuidados específicos com a sede e outros patrimônios físicos da torcida.

Voltando ao “gabinete”

Tendo realizado algumas observações participantes com torcedores do Corinthians membros e frequentadores dos espaços tidos como “da Estopim”, possuía em mãos alguns dados, materializados na forma de anotações de campo e fotografias. Compartilhando-os com o professor Antônio Braga, e dialogando sobre o que eu vira durante a realização de etnografias, o mesmo julgou a camisa oficial da torcida como um objeto “bom para pensar”, pertinente para estudo. Entretanto, novas questões foram surgindo: estudar o que na camisa? Como abordar tal tema com os torcedores? O que pode ser pensado a partir da camisa? Pensá-la como um bem de consumo, puramente? Procurar entender por quais motivos era ela a “oficial” e as outras apenas “camisas”?

Alguns dados do campo indicavam boas pistas para o prosseguimento desta pesquisa: a camisa oficial, conforme explicou-me *Fósforo* e demais torcedores com quem conversei, apenas poderia ser comprada por sócios à Estopim; a camisa era acionada como um relevante motivo no que diz respeito à aproximação de torcedores corintianos não organizados ou sócios de outras organizadas da Estopim; buscava-se com esta camisa expor uma “interpretação coletiva” acerca da história do Corinthians; os “lembretes” espalhados pela sede cobrando como obrigatório o uso da mesma nos dias de jogos; e, por fim, a criação de um bandeirão que tornava esta peça de consumo individual, em um totem coletivo de grandes dimensões⁸.

Retomando algumas leituras, encontrei em Toledo (1996) um trecho interessante para pensar este objeto:

Sem dúvida, o momento maior de uma Torcida Organizada são os próprios dias dos jogos. Momentos em que a condição de ser um torcedor organizado aciona as *marcas distintivas* dos grupos, ou seja, *marcas de identificação*, visibilidade e oposição entre torcedores e as Torcidas Organizadas. E uma das marcas mais importantes que a Torcida Organizada exibe no domínio público é a sua camisa (TOLEDO, 1996 p. 52, grifos meus).

Considerarei que a valorização e a exaltação à camisa oficial da Estopim – tanto por “diretores” da torcida, que a divulgavam como um bem obrigatório aos associados, quanto por associados, que se aproximavam da torcida a partir dela e repetiam movimentos e falas de exaltação a mesma – era uma forma de afirmar a importância de a Estopim possuir uma marca distintiva, de uso individual e de valorização simbólica coletiva frente aos demais torcedores corintianos.

Era necessário, então, formular novas perguntas, e, para tanto, fez-se necessário recorrer a novas referências bibliográficas. Assim, foi-me indicado pelo professor Antônio obras que diziam respeito à antropologia do consumo, dentre elas: “Cultura, consumo e identidade”, de Livia Barbosa e Colin Campbell (2006) e “o mundo dos bens: para uma antropologia do consumo”, de Mary Douglas e Baron Isherwood (2004).

Nesta primeira obra, a partir dos ensaios e artigos nela organizados, tive uma noção inicial de pesquisas antropológicas que lidam com temas referentes ao consumo na socie-

8 O bandeirão é aberto durante os jogos em momentos específicos: quando se iniciam os tempos da partida e após os gols do Corinthians. Permanece, desde antes do princípio da partida, enrolado ao chão – ou na parte superior das arquibancadas, ou na parte inferior – e é desenrolado por cima dos torcedores, em um movimento que envolve agilidade dos responsáveis pelas “bandeiras”, que puxam um extenso e pesado pedaço de pano, e a cooperação dos demais torcedores, para que ele permaneça bem esticado e seja recolhido após um bom período de exibição.

dade capitalista, como a construção e elaboração de significados sobre produtos e serviços adquiridos. Na segunda, mais extensa e conceitual, encontrei boas referências para pensar o fenômeno que havia observado e que estava me propondo observar com maior atenção, como a ideia de consumo como um “sistema de significação”, cuja “verdadeira necessidade que supre é a necessidade simbólica” (DOUGLAS, ISHERWOOD, p. 16).

Ademais, para pensar o vínculo entre torcida e clube, acionado em falas que relembram um diálogo entre a Estopim e a história do Corinthians, que se faria presente em razão da existência da torcida e da estética da camisa, bem como, falas torcedoras com afirmações sobre a história do Corinthians, procurei referências bibliográficas sobre o clube⁹, que, entre outros, envolviam alguns volumes de literatura classificada como “apaixonada”¹⁰, a tese de mestrado de Plínio Labriola Negreiros, intitulada “Resistência e Rendição - A Gênese do Sport Club Corinthians Paulista e o futebol oficial em São Paulo - 1910-1916” (NEGREIROS, 1992) e visitas ao “memorial do Corinthians”¹¹.

Assim, soou pertinente questionar: o que faz desta camisa uma marca distintiva? Quais símbolos nela impressos comunicam o que aos torcedores que a vestem? Como a camisa é acionada como uma ponte (ou uma barreira) entre estes torcedores e a noção que possuem, constroem e experimentam da história do clube? Torcedores corinthianos membros da Estopim da Fiel se vestem com essa camisa para se identificar com um sistema de significação, se diferenciar frente outros torcedores, ou, antes, se identificam com tais valores, signos e significados presentes nesta peça para então vesti-la?

Mais uma vez, etnografia

Passados alguns meses, retornei à sede da Estopim. Com novas perguntas e treinando o olhar e o ouvir para estar atento às manifestações referentes à camisa oficial desta torcida organizada, preparei-me para mais algumas incursões etnográficas entre o centro de Diadema e o estádio do Pacaembu. Estas idas a campo representavam dias densos e cansativos. Embora as partidas em que acompanhei a torcida variassem entre começar as quatro da tarde e sete da noite, em sábados ou domingos¹², a minha chegada à sede para acompanhar os preparativos para a ida ao jogo – entendidos como momentos importantes dentre os rituais da torcida – frequentemente se dava muitas horas antes. Sendo o empreendimento de acompanhar “um dia de jogo” concretizando-se como um dia em si, para muito além dos noventa

9 E também, visando ter conhecimento sobre a história do Corinthians, para interagir em conversas que circundavam acontecimentos já longínquos no tempo, ocorridos, muitas vezes, em períodos anteriores ao nascimento dos presentes conversando sobre o assunto.

10 Na obra de Negreiros (1992), encontrou-se o conceito de “literatura apaixonada”, fazendo referência a publicações de “caráter relativamente parcial” acerca deste clube, muitas vezes voltadas aos torcedores com o intuito de informar (e formar) a história do Sport Club Corinthians Paulista, baseando-se no engrandecimento deste clube. Apesar do claro viés “apaixonado” (e pouco científico), estas publicações se fazem relevantes por permitirem compreender a fonte de muitos dos discursos torcedores. Edições da revista “Fiel Torcida” e textos publicados em blogs de torcedores foram parte deste aporte teórico.

11 Museu localizado dentro da sede social do clube, onde estão expostas taças, camisas, bolas, são exibidos filmes e demais objetos selecionados para relatar e materializar a história do Corinthians.

12 Embora sejam frequentes jogos em dias de semana no período noturno, em razão de residir e estudar em Marília tive de restringir as idas a campo a jogos que ocorreriam em finais de semana.

minutos da partida, e chegando a abarcar onze horas seguidas¹³, o que se fez importante para compreender de perto como o futebol é “parte constitutiva na elaboração de um *estilo de vida* próprio” (TOLEDO, 1996, p. 114) para estes torcedores: muitos deles já estavam na sede quando eu lá chegava, e outros tantos lá permaneciam após a minha saída, isto é: passavam mais do que onze horas partilhando da sociabilidade em uma torcida organizada de futebol.

Após um breve período acompanhando a Estopim “de longe”, por meio de redes sociais e fóruns virtuais da mesma¹⁴, quando retornei à sede para um dia de jogo do Corinthians, notei que algumas mudanças haviam ocorrido: a reforma e estilização do bar no segundo andar, a troca pelo responsável no setor de comunicações, alguns produtos novos na loja. A camisa oficial, entretanto, seguia sendo colocada em um patamar diferenciado nos discursos e nas práticas dos membros da torcida, o que pude observar acompanhando a Estopim em mais três partidas do Corinthians e, nos momentos anteriores a dois destes jogos¹⁵, dando maior atenção à movimentação na loja da mesma.

Pude observar, no balcão ao fundo da loja, que funcionava como local para pagamentos de caravanas, compra e entrega de ingressos, compra de produtos da loja, local para preenchimento e entrega da ficha de associação – e também apoio para latas de cerveja e cumbucas com petiscos –, a realização de diversas destas ações. Notei, nestas observações, que o ato de associar-se e comprar a camisa eram, frequentemente, realizados conjuntamente. Em uma única situação em que observei o associar-se – preencher uma ficha com dados pessoais, entregar uma foto 3x4 e pagar a quantia de R\$15,00 – não sendo seguido da compra da camisa, mas sim do ingresso para o jogo que ocorreria naquela tarde, o torcedor revelou-me posteriormente sua estratégia: “esse mês foi a associação e o jogo, mês que vem compro a camisa, se eu comprar hoje não vou poder entrar com ela no jogo mesmo¹⁶”. Observei, entretanto, que este torcedor já possuía conhecidos na torcida, o que registrei ao vê-lo circulando entre distintos grupos nos momentos anteriores à saída do ônibus para o jogo e no próprio ônibus. Entretanto, observando o que ocorria com recorrência na loja, notava, cada vez mais, a relevância da camisa como *ponte* entre Corintianos e Estopim: “pra comprar a camisa tem que se associar? Tranquilo, quanto custa a associação?”, foram as perguntas de outro torcedor, que, em um dia de jogo, se associou, comprou a camisa, saiu da sede vestindo-a, mas não foi ao jogo.

Nesta segunda etapa de etnografias, pude observar com maior atenção de que modos a camisa era utilizada nos dias de jogos: alguns torcedores passavam todo o período “pré jogo” já com ela, enquanto outros a vestiam apenas para adentrar o estádio, e outros, ainda, ape-

13 Na oportunidade em que acompanhei a torcida em jogo válido pelo Campeonato Paulista de 2012, cheguei à sede da Estopim em torno das onze horas da manhã, a partida teve início às dezessete horas, chegamos à sede da torcida, após o jogo, por volta das vinte e uma horas, e eu fui entrar de volta na casa em que estava hospedado, por volta das vinte e duas horas.

14 Especificamente, páginas e grupos criados por membros da Estopim da Fiel nos sites Facebook e Orkut. Não utilizei este acesso como um material etnográfico, mas sim como uma forma de manter-me a par do que ocorria e era discutido, em uma esfera mais pública e aberta, entre os associados.

15 Na terceira ocasião, encontrei-me com a torcida já no estádio, e a etnografia limitou-se, neste dia específico, aos momentos do jogo.

16 Referindo-se a necessidade de, além da associação na torcida, possuir um cadastro na Federação Paulista de Futebol para poder entrar no estádio com roupas de torcidas organizadas, o que é realizado de tempos em tempos nas sedes das torcidas organizadas, em dias específicos e sem um intervalo habitual.

nas a vestiam ao chegar a sede da Estopim¹⁷, porém, no momento do jogo, a grande maioria dos associados estava vestido com tal peça. Observei também como se dava, na arquibancada do Pacaembu, a organização da torcida considerando o uso e o não uso da camisa oficial, igualmente, a quais membros, que não estavam com a camisa oficial, era autorizada a permanência “junto” com a torcida, rompendo com a “padronização” da mesma em nome da posição e do *status* que estes teriam com o coletivo.

As conversas com os associados, nesta etapa, eram mais assentadas em questões como, “em que situações você usa a sua camisa oficial?” e “ainda não entendi, por que esse urso segurando o símbolo do Corinthians?”, as quais foram trazendo respostas que, posteriormente contrastadas com o que eu via ocorrer entre os torcedores e com a bibliografia consultada, permitiram alcançar algumas conclusões sobre a mesma.

“O jogo não acaba quando termina”

A frase acima é uma adaptação de um provérbio popular no meio do futebol: “o jogo só acaba quando termina”, cuja autoria é referenciada ao ex-presidente corintiano, Vicente Matheus, e que é constantemente utilizada por jornalistas e narradores esportivos em geral. Utilizo esta frase como subtítulo para a seção referente às conclusões, pois, desde o princípio do interesse por realizar pesquisa e formação na área da antropologia, compreendi que os fenômenos que os antropólogos observam, tendem a continuar ocorrendo, distantes do olhar destes. Atualmente, iniciando uma pesquisa já como aluno de mestrado, compreendo melhor este ponto, entendendo que muitas vezes as pesquisas dos antropólogos, como os “jogos”, acabam, mas, diferente destes, “não terminam”. Como indica Mariza Peirano sobre a antropologia, esta seria “a ciência social que *pede* para ser ultrapassada e superada; que mantém viva a consciência de que o que se aprende e/ou descobre é sempre provisório e contextualizado” (1995, p. 11).

Os sujeitos e as coletividades seguem suas dinâmicas: novos torcedores atrelaram o seu modo de torcer pelo Corinthians aos da Estopim, outros guardaram sua camisa oficial no armário e não serão vistos nas arquibancadas por um tempo (indeterminado), novos significados podem ter sido colocados sobre a camisa da torcida nos últimos dois anos (em que não realizei etnografia com esta coletividade), novas elaborações e modos de uso, igualmente; a própria camisa pode ter passado já por alterações. Entretanto, acompanhando e registrando ações de membros deste grupo durante períodos de tempo próximos, pude construir algumas conclusões, que dizem respeito a uma temporalidade específica desta coletividade, sobre vínculos entre torcedores, sujeitos, camisa e objeto.

A primeira delas diz respeito ao acesso restrito a este bem. Uma das formas de construir uma diferenciação simbólica sobre esta camisa, entendo, é através do que Colin Campbell e Livia Barbosa indicam como sendo a “venda de acesso a produtos” (2006, p. 25). Todas as outras camisas e produtos disponíveis na loja podem ser adquiridos por qualquer sujeito que possua a quantia financeira correspondente ao preço delas, a oficial, no entanto, apenas será adquirida por aqueles que puderem comprovar, por meio da apresentação da carteirinha de sócio, que se identificaram com a torcida e se tornaram associados. A camisa oficial é *diferen-*

¹⁷ Em conversa com um torcedor, que encontrei no metrô indo para a sede em um dia de jogo, o qual reconheci de outra ida minha à sede, o mesmo não vestia a camisa da Estopim, mas sim uma camiseta com estampa em nada alusiva a futebol. Perguntei se, desta vez, estava indo sem a camisa para o jogo, e sua resposta foi negativa, disse-me que estava com a camisa no bolso da bermuda, e que a vestiria ao chegar à sede, pois o Santos jogaria naquela mesma tarde, e, embora a partida deste clube fosse na cidade de Santos, ele temia um possível encontro com torcedores organizados desta equipe rival.

te, especial e única, pois é restrita aos sócios. Este, entendo, é o valor simbólico mais relevante nesta peça para muitos daqueles torcedores.

Adiante, considerando esta camisa como uma peça de roupa utilizada em dias de jogo do Corinthians, que são, conforme já citado em Luiz Henrique de Toledo, “o momento maior de uma Torcida Organizada” (1996, p.52), é possível considerá-la um bem de consumo acionado em momentos rituais, assim, sendo pensada como um “acessório ritual”:

Os rituais são convenções que constituem definições públicas visíveis. Antes da iniciação, havia um menino, depois dela, um homem (...) Viver sem rituais é viver sem significados claros e, possivelmente, sem memórias (...) Os bens, nessa perspectiva, são acessórios rituais; o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos (DOUGLAS, ISHERWOOD, 2004, p. 112).

Por fim, cabe indicar, com uma breve paráfrase ao trecho acima que, “antes da associação e compra da camisa, havia um Corintiano, depois de ambas, há um Estopim”. A camisa, assim, tem a agência de dar outro sentido ao papel do torcedor, ao integrá-lo a uma série de rituais, valorações e identificações coletivas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas*. In: *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

DAMO, Arlei Sander. *Do dom à Profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na*

França. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed., Anpocs, 2007.

DOUGLAS, Mary, ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens – para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

FRÚGOLI JR, Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. In, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, V. 48 Nº 1.

LOVRETO, José Alberto; COSTA, Gualberto. *A história do futebol no Brasil através do Cartum*. Rio de Janeiro: Ed. Bom texto, 2004

MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec/UNESP, 2003.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *Resistência e Rendição - A Gênese do Sport Club Corinthians Paulista e o futebol oficial em São Paulo - 1910-1916*, São

k

Paulo: PUCSP, 1992, dissertação de mestrado.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumara, 1995.

TOLEDO, Luiz Henrique. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas: Ed. Autores

Associados/Anpocs, 1996 (coleção educação física e esportes).

A questão das *drogas*¹ em perspectiva: uma entrevista com Taniele Rui², Maurício Fiore³, Heitor Frúgoli Jr.⁴ e Bruno Ramos Gomes⁵.

Evelyn Louyse Godoy Postigo⁶; Letícia Canonico de Souza⁷; Natália Maximo e Melo⁸; Roselene Breda⁹

No Brasil, em determinados espaços urbanos, o crack e seus usos funcionam como um estopim e elementos articuladores de debate público. Uma das consequências, nos últimos anos, tem sido o destaque que a questão do consumo de *drogas* vem ganhando em diversas esferas da mídia, no contexto acadêmico e também na pauta das decisões políticas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Para compreender a trajetória desse debate, é importante ter em mente alguns marcos recentes. Em agosto de 2006 é aprovada a lei nº11.343 que institui a Política Nacional de Drogas, dispositivo jurídico que, por um lado despenaliza o porte e uso de drogas e, por outro, aumenta a punição ao tráfico. Em dezembro de 2011, é lançado pelo Governo Federal o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, nomeado “Crack, é Possível

1 Adota-se o termo em itálico visto que é um modo de tratamento dado em termos morais, outra opção a utilizar seria substância psicoativa.

2 Doutora em Antropologia Social pela Unicamp, ganhadora do prêmio de melhor tese pela CAPES, intitulada “Corpos abjetos: etnografia em cenário de uso e comércio de crack”.

3 Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Defendeu em 2013 o doutorado intitulado “Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos” e é ativista da Rede Pense Livre.

4 Doutor em Sociologia (USP) e professor do Departamento de Antropologia da USP. Organizador do Dossiê “Luz, São Paulo” (Ponto Urbe, dez./2012, <http://pontourbe.revues.org/1129>)

5 Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, cuja dissertação se intitula “Os sentidos do uso ritual da ayahuasca em trabalho voltado ao tratamento e recuperação da população em situação de rua em São Paulo”, coordenador da ONG “É de Lei”, instituição que realiza trabalho de redução de danos com usuários de crack no centro da cidade de São Paulo.

6 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia pela UFSCar.

7 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia pela UFSCar.

8 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia pela UFSCar.

9 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia pela UFSCar.

Vencer”. Já em 2013 é aprovado, na câmara, o projeto de lei para uma nova lei de drogas (7663/2010) que altera a de 2006, gerando, diversos debates que permanecem até hoje. Nesse período, diferentes medidas tomadas pelos governos de algumas cidades, sobretudo nas capitais, foram marcadas por ações políticas de retirada - compulsória ou não - de pessoas das ruas.

Na cidade de São Paulo, onde há uma concentração de usuários(as) de crack na região central – a chamada “Cracolândia -- uma das operações com maior visibilidade na mídia foi a “Ação Integrada Centro Legal” em 2009, a qual uniu ação policial e atendimento médico, contando com apoio tanto do governo estadual quanto da prefeitura da cidade de São Paulo. Em 2011, assim como outras capitais, São Paulo viveu a intensificação de ações de retirada das pessoas usuárias de crack das ruas, levando-as para abrigamentos e internações involuntárias. No ano de 2012 ocorreu “Operação Sufoco”, na qual autoridades policiais determinaram o combate ao tráfico de *drogas* e a expulsão de pessoas da região do bairro da Luz, argumentando que isso faria com que usuários(as) buscassem atendimento de saúde. Um ano depois, o governador do estado anunciou um plantão jurídico específico para a realização de internações compulsórias de pessoas usuárias de crack. Tudo isso teve grande repercussão midiática, acentuando os debates sobre as políticas públicas para o público-alvo destas ações.

Vários são os questionamentos que surgem a partir de eventos como esses. Está em jogo a definição de quem é o público-alvo das políticas públicas, como é operacionalizada a diferenciação entre pessoas usuárias e traficantes, qual a territorialidade destinada a tais políticas e quais instituições serão responsáveis pela sua implementação. Ademais, há escalas de poder e de gestão governamental e os mais diversos atores envolvidos, além de se ter em conta toda a dimensão simbólica e valorativa que perpassa as definições das políticas públicas.

Como atualmente no Brasil as *drogas* tem sido um dos grandes temas de preocupação social e debate no âmbito de diversos campos de estudo, a Revista *Áskesis* realizou uma entrevista com quatro pesquisadores(as) que recentemente produziram trabalhos e acompanham de perto as discussões que envolvem a questão do uso do crack, a atuação de diversas instituições e a formulação e implementação de políticas públicas na área.

Desta forma, esta entrevista é pautada em temas presentes nos debates sobre *drogas* no Brasil e em questões que tem se tornado de crescente interesse nas pesquisas das Ciências Sociais. Pesquisas que, entre outros interesses, tem procurado demonstrar os efeitos das políticas de drogas, analisar as políticas urbanas nas regiões de concentração de uso de crack, refletir acerca da constituição de uma corporalidade pelo uso abusivo do crack, as sociabilidades e os discursos que se desenvolvem em torno do uso de *drogas*. Em linhas bastante gerais tais pesquisas tem explicitado a heterogeneidade de mundos que o crack produz.

A entrevista tem como ponto de partida o modo como os(as) pesquisadores(as) chegaram à temática das *drogas*. A discussão segue para os desdobramentos possíveis em suas análises desenvolvidas em contextos e a partir de perguntas de pesquisa variadas. O caminho trilhado leva em consideração a questão dos efeitos da lei de drogas de 2006, que, por um lado, retira o usuário(a) da esfera da punição penal e, de outro, resulta no embate da distinção entre usuário(a) e traficante. Em seguida é abordada a questão da formulação das atuais políticas públicas que se pretendem intersetoriais. Assim, são colocados questionamentos sobre a ausência de Estado em territórios de uso de crack, tendo em vista que as pesquisas de campo demonstram a existência de diversas entidades - estatais e não estatais - que atuam na gestão dos corpos e territorialidades de pessoas usuárias de crack. Por fim, são abordadas as categorias que pautam as políticas públicas de drogas no Brasil, apontando

algumas tendências no debate sobre a questão das *drogas* no Brasil e o papel que os entrevistados tem assumido enquanto pesquisadores(as) nesse campo.

A revista *Askésis* agradece aos entrevistados(as) e tem a satisfação de apresentar a você leitor(a) o resultado desta entrevista que, na nossa leitura contribui para ampliação do horizonte acerca dos vários aspectos das discussões a respeito da política de drogas no Brasil.

Para começar gostaríamos que vocês nos contassem um pouco sobre a trajetória de vocês, e sobre como a questão das *drogas* acabou se tornando uma questão de pesquisa.

Bruno - Olá! Obrigado pelo convite! Desde a época de graduação em psicologia comecei a me interessar pelo tema. Há cerca de dez anos fui procurar lugares que cuidassem de usuários de drogas, e frente às diversas formas de cuidado que veem a presença de drogas no cotidiano sempre a partir da falta, da falha, do vazio e da doença, me aproximei mais de locais que trabalhavam na perspectiva da redução de danos. O interesse acadêmico e de pesquisa se deu como um complemento à prática que exercia onde trabalhei. Busquei trabalhar um pouco em diferentes espaços, como espaço de acolhimento (como o Centro de Convivência É de Lei ou o Projeto Quixote), de tratamento (como o Hospital Estadual de Diadema), de internação e de formação de equipes. Apesar da diversidade dos contextos e dos olhares sobre a questão, com o passar do tempo fui ficando com diversas dúvidas, inquietações e preocupações, que aos poucos foram se tornando questões de pesquisa.

Heitor - Obrigado pelo convite, Letícia. Cheguei a esse tema através da pesquisa sobre a região da Luz, interessado na condensação de questões urbanas ali presentes, em que se cruzam projetos de intervenção urbanística de grande porte, instituições culturais fortalecidas por uma série de políticas, usos históricos do espaço pelas classes populares e ações policiais cotidianas ou de maior escopo e contundência. Interessava-me fazer observações etnográficas de agentes situados nos entremeios dessas forças. O tema do uso do crack no espaço das ruas daquela área se impôs com forte transversalidade ao longo da pesquisa, definindo-se, do meu ponto de vista, uma espécie de territorialidade itinerante, na qual os usuários de crack são sujeitos constitutivos, em relações desiguais com vários outros agentes. De toda forma, esse assunto me interessa na articulação com outras questões que permitem um olhar e um entendimento mais preciso sobre dinâmicas da metrópole. Não me vejo como um estudioso centrado na questão das drogas, embora isso constitua um tema de crescente interesse, na sua relação com as dimensões da pobreza, marginalidade e criminalidade.

Maurício - Meu interesse pelo tema cresceu durante o curso de Ciências Sociais, quando me incomodava muito a aridez do debate público e ausência de investigações e reflexões sistemáticas nas humanidades. Na verdade, depois descobri trabalhos seminais, como os de Howard Becker e o de Gilberto Velho, mas o lugar ocupado pelas ciências sociais no debate era residual, assim como o espaço que elas mesmas davam ao tema. E foi justamente a respeito do debate público a minha primeira investigação acadêmica sobre a questão das drogas, no mestrado. Estudei o debate a partir das controvérsias médicas sob as quais ele se constituía. Mesmo que não tenha me dedicado exclusivamente a ele, se tornou o meu tema de trabalho mais importante e, a partir da criação do NEIP (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos), em 2001, ampliei meus interesses para outros de seus aspectos, como a política de

drogas e ao próprio fenômeno do consumo. Ao longo do tempo, passei a participar do debate, buscando conciliar a reflexão acadêmica com a atuação na militância antiproibicionista, mas atento para evitar uma confusão que enfraqueça ambas.

Taniele - O interesse pela temática data de 2005, quando ingressei no mestrado em antropologia social da Unicamp e buscava um campo empírico que me mobilizasse a pesquisar, já que não estava muito satisfeita com o projeto da época, sobre o processo de formação da polícia militar. Na ocasião, eu já trabalhava há dois anos como educadora social de rua e, durante a visita a um adolescente internado em uma Comunidade Terapêutica, eu decidi mudar o meu tema de investigação. O mestrado foi, decisivamente, o período em que aprendi sobre o tema, de maneira incessante. Devo muito ao NEIP esse aprendizado. Minha familiaridade com as questões da rua e, depois, a fala pública sobre o crack conformaram o meu recorte durante o doutorado. Entretanto, e assim como destacou o Heitor, se a questão das *drogas* foi central nessa trajetória acadêmica, ela também só pôde ser percebida a partir de uma série de correlações com a situação de rua, os estudos sobre pobreza, periferias, centralidades, prisões e ilegalismos. A meu ver, essas correlações informam sobre a produção das margens na contemporaneidade e, por isso, importam muitíssimo em termos analíticos e políticos.

Em linhas gerais, quais são, para vocês, as principais mudanças presentes na lei de drogas de 2006 (lei 11.343/06)? E com relação essa questão, quais seria, na opinião de vocês, o papel da lei de drogas na sociedade brasileira e os principais resultados que ela tem gerado?

Bruno - A principal mudança foi a eliminação da possibilidade de prisão para quem fosse condenado por porte da droga para uso pessoal. O interessante é que na época em que foi aprovada, muitas pessoas da área comemoraram este pequeno avanço, pois, apesar de trazer poucas mudanças e apresentar ainda uma absurda distância em relação ao que acontecia nos diversos contextos de uso, pelo menos os usuários não seriam mais colocados na cadeia. Esta mudança vem junto com a mudança do discurso no debate público em relação ao usuário de drogas: não era mais “questão de polícia, mas de saúde pública”. Infelizmente, aos poucos foi se percebendo que a falta de parâmetros claros para traçar a diferença entre o usuário e o traficante, junto com o grande estigma e preconceito que existe em relação a uma camada mais pobre da população e ao usuário e traficante de drogas, levou a um efeito nefasto. Este efeito da nova lei de drogas foi o aumento vertiginoso do número de presos por tráfico: muitos que antes eram presos como usuários passaram a ser presos por tráfico de drogas. Já ouvi de usuário e de policial ali na região onde trabalho que os delegados reclamam quando leva alguém para ser enquadrado por porte, pois dá muito trabalho e não deixa o cara preso.

Maurício - Naquele momento, muitos, eu incluso, consideraram a lei 11.343, um pequeno avanço, ainda que ela se mantivesse no mesmo paradigma proibicionista. É importante lembrar que a lei chegou a ser combatida pela bancada conservadora no Congresso. Esse avanço foi a eliminação da pena de prisão para o usuário, mas, entretanto, a lei continuou a não apresentar um critério de distinção objetiva para estabelecer se a posse é para consumo ou para tráfico e, pior, ainda aumentou a pena mínima aplicada ao tráfico para 5 anos. Na prática, mesmo que isso não seja só consequência da lei, o número de presos por tráfico explodiu, colaborando para que hoje o Brasil esteja se aproximando de 600 mil encarcerados. Ainda

é possível identificar um outro avanço pontual, mas importante, da 11.343 foi ter incluído a redução de danos como um dos leques de políticas possíveis para ser implementada pelo Estado. Muito pouco, claro, diante das terríveis consequências que a manutenção da guerra às drogas provoca.

Taniele - Seguindo diretrizes das convenções internacionais proibicionistas, a Lei 11.343 teve como principal mudança em relação à anterior a instituição de penas mais brandas para usuários e mais duras para traficantes. Entretanto, há ausência de critérios objetivos para distingui-los e é importante observar que, ainda que tenha extinto a pena de prisão para usuários, tal Lei considera o uso como *crime*, mantendo todos os procedimentos legais para seu tratamento. Os efeitos práticos desta nova lei foram tema de interessante artigo de Carolina Grillo, Frederico Policarpo e Marcos Veríssimo (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000300010&script=sci_arttext). Os autores notaram, a partir de pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, o que o Bruno e o Maurício já atentaram, ou seja, que está em curso uma queda nos registros de ocorrência por flagrante de usos de droga e um aumento nos casos registrados como tráfico. A hipótese deles é a de que o abrandamento para a pena de usuários teria sido acompanhado de um descaso do judiciário em tratar a questão, por a considerarem agora fora da competência da justiça criminal. Contudo, eles mostram como a diminuição dos processos legais parece ter aumentado o poder de policiais em negociar os flagrantes de consumo de drogas, por exemplo, pedindo suborno para usuários com maior poder aquisitivo e agindo com mais violência frente aos usuários mais pobres. Portanto, e como já bem observou Foucault, *“é mais prudente reconhecer que a lei é feita para alguns e se aplica a outros”*.

Um desafio para a aplicação da lei de drogas é identificar e distinguir o usuário do traficante. Quanto a esse ponto o que vocês pensam sobre a construção dessa distinção e seus efeitos na prática? A partir disso em que o debate sobre a legalização das drogas contribui?

Bruno - Esta diferença não existe na realidade da forma como está na lei brasileira. Por mais que existam pessoas que apenas usem drogas e outras que não usam e apenas vendem sua mercadoria, a circulação das substâncias entre as pessoas se dá de formas muito diversas e com sentidos muito diferentes. Enquadrar na lei é um exercício de encaixe, feito inicialmente pelo policial e pelo delegado. Na região popularmente conhecida como Cracolândia, no centro de São Paulo, por exemplo, se tem um grande e constante aglomerado de pessoas. Todos ali são, pela fria letra da lei, usuários e traficantes. Isso porque a pedra de crack ali serve de moeda em grande parte das transações que ali acontecem. Com ela se pode comprar cigarro, bebida, comida, água, roupa. Ao mesmo tempo, praticamente todos ali não apenas negociam com a pedra, mas a usam também. No imaginário das pessoas o traficante é visto como alguém mal, que lucra com o sofrimento das pessoas, sanguinário, que mata por dívida, etc. O usuário ainda é mal visto, mas menos do que antigamente, quando vigorava a outra lei. O debate sobre a legalização das drogas ajuda a desmistificar esta imagem do traficante enquanto sujeito mal, ao discutir todo o processo de circulação das drogas na sociedade, não apenas o usuário, na ponta.

Taniele - De fato, a grande negociação em jogo com a Lei 11.343 não é apenas registrar ou não

o flagrante, mas tipificá-lo em tráfico ou uso. Trata-se, portanto, de uma barganha sobre o tipo penal que fica a cargo, em grande parte, de policiais. Daí não ser difícil concluir que a polícia, de posse desse grande poder, atue de acordo com estereótipos. Isso tem vários problemas. O principal é que pessoas com melhores condições econômicas são frequentemente liberadas ou classificadas como usuários, enquanto que as pessoas mais pobres são acusadas de tráfico. Como bem observaram Bruno e Heitor, em alguns contextos, essa divisão entre quem usa e quem vende não se sustenta empiricamente. Na região conhecida como cracolândia, onde certamente ninguém possui um helicóptero com meia tonelada de cocaína, é frequente que pessoas com pequena quantidade de drogas sejam detidas por tráfico. É óbvio que num cenário ideal a luta deve ser pela legalização de todas as drogas e anistia para os que estão condenados por tráfico. Entretanto, concordo com o Maurício, há que se discutir os avanços possíveis. Considero que a descriminalização do uso e o avanço no debate em torno da regulamentação ou legalização da maconha são os mais factíveis no momento.

Heitor - A disseminação do uso do crack entre as camadas populares, como no caso da população em situação de rua, instituiu novas formas de consumo e também de circulação da droga, em que a figura daquele que consome e daquele que repassa muitas vezes se mistura significativamente, com variações situacionais, como já comentaram Bruno e Taniele. Não foi à toa que traficantes de maconha e cocaína impediram por muito tempo que tal dinâmica se estabelecesse em vários contextos, como no caso do Rio de Janeiro, cuja entrada do crack foi tardia com relação a São Paulo, pois isso acarreta dinâmicas de interação e de economia muito distintas. Retomando parcialmente a pergunta, no caso do crack, que envolve muitas vezes uma população empobrecida e marginalizada, é fácil que usuários sejam considerados traficantes, com todas as consequências prejudiciais apontadas por todos.

Maurício - Esse cenário é importante se pensado como um avanço possível para a mudança na lei de drogas ilícitas no curto prazo. Defendo a progressiva legalização das drogas hoje ilícitas, e, no caso da maconha, isso poderia ser iniciado imediatamente. No entanto, mesmo que o debate esteja avançando, há entraves políticos enormes no Brasil. Assim, a distinção legal objetiva que estabeleça quantidades máximas de posse previstas em lei para todas as drogas ilegais e, ao mesmo tempo, a retirada de imputação criminal ao usuário flagrado seriam avanços importantes. Sabemos que a maior parte dos presos por tráfico no Brasil portava pouca quantidade de drogas e estava desarmada. No entanto, a manutenção da divisão entre a posse para o tráfico e para o uso permaneceria contraditória e, assim, devemos caminhar no sentido de uma situação em que as drogas sejam pensadas fora da esfera penal, num cenário de regulamentação. A guerra às drogas, formada no paradigma proibicionista, entre muitas consequências negativas, impede também que se construa uma política de drogas.

Em São Paulo - SP e com muito mais visibilidade no centro da cidade, a internação psiquiátrica é tida como uma das principais medidas para “solucionar” o “problema” das drogas. Como vocês percebem as disputas em torno dessa medida, sua efetividade ou limites?

Bruno - Pior do que a psiquiátrica, que pode minimamente ter junto algum cuidado clínico, aqui em São Paulo tem sido propagado acima de tudo as internações em comunidades tera-

pêuticas, a partir do plantão judiciário no Cratod. A retirada do usuário é bem mais importante do que o local para onde vai e a efetividade desta ação. Por mais que se alardeie em debates públicos e reportagens o fato de que elas não são efetivas em cuidar do problema, isso não ecoa, não reverbera. A noção de internação dá resposta a outras demandas, como à angústia dos profissionais em não saber o que fazer, às famílias muito desgastadas ou com raiva, ao cidadão que tem repulsa ao ver o “nóia” naquela situação. A propagação da ideia de internação ecoa no discurso público da mesma forma do “Basta!”, como alguém que não tolera mais o desvio. De perto, no cotidiano nos serviços e nas ruas, se percebe que tanto os usuários e os profissionais da ponta já sabem que só internar não resolve, mas que se bem usada e em um lugar decente, pode ajudar bastante.

Heitor - O centro da cidade é marcado em geral por uma forte densidade de equipamentos urbanos, usos e representações do espaço, com variações a depender do bairro ou região em questão. Na região da Luz, boa parte das práticas repressivas ao uso de crack se articula a intenções de requalificação urbanística, mas vem ganhando força a adoção de medidas também voltadas à questão da saúde. Embora isso possa ser, em tese, um aspecto relevante, a “Ação Integrada Centro Legal”, instituída a partir de 2009 pela prefeitura, trouxe consigo a possibilidade da internação involuntária ou compulsória dos usuários de crack - contra a própria vontade e sem necessidade de autorização familiar, bastando solicitação de um médico psiquiatra ou determinação de um juiz - medida a meu ver extremamente complicada porque articulada a intenções mais abrangentes de repressão e criminalização dos mesmos, tal como aconteceu de forma muito polêmica no início de 2012 na área central de São Paulo, com forte projeção posterior num plano nacional, e início de debates a meu ver numa nova dimensão.

Maurício - A internação é uma possibilidade de tratamento para pessoas que estejam em uma situação muito grave e que precisam de um rompimento radical com a sua rotina. No entanto, há que se ter muito cuidado, porque ela se apresenta como um cenário de proteção para familiares e amigos e para os próprios dependentes, sendo que ela cria uma situação artificial. Essa “proteção” durará apenas algum tempo, e o retorno à vida fora de uma clínica ou de comunidade se apresenta como o grande desafio. Por isso, a internação não pode ser encarada como “solução”, mas sim como uma das possibilidades de tratamento a ser acionada em casos extremos. Já a internação contra a vontade, prevista em lei por meio de decisão judicial (compulsória) ou médica (involuntária), tem que ser sempre pautada num plano individualizado e em curtíssimos períodos, fiscalizada de perto, o que infelizmente já não acontece em alguns casos. Qualquer tentativa de internação coletiva dirigida a grupos ou populações que transitam pelo centros urbanos, como as que ocorreram no Rio de Janeiro, não guarda nenhuma relação com cuidado e sim com o objetivo de retirar aquelas essas pessoas de onde elas estão.

Taniele - Como eu e o Maurício já escrevemos em um texto anterior (<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1314025>), considero que um debate sério sobre internação (sobretudo involuntária e compulsória) para consumidores de crack precisa ter em conta que a discussão deriva do fato de que eles ocupam ou se espalham por territórios específicos, como esse que ficou conhecido como cracolândia na região central de São Paulo. Nesse sentido, convém indagar em que medida esta proposição não mascara tentativas de

afastamento da visibilidade pública desses sujeitos, especialmente em um contexto em que o país recebe grandes eventos esportivos. Se há casos em que a intervenção se faz necessária -- e há, inclusive, previsão legal para fazê-la (Lei 10.216/2001) --, ela, no entanto, deve ser individualizada, como um mecanismo de exceção para casos excepcionais, e jamais empregada de modo coletivo. Além disso, e fundamentalmente, a internação não pode, de modo algum, se tornar eixo central, muito menos único, das políticas públicas sobre drogas.

A mobilização do trabalho intersetorial entre políticas públicas das áreas de Saúde, Segurança e Educação tem sido o mote do governo federal na gestão da questão do crack . A intersetorialidade traz novas perspectivas? Quais seriam os desafios para sua implementação?

Maurício - Acho que a intersetorialidade tem sido mais anunciada do que se efetivado em políticas concretas, principalmente se pensarmos nas áreas de segurança e educação. Não sou um especialista em atendimento e tratamento, mas o fato é que as áreas diferentes do poder público não agem em conjunto, muitas vezes porque não compartilham pressupostos. E isso não ocorre apenas na esfera federal, mas também nas esferas estaduais e municipais. As áreas de segurança continuam atuando numa perspectiva militarizada e criminalizante, ainda que alguns setores tenham suavizado um pouco com relação aos consumidores. O Ministério e as secretarias de educação continuam passivos diante do desafio de desenvolver políticas de prevenção ao abuso e aos possíveis danos sobre drogas. É verdade que tais modelos educativos de prevenção ao abuso sejam complexos, com pouco consenso em nível internacional, mas o fato do nosso maior programa de prevenção em ambiente escolar ser dirigido e executado pelas polícias militares – o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), uma cópia do um modelo muito mal avaliado nos Estados Unidos (DARE), é exemplo da pouca atenção dada pela educação ao tema.

Bruno - Como disse o Maurício, muito se fala da intersetorialidade, mas existe uma grande dificuldade de agir efetivamente a partir dela. Coordeno um Fórum de articulação e fortalecimento da rede chamado Fórum Intersetorial sobre Drogas e Direitos Humanos de São Paulo, há quatro anos, e grande parte das pautas trazidas pelos trabalhadores está relacionada às barreiras com as diversas instâncias e setores. A intersetorialidade e o trabalho em rede são essenciais para se ter alternativas efetivas às instituições totais. Porém, não existem espaços suficientes para atender a população, o que faz com que todos os locais públicos estejam invariavelmente lotados. Além disso, existem certos controles de produtividade, como atendimentos curtos e consecutivos, que não deixam espaço na agenda para o planejamento e a construção do trabalho conjunto. Mas, mesmo com estas limitações institucionais, tenho entrado em contato com algumas experiências que tem efetivamente sido intersetorial, muitos partindo da base, da ponta dos serviços. Mas esta intersetorialidade, quando acontece de forma mais efetiva, se dá entre a saúde e a assistência social. A educação pouco dialoga, e a área de segurança pública tem uma forma muito mais dura e que muito poucas vezes está articulada em nível de diálogo com outras áreas.

Heitor - Na pesquisa sobre a região da Luz foi possível mapear operações que articulam várias instâncias de governo, mas com ênfase nas ações repressivas, como a “Operação Limpa” (2005), a já mencionada “Ação Integrada Centro Legal” (com início em 2009, embora nesse

caso já houvesse medidores ligados à questão da saúde) e a “Operação Sufoco” ou “Dor e Sofrimento” (no começo de 2012, com intensificação da repressão policial e tentativa de implementação das internações involuntárias e compulsórias, geradoras de muitas controvérsias). A Operação “Braços Abertos”, agora instituída, busca a princípio uma ação integrada e não policial, mas com novos desafios a serem enfrentados (Taniele, Gabriel Feltran, Deborah Fromm e eu escrevemos um breve artigo a respeito na Carta Maior de fev./2014).

Contudo parece-me haver uma outra possibilidade de intersetorialidade, construída mais pela base e com maior participação social, através de fóruns intersetoriais como os que o Bruno tem participado, com novos horizontes de ação.

Taniele - Concordo com o Maurício. A intersetorialidade é mais evocada do que praticada e, a meu ver, indica mais como quer funcionar o Estado (aqui entendido como poder público) do que como de fato atuam seus operadores. Ao longo da minha pesquisa de doutorado, ao etnografar a atuação dos policiais e serviços de saúde na Cracolândia, notei, por exemplo, que, muito longe de atuarem conjuntamente, tais esferas estatais têm suas relações pautadas por desentendimentos, disputas e desacordos tanto em relação às competências profissionais quanto ideológicos e políticos. Nunca me esqueço de uma descrição da tese da Andrea Domanico em que ela narra equipes de redução de danos distribuindo cachimbos e, logo em seguida, policiais quebrando o objeto e dizendo: “a *secretaria de saúde distribui, a secretaria de segurança recolhe*”.

É preciso tornar claro que é essa disputa diária por recursos, poder, legitimidade e atribuição que impede avanços efetivos.

A região conhecida como Cracolândia, situada no centro da cidade de São Paulo concentra vários dispositivos estatais e um conjunto variado de entidades que atuam em diversas frentes (missões religiosas, coletivos, ONGS etc.). A despeito dessa presença massiva, especialmente nos grandes veículos midiáticos, este território figura como um espaço de ausência, especialmente ausência do Estado. A partir disso, gostaríamos que vocês falassem um pouco sobre essa ambiguidade.

Bruno - Este contraste entre o discurso midiático de falta do estado, em relação à presença massiva de diversos dispositivos estatais, parece ser conformado por alguns pontos distintos. Esta argumentação virou quase senso comum ao se falar da presença do tráfico nas comunidades de periferia, as favelas, e é reproduzida em áreas de grande vulnerabilidade como a Cracolândia. Enquanto até meados da década passada a região houvesse apenas a presença das polícias, com ações violentas e de prisão periodicamente, nos últimos anos aconteceu um aumento da presença em outras áreas, principalmente na saúde e assistência social. As matérias em grandes mídias trazem este tom da “ausência do estado” também como forma de cobrança de ações imediatas e intensas, geralmente respondida pelo poder público de forma violenta. O que se observa é a constante presença dos agentes destas áreas (saúde, assistência social e segurança), de forma desarticulada, mantendo o uso de Crack em espaço público confinado nas esquinas das Ruas Helvétia, Dino Bueno e Cleveland, onde são também realizadas as prisões dos que ali estão como traficantes e a oferta de vagas em espaços de cuidado e acolhimento, dando a atual forma da Cracolândia.

Taniele - Na minha leitura, o discurso que insiste na Cracolândia como local de ausência es-

tatal é funcional precisamente para as diversas ações estatais, para as diversas ONGs e para as diversas mediações religiosas. Dessa perspectiva, é justamente porque “falta” Estado que é preciso “colocar” investimentos e ações variadas. Não há ambiguidade aí. Na prática, entretanto, o que se vê é o quanto o Estado é ali excessivo e o quanto os serviços ou não atuam conjuntamente ou não se conhecem. Portanto, a questão mais relevante, a meu ver, é perguntar por que essa demasiada presença estatal não implica necessariamente acesso a direitos.

Heitor - De fato, minha pesquisa na região da Luz também buscou mapear a atuação de várias entidades, com objetivos muito diversos – redução de danos, conversão religiosa, assistência ou proteção específicos e temporários, ampliação de direitos etc. – cujos públicos-alvo extrapolam os usuários de crack e abrangem outros grupos vulneráveis, como mulheres em situação de prostituição, travestis, moradores(as) de rua (incluindo crianças), pessoas que sofrem de alcoolismo etc. (ver detalhes no “Dossiê Luz, São Paulo”, Ponto Urbe, dez./2012). Muitas ações do Estado, também multifacetado e com distintos níveis de poder, não se articulam às já mencionadas, e por vezes vão em direções contrárias (como as repressões policiais mais sistemáticas, que colocam muitos sujeitos antes atendidos por ONGs numa circulação vertiginosa pela cidade). Não é possível aprofundar aqui a complexidade das relações entre Estado e ONGs, mas concordo com Taniele de que não se pode falar nesse caso em ausência de Estado, mas em pouca ampliação de direitos básicos.

Maurício - Antes de tudo, friso que nunca estudei pessoalmente a região chamada de cracolândia, e aprendi muito com o Bruno e a Taniele sobre ela. Acho que há duas perspectivas: a atuação do Estado num espaço urbano central e o cuidado com as pessoas que há mais de uma década se apropriaram de um espaço empobrecido, mas privilegiado de São Paulo, para ter acesso a um monte de coisas, inclusive ao crack. O crack e seus agenciamentos avassaladores alteraram muitas das dinâmicas sociais, mas não inventou a pobreza nem a desigualdade no espaço urbano. No passado, o centro já era considerado degradado e perigosa e um dos grupos “culpados” eram as crianças de rua que cheiravam cola. Concordo com a Taniele, não vejo ausência do Estado, pelo contrário, acho que a questão é o tipo de ação lá presente. É justamente a “retomada” do espaço o foco das ações públicas. Se há carência e a ausência de Estado, elas estão nas trajetórias das pessoas que ali circulam e moram. A operação Braços Abertos, da prefeitura, é muito interessante porque coloca a ênfase num cuidado realista com usuários de crack, mas é voltada ao espaço. Considero que há legitimidade nisso, pois a pressão política é pelo fim da degradação de um espaço urbano público, mas sou pessimista: acho que a cracolândia se enraizou naquele espaço porque é também um espaço de proteção coletiva num contexto proibicionista e violento. Vai ser difícil articular o que é um sucesso político para os gestores – a recuperação do espaço – com o que seria um sucesso no cuidado àquelas pessoas.

Gostaríamos que comentassem quais seriam as principais categorias que pautam a política de drogas no Brasil e quais são os indicadores sociais que as informam. Ainda com relação a isso, gostaríamos que comentassem sobre os modos por meio dos quais, nos seus respectivos contextos de pesquisa, tais categorias estão, eventualmente, sendo mobilizadas como categorias de gestão de determinadas parcelas da população.

Bruno - As principais categorias que pautam a política de drogas no Brasil, presentes apenas no imaginário da população, são a dos “dependentes químicos” e do “traficante”. Aquele que

faz uso de drogas ilegais é visto como manipulador, não confiável, e que vai fazer de tudo, romper qualquer norma social, em nome da substância, que o dominou, e por conta disso tudo é mal visto e temido. O traficante é visto como alguém que pode romper qualquer norma também para poder lucrar com seu produto, que destrói a vida das pessoas. Por isso, o traficante é visto como um elemento mal, inescrupuloso e violento, e mais responsável pela situação do que o usuário, “vítima” da substância e de seu vendedor. Estas categorias são vistas como perigosas à sociedade, e por isso devem ser tiradas de onde estão. Como o traficante representa maior mal, é mais aceitável que se viole os direitos fundamentais de qualquer um suspeito de sê-lo. A política de drogas não é pautada em indicadores sociais, mas nestas categorias presentes no imaginário. Na região da Cracolândia, onde trabalho e pesquisei, estas categorias vão sendo usadas como forma de justificar ações do estado e seus fracassos. Na atual gestão municipal, com o Programa “Braços Abertos”, estas categorias vão sendo atribuídas às mesmas pessoas, de acordo com a situação. Enquanto estão dentro do programa que oferece benefícios, são considerados usuários que devem ser tratados e reinseridos. Caso estejam fora do programa e não sigam a ordem de não ficar fumando ali, entram na categoria traficante, podendo ser presos.

Maurício - A política de drogas brasileiras foi construída, como quase todas as políticas de drogas ao redor do mundo, sob o paradigma proibicionista, que se tornou hegemônico ao longo do século XX. Em linhas gerais, o proibicionismo se sustenta sob dois pressupostos: **1.** O uso de determinadas substâncias é intrinsecamente nocivo e, portanto, ao Estado é conferida a legitimidade para impedir que seus cidadãos o façam e **2.** A maneira mais apropriada de impedir esse consumo é a perseguição às substâncias pela via da sanção penal e do combate policial aos que as possuem. Considero esses pressupostos equivocados, pois representam uma intromissão indevida do Estado na esfera de decisão privada de adultos e, além disso, provocara terríveis consequências, como a criação de um mercado clandestino e violento. Essas consequências não se distribuem igualmente. Em países desiguais e violentos como o Brasil, seu impacto é dramático nos segmentos mais pobres e historicamente vulneráveis, como os jovens negros. A guerra também não é travada da mesma forma nas Zonas Sul e Norte do Rio de Janeiro, por exemplo.

Não obstante, acho importante lembrar que a questão das drogas não se esgota nas ações estatais; ela é atravessada por outras forças que se desdobram num conjunto de práticas, valores e discursos que se reconstróem permanentemente. Por exemplo, na minha tese de doutorado, finalizada recentemente, mobilizei três categorias para discutir a trajetória de quase duas décadas de consumo de drogas por dois grupos de amigos de que faço parte. Grosso modo: as substâncias, com seus agenciamentos peculiares; os sujeitos, tomados a partir de valores e práticas que compartilharam ao longo de suas trajetórias; e eventos, tomados como os momentos em que substâncias e sujeitos se encontram. É evidente que o paradigma proibicionista atravessou permanentemente a relação desses sujeitos com as principais substâncias por eles utilizadas (álcool, maconha, cocaína, crack e LSD, além do tabaco), mas também são relevantes suas valorações morais, muitas delas numa solução de contiguidade com valores familiares e sociais que os formaram.

Taniele - A insistência em separar e identificar quem é usuário e quem é traficante é, a meu ver, a que sustenta a política de drogas de maneira mais geral, bem como seus encaminhamentos. Para os primeiros, atenção e cuidado. Para os segundos, repressão e controle. Em

campo, o que se passa é bem mais complicado: há muitas formas de consumir as mais distintas substâncias, em gradações que podem variar do consumo ocasional a dependência, e há, igualmente, diversas formas de participar do seu comércio, muitas posições intermédias entre a endolação e ser dono de boca. Essas diferenças importam muito em termos empíricos, na medida em que classificam, hierarquizam e valoram pessoas e comportamentos. No entanto, elas são pouco consideradas pelos serviços de atenção ou pela legislação, que tende a homogeneizá-las. Com isso, o cuidado nem sempre é o mais adequado, nem a repressão é voltada para, de fato, coibir esse mercado.

A imagem que se constrói sobre o usuário nos parece ser uma questão fundamental que perpassa o trabalho de todos vocês. Vocês poderiam falar um pouco sobre os efeitos da construção da imagem do usuário pela mídia nas políticas de controle do uso de drogas?

Bruno - O usuário, ao ser considerado alguém que está fora de si, dominado pelo “poder aditivo da substância”, não é levado em conta na construção das políticas. O que se oferece a eles são formas diversas de tratamento para que parem de usar, que se convertam à condição de não-usuário, ou meios para que cheguem a estes tratamentos. Isso leva a grande ineficiência nas ações, e muitas vezes à cronificação de sua situação em uma posição de estigma.

Taniele - Ao longo da minha tese de doutorado, dediquei especial atenção a um tipo específico de consumidor de crack: aquele que, por uma série de situações sociais e individuais desenvolveu com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganhava destaque a abjeção. Sob ele recai o rótulo de “nóia”. Se, empiricamente, e como tentei demonstrar, há gradações elaboradas entre esses usuários, externamente essas diferenças pouco importam -- já que essa figura estereotipada acaba por mobilizar todo o aparato repressivo, assistencial, sanitário e midiático. Então, dessa experiência, me parece interessante observar como a heterogeneidade de experiências é tornada homogênea quando transposta para o discurso midiático. No caso desses usuários a veiculação da imagem de “zumbi” era a que mais se destacava. A partir desse processo, eles eram jogados para fora da humanidade e, com isso, se tornavam vulneráveis a toda espécie de gestão e violação.

Heitor - No início da pesquisa na região da Luz, tínhamos a “cracolândia” como um território mais ou menos definido (com uma nomeação regularmente atualizada pela mídia impressa e televisiva, que é bastante funcional às intervenções urbanísticas em andamento, quanto ao binômio degradação-requalificação). Mas as interações com moradores, frequentadores e transeuntes levaram-nos à figura do “nóia”, sobre a qual se projetam uma série de estigmas, que no limite quase destituem a humanidade dos mesmos, como observa Taniele. Todavia, é um estigma também utilizado entre os usuários de crack, dirigido em geral àqueles que não teriam cuidado ou discernimento mínimos durante tais práticas, expondo-se a mais riscos. A própria categoria “usuário de crack”, por sua vez, tem um papel identificador importante, mas não pode ser naturalizada. Não sei se chega a constituir, digamos, uma categoria nativa. Além disso, em várias situações de pesquisa foi possível registrar falas fugazes de pessoas que diziam não consumir crack, embora estivessem naquele espaço observado, em interação. Nesse caso, é possível que tenhamos uma categoria totalizante, “usuários de crack”, com um certo grau de generalidade, sem que a concentração de pessoas naquela situação em questão confirme essa capacidade de englobamento conceitual.

Maurício - Essa questão demanda uma resposta longa para esse espaço, e acho que meus colegas já contemplaram parte do que eu diria. Há algo geral construído ao longo do século XX que é o “drogado”, um sujeito cuja identidade social é vista de forma permanente a partir de um estado que é situacional (estar sob o efeito de drogas). Nela, tudo se misturava: drogas as mais diversas, assim como pessoas e contextos de uso os mais diversos. Ao “drogado” é atribuída uma falha, uma espécie de loucura específica causada pela droga. Os dois léxicos principais ativados nessa atribuição são de ordem moral (viciado, irresponsável, falha de caráter) e médico (doente, louco, dependente). E, é claro, essa imagem é pautada também pela arbitrária partilha proibicionista entre drogas lícitas e ilícitas. Com algumas substâncias, em alguns períodos, essa identidade alcançou os critérios do que Erving Goffman chamou de estigma. No Brasil, enquanto a droga ilícita mais consumida, a maconha, vem gozando de uma progressiva aceitação, e o crack, por oposição, se tornou um vilão, sendo a ele atribuída grande parte da violência e da degradação social. Seus usuários são vistos como destituídos de vontade, zumbis e, quando circulam pelas ruas, encarnam uma abjeção, como mostrou a excelente tese da Taniele Rui. Há muito aspectos nisso: discriminação de classe e de cor, “bodes expiatórios”, tentativa de interdição do debate, alarmismo midiático etc. Mas é importante considerar as experiências e os agenciamentos do crack na conformação da repulsa que seu consumo desperta.

Para finalizar, quais têm sido as principais tendências, em linhas gerais, acerca do debate sobre a questão das drogas no Brasil e também em outros países, na opinião de vocês. Como vocês percebem a presença dessa questão no meio acadêmico, e qual o papel das pesquisas das ciências sociais para esse debate?

Bruno - O debate público sobre o tema vem se ampliando bastante, levando a novas posturas dos governos em suas ações, principalmente fora do Brasil. A saída do usuário da esfera criminal, a mudança de paradigma para a da redução de danos, maior investimento em pesquisas sobre seus usos terapêuticos e a regulamentação da produção e comércio da maconha vem ganhando espaço. As pesquisas das ciências sociais tem importante responsabilidade sobre isso. O debate público era (e ainda é) travado em diversos pontos por mitos pseudo-científicos vindos das ciências biológicas e de base, a partir de uma visão simplista da relação homem-substância. Do ponto de vista mais corrente, o corpo biológico sofre a ação da substância, e por isso os conhecimentos produzidos pela farmacologia, medicina, bioquímica, e outras, ganharam espaço no debate. No entanto, mitos como “drogas matam neurônios”, “tiram o juízo dos usuários”, por exemplo, vem sendo quebrados a partir de estudos da área das ciências sociais, mostrando usos e contextos que não são suficientemente explicados pelo conhecimento existente nessas áreas, forçando a novas configurações.

Heitor - Como havia dito no início, meu interesse pela questão das drogas se articula a outras dimensões que compõem a esfera da cidade. A hipótese da territorialidade itinerante com relação à “cracolândia” paulistana permite pensar as configurações de práticas de uso de crack em espaços públicos de outras cidades brasileiras de grande porte. É preciso evitar que cenas públicas de uso de crack sejam imediatamente identificadas como novas “cracolândias”, como às vezes aparece na mídia ou mesmo em pesquisas comparativas mais abrangentes,

mesmo que isso possa suscitar preocupações. Mariana Cavalcanti e eu publicamos recentemente um artigo *Anuário Antropológico 2012/II* no qual buscamos contrapontos entre o contexto carioca e paulistano. No Rio, há “cracolândias” (assim identificadas pela população local) que se formam próximas a favelas, com itinerâncias que se relacionam com processos mais amplos ligados às UPPs, ao PAC, bem como ao próprio tráfico local (que não lida preferencialmente com crack), geralmente hostil à formação de “cracolândias” perto das “bocas”. Tais investigações podem propiciar que territórios em geral tratados analiticamente de forma separada (como áreas centrais populares e favelas) ganhem enfoques mais articulados, o que seria um ganho para os estudos urbanos.

Maurício - Estamos num momento muito positivo na discussão sobre política de drogas: o debate se fortaleceu muito e o paradigma proibicionista está decadente. O ponto a discutir com cuidado é a velocidade e a qualidade com que novas políticas o substituirão. Experiências internacionais dissonantes já não são um sonho. No Brasil, também estamos avançando e a situação é muito diferente do momento em que comecei a trabalhar com o tema. Novos atores se posicionam, as Marchas da Maconha se consolidaram como movimento social e a sociedade civil se organiza para demandar o legislativo e o judiciário. Menciono uma dessas iniciativas, a Rede Pense Livre, da qual faço parte. Isso não significa que mudanças práticas virão a curto prazo, pois as resistências são muito fortes. Também no campo acadêmico vejo um debate mais qualificado, com a participação de novas disciplinas, como a neurociência. Nas ciências humanas, éramos poucos no início dos anos 2000, quando fundamos o NEIP, mas hoje ele agrega mais de 70 pesquisadores.

Taniele - Eu, particularmente, estou bastante otimista. Nesses 10 anos que acompanho o debate sobre drogas é notável o quanto se conseguiu articular discursivamente a pauta política Anti proibicionista congregando a defesa dos direitos individuais e a crítica dos confrontos e das mortes nas periferias brasileiras. O debate não estava colocado desse modo em seu início e, agora, essa percepção tem sido ponto de partida tanto de pesquisadores quanto de ativistas. O interesse na temática é crescente. A Marcha da Maconha de São Paulo deste ano agregou milhares de pessoas. O LEIPSI (Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos) organizou um encontro na Unicamp também neste ano e tivemos mais de mil pessoas inscritas. Os ventos que sopram desde a SENAD também me parecem mais favoráveis. Enfim, acho que mudanças na lei de drogas, sobretudo em relação à descriminalização do consumo, são breves. Enquanto cientistas sociais, creio que nos cabe continuar a produzir pesquisas empíricas, de qualidade, capazes de mostrar, com densidade, a trama de relações que emaranha consumo e comércio, legalidade e ilegalidade, serviços de atenção e de repressão. E porque tratamos de questões politicamente sensíveis devemos nos atentar para a responsabilidade analítica envolvida nessa produção etnográfica.